

GUILHERME ROCHA BRENT

**ESCOLHAS SISTÊMICAS DE TRANSITIVIDADE E DE LÉXICO NA
REPRESENTAÇÃO DE ESCÂNDALOS POLÍTICOS – A
CONSTRUÇÃO DE REALIDADES DE CRISE E DE CORRUPÇÃO**

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

2011

GUILHERME ROCHA BRENT

**ESCOLHAS SISTÊMICAS DE TRANSITIVIDADE E DE LÉXICO NA
REPRESENTAÇÃO DE ESCÂNDALOS POLÍTICOS – A
CONSTRUÇÃO DE REALIDADES DE CRISE E DE CORRUPÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística do Texto e do Discurso.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa 2B – Análise do Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria de Oliveira Pimenta

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais

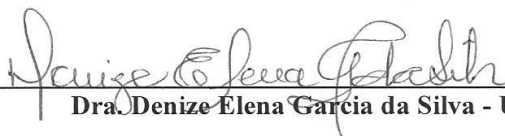
Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

2011

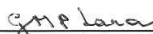
Dissertação intitulada *Escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico na representação de escândalos políticos - a construção de realidades de crise e de corrupção* defendida por GUILHERME ROCHA BRENT em 25/02/2011 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelas Professoras relacionadas a seguir:



Dra. Sônia Maria de Oliveira Pimenta - UFMG
Orientadora



Dra. Denise Elena Garcia da Silva - UnB



Dra. Gláucia Muniz Proença Lara - UFMG

Àqueles que sempre foram meu porto seguro nesta vida:
meus pais

Àquela cujo sorriso me cativa:
Carol

AGRADECIMENTOS

Devo um agradecimento especial:

A DEUS, luz celestial, que torna meus desafios coisas alcançáveis.

Aos meus pais, pelos ensinamentos e por acreditarem na minha trajetória pessoal.

Aos meus irmãos, pelo carinho.

À professora Sônia, primeiro, pela orientação deste trabalho, dedicação, ética e profissionalismo com que conduziu nossos encontros; e segundo, pelo respeito e pela amizade.

À Carol, pelo grande incentivo, carinho, companheirismo, pelas interlocuções e por me ensinar a acreditar em nossas vidas.

Ao professor Antônio Luiz Assunção, pela orientação acadêmica durante a graduação, por ensinar-me os primeiros passos da Linguística e da Análise Crítica do Discurso.

Aos colegas do mestrado, Zaira, Luiz, Fátima, Cláudia, Carlos, Raquel, Regina, Cásia, pelo carinho.

Aos professores do POSLIN.

À CAPES, pela bolsa concedida.

“Quanto mais escândalos políticos ocorrerem, tanto mais provável será que novos escândalos irão surgir e serão intensificados por um interesse sempre maior da mídia. A dinâmica de um escândalo, o interesse da mídia e a política da confiança produzem um efeito catraca que aumenta constantemente os riscos políticos” (THOMPSON, 2002, p.150).

RESUMO

O presente estudo investiga o modo como a revista VEJA constroi, nas escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico, sistemas de conhecimento e significado para três escândalos políticos, quais sejam: o escândalo do mensalão, do dossiê e dos cartões corporativos, representados por meio de reportagens. O ponto central é examinar, nessas escolhas sistêmicas, como jornalistas constroem realidades de crise e de corrupção para os escândalos. Para tanto, utilizamos o Sistema de Transitividade (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004) e as escolhas de nomeação realizadas por jornalistas, para interpretarmos as realidades dos escândalos a partir da relação entre processos, seus participantes e elementos circunstanciais. Essa proposta de pesquisa se justifica, dentro da Linguística, enquanto uma possibilidade de se analisar escândalos políticos como discursos, isto é, como modos particulares de representar, por meio da linguagem, aspectos do mundo. Devido ao papel crucial da mídia na representação desses fenômenos, estamos considerando que escândalos políticos não são constituídos apenas por atos de transgressão, mas, também, por discursos. A revelação, a avaliação e a condenação de escândalos na mídia não apenas descrevem um estado de coisas. Pelo contrário, elas são ações que parcialmente constituem esse estado de coisas, integrando às narrativas jornalísticas a própria existência do escândalo. Para tanto, esta pesquisa aborda a representação sob três aspectos: primeiro, toda oração serve para expressarmos nossas experiências de mundo ao nosso redor e dentro de nós (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004); segundo, toda escolha de representação é tanto uma questão de vocabulário quanto uma questão de gramática (FAIRCLOUGH, 1995a); e terceiro, toda representação é uma atividade política que reflete as predileções daquele que a constroi (RAJAGOPALAN, 2003). A base teórico-metodológica é a Análise Crítica do Discurso, tal como entendida por Norman Fairclough, e a Linguística Sistêmico-Funcional, abordada nos estudos de Halliday (1978) e Halliday e Matthiessen (2004). Recorre-se ainda aos estudos do sociólogo John Thompson acerca da noção de escândalo político, no intuito de observar as características desse tipo de fenômeno, e a alguns princípios gerais da ação da mídia na vida social contemporânea. O *corpus* de análise é formado por seis reportagens extraídas da revista VEJA. Foram selecionadas as duas primeiras reportagens veiculadas sobre cada escândalo, visto que nessas duas primeiras edições os textos jornalísticos já preenchiam os elementos constituintes de um escândalo político (THOMPSON, 2002). Os resultados da análise apontam uma excessiva visibilidade das transgressões cometidas, bem como de seus autores. Ao apresentarem ações, atribuírem qualidades e classificações, relatarem ações enunciativas, expressarem experiências internas, representarem a existência de algo e expressarem comportamentos psicológicos e fisiológicos acerca dos escândalos, os jornalistas constroem realidades de mundo específicas para cada evento, potencializando suas irregularidades. Nesse processo discursivo, percebe-se como cada escolha é motivada pelos contextos de improbidade dos escândalos. Ao mesmo tempo, nota-se que o espaço discursivo dado à representação dos escândalos é preenchido por um discurso muito mais preocupado em criticar e condenar os acusados do que conscientizar seu público dos valores da política em uma sociedade democrática. Pode-se perceber ainda que são nas escolhas de nomeação que o discurso de VEJA imprime seu ponto de vista sobre os fatos, buscando influenciar a opinião pública contra as atividades irregulares cometidas nesses escândalos.

Palavras-chave: discurso, representação, sistema de transitividade, escândalo político.

ABSTRACT

The present study investigates how the magazine VEJA builds, at systemic choices of transitivity and lexicon, systems of knowledge and meaning for three political scandals, namely: mensalão, dossiê and cartões corporativos political scandals, represented by reportages. Its main focus is to examine, at these systemic choices, how journalists build realities of crisis and corruption for the scandals. Thus, we use the System of Transitivity (HALLIDAY and MATTHIESSEN, 2004) and naming choices made by journalists, to interpret the realities of the scandals from the relationship between processes, their participants and circumstances. This research proposal is justified, within Linguistics, as a possibility to examine political scandals as discourses, namely, as particular ways of representing, through language, aspects of the world. Due to the crucial role of media in representation of these phenomena, we are assuming that political scandals are not constituted only by acts of transgression, but also by discourses. The disclosure, evaluation and sentencing of scandals in media not only describe a state of affairs. Rather, they are actions which partially constitute this state of affairs, integrating journalistic narratives to the existence of scandals. Thus, this research addresses representation in three aspects: first, every clause serves to express our experience of the world that is around us and inside us (HALLIDAY and MATTHIESSEN, 2004); second, every choice of representation is as much a matter of vocabulary as a matter of grammar (FAIRCLOUGH, 1995a); and third, every representation is a political activity which reflects the predilections of the one who builds it (RAJAGOPALAN, 2003). The theoretical and methodological base is the Critical Discourse Analysis, as understood by Norman Fairclough, and the Systemic Functional Linguistics, addressed in the studies of Halliday (1978) and Halliday e Matthiessen (2004). It also draws on the sociologist John Thompson studies about the notion of political scandal, in order to observe the characteristics of this kind of phenomenon, and some general principles of media action in contemporary life. The *corpus* consists of six reportages from the magazine VEJA. It was selected the first two articles published about each scandal, since at these first two editions journalistic texts already fulfilled the elements of a political scandal (THOMPSON, 2002). The results point out an excessive visibility of the transgressions, as well as their authors. When journalists introduce actions, define and classify, report utterances, express inner experiences, represent the existence of something and express psychological and physiological behaviors about the scandals, they build specific realities of the world to each event, potentiating their irregularities. In this discursive process, we can realize how each systemic choice is motivated by the improbity contexts of scandals. At the same time, we note that the discursive space given to the representation of the scandals is populated by a speech far more concerned to criticize and condemn the accused than rise the readers' awareness about the values of politics in a democratic society. We also realize that the magazine VEJA prints their points of view on the facts by choices of naming, trying to influence public opinion against the illegal activities committed in such scandals.

Key words: discourse, representation, system of transitivity, political scandal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1.1: Alguns elementos de escândalos políticos	32
FIGURA 1.2: A relação entre escândalo, política e mídia	35
FIGURA 1.3: A crescente prevalência do escândalo político	37
QUADRO 2.1: As metafunções da linguagem e suas realizações lexicogramaticais	46
FIGURA 2.1: Os tipos de processo	60
QUADRO 2.2: Os tipos de processo, seus significados e participantes associados	64
QUADRO 2.3: Os tipos de circunstância	65
QUADRO 3.1: Reportagens selecionadas para <i>corpus</i> de pesquisa	78
QUADRO 3.2: Descrição dos escândalos de corrupção selecionados para <i>corpus</i> de pesquisa	80
QUADRO 4.1: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens O PT assombra o Planalto e Nocaute	83
GRÁFICO 4.1: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens O PT assombra o Planalto e Nocaute em porcentagem	84
QUADRO 4.2: Distribuição dos seis participantes nos papéis de transitividade	85
FIGURA 4.1: Processos realizados por Lula após as denúncias de Roberto Jefferson	88
QUADRO 4.3: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens O voo cego do petismo e Um enigma chamado Freud	114
GRÁFICO 4.2: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens O voo cego do petismo e Um enigma chamado Freud em porcentagem	115
QUADRO 4.4: Distribuição de participantes nos papéis de transitividade	117
FIGURA 4.2: Descrição do escândalo do dossiê	132
QUADRO 4.5: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens A farra do cartão de crédito e A república dos cartões	144
GRÁFICO 4.3: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens A farra do cartão de crédito e A república dos cartões em porcentagem	146
DECRETO nº 5.355	151
QUADRO 4.6: Escolhas sistêmicas acerca das irregularidades no escândalo	159
GRÁFICO 5.1: A distribuição de tipos de processo nas reportagens do <i>corpus</i>	177

SUMÁRIO

Resumo	7
Abstract	8
Lista de Ilustrações	9
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	20
DISCURSO MIDIÁTICO, ESCÂNDALO POLÍTICO E CORRUPÇÃO: CONSIDERAÇÕES	
1.1 Princípios gerais da ação da mídia na vida social	21
1.2 A mídia sob a perspectiva discursiva	24
1.3 No caminho da Teoria Social do Escândalo Político	28
1.4 As características do escândalo midiático	31
1.5 O escândalo político e o campo da mídia	33
1.6 Escândalos político-financeiros: a corrupção	37
CAPÍTULO II	43
ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: UM ESPAÇO DE INTERFACE COM A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL	
2.1 A Linguística Sistêmico-Funcional: breves comentários	44
2.2 Por uma postura crítica na análise do discurso: a proposta de Norman Fairclough para uma ACD	47
2.3 As noções de texto e discurso em uma dimensão social	50
2.4 A representação de eventos sociais: escolhas motivadas?	55
2.5 A metafunção ideacional e o Sistema de Transitividade na Gramática funcional de Halliday: construindo representações do mundo pela linguagem	58
2.6 A noção de gênero discursivo	66
2.7 A construção da realidade social: a relação dialética entre linguagem e sociedade	68

CAPÍTULO III 72

METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Problema, objetivos e questões de pesquisa	72
3.2 O <i>corpus</i>	73
3.3 Procedimentos e metodologia de análise	78

CAPÍTULO IV 82

LEITURA CRÍTICA DO DISCURSO JORNALÍSTICO

4.1 O escândalo do Mensalão representado nas reportagens O PT assombra o Planalto e Nocaute: um perfil quantitativo dos tipos de processo	83
4.1.1 A representação do escândalo nas escolhas de transitividade: quem representar?	84
4.1.2 Representando ações para definir os agentes e suas funções no escândalo	85
4.1.3 A representação do escândalo nas escolhas dos processos verbais	95
4.1.4 Escolhas de atributos e valores: o que o escândalo significa?	100
4.1.5 A representação das sensações, sentimentos e desejos: os processos mentais ...	104
4.1.6 As reações que constroem sentidos: os processos comportamentais	109
4.1.7 A existência do mensalão	112
4.2 O escândalo do Dossiê representado nas reportagens O voo cego do petismo e Um enigma chamado Freud: um perfil quantitativo dos tipos de processo	114
4.2.1 A realização do escândalo nas escolhas de transitividade	116
4.2.2 Modos particulares de representar aspectos do escândalo: quais representações estão em jogo?	117
4.2.3 O papel dos elementos circunstanciais	125
4.2.4 A representação do que dizem os envolvidos	132
4.2.5 A representação do escândalo nas escolhas dos processos relacionais	135
4.2.6 A revelação de aspectos do escândalo nas escolhas de processos mentais e existenciais	140

4.3 O escândalo dos Cartões Corporativos representado nas reportagens A farrá do cartão de crédito e A república dos cartões: um perfil quantitativo dos tipos de processo	144
4.3.1 A construção da realidade de mundo do escândalo: a representação de irregularidades	146
4.3.2 As informações contextuais e a influência sobre as escolhas sistêmicas	158
4.3.3 Modos de representar o escândalo e os envolvidos: escolhas que influem na realidade das coisas	163
4.3.4 A política de confiança nas escolhas de representação	171
COMENTÁRIOS FINAIS	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
ANEXOS	188

INTRODUÇÃO

Gostaríamos de iniciar nossa discussão nesta pesquisa apresentando um discurso veiculado pela revista VEJA no período em que escândalos políticos de corrupção e a denúncia deles, objetos de pesquisa nesta dissertação, estão se tornando cada vez mais fortes e presentes na vida social e política contemporânea. A charge abaixo revela elementos importantes no que diz respeito à representação da política brasileira.



Fonte: Revista VEJA, 20 de fevereiro de 2008, edição 2048

Os sucessivos casos de transgressão de princípios éticos e morais cometidos por agentes políticos nesses últimos anos tem acarretado a produção de um número significativo de textos e discursos ¹, não só no âmbito político, mas também no campo da mídia, que buscam fazer a representação da realidade desses acontecimentos (no âmbito jurídico essas transgressões são enquadradas como atos de improbidade administrativa, instituídos pela Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 ²). São textos e discursos que agem diretamente na construção

¹ As noções de texto e discurso são discutidas no Capítulo 2.

² Texto disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8429.htm>

de conhecimentos sobre os procedimentos que regem o exercício do poder político. A charge acima mostra um modo particular de por em circulação esses conhecimentos, sugerindo que vejamos a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o escândalo dos cartões corporativos como um verdadeiro show circense, onde o que predomina é o jogo político de interesses daqueles agentes políticos responsáveis pela apuração dos fatos.

A representação acima mostra ainda que escândalos políticos se estendem para muito além das transgressões que os constituem, além de suscitar as seguintes questões: qual é o papel da mídia ao promover a circulação de conhecimentos sobre escândalos políticos? A mídia fornece apenas um terreno simbólico para esses acontecimentos ou é um dispositivo que controla seletivamente sua exposição? Não pretendemos fazer aqui uma análise política da mídia, muito menos uma análise das práticas de produção de notícias referentes a escândalos políticos. Nosso foco de análise é o discurso da mídia, mais especificamente o discurso de VEJA: suas escolhas linguísticas para a representação de escândalos políticos, com a atenção voltada para o modo como jornalistas constroem realidades de crise de corrupção para aquilo e para aqueles representados em seus discursos.

Para organizarmos esse objetivo, partimos da intrínseca relação entre mídia, escândalo político e linguagem, buscando fundamentação teórica na interface entre a Linguística Sistêmico-Funcional (daqui por diante LFS) (EGGINS, 1994; HALLIDAY, 1978; 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004; THOMPSON, 2003), através do significado ideacional da linguagem, e a Análise Crítica do Discorso (daqui por diante ACD), sobretudo nos trabalhos do linguista britânico Norman Fairclough (FAIRCLOUGH, 1989; 1995a; 2001a; 2003), através do funcionamento do discurso nas práticas sociais; somada ao estudo do sociólogo John Thompson sobre a noção de escândalo político (THOMPSON, 2002) e as considerações sobre a ação da mídia na vida social contemporânea (FAUSTO NETO, 1999; FOWLER, 1991; MOTTA, 2002a; THOMPSON, 1998). Para delimitação do *corpus* de pesquisa, escolhemos três escândalos políticos ocorridos recentemente no contexto brasileiro, a saber: o escândalo do mensalão (2005), o escândalo do dossiê (2006) e o escândalo dos cartões corporativos (2008).

No primeiro momento de nossa investigação, propusemo-nos a analisar, através de escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico, o modo como jornalistas constroem realidades de crise e de corrupção para os escândalos políticos representados discursivamente. Nosso objetivo foi desenvolver uma análise que nos desse uma dimensão do funcionamento

das escolhas lexicais e semânticas de processos, participantes e elementos circunstanciais na estruturação de uma representação da realidade e, ao mesmo tempo, que nos possibilitasse identificar ações e atividades humanas que estavam sendo expressas textual e discursivamente, ou seja, como realidades estavam sendo retratadas e construídas por meio da linguagem. Com isso, a identificação das escolhas de processos, participantes e circunstâncias nos possibilitou interpretar como um mundo particular estava sendo experiencialmente representado, isto é, como eventos de corrupção política estavam sendo construídos. Para Halliday e Matthiessen (2004), isso é possível porque as unidades que realizam processos, participantes e circunstâncias fornecem um retrato da realidade baseado no “modelo de experiência” do usuário da língua. Para essa análise, delimitamos duas reportagens de cada escândalo publicadas na revista VEJA, por entendermos que já nas duas primeiras coberturas sobre os escândalos a revista conseguia sintetizar os elementos constituintes de escândalos políticos (ver figura 1.1 na página 32).

Acerca do discurso da mídia, ele é certamente um campo multidisciplinar. Objeto de investigação minuciosa nos Estudos Culturais, na Sociologia e na Linguística – sobretudo na ACD, na Sociolinguística, na Semiologia, na Pragmática e na Semiótica –, o discurso da mídia implica questões de ordem não só linguística e discursiva, mas também social e política, visto que funciona como um fórum público para o debate do que acontece no mundo. Sua importância no mundo moderno é incontestável quando consideramos que a mídia vem substituindo cada vez mais o poder de outras instituições mais antigas – como, por exemplo, a Igreja e o Parlamento – enquanto a principal fonte de compreensão do mundo. Nas palavras de Silverstone (2002, p.12), enquanto um mecanismo de controle social, que (re) produz e fixa conhecimentos, valores e crenças, a mídia é “uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea”. Nessa perspectiva, os significados do mundo circulam de forma fundamental no discurso da mídia e nos textos que ela produz.

Embora a realidade exista fora da linguagem, é constantemente por meio dela que tomamos conhecimento de grande parte dos acontecimentos que nos cercam. Nesta dissertação, diante da necessidade de escolhas e de delimitações, nossa proposta de investigação focaliza como realidades de escândalos políticos são construídas por meio da linguagem no discurso da mídia, ou seja, investigamos a função da linguagem na representação do conhecimento. Para atender a esse fim, estamos partindo de uma perspectiva sistêmico-funcional da linguagem, tomando-a não como um conjunto de estruturas, mas sim

como uma rede de sistemas interrelacionados para a construção de significados. Com essa postura, estamos privilegiando fatores funcionais da linguagem e entendendo que a gramática, muito além de regras de correção, é um meio de representar padrões da experiência (HALLIDAY, 1994).

Em termos hallidayanos, estaremos analisando como jornalistas organizam sua experiência de mundo em significados ao representarem escândalos políticos. Halliday (1976) explica que a linguagem serve para estruturar nossas experiências de mundo em forma de significados, nos ajudando a determinar uma forma de perceber o mundo. Isso porque usamos a linguagem para representar nossas experiências de processos, de pessoas, de objetos, de abstrações, de qualidades, de estados e de relações do mundo ao nosso redor e dentro de nós.

Sendo assim, estamos assumindo aqui que a linguagem é uma parte natural do processo de viver e que ela é usada para armazenar as experiências acumuladas no curso desse processo. Estamos assumindo que a linguagem é uma ferramenta para representar o conhecimento e que a gramática é um recurso para construirmos significados sob a forma de fraseados (*wording*)³ (MATTHIESSEN e HALLIDAY, 1997). Portanto, nossa atenção está voltada para os recursos experienciais da linguagem responsáveis por representar e construir fenômenos da experiência enquanto unidades semânticas. Na perspectiva da LSF, estamos lidando com o conteúdo da linguagem: com que tipo de atividades são realizadas, como os participantes dessas atividades são descritos, como são classificados e de que eles são compostos (MARTIN e ROSE, 2003, p.66).

Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004) explicam que no significado ideacional da linguagem toda oração⁴ expressa padrões da experiência do falante. Para esse significado, a oração é usada para construir uma imagem mental da realidade, ou para dar sentido ao que se passa a nossa volta e dentro de nós. Nas palavras de Halliday (1994, p.106), a oração tem um papel fundamental “porque ela encarna um princípio geral para a modelagem da experiência – isto é, o princípio de que a realidade é composta de PROCESSOS”⁵ (ênfase do autor). Se tomarmos o modo como escândalos políticos são representados e construídos na

³ Os termos da LSF utilizados nesta dissertação estão de acordo com a tradução disponível em http://www2.lael.pucsp.br/~tony/sistemica/termos/db.cgi?db=default&uid=default&view_records=1&ID=*&sb=2

⁴ Na perspectiva sistêmico-funcional, a oração é tomada como a unidade central de processamento da lexicogramática, visto ser na oração que os significados de diferentes tipos são mapeados e integrados na estrutura gramatical.

⁵ Nossa tradução de: “(...) because it embodies a general principle for modelling experience - namely the principle that reality is made up of PROCESSES”.

perspectiva sistêmico-funcional, veremos que as orações produzidas nos permite conceituar e descrever as experiências dos jornalistas, isto é, sua imagem mental das realidades dos escândalos. Para tanto, utilizamos o Sistema de Transitividade para interpretarmos as realidades a partir da relação entre processos (expressos por verbos e grupos verbais), seus participantes (designados por nomes) e elementos circunstanciais (tipicamente expressos por grupos adverbiais e sintagmas preposicionados) ⁶.

Da mesma forma, assumimos aqui que a representação é uma questão essencialmente discursiva, visto que o discurso figura como parte de representações sociais dentro de práticas sociais. Atores sociais produzem representações da realidade em termos de discurso, eles produzem representações de outras práticas sociais, bem como de sua própria prática no âmbito de suas atividades dentro da prática. Nesse processo, eles incorporam elementos de outras práticas em sua própria prática, recontextualizando-os de acordo com suas perspectivas de mundo ou conforme são posicionados dentro da prática (FAIRCLOUGH, 2003). Portanto, entendemos que as representações sociais instauram versões da realidade, sujeitas ao jogo de interesses daqueles atores que enunciam essa realidade. Isso significa dizer que as escolhas de representação são decisões motivadas quer social, quer política, quer culturalmente; são escolhas marcadas que denunciam uma certa perspectiva em relação a uma realidade particular.

Esse nosso posicionamento vai ao encontro de uma postura para a compreensão da linguagem na vida social contemporânea. Estamos assumindo que a língua é um dos principais sistemas de signos responsável por mediar nossas experiências e nossas relações para com o mundo. Daí porque ela merece uma atenção especial. Daí porque analisar os escândalos políticos na perspectiva da linguagem. Muito além de atos de transgressão, escândalos políticos são eventos constituídos na e pela linguagem; são eventos narrativos constituídos, em parte, por um conjunto de narrativas midiáticas, aprimoradas e revisitadas à medida que o acontecimento se desdobra. Escândalos políticos são entrelaçados por um contar

⁶ O significado de transitividade na Gramática Funcional de Halliday difere daquele postulado pela Gramática Tradicional. Nesta abordagem, a distinção é feita entre verbos intransitivos e verbos transitivos, e o que importa saber é se o verbo aceita um objeto ou não. Todavia, esta distinção sintática rejeita importantes diferenças de significado entre os vários tipos de verbo e, por isso, os vários tipos de oração (FOWLER, 1991). Na proposta de Halliday, o interesse está assentado no tipo de processo que verbo designa, havendo por isso uma gama maior de distinções de significado por trás dos tipos de verbo do que aquela estabelecida entre verbos intransitivos e verbos transitivos. Na perspectiva funcional de Halliday, a transitividade é um sistema da oração que afeta não apenas o verbo que serve como processo, mas também participantes e circunstâncias (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004).

e recontar de histórias sobre os acontecimentos (ou supostos acontecimentos) que estão no centro do fato (THOMPSON, 2002).

A revelação, a avaliação e a condenação de escândalos políticos na mídia não apenas descrevem um estado de coisas. Pelo contrário, elas são ações que parcialmente constituem esse estado de coisas, integrando às narrativas jornalísticas a própria existência do escândalo⁷. Logo, o discurso midiático sobre o escândalo é parte integrante do próprio escândalo político, e não um comentário retrospectivo sobre ele. É aí que está nosso interesse em investigar a representação de escândalos políticos nas reportagens de VEJA: de que forma os discursos produzidos constroem realidades para os eventos e para aqueles agentes políticos neles envolvidos? Qual é o papel das escolhas lexicais nesse processo representativo? Qual lugar social é construído para a política?

Enquanto um fenômeno linguístico de cunho político e social, a representação de escândalos políticos na mídia sinaliza intrínsecas relações entre linguagem e sociedade. Essas duas dimensões interagem dialeticamente, cada uma com sua própria especificidade, de modo a construir versões das realidades dos escândalos ocorridos. São essas versões que chegam até nós como realidades prontas para serem consumidas. Em razão dessa influência mútua, reportagens jornalísticas podem causar efeitos na sociedade; podem, por exemplo, construir certos conhecimentos sobre a política ou serem usadas para construir identidades sociais, proporcionando modos particulares de ver e interpretar a realidade da política brasileira. De igual modo, a sociedade, através de suas diversas manifestações, determina normas e convenções para essa representação discursiva de escândalos políticos. O resgate dessa bidirecionalidade na análise é fundamental para compreendermos como cada escolha (lexical, sintática e semântica) opera estrategicamente na construção de uma representação significativa de aspectos da realidade social.

Destacam-se dois principais fatores que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa. Em primeiro lugar, a pertinência de se investigar o papel da linguagem no modo como escândalos políticos manifestam-se discursivamente na mídia jornalística em termos de sistemas de conhecimento e significado. Se por um lado, o discurso serve para representar e construir aspectos da realidade de escândalos, por outro, serve para conformar e controlar o

⁷ Conforme explicam Sodré e Ferrari (1986, p.11), a narrativa não   privilégio da arte ficcional. A notícia sobre qualquer fato, como, por exemplo, uma denúncia de corrup o política, já traz em si, em germe, uma narrativa. O relato sobre o fato ocorrido constitui uma narrativa que não é regida pelo imaginário, como na literatura de fic o, mas pela realidade factual do acontecimento.

conhecimento acerca deles (o que acontece? quem age? quais as consequências dessa ação?). Em segundo lugar, estamos vivendo um período em que escândalos políticos e a denúncia deles se tornaram realidades recorrentes. Eles passaram a ser algo constante na mídia informativa: vemos, lemos e ouvimos notícias a respeito das mais variadas formas de corrupção: suborno, lavagem de dinheiro, desvio de verbas públicas e gastos do dinheiro público, são apenas alguns exemplos. Esse contexto de linguagem, informação e política influenciou muito na decisão do tema desta dissertação.

A sequência da dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. No primeiro, faço breves considerações sobre o papel do discurso midiático na vida social contemporânea e sobre a noção de escândalo político. Parto das contribuições do estudo do sociólogo John Thompson (2002) para defender que escândalos políticos são fenômenos essencialmente midiáticos que podem prejudicar seriamente a reputação dos indivíduos cujas ações estão no centro do escândalo. E mais, que escândalos políticos dizem respeito não somente a tragédias pessoais: escândalos políticos são também lutas sociais travadas no campo simbólico; acima de tudo, escândalos são discursos, modos particulares de representar a realidade.

No capítulo seguinte, apresentamos a base teórica e metodológica que sustenta nossa análise linguística e discursiva dos escândalos investigados. Revisamos os pressupostos teóricos sobre o Sistema de Transitividade segundo a Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday e Matthiessen (2004), as noções de texto e discurso em uma dimensão social, a noção de gênero discursivo adotada nesta pesquisa e uma breve observação sobre a relação dialética entre linguagem e sociedade.

No terceiro capítulo, tratamos da metodologia usada nesta pesquisa, ressaltando as categorias de análise, o processo de coleta e descrição do *corpus*, bem como uma breve definição dos escândalos políticos tomados para análise. Dando continuidade a nossa proposta, no capítulo quatro, apresentamos a análise e a discussão dos dados, com base nos pressupostos teóricos apresentados nos capítulos I e II, buscando compreender como realidades de crise e de corrupção são construídas para os escândalos políticos tomados para análise. Nos comentários finais, apresentamos os resultados alcançados com a pesquisa, entendendo que esses resultados correspondem apenas a uma pequena possibilidade de abordar reflexões sobre a representação de escândalos políticos no discurso da mídia e a um pequeno recorte dentro da amplitude de propostas que a LSF e ACD oferecem ao estudo da linguagem.

CAPÍTULO I

Discurso midiático, escândalo político e corrupção: considerações

Neste primeiro capítulo, discutiremos, ainda que brevemente, questões relacionadas à contextualização da pesquisa em termos do significativo papel da mídia em conformar realidades sociais para aquilo que representa. Nesse sentido, nosso foco maior é considerar a atuação da mídia na representação discursiva de escândalos políticos. Tendo em vista a natureza multifacetada e a complexidade teórica do problema de pesquisa, a saber, como o discurso jornalístico da revista VEJA faz a representação de escândalos políticos ocorridos no contexto brasileiro, é necessário tornar compreensível alguns conceitos cruciais que norteiam os dados obtidos na análise linguística e discursiva das reportagens sob investigação. Tais conceitos são “mídia”, “escândalo político” e “corrupção”.

Nas duas primeiras seções, 1.1 e 1.2, concentro-me na importância de se tomar os sistemas simbólicos produzidos pela mídia como os principais responsáveis pela construção da visão que temos das realidades sociais que nos cercam. Isso se faz mais evidente quando consideramos o conceito de mundaneidade mediada: “nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p.38). Nas seções 1.3, 1.4 e 1.5, meu foco desloca-se para a Teoria Social do Escândalo Político (THOMPSON, 2002), onde procuro mostrar os escândalos políticos não somente como atos de transgressão, mas fundamentalmente como discursos. Por fim, mas não menos importante, na seção 1.6, apresento o conceito de corrupção, tomando-o tanto no âmbito do escândalo político, como no âmbito da lei. Em razão disso, este capítulo pode ser visto como uma negociação de nosso ponto de partida para a pesquisa.

1.1 Princípios gerais da ação da mídia na vida social

Num mundo onde toda informação é mediada, parece-nos inconcebível falar da representação de escândalos políticos no âmbito da mídia sem considerar seu poder de selecionar, contextualizar, estruturar e referenciar a realidade desses fenômenos. Se considerarmos a autonomia de que a mídia dispõe (sujeita apenas a certas restrições legais e de normas jornalísticas) para construir e estruturar a realidade social, podemos afirmar que o mundo que nos é trazido em forma de notícias não se trata de uma mediação passiva da realidade. Estamos de acordo com aqueles autores que dizem que as notícias, enquanto uma representação do mundo por meio da linguagem, constroem, significam e transmitem uma imagem daquilo que informam, e não fazem isso de forma neutra, visto que no discurso jornalístico entrecruzam-se interesses ideológicos, políticos e econômicos daqueles que estão por detrás de sua produção e, ainda que de forma indireta, daqueles que consomem esse discurso. Tal como outras instituições, a mídia também faz parte do jogo de (re) produção de poder na sociedade, participando da formação de consensos políticos, e para isso ela organiza os acontecimentos, noticiando-os sob determinados prismas. Logo, isso implica a impossibilidade de seus textos simplesmente “espelhareem o real”. As notícias, e outros tantos gêneros jornalísticos, estão vinculadas a ordens de discurso que determinam as regras que controlam sua produção. Isso significa que os conceitos construídos nos textos não têm existência independente das condições que regulam sua produção. O resultado disso é a propriedade do discurso jornalístico de ser construtivo, logo participando da (re) produção e transformação de conhecimentos e crenças, de relações e identidades sociais.

Considerando o papel crucial da mídia na configuração da visão que temos hoje do que significa e o que implica um escândalo político, vemos que seu poder está exatamente na capacidade de construir, por meio de textos e discursos, conceitos e referências que se tornam a própria realidade dos escândalos ocorridos. Acreditamos, pois, que é nessa operação de nomeação e de significação que os escândalos políticos se tornam uma realidade específica em nossos dias.

Nessa perspectiva da ação da mídia na vida social, Motta (2002a, p.16) assinala que as sociedades modernas passaram a ser impulsionadas por uma lógica midiática. Nesse processo, a mídia passou a ser a instituição política e ideologicamente mais notável da sociedade, superando outros poderes – como, por exemplo, o Parlamento, no jogo político – e outras

instituições – como, por exemplo, a Igreja e a Escola – na produção e na difusão de ideologias. O autor entende que tudo passou a ser condicionado a essa lógica midiática. Um exemplo disso é que o processo político ficou inexoravelmente dependente da mídia e passou a ser um prolongamento dela em geral e da imprensa em particular (MOTTA, 2002a, p.17). Chouliaraki e Fairclough (1999) observam que áreas-chave da vida social, como, por exemplo, a política, têm se centrado cada vez mais sobre a mídia, e as pessoas envolvidas nessas áreas têm-se tornado, conseqüentemente, cada vez mais autoconscientes da linguagem que utilizam. Isso tem implicado um aumento de intervenções conscientes nos elementos linguísticos e semióticos de práticas sociais de acordo com objetivos econômicos, organizacionais e políticos específicos. É nesse sentido que os autores advogam que uma perspectiva crítica sobre o discurso é um elemento social e politicamente importante na vida social contemporânea.

Para Thompson (1998), a mídia é uma instituição social que se orienta para a produção em larga escala e difusão generalizada de informações e conteúdos simbólicos, em que sua produção de textos e discursos assume um papel social, político e historicamente importante, característico no mundo moderno: a produção de significados para o que entendemos como realidade. Thompson (1998) entende que ao controlar o fluxo de imagens e informações, a mídia desempenha um papel fundamental no controle do fluxo de acontecimentos, e, assim, de sentidos, envolvendo-se ativamente na construção do mundo social. “Ao levar imagens e informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência” (THOMPSON, 1998, p.106).

Conforme Thompson (2008) discute, a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, começando com a imprensa escrita, mas incluindo também as mais recentes formas de comunicação eletrônica, o fenômeno da publicidade ⁸ ligou-se de forma cada vez mais crescente ao novo tipo de visibilidade produzido pela mídia: a visibilidade mediada. Esse novo tipo de visibilidade possibilitou que ações, acontecimentos e indivíduos adquirissem uma publicidade independentemente de serem vistos ou ouvidos por um público co-presente, tornando do conhecimento comum, ações e acontecimentos cada vez mais difíceis de serem controlados. Nesse sentido, pela ação da mídia, o que é público pode ser

⁸ Publicidade aqui significa a natureza pública de ações. Em inglês, Thompson usa o termo *publicness* para diferenciar de *publicity*. Achamos conveniente manter o termo publicidade, conforme já é traduzido nas obras do autor.

estendido no tempo e também no espaço, podendo se tornar potencialmente global em abrangência (a mais recente cobertura midiática da Guerra do Iraque é um exemplo disso). Por isso, acreditamos que, de forma geral, o discurso e outras práticas sociais da mídia representam um modelo concreto da importância que a luta pela visibilidade adquiriu na vida social e política das sociedades atuais.

Diversos estudos têm mostrado que a mídia tem sim um papel crucial na forma como constrói ou alimenta o nosso imaginário social sobre o mundo (ver VAN DIJK, 1988; BOURDIEU, 1997; RICHARDSON, 2007). É por isso que Thompson (1998, p.38) entende que “nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas”. Cada vez mais, temos acesso a um mundo que é editado, que chega a até nós pronto para ser consumido e que penetra em nossas escolhas do que é bom e ruim, verdadeiro e falso. Por conseguinte, Fairclough (1995a, p. 201) adverte para a presença de um “letramento crítico da mídia”. Segundo o autor, é essencial para uma efetiva cidadania que as pessoas sejam criticamente conscientes da cultura, da linguagem e do discurso da mídia, já que vários aspectos culturais estão, cada vez mais, salientes na ordem discursiva da mídia. Nas palavras do autor:

Textos midiáticos constituem um barômetro sensível de mudança sociocultural, e eles devem ser vistos como um valioso material para pesquisar a mudança. As mudanças na sociedade e na cultura manifestam-se com todas as tentativas, incompletudes e contradições nas variadas e heterogêneas práticas discursivas da mídia ⁹ (FAIRCLOUGH, 1995a, p.52).

Demonstrando como a mídia construiu o fenômeno da AIDS discursivamente, Fausto Neto (1999) observa que a mídia é um dispositivo de construção dos modernos processos de visibilidade social. Operando juntamente com outras instituições sociais enquanto núcleos articulados de produção de conhecimentos, a mídia estrutura e estrutura-se no espaço público, atuando nele através de competências próprias – como quando acolhe determinados acontecimentos, tornando-os informação e dando-lhes uma dimensão de visibilidade pública de acordo com um conjunto de condições (políticas, sociais, culturais e ideológicas) próprio

⁹ Nossa tradução de: “Media texts constitute a sensitive barometer of sociocultural change, and they should be seen as valuable material for researching change. Changes in society and culture manifest themselves in all their tentativeness, incompleteness and contradictory nature in the heterogeneous and shifting discursive practices of the media”.

de seus respectivos projetos de construção e de visibilidade da realidade. A mídia seria, então, um dos dispositivos instituidores do espaço público, “na medida em que, pela sua ação ritualística e cotidiana, as mídias vão, não só anunciando a noção de realidade, mas convertendo-se, elas mesmas, como lugar pelo qual a realidade não só passa por elas, mas também se faz nelas” (FAUSTO NETO, 1999, p.16).

Silverstone (2002), por sua vez, insiste no papel fundamental da mídia em produzir, comunicar e assegurar significados para o mundo. Para o autor, a mídia é uma dimensão essencial da experiência contemporânea, em que não nos é possível evitar sua presença, isto é, sua capacidade de representação e intervenção no mundo. O autor defende que devemos estudar a mídia porque ela é fundamental em nossa vida diária. Isso implica estudá-la não apenas em suas dimensões política, econômica e cultural, mas também discursiva. Estudá-la como algo que contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo que nos cerca, de (re) produzir e partilhar seus significados. Isso porque o autor entende que a mídia faz parte da “textura geral da experiência”, isto é, a mídia constitui nossas experiências do cotidiano.

1.2 A mídia sob a perspectiva discursiva

Uma obra de referência no estudo discursivo da mídia é a de Peter Garret e Allan Bell (1998), *Approaches to Media Discourse*. O livro traz relevantes trabalhos produzidos pelos principais estudiosos que trabalham na interface discurso e mídia. A obra apresenta o “estado da arte” nos estudos do discurso midiático, com diferentes abordagens para a pesquisa discursiva de gêneros midiáticos. Para Garret e Bell (1998), uma das principais razões de se estudar o discurso da mídia é que ela reflete e influencia a formação e a expressão da cultura, da política e da vida social.

O trabalho seminal de Roger Fowler (1991) contestou a ideia de um jornalismo imparcial, livre de valores sociais, para defender a inevitabilidade da subjetividade (leia-se ideologia) nas práticas linguística, discursiva e social do jornalismo de notícias. Este linguista britânico investigou a função social das notícias e para isso analisou o papel da estrutura linguística na construção da realidade representada (noticiada), mostrando que a linguagem não é uma janela transparente, mas, sim, um meio de refração, de estruturação, em outras palavras, “um mediador altamente construtivo da realidade”. Nessa perspectiva linguística,

Fowler (1991) busca demonstrar a natureza ideológica e política da linguagem jornalística imbricada na representação de eventos sociais. Seu objetivo, por conseguinte, não reside meramente na descrição de características linguísticas que identifiquem a parcialidade ideológica introduzida no processo de representação, mas em evidenciar ao leitor que a representação da realidade enquanto notícia passa por um processo de construção dessa realidade em forma de escolhas linguísticas motivadas social e culturalmente.

Para essa investigação, Fowler (1991, p.4) entende que a notícia possibilita a representação do mundo por meio da linguagem. Trata-se de uma prática que constrói discursos que, longe de representarem a realidade social e fatos empíricos de forma neutra, intervêm na construção da realidade social. Sob esse mesmo viés crítico, Caldas-Coulthard (1997) pontua que as notícias engendram constructos culturais que codificam valores e significados para uma sociedade. A autora observa ainda que toda notícia é uma prática social atrelada a recursos linguísticos, os quais podem funcionar como instrumentos estrategicamente mobilizados em um jogo de poder, impondo e reforçando valores e atitudes naquilo que representa.

Bell (1998) considera que compreender como as notícias funcionam é importante para entender o funcionamento da linguagem na sociedade, isso porque o discurso da mídia é importante tanto pelo o que ele revela sobre a sociedade quanto pelo o que ele contribui para o caráter dessa sociedade. O autor vê o texto como elemento central para a notícia: “o conteúdo da notícia não é independente de sua expressão, e só podemos esperar ter uma compreensão clara da natureza do conteúdo da notícia através de uma análise atenta do texto da notícia”¹⁰ (BELL, 1998, p.65).

Trançando o esboço da ACD, Fairclough (1995a) entende que o poder da mídia tem uma faceta linguística e discursiva capaz de influenciar a formação de conhecimentos, valores, crenças, relações sociais e identidades sociais. Um poder significativo que é largamente uma questão de como a linguagem é utilizada. Daí porque Fairclough toma de Foucault (2008) a noção de que o discurso tem efeitos constitutivos sobre as pessoas e sobre a sociedade. E nesse processo constitutivo, Fairclough (1995a) entende que o jornalismo cumpre uma tarefa constante na representação e na construção do mundo que nos cerca, ocupando, por isso, um lugar fundamental na ACD.

¹⁰ Nossa tradução de: “News content is not independent of its expression, and we can only hope to have a clear understanding of the nature of news content by close analysis of the news text”.

Fairclough (1995a, p.91) observa, entretanto, que os propósitos sociais do jornalismo são complexos: “os jornalistas não apenas reelaboram eventos, eles também os interpretam e explicam, tentam levar as pessoas a ver coisas e a agir de determinadas formas, e buscam entretê-las”¹¹. É por isso que as escolhas linguísticas dos jornalistas interessam de perto o analista crítico do discurso. Analisar o processo representacional em textos midiáticos implica considerar as escolhas linguísticas como escolhas de significado e o texto como um produto sócio-histórico não acabado, situado e representativo de aspectos da realidade.

Ainda com relação ao jornalismo, Fairclough (1995a, p.204) considera que seus textos não são uma simples e transparente representação do mundo, mas sim “o resultado de técnicas e práticas profissionais específicas, que poderiam e podem ser completamente diferentes, com resultados bastante diferentes”¹². Isso porque o autor parte da premissa de que os textos midiáticos não espelham realidades já prontas; ao contrário, esses textos “constituem versões da realidade que dependem das posições sociais, dos interesses e dos objetivos daqueles que os produzem. Eles fazem isso através de escolhas que são feitas em vários níveis no processo de produção textual”¹³ (FAIRCLOUGH, 1995a, p.103-104). Isso significa que a representação de eventos sociais pelo jornalismo é um processo construtivo, consciente e estratégico, onde nada se encontra por acaso.

Nessa perspectiva, uma vez agindo dentro do mundo que representa, o texto informativo não pode estar isento das influências externas (não linguísticas). Isso porque quem o produz são sujeitos sociais (jornalistas e empresários) dotados de saberes, ideologias, interesses e objetivos a defender, inseridos em uma ordem social¹⁴ particular que impõe determinados discursos e práticas sociais. Mesmo diante de escândalos políticos de corrupção, onde os interesses parecem ser universais (a corrupção deve ser combatida e os corruptos devidamente punidos), o processo de produção textual da informação é organizado

¹¹ Nossa tradução de: “Journalists don’t only recount events, they also interpret and explain them, try to get people to see things and to act in certain ways, and aim to entertain”.

¹² Nossa tradução de: “(...) the outcome of specific professional practices and techniques, which could be and can be quite different with quite different results”.

¹³ Nossa tradução de: “(...) they constitute versions of reality in ways which depend on the social positions and interests and objectives of those who produce them. They do so through choices which are made at various levels in the process of producing texts”.

¹⁴ Segundo Fairclough (1989, p. 29), experienciamos a sociedade e as várias instituições sociais em que atuamos enquanto divididas e estruturadas em diferentes esferas de ação, diferentes tipos de situação, onde cada qual possui seus próprios tipos de prática social associados. Nesse sentido, o autor usa o termo ordem social para se referir a essa estruturação de um espaço social particular em vários domínios associados a vários tipos de prática social. A mídia, nessa perspectiva, é uma instituição social regida por ordens sociais que determinam discursos e prática sociais particulares. As ordens de discurso, dessa forma, seriam os aspectos discursivos de ordens sociais.

a partir de um ponto de vista mais adequado aos interesses daqueles sujeitos produtores. Isso porque qualquer coisa que é dita ou escrita sobre o mundo é articulada a partir de uma posição ideológica particular (FOWLER, 1991).

Por fim, Fairclough (1995a) ressalta a importância de se analisar a recepção dos textos jornalísticos de modo a compreender os significados e os efeitos do discurso produzido. Embora possa haver um número ilimitado de leituras distintas para um mesmo texto, toda leitura é um produto de uma interface entre as propriedades do texto e os recursos que os leitores trazem para lidar com o texto. E esse processo interpretativo é, sobretudo, delimitado tanto pela natureza do texto (científico, político, religioso, publicitário, etc.), como pelo contexto social no qual o leitor está inserido.

Fairclough (1995a) vê a mídia operando dentro de um sistema social, juntamente com uma rede de instituições sociais. Segundo o autor, dois aspectos sobressaem-se da relação que a mídia estabelece com essas instituições: sua relação com a vida social e sua relação com os negócios (ou o mercado). Em virtude disso, o autor identifica uma tensão que delinea a ordem do discurso midiático: a tensão entre informação e entretenimento; sinalizando duas tendências no discurso da mídia: (1) a tendência do discurso da mídia tornar-se cada vez mais conversacionalizado e (2) a tendência de mover-se cada vez mais na direção do entretenimento, tornando-se mais mercantilizado – para mais detalhamento sobre essas tendências, ver o capítulo 7 de Fairclough (2001a).

A grande contribuição da proposta de Fairclough (1995a) para a análise do discurso midiático é buscar explicitar que “a análise do discurso pode ser entendida como uma tentativa de mostrar ligações sistemáticas entre textos, práticas discursivas e práticas socioculturais”¹⁵ (FAIRCLOUGH, 1995a, p.16-17). O autor entende que todo evento comunicativo deve ser visto sob uma perspectiva tridimensional, através de três dimensões analíticas constitutivas: a análise do texto, da prática discursiva e da prática sociocultural (nosso foco nesta pesquisa incidiu de forma mais sistemática sobre a análise do texto, o que não significa que será tratado de forma isolada das práticas discursiva e sociocultural. Acreditamos que a análise do texto nos proporciona uma possibilidade consistente para compreendermos como as escolhas lexicais, sintáticas e semânticas, responsáveis por

¹⁵ Nossa tradução de: “Discourse analysis can be understood as an attempt to show systematic links between texts, discourse practices, and sociocultural practices”.

construir aspectos das realidades dos escândalos políticos, estão necessariamente relacionadas a outras dimensões do discurso).

1.3 No caminho da Teoria Social do Escândalo Político

Independentemente de suas peculiaridades, todo escândalo envolve a transgressão de normas, valores ou códigos morais que regulam as relações sociais de uma sociedade. Entretanto, há de se observar que existem grande diversidade e variabilidade cultural nos tipos de normas, valores e códigos morais que devem ser feridos para que uma ação seja cunhada como escândalo. Aquilo que é considerado escândalo em uma determinada sociedade, num determinado momento, não será necessariamente visto como uma transgressão por outras pessoas, de outras sociedades, naquele mesmo momento. Nesse sentido, para que uma ação seja vista como um escândalo é necessário que essas normas, valores e códigos morais feridos tenham determinado grau de força moral, ou obrigatoriedade, para alguns indivíduos ou grupos de uma sociedade. Em outras palavras, é necessário que a transgressão vá contra os princípios éticos e morais daqueles que a experienciam ¹⁶. É por isso que escândalos são, muitas vezes, incidentes confusos que implicam transgressões que são, elas mesmas, sujeitas à contestação. Isso acontece, segundo Thompson (2002, p.43), porque valores e normas são “facetas contestadas da vida social”, aceitas por algumas pessoas e rejeitadas por outras ¹⁷.

Embora não sejam fenômenos novos – escândalos sempre existiram –, com o desenvolvimento das sociedades modernas, a dimensão, a natureza e os efeitos dos escândalos mudaram consideravelmente. Conforme aponta Thompson (2002), uma das razões dessas transformações é que escândalos são cada vez mais constituídos por formas midiáticas de comunicação. A partir do século XVII, a noção de escândalo passou a ser articulada na

¹⁶ De acordo com Thompson (2002), a etimologia da palavra “escândalo” (do Grego *skandalon*) possui uma história com os códigos morais religiosos e pode ser encontrada na Grécia antiga e no início do pensamento judaico-cristão. Escândalo era usado principalmente no contexto religioso para definir algo que fosse motivo de ofensa à fé religiosa. Essa noção foi sendo gradualmente suplementada por outros significados a partir do desenvolvimento da palavra latina *scandalum*, passando a significar ações infames ou conduta que ofendesse sentimentos morais. Hoje, seu emprego descreve “ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública” (THOMPSON, 2002, p.40).

¹⁷ O escândalo dos cartões corporativos do Governo Federal foi um exemplo típico desse processo. Muitos membros do governo não entenderam o uso indevido dos cartões como um escândalo político, mas, sim, um erro cometido por aqueles que possuíam os cartões. Por isso, os gastos foram caracterizados, pelo governo, como impróprios e não como infrações.

imprensa, inicialmente na cultura dos panfletos e depois na cultura dos periódicos políticos e dos jornais. Todavia, foi no início do século XIX que o fenômeno do escândalo passou a existir dentro de uma estrutura e de uma dinâmica próprias: atos de infração moral, até então ocultos, eram divulgados na imprensa, causando manifestações públicas de desaprovação e revolta. A intervenção da imprensa no modo como escândalos são tornados públicos deu origem ao que Thompson chama de “escândalos midiáticos”; escândalos como eventos da mídia. Escândalos midiáticos não são acontecimentos escandalosos, tais como, envolvimento sexual, suborno, lavagem de dinheiro, dentre outros tipos, noticiados pela mídia e que existem independentemente de sua cobertura: eles são fenômenos que existem porque a mídia interveio de forma fundamental na sua publicização¹⁸.

Essa noção de escândalo midiático mostra que sem a participação efetiva da mídia, os acontecimentos simplesmente não existem. O ato de transgressão pode até ter acontecido, mas se não houver sua publicidade na mídia ele não é um escândalo midiático. Thompson (2002) entende que um dos papéis da mídia nos escândalos é exatamente o de selecionar e retransmitir as informações já produzidas, transformando-as em histórias atraentes e sugerindo referenciais para sua interpretação. É por isso que a importância e os efeitos de um acontecimento dependem de: se a mídia o representa e como o representa. Por causa desse processo, Thompson (2002) ressalta que o estudo de escândalos pode levantar questões relevantes a respeito do papel da mídia em conformar agendas de políticas públicas.

Devido a esse papel crucial da mídia na representação política e social desses fenômenos, os escândalos não são constituídos apenas por atos de transgressão, mas, também, por discursos. A revelação, a avaliação e a condenação de escândalos na mídia não apenas descrevem um estado de coisas. Pelo contrário, elas são ações que parcialmente constituem esse estado de coisas, integrando às narrativas jornalísticas a própria existência do escândalo. Logo, o discurso sobre o escândalo é parte integrante do próprio escândalo político, e não um comentário retrospectivo sobre ele. É aí que está nosso interesse em investigar a representação de escândalos políticos na imprensa: de que forma os discursos produzidos constroem realidades para os eventos e para aqueles atores políticos neles envolvidos? Qual é o papel das

¹⁸ Segundo Thompson (2002), o aparecimento do escândalo como um acontecimento midiático está intimamente relacionado a um amplo conjunto de mudanças sociais e políticas que possuem uma longa história e que tiveram um profundo impacto na vida social, moldando o que hoje chamamos de modernidade. Mudanças que, entre outras coisas, difundiram novas tecnologias de informação e de comunicação, criaram novos tipos de visibilidade e de publicidade, redefiniram as relações entre vida pública e vida privada, transformaram o caráter da cultura política e modificaram a cultura do jornalismo.

escolhas lexicais nesse processo representativo? Qual lugar social é construído para a política?

Um aspecto imprescindível na constituição dos escândalos midiáticos são as respostas de desaprovação por parte dos não participantes do escândalo. Embora essas respostas sejam variadas elas possuem em comum aquilo que Thompson (2002) chama de “discurso infamante”.

Esse é um tipo de discurso moralizador que censura e reprova, repreende e condena, que expressa desaprovação das ações e dos indivíduos. É um discurso que contém implícito que as ações trazem vergonha, desgraça ou descrédito ao indivíduo ou indivíduos que as praticam. É um discurso que pode estigmatizar” (THOMPSON, 2002, p.48).

Se atentarmos para os diversos textos produzidos pela mídia quando representa escândalos políticos, veremos que seus discursos contribuem a seu modo para reprovar e condenar tanto os atos cometidos como seus autores. Thompson (2002) entende que é a revelação de um escândalo seguida de discursos infamantes que pode prejudicar seriamente a reputação dos indivíduos cujas ações estão no centro do escândalo.

Por terem esse caráter público e aberto, os escândalos midiáticos são riscos que ameaçam constantemente prejudicar a imagem pública daqueles indivíduos cujas vidas estão sob o foco das acusações. Por isso, muitos escândalos são caracterizados como “lutas por um nome”. Ciente de que sua reputação pode ser seriamente prejudicada com a revelação do escândalo, o envolvido pode fazer um grande esforço para defendê-la e limpar seu nome. Todavia, conforme lembra Thompson (2002, p.50), a luta pela reputação não é uma questão somente de orgulho pessoal e honra. O que está em jogo para os agentes envolvidos é seu capital simbólico (a acumulação de respeito, prestígio e reconhecimento): no caso de atores políticos, um recurso imprescindível ao exercício do poder político. Se quiser ter uma boa reputação, credibilidade e confiabilidade, de modo a cultivar e sustentar elos de confiança com outros políticos e cidadãos, o ator político deve fazer uso do poder simbólico: um poder que o capacita intervir no curso de acontecimentos, influenciar ações e crenças de outros indivíduos e criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas (THOMPSON, 1998).

Logo, percebe-se que o escândalo midiático tem uma importância fundamental dentro da política, pois pode esvaziar os estoques de capital simbólico do qual o ator político depende para exercer poder político. A reputação, um dos elementos constituintes do capital

simbólico, pode ser, então, seriamente prejudicada devido ao surgimento de um escândalo. Conforme explica Thompson (2002), a transformação da cultura política sinalizou novos aspectos para a atividade política. Dentre esses aspectos estão o prestígio, a notoriedade, a fama, a confiabilidade, a credibilidade, que políticos e partidos precisam possuir para conseguir seu apoio entre os eleitores, visto que as pessoas passaram a votar segundo critérios da “política de confiança” do candidato, e não mais por razões partidárias e ideológicas.

1.4 As características do escândalo midiático

De acordo com Lull e Hinerman (1997, p.3), a mídia não é apenas um dispositivo que promove a circulação de escândalos políticos. Ao narrar os fatos, ela enquadra as histórias, as preenche com personagens, oferece características particulares a essas histórias, além de promover sua longevidade. Segundo os autores, isso possibilita à mídia o papel de não apenas fornecer um terreno simbólico para os acontecimentos, mas também de controlar sua exposição.

Em sua obra, Thompson (2002) aprofunda essa ideia ao observar que os escândalos midiáticos apresentam uma estrutura temporal e sequencial que é moldada pelas próprias práticas operacionais da mídia e de outras organizações – como, por exemplo, partidos políticos e organizações ligadas aos poderes legislativo e judiciário (é nesse sentido que os escândalos midiáticos são vistos como acontecimentos que se estendem para muito além das transgressões que os constituem). Thompson (2002) identifica quatro fases nos escândalos midiáticos: (1) o pré-escândalo, (2) o escândalo propriamente dito, (3) o clímax e (4) as consequências. Nesse desenrolar do acontecimento, o autor chama a atenção para o fato de que um escândalo só começa quando a transgressão cometida é revelada publicamente. A partir daí, os escândalos são sempre entrelaçados por um constante contar e recontar de histórias sobre acontecimentos ligados ao fato: “escândalos midiáticos são eventos narrativos prolongados, no sentido de que eles são constituídos em parte por um conjunto de narrativas midiáticas que vão sendo sempre mais aprimoradas e revisitadas à medida que o acontecimento se desdobra” (THOMPSON, 2002, p.107).

Convém esclarecer que escândalos midiáticos são acontecimentos inseridos em contextos sócio-históricos particulares, que ocorrem de acordo as finalidades e objetivos daqueles diretamente envolvidos na sua publicização (ver CHAIA e TEIXEIRA, 2001). A

esse respeito, há sempre agentes e organizações que se envolvem no desdobramento de escândalos midiáticos, como, por exemplo, a polícia e outras agências encarregadas de fazer cumprir a lei, os sistemas legais e jurídicos, além de pessoas que buscam usar o escândalo como um recurso para desacreditar opositores.

Um aspecto importante nos escândalos midiáticos é o que Thompson (2002) chama de *dramatis personae*: todo escândalo envolve as personagens do drama, que podem ser tanto os indivíduos cujas ações estão no centro do escândalo, bem como aqueles que revelam, julgam e desaprovam as ações de transgressão. Um olhar geral nas reportagens analisadas nesta pesquisa, aponta que o presidente Lula foi uma figura contínua na representação dos escândalos; mostra ainda que as fontes mais ouvidas são as de acusação, isto é, aquelas de oposição aos fatos ocorridos.

De modo a sintetizar sua visão do que é um escândalo midiático, Thompson (2002, p.41) propõe cinco características distintivas desse tipo de acontecimento: (1) sua ocorrência implica a transgressão de certos valores, normas ou códigos morais; (2) sua ocorrência envolve um elemento de segredo, embora alguém, além dos envolvidos, deva conhecer esse segredo ou suspeitar de sua existência, de modo a torná-lo público; (3) algumas pessoas não envolvidas no escândalo reprovam as ações de transgressão; (4) algumas pessoas não envolvidas no escândalo expressam sua reprovação publicamente, por meio de discursos de caráter moralizante, que buscam censurar, condenar e repreender as ações de transgressão; (5) a divulgação e a condenação das ações podem causar sérios danos à reputação dos atores envolvidos.

Com base nesses aspectos característicos do escândalo midiático, Thompson (2002) esboça um esquema representativo dos elementos constituintes desse tipo de acontecimento.

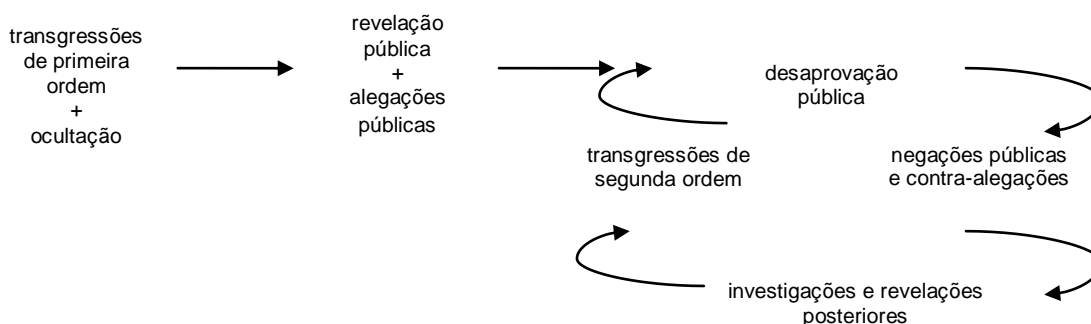


Figura 1.1: Alguns elementos de escândalos políticos (THOMPSON, 2002, p.51)

Segundo Thompson (2002), o desdobramento de um escândalo pode implicar uma série de ações por parte dos acusados com o objetivo de esconder a transgressão original: um processo que envolve mentiras, negações e obstruções. Esse processo é chamado de “transgressão de segunda ordem” e pode abastecer o escândalo, que passa, assim, a ganhar novos efeitos (novas revelações, novos envolvidos ou novas infrações). Conforme observa Thompson (2002), na maior parte dos casos, as revelações e alegações públicas de atividades irregulares provocam negações e contra-alegações, colocando em movimento o processo circular mostrado na figura 1.1 acima (os três escândalos analisados nesta dissertação foram compostos por acusações de corrupção e uso indevido do dinheiro público – transgressões de primeira ordem – e por mentiras e obstruções por parte dos envolvidos – transgressões de segunda ordem).

1.5 O escândalo político e o campo da mídia

Thompson (2002) desenvolve uma tipologia dos escândalos políticos, dividindo-os em escândalos sexuais, escândalos financeiros e escândalos de poder. O autor acredita que há certos códigos e normas morais mais sensíveis para desencadear um escândalo que outros. Por isso, aqueles códigos e normas que regem relações sexuais, transações financeiras e o exercício do poder político, quando violados, são mais propensos a produzir um escândalo. Embora a linha divisória entre esses tipos de escândalo seja bastante tênue e um caso de escândalo possa conter elementos sexuais, financeiros e de poder intrincados, Thompson (2002, p.154) acredita que é possível distinguir qual desses elementos se sobressai e, assim, definir o tipo de escândalo em questão, pois na prática todo escândalo específico possui um conjunto de elementos centrais e secundários.

Como uma característica cada vez mais saliente da vida política moderna, o escândalo político se distingue de outros tipos de escândalo exatamente porque envolve indivíduos e ações que estão situados dentro de um campo político. Na perspectiva de Thompson (2002), o campo político contempla, sobretudo, a aquisição e o exercício do poder político através do uso do poder simbólico. As bases dessa definição encontram-se, na realidade, na obra de Pierre Bourdieu (2007), *O poder simbólico*, onde o autor diz que no campo político o que predomina é a necessidade de acumular e de administrar poder simbólico. Nesse sentido, para

o sucesso do poder político, um dos requisitos básicos para um ator político é não só acumular um estoque de capital simbólico, mas principalmente evitar perdê-lo ou diminuí-lo ¹⁹.

Devido a esses aspectos, Pierre Bourdieu (2007, p.189) observa que os atores políticos são vulneráveis “às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo que o ameaça a crença, a confiança”. O que um escândalo político faz é justamente ameaçar esvaziar ou esvaziar o estoque de credibilidade, fama, reputação do ator político. No campo político, a probidade é um recurso vital no qual os atores políticos devem se apoiar. O enfraquecimento ou a perda desse recurso em razão de um escândalo pode frustrar a capacidade de atores políticos de assegurar um elo de confiança com os cidadãos e com outros atores políticos.

Se considerarmos a influência do jornalismo, desde a seleção até a produção da informação, no processo de representação de escândalos políticos, podemos começar a perceber que suas escolhas não são acidentais ou secundárias no modo como constroem discursivamente os fatos ocorridos. Para Pierre Bourdieu (1997, p.65), os jornalistas detêm “um monopólio real sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala da informação”, controlando o acesso dos cidadãos ao espaço público. Visto que é na arena midiática que as relações entre políticos e eleitores são, comumente, criadas, sustentadas e destruídas, um escândalo político significa a oportunidade, para certos setores da mídia, de projetar a imagem do que a política, o governo ou os políticos de uma determinada sociedade, revelam sobre os procedimentos que governam o exercício do poder político. Escândalos políticos podem trazer à luz atividades e formas de comportamento que levantam sérias questões sobre a probidade de atores políticos. Na perspectiva de Thompson (2002, p.137), “seria por isso um grande engano pensar que o escândalo é um fenômeno superficial ou um acidente sem importância dentro da verdadeira essência da política”.

A fim de compreendermos como se dá essa relação entre escândalos políticos e sua representação na mídia, faz-se necessário elaborar uma explicação atinente à relação entre o

¹⁹ Thompson (2002) entende que não basta o escândalo político envolver um líder ou uma figura política destacada para que ele seja definido como escândalo político. O que define a natureza do escândalo é o campo onde as ações ocorrem. Um político só é político em razão de um conjunto mais amplo de relações sociais e de instituições que lhe conferem um determinado poder. Fora do campo político, um senador, por exemplo, age dentro de diferentes campos, ocupando diferentes posições e usando os recursos que essas posições colocam a sua disposição. A ideia de campo, conforme explicada por Pierre Bourdieu (2007; 1997) e Thompson (2002), é entendida como um espaço estruturado de posições sociais, com relações de forças, em que essas posições estão em jogo e onde há regras para esse jogo, imanentes e internalizadas. As propriedades dessas posições são definidas, mormente, pelas relações entre essas posições e pelos recursos ligados a elas. Todo campo possui um capital particular (simbólico, cultural, econômico, político, etc.) e é em razão da posse do capital que um agente consegue exercer influência e poder naquele campo específico. Logo, é a posse do capital que orienta as ações dos agentes.

campo político e o campo da mídia. Embora sejam campos que tenham suas próprias condições de existência e que se guiam por lógicas diferentes, eles interferem um no outro. Cada vez mais, a política se torna dependente da publicidade e da visibilidade que a mídia proporciona: políticos necessitam da mídia para divulgar imagens favoráveis de si mesmos e das políticas de seus partidos; a mídia, por sua vez, precisa da política para oferecer à sociedade um fluxo de informações concernentes à economia, emprego, leis, etc. (ver, por exemplo, as observações feitas por RODRIGUES, 2002; e MIGUEL, 2002).

De acordo com Thompson (2002, p.137), a maior parte dos escândalos políticos surge dentro de uma área onde o campo e o subcampo políticos se sobrepõem ao campo da mídia (o subcampo político é um espaço ocupado por políticos profissionais ou semiprofissionais que está dentro de um campo político mais amplo, constituído por cidadãos ou não profissionais da política). Conforme ilustra a figura 1.2 abaixo, temos, então, que tanto os escândalos políticos localizados como os escândalos no campo político mais amplo, quando descobertos pela mídia, são transportados para o campo dos escândalos políticos midiáticos.

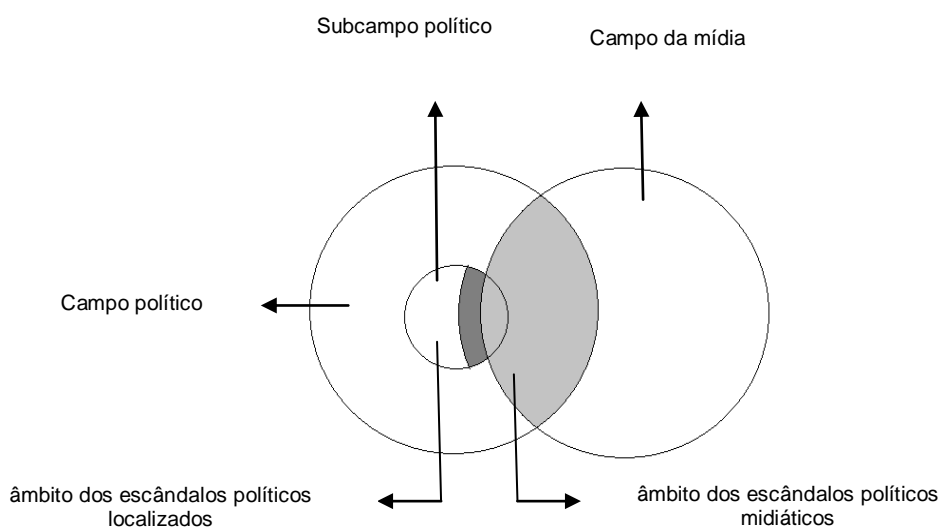


Figura 1.2: A relação entre escândalo, política e mídia (THOMPSON, 2002, p.138)

Mediados pela mídia, os escândalos ganham efetiva existência. Diante dessas informações, cabe a pergunta: qual é o interesse da mídia na representação e construção de escândalos políticos? Dentre os interesses apontados por Thompson (2002), o financeiro é o mais óbvio: o escândalo vende. Enquanto uma instituição formada por empresas comerciais

preocupadas com o lucro, a mídia precisa angariar um público que consuma seus produtos. Do ponto de vista econômico, os textos midiáticos são, dentro de uma perspectiva simbólica, bens de consumo, produzidos por uma indústria efetivamente cultural, que circulam num mercado aberto a pressões comerciais (FAIRCLOUGH, 1995a, p.42). Daí porque a mídia precisa vender e o escândalo político fornece essa possibilidade de lucro. Além desse caráter financeiro, outro que chama atenção é o interesse político: essas empresas comerciais podem assumir uma posição no campo político e assim guiar seus objetivos na representação de um certo escândalo. A concepção profissional jornalística também é outro aspecto que orienta a mídia para a publicação de escândalos, visto que a revelação de transgressões de códigos morais e éticos por parte daqueles no poder é vista como uma forma de exercer a missão de “jornalistas como guardiões do interesse público”. A concorrência também é outro fator, pois as empresas midiáticas têm uma rivalidade competitiva entre si: a pressão em publicar um fato antes do concorrente é um incentivo para revelar uma informação susceptível a se tornar escândalo.

Para o estudo de um fenômeno eminentemente midiático, a abordagem de Thompson (2002) para os escândalos políticos é clara em um aspecto: a mídia é a grande difusora desse tipo de acontecimento. O autor vê os escândalos, em especial os que atingem a esfera política, a partir de um viés comunicativo. São nas manchetes dos jornais, nas capas das revistas, na presença de avaliações negativas e nas humilhantes caricaturas das pessoas cujas ações estão no centro do escândalo, que a mídia produz um clima de desaprovação e de censura moral para esse fenômeno. É na ação da mídia que escândalos podem se tornar dimensões sedimentadas da memória histórica de uma sociedade, pois ela pode preservar inúmeros acontecimentos em seus materiais de divulgação ²⁰.

É por isso que Thompson (2002) dá destaque à mudança na cultura jornalística como um fator predominante no modo como os escândalos passaram a ser vistos como fenômenos prevalentes nas sociedades democráticas liberais ²¹. A figura 1.3 abaixo oferece a dinâmica através da qual mudanças importantes contribuíram para a prevalência do escândalo político em várias sociedades democráticas do mundo atual.

²⁰ A Revista VEJA disponibiliza em seu site um arquivo de edições publicadas sobre os principais escândalos políticos ocorridos no Brasil. Além de reportagens, o site traz também artigos de opinião escritos por seus colunistas, contribuindo, a seu modo, para o registro desses acontecimentos na história política do país (ver http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/corruptao_brasil/index.html).

²¹ Papadopoulos e Widstedt (2006) chamam a atenção para o fato de que embora Thompson afirme que a mídia e os escândalos políticos são inseparáveis, ele limita sua análise à avaliação da importância da mídia para o escândalo, deixando de lado a importância dos escândalos políticos para a mídia.

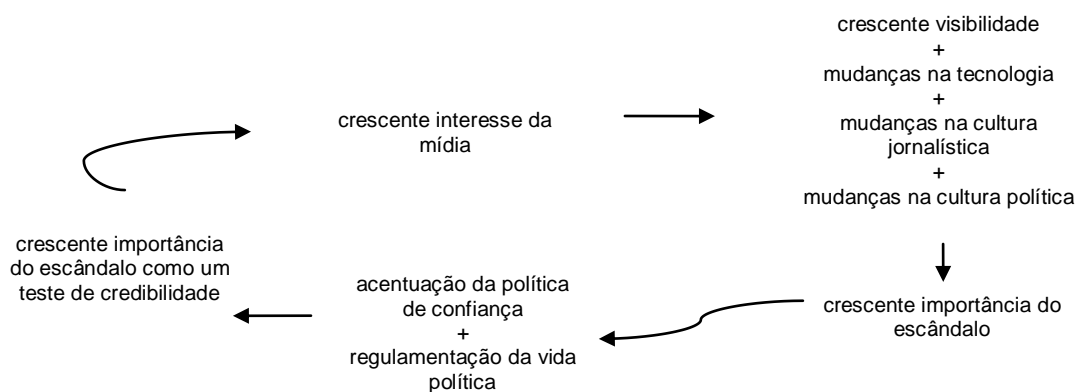


Figura 1.3: A crescente prevalência do escândalo político (THOMPSON, 2002, p.150)

Nessa tentativa de traçar uma teoria social do escândalo político, Thompson (2002) busca deixar claro que a reputação e a confiança são recursos caros ao campo político. Trata-se de recursos frágeis, que estão sujeitos a constantes disputas e discordâncias, e que se forem mal usados podem perder seu valor fácil e rapidamente, sendo muito difícil de serem recuperados. Nesse contexto, se considerarmos o papel dos discursos infamantes, sobretudo aqueles produzidos pela mídia, veremos que os escândalos políticos contribuem não somente para minar a reputação e a confiança de atores e partidos políticos, mas principalmente contribuem para ameaçar a saúde do regime democrático e a capacidade dos atores políticos de formular e executar políticas, em razão do impacto profundo e corrosivo dos escândalos nas formas de confiança social que sustentam as relações sociais cooperativas que esse tipo de regime requer (THOMPSON, 2002).

1.7 Escândalos político-financeiros: a corrupção

De acordo com a tipologia proposta por Thompson (2002), os escândalos político-financeiros estão relacionados a contravenções financeiras cometidas por figuras ou funcionários públicos. Esse tipo de escândalo implica, necessariamente, ligações secretas impróprias entre os poderes político e econômico. Segundo Thompson (2002), escândalos financeiros têm uma grande probabilidade de implicar a infração de leis; nesse caso, leis que regulamentam o uso de recursos financeiros públicos, transações financeiras, apropriação de

bens públicos, dentre outros tipos. Por isso, na maior parte das vezes, esses escândalos são vistos como crimes, podendo resultar na abertura de processos criminais contra os infratores.

Nesse tipo de escândalo, pode-se observar a existência da sobreposição de interesses privados aos interesses públicos. O que o sujeito transgressor busca é vantagem financeira em detrimento do bem comum. Outro aspecto distintivo é que esse interesse econômico, normalmente oculto, compromete regras e procedimentos exigidos para o exercício legal do poder político. Se considerarmos as quatro formas de escândalos político-financeiros propostas por Thompson (2002), veremos que esses dois aspectos são característicos.

Uma forma envolve a troca irregular de recursos econômicos (dinheiro, presentes, etc.) com o propósito de influenciar decisões ou resultados políticos – em outras palavras, suborno. Um segundo tipo envolve a apropriação irregular de fundos públicos, fraude, engano ou abuso da informação para proveito pessoal ou privado. Uma terceira forma envolve a existência de interesses financeiros privados, não declarados, que podem conflitar, ou ser vistos como conflitantes com as obrigações e responsabilidades de um político. Um quarto tipo compreende vários tipos de corrupção e malversação eleitoral, incluindo o suborno de eleitores, influência ilegal nas eleições e a apropriação indevida de fundos de campanha (THOMPSON, 2002, p.198).

No cerne desses aspectos está a noção de corrupção, que se processa na “perversão ou falta de integridade [especialmente de oficiais do estado ou de alguma outra instituição pública] no desempenho das obrigações públicas através de subornos ou favores” (THOMPSON, 2002, p.56). Gianfranco Pasquino (2002, p.291), no conhecido Dicionário de Política, afirma que a corrupção é “o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa”. Essas definições implicam a consideração de dois fatores, assim definidos por Thompson (2002, p.56): a corrupção implica a violação de regras, convenções ou leis referentes ao exercício adequado das obrigações públicas para fins particulares, pecuniários ou de proveito pessoal; e a corrupção significa perversão ou subversão de padrões de integridade associados a uma função pública.

Assim definida a prática da corrupção, nota-se que ela é um ato primariamente ilegal, perpetrado por aqueles que têm a obrigação de administrar o bom funcionamento do aparelho estatal, notadamente os agentes administrativos e os agentes políticos. O cientista político Gianfranco Pasquino (2002) vê a corrupção como uma forma particular de exercer influência ilícita que se adapta ao funcionamento de um sistema. Para ele, quanto maior for o âmbito de

institucionalização de certas práticas, tanto maiores serão as possibilidades de corrupção. Logo, o aumento das possibilidades de comportamento corrupto provém da ampliação do setor público em relação ao setor privado. O ritmo com que esse setor público se expande também é outro fator que influi para comportamentos corruptos. O autor acredita que em ambientes solidamente institucionalizados, os comportamentos corruptos estão propensos a ser, ao mesmo tempo, mais frequentes e mais visíveis que em ambientes de institucionalização parcial ou flutuante. A cultura também é outro fator notável para a ocorrência de práticas corruptas. Pelas consequências que causa, a corrupção “conduz ao desgaste do mais importante dos recursos do sistema, sua legitimidade” (PASQUINO, 2002, p.293).

A prática da corrupção política pode ser exemplificada por uma variedade muito ampla de fenômenos que corrompem os valores legais e morais de uma sociedade. Ações corruptas estão largamente difundidas em quase todos os campos sociais. No Brasil, várias dessas ações são comumente chamadas de “jeitinho brasileiro”. São arranjos e malandragens usados para solucionar conflitos diários. No setor público, práticas corruptas sempre foram atividades frequentes e remontam desde o período colonial e imperial (ver FIGUEIREDO, 2008; MELLO, 2008; SCHWARCZ, 2008), quando a confusão de leis, a morosidade da máquina legal, a acumulação de cargos pelos mesmos oficiais e as baixas remunerações dos servidores propiciaram um ambiente de inércia e corrupção na sociedade e na administração da *terra brasilis*.

Problema enfrentado atualmente por diversos países, a corrupção, seja no campo político ou não, deixa seus estigmas na sociedade, conforme vem apontando dados de pesquisas realizadas pela organização não governamental *Transparency International*. De acordo com essa organização, a corrupção, tanto no setor público como no privado, mina a Democracia e o Estado de Direito, impede o desenvolvimento econômico, agrava a exclusão política, compromete valores éticos na prática política, além de promover a restrição da população a serviços públicos de qualidade²². Embora a corrupção seja um fenômeno difícil de ser medido, o Índice de Percepção da Corrupção de 2010, elaborado pela *Transparency International*²³, mostra que quase ¾ dos 178 países analisados apontam um alto índice de corrupção no setor público. O Brasil, nessa pesquisa, aparece em 69º lugar, atrás de países

²² Informações disponíveis no site da organização: <http://www.transparency.org/>

²³ Relatório disponível em: http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010

como Ruanda, Gana e Namíbia. De fato, através dos séculos, em diferentes instituições sociais e regimes de organização política, vestígios de relações ilícitas entre cidadãos e poderes públicos sempre existiram. A corrupção, nesse histórico, sempre apresentou uma grande variação de magnitude. É nesse sentido que se afirma que a corrupção desconhece culturas, níveis de desenvolvimento, instituições sociais e regimes políticos.

Para Filgueiras (2008), a corrupção não se resume apenas ao aspecto monetário. Ela custa dinheiro. Isso é indiscutível. Entretanto, a corrupção se expressa enquanto discurso, em forma de juízos morais e éticos. O autor acredita que a compreensão do significado da corrupção somente pode ocorrer por meio da apreensão dos tipos de juízo emitidos pelas pessoas em contextos de interação, convergindo diferentes modulações que fazem parte do plano moral. Filgueiras (2008) observa ainda que a aridez com que a corrupção é apresentada na esfera pública afeta a compreensão geral do problema. O autor acredita que a desocultação da corrupção é um tipo de problema inerente às democracias representativas contemporâneas, pois nesse tipo de regime a corrupção é desocultada por meio de discursos políticos com pretensão de validade, discursos assentados em rotinas próprias dos campos político e jurídico, cujo objetivo principal de quem os produz é obter algum tipo de vantagem ou angariar poder. O que interessa nesse tipo de discurso é relatar a suposta verdade por trás dos fatos. Segundo o autor (2008, p.168), por ser uma modalidade de produção de verdade sobre a política, a desocultação de atividades corruptas aponta para uma gradativa tendência de crises políticas que minam a legitimidade da ordem democrática.

Avritzer *et al* (2008), buscando oferecer um conjunto de estudos e reflexões que alarguem a compreensão do fenômeno da corrupção, pontuam que a ausência de parâmetros democráticos foi uma das razões pelas quais práticas de corrupção se estenderam a amplas esferas da vida pública ao longo do século XX em nações da América Latina. No cenário brasileiro, os autores assinalam que, especialmente após a Constituição de 1988, a redemocratização do país tornou perceptíveis escândalos de corrupção política que anteriormente não chegavam ao conhecimento da sociedade. Todavia, essa redemocratização, segundo os autores, não significou o fim dessas práticas. Para o cientista político e historiador brasileiro José Murilo de Carvalho (2009), essa recorrência de práticas de corrupção nasce da distância entre as leis e a sociedade.

Herdeiro de uma tradição jurídica romano-germânica, via Portugal, o Brasil sempre foi um país de leis e de legistas, segundo Carvalho (2009). Em razão disso, a aspiração maior de

seus representantes políticos é formular a legislação perfeita, que possa enquadrar toda a realidade e evitar qualquer brecha por onde possa escapar o infrator. “Nosso jurista se vê como um demiurgo, organizador do mundo, reformador universal. Feita a lei, o problema para ele está resolvido, não lhe interessando sua execução” (CARVALHO, 2009, p.19). E é aí que reside o problema: na distância entre a lei e a realidade de sua aplicação. As normas legais impostas não regulam o comportamento costumeiro, apenas determinam regras.

No que tange às leis que preveem punição para práticas de corrupção política no Brasil, temos a Lei de nº 8.429, de 2 de Junho de 1992, que dispõe sobre “as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional” e a Lei de nº 9.613, de 3 de Março de 1998, que dispõe sobre “os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores”²⁴. Ambas as leis aplicam penas aos transgressores de acordo com a extensão do dano causado e com o proveito patrimonial obtido.

Embora a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não defina em seu texto o que seja a corrupção política, ela apresenta no Artigo 37º as disposições gerais que a administração pública direta e indireta de qualquer um dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer – quais sejam: os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – de modo a antever os possíveis crimes de improbidade que possam vir a ser cometidos pelos agentes administrativos²⁵. No âmbito do Direito Penal, o Título XI, dos crimes contra a Administração Pública, Capítulo I, dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, prevê os crimes de peculato, emprego irregular de verbas ou rendas públicas, corrupção passiva, facilitação de contrabando ou descaminho, dentre outros (são ao todo 19 Artigos), como infrações sujeitas a penas de reclusão e multa²⁶.

Segundo os Artigos 70º e 71º da Constituição de 1988, cabe ao Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União, promover “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas” (Constituição da República Federativa do Brasil 1988,

²⁴ Textos disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8429.htm e <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9613.htm>, respectivamente.

²⁵ Texto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

²⁶ Texto disponível em: <http://200.181.15.9/ccivil/Decreto-Lei/Del2848.htm>

Título IV, Seção IX, Artigo 70º). Além desses órgãos, no âmbito do Poder Executivo, o Brasil possui ainda a Controladoria Geral da União (CGU), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e a Polícia Federal (PF) como órgãos responsáveis pelo combate à corrupção.

Embora esse aparato na teoria forneça rigorosos mecanismos de investigação e de punição aos transgressores, na prática o que predomina no Brasil é a impunidade, que não se dá, conforme se nota, por falta de leis, mas por inúmeras formas de burlar a aplicação das normas existentes. No caso da corrupção política, duas estratégias para delongar a punição são muito bem conhecidas: o uso do foro privilegiado e da imunidade – que coloca os acusados numa espécie de redoma – e o uso de recursos e manobras na lei – que dá aos processos anos de vida. O cientista político e historiador José Murilo de Carvalho (2008, p.239) acredita que “a oportunidade de corrupção transforma-se em mais corrupção quando há impunidade”.

A seguir, discutiremos as questões teóricas adotadas neste estudo.

CAPÍTULO II

Análise Crítica do Discurso: um espaço de interface com a Linguística Sistêmico-Funcional

Para Fairclough (2003, p.5), ao contrário de outras teorias linguísticas, “a LSF está profundamente interessada na relação entre a linguagem e outros elementos e aspectos da vida social, e sua abordagem para a análise linguística de textos está sempre orientada para o caráter social dos textos”²⁷. Isso faz dela um recurso valioso para a ACD. É nesse sentido que Chouliaraki e Fairclough (1999) entendem que a LSF é a teoria linguística que mais tem em comum com a ACD e mais a oferecer a ela (na realidade, a ACD é reconhecida, tanto teórica quanto metodologicamente, como um desdobramento da Linguística Crítica, um campo de estudos da linguagem – desenvolvido durante a década de 1970 na Universidade de *East Anglia* – calcado principalmente na Gramática Sistêmico-Funcional de Michael Halliday).

Young e Harrison (2004, p.1) destacam três semelhanças partilhadas entre a ACD e a LSF: elas partilham uma visão da linguagem como construto social, olhando para o papel da linguagem na sociedade e as formas pela qual a sociedade molda a linguagem; elas partilham uma visão dialética da linguagem, em que eventos discursivos particulares influenciam seus contextos de ação e são, ao mesmo tempo, influenciados por esses mesmos contextos (a linguagem constitui o social e é, ao mesmo tempo, influenciada por ele); e ambas acentuam os aspectos culturais e históricos do significado linguístico. Mas, apesar dessas semelhanças para com a linguagem, elas também são diferentes e as relações teóricas entre as duas ainda são limitadas.

Neste segundo capítulo, apresento os pressupostos teóricos que norteiam a análise das reportagens investigadas nesta dissertação. O objetivo não é propor novos diálogos entre as abordagens da ACD e da LSF. Comecei elucidando o vínculo entre elas porque nossa proposta de analisar como a revista VEJA constroi representações de escândalos políticos está

²⁷ Nossa tradução de: “(...) SFL is profoundly concerned with the relationship between language and other elements and aspects of social life, and its approach to the linguistic analysis of texts is always oriented to the social character of texts”.

fundamentada na noção de que o social é construído no tecido gramatical da linguagem. Tomamos aqui a perspectiva semântica da gramática e a sociedade como um sistema de significados, onde a linguagem é parte irredutível da vida social. Essas noções são discutidas nas seções ao longo deste capítulo. Focalizamos, primeiro, os pressupostos teóricos básicos da LFS (seção 2.1) e da ACD (2.2), discutimos as noções de texto e discurso em uma dimensão social (2.3), bem como a questão da representação de eventos sociais (2.4), para, então, apresentar a metafunção ideacional da linguagem e o Sistema de Transitividade (2.5), um sistema gramatical responsável por representar nossas experiências de mundo. Definimos também a noção de gênero textual (2.6) e, por fim, discutimos a construção da realidade social via linguagem (2.7), nos trabalhos de Berger e Luckmann (2004), Fairclough (1989; 2001a) e Halliday (1978).

2.1 A Linguística Sistêmico-Funcional: breves comentários

A LSF, teoria linguística originada pelo linguista britânico Michael Alexander Kirkwood Halliday e desenvolvida por seus colegas (ver EGGINS, 1994; THOMPSON, 2003; MARTIN e ROSE, 2003; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004), é uma abordagem ao estudo da linguagem que está centrada na noção de função, visto que busca explicar como a linguagem é usada e estruturada em seus diversos contextos de uso; isso porque considera a gramática em termos de como ela é usada para produzir significados. Essa proposta é sistêmico-funcional porque concebe a língua como uma rede de sistemas interligados que o falante faz uso (base funcional) para produzir significados (base semântica) em situações de comunicação (base contextual). Nessa perspectiva, a língua deixa de ser um mero sistema regulado por regras e passa a ser estudada de um ponto de vista sócio-semiótico, considerando-a como um sistema de produção de significados.

Tento em vista essa abordagem, o foco da LSF está na análise de produtos autênticos das interações sociais (textos), considerados em relação ao contexto social e cultural onde são produzidos e negociados. Para isso, Halliday (1978) sugere que a linguagem seja vista como um fenômeno social que atende às necessidades socioculturais de comunicação dos indivíduos.

Ao propor os princípios da LSF, Halliday (1978) entende a gramática de uma língua como um conjunto altamente complexo e delicado de sistemas de opções que o falante faz uso

ao estruturar seus textos e que o ouvinte usa para interpretar textos. Por isso, a gramática é considerada “a unidade central de processamento da linguagem, a base onde significados são criados” ²⁸ (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.21). A noção de teoria sistêmica consiste, então, justamente no fato de uma teoria de significados enquanto escolhas: “uma língua é um recurso para a produção de significado, e significado reside nos padrões sistêmicos de escolha” ²⁹ (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 23). De acordo com Martin e White (2005), essa visão de linguagem baseada em critérios sistêmicos possibilita uma análise linguística a partir de um potencial de significados. Isso significa dizer que a análise linguística de um texto está calcada nas múltiplas possibilidades de acesso do produtor do texto aos sistemas constituintes da língua. Em virtude disso, a partir das escolhas de significado feitas para a construção de um texto em um contexto particular, podemos avaliar os significados em seus termos potenciais: por que esse e não aquele significado? Quais são as possibilidades lexicais e estruturais para essa enunciação nesse contexto? Daí porque as escolhas feitas pelo falante interessam de perto ao linguista sistêmico.

Um aspecto fundamental nessa perspectiva sistêmico-funcional é a premissa de que em nossas práticas comunicativas a linguagem desempenha simultaneamente três metafunções básicas, quais sejam: a produção de significados ideacionais, interpessoais e textuais. Os significados ideacionais representam nossa experiência de mundo na linguagem, visto que estamos sempre falando sobre alguma coisa ou alguém fazendo alguma coisa. Os significados interpessoais correspondem às relações sociais estabelecidas entre os interactantes e às atitudes expressas por eles na linguagem, já que estamos sempre expressando atitudes e desempenhando papéis ao usar a língua. E os significados textuais servem para organizarmos nossa informação enquanto mensagem, visto que estamos sempre estruturando nosso dizer em forma de textos coerentes.

Esses três tipos de significado são componentes funcionais do sistema semântico da língua que são produzidos em qualquer interação social, funcionando simultaneamente na construção do texto. Por isso, eles não se excluem, mas se interrelacionam. O que permite à língua produzir essa multifuncionalidade semântica é um nível intermediário de codificação chamado lexicogramática. Assim, todo texto é visto como “uma composição polifônica em

²⁸ Nossa tradução de: “(...) the central processing unit of language, the powerhouse where meanings are created”.

²⁹ Nossa tradução de: “A language is a resource for making meaning, and meaning resides in systemic patterns of choices”.

que diferentes melodias semânticas estão interligadas para serem realizadas em estruturas lexicogramaticais integradas. Cada componente funcional contribui com uma parcela para a estrutura como um todo”³⁰ (HALLIDAY, 1978, p.112).

Quadro 2.1: As metafunções da linguagem e suas realizações lexicogramaticais

Metafunção	Significado	Status correspondente na oração	Realização lexicogramatical
Ideacional	Representa o mundo da experiência	Oração como representação	Transitividade e relações lógico-semânticas
Interpessoal	Desempenha relações sociais	Oração como troca	Modo, modalidade, atitude
Textual	Organiza a informação	Oração como mensagem	Tema e Rema

Conforme se nota, indispensável a essa noção de linguagem é a noção de contexto. Halliday (1978) entende que o contexto funciona como uma representação abstrata que se dá em termos de certas categorias linguísticas relevantes para o texto, bem como em torno de algo mais amplo, cultural. O funcionamento do contexto nesses dois níveis é definido como contexto de situação (registro) e contexto de cultura (gênero), respectivamente. A LSF entende o contexto de situação enquanto três variáveis: campo (*field*) (corresponde ao que é dito ou escrito sobre algo; inclui a questão de como os sujeitos representam suas experiências de mundo), relação (*tenor*) (diz respeito ao conjunto de relações sociais entre os participantes da comunicação; inclui níveis de formalidade como aspecto particular) e modo (*mode*) (corresponde ao canal de comunicação escolhido para transmitir a mensagem; inclui a linguagem falada, escrita, visual ou multimodal). Conforme explica Halliday (1978, p.110), “campo, relação e modo não são tipos de uso da língua, nem são simplesmente componentes da configuração da fala. Eles são uma estrutura conceitual para representar o contexto social como o ambiente semiótico em que as pessoas trocam significados”³¹. Logo, percebe-se que essas três variáveis contextuais estão necessariamente vinculadas às três metafunções.

A noção de contexto de cultura é interpretada em relação à própria ideia de gênero. Para Eggins (1994), o contexto de cultura refere-se ao propósito e ao significado para o qual o

³⁰ Nossa tradução de: “(...) a polyphonic composition in which different semantic melodies are interwoven, to be realized as integrated lexicogrammatical structures. Each functional component contributes a band of structure to the whole”.

³¹ Nossa tradução de: “Field, tenor and mode are not kinds of language use, nor are they simply components of the speech setting. They are a conceptual framework for representing the social context as the semiotic environment in which people exchange meanings”.

texto foi produzido. Dessa forma, os gêneros são definidos funcionalmente em termos de seus propósitos sociais. Eles desenvolvem expressões linguísticas através de um número limitado de etapas funcionais (chamadas de estruturas esquemáticas do gênero). Segundo Eggins e Martin (1997), a teoria de gênero sugere que textos que desempenham diferentes funções na cultura ir-se-ão desdobrar de diferentes formas, funcionando por meio de diferentes etapas. Assim, de acordo com Eggins (1994), o conceito de gênero na LSF é usado para descrever o impacto do contexto de cultura na linguagem, explorando o modo como uma cultura institucionaliza formas de se alcançar objetivos usando a língua.

2.2 Por uma postura crítica na análise do discurso: a proposta de Norman Fairclough para uma ACD

Nesta seção discuto alguns princípios gerais da proposta do linguista britânico Norman Fairclough para uma ACD. Nos últimos vinte cinco anos, Fairclough vem desenvolvendo as bases teóricas e analíticas de uma abordagem ao estudo crítico da linguagem que tem como um de seus objetivos ocupar o espaço existente entre a Linguística e as Ciências Sociais; ou, em outras palavras, entre uma análise propriamente linguística e uma análise de fenômenos sociais. Em razão disso, o trabalho de Fairclough para uma ACD destaca-se, segundo Magalhães (2005, p.3), pela “criação de um método para o estudo do discurso e seu esforço extraordinário para explicar por que cientistas sociais e estudiosos da mídia precisam dos linguistas”.

Para Fairclough, a proposta de sua ACD tem um objetivo fundamental: empossar as pessoas com conhecimentos necessários para o desenvolvimento de uma consciência e de um conhecimento críticos acerca do funcionamento social, político e ideológico da linguagem na vida social contemporânea. Aliás, a preocupação com uma perspectiva emancipatória é uma característica marcante na produção acadêmica de Fairclough. A defesa de uma consciência crítica da linguagem “tem uma função muito importante em sua intenção de alertar os indivíduos sobre possíveis mudanças sociais [muitas vezes para o benefício de uns, mas em detrimento de outros] que resultam do poder constitutivo e ideológico do discurso” (MEURER, 2005, p.83). Fairclough acredita que uma consciência crítica da linguagem pode sim empoderar as pessoas de modo que possam compreender, dentro de uma perspectiva linguística e discursiva, como suas vidas são determinadas e limitadas por estruturas sociais.

Fairclough (1992) entende que essa orientação crítica é uma exigência face às circunstâncias sociais que estamos vivendo.

Se as relações de poder são, de fato, cada vez mais exercidas implicitamente na linguagem, e se as práticas de linguagem são, de fato, conscientemente controladas e inculcadas, então uma linguística que se contenta com a descrição de práticas de linguagem sem tentar explicá-las nem relacioná-las às relações sociais e de poder que lhes são subjacentes parece estar falhando em um ponto importante. E um ensino de língua centrado no treinamento de técnicas de linguagem sem um componente crítico parece estar falhando na sua responsabilidade para com os aprendizes ³² (FAIRCLOUGH, 1992, p.6).

Diante disso, o autor afirma que “as pessoas não podem ser cidadãos efetivos em uma sociedade democrática se sua educação poda-as da consciência crítica de elementos-chave dentro de seu ambiente físico ou social” ³³ (FAIRCLOUGH, 1992, p.6).

Outro comprometimento característico da versão faircloughiana de ACD é a interdisciplinaridade: a ACD estabelece relações interdisciplinares que a constituem como um recurso para a investigação de práticas discursivas em transformação, permitindo-a, assim, contribuir para um tema principal de pesquisa nas Ciências Sociais: a análise das mudanças sociais e culturais em curso nas sociedades contemporâneas (FAIRCLOUGH, 1998). Esse comprometimento interdisciplinar para os estudos da ACD se dá, conforme observa Resende (2009, p.7), “a fim de contemplar reflexões acerca da relação entre linguagem e sociedade que não poderiam ser logradas no interior das fronteiras da Linguística”.

É importante ressaltar que, para Fairclough, a proposta de uma ACD não resulta simplesmente da articulação de uma teoria linguística com uma noção social de discurso, nem tampouco se trata apenas de uma disciplina que visa mapear a natureza social da linguagem. Mas antes, consiste em perceber que a relação entre textos e sociedade/cultura é mediada por práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 1998, p.144), e que práticas sociais influenciam textos, moldando o contexto e o modo em que esses textos são produzidos; textos esses que, por sua vez, ajudam a influenciar a sociedade, moldando os pontos de vista daqueles que os leem ou os consomem. Nesse processo, os significados do mundo estão sempre numa relação dialética

³² Nossa tradução de: “If power relations are indeed increasingly coming to be exercised implicitly in language, and if language practices are indeed coming to be consciously controlled and inculcated, then a linguistics which contents itself with describing language practices without trying to explain them, and relate them to the social and power relations which underlie them, seems to be missing an important point. And a language education focused upon training in language skills, without a critical component, would seem to be failing in its responsibility to learners”.

³³ Nossa tradução de: “People cannot be effective citizens in a democratic society if their education cuts them off from critical consciousness of key elements within their physical or social environment”.

entre o social e o linguístico: atores sociais organizados em grupos (sociedade) produzem textos (linguístico), em situações de comunicação, da mesma forma que a sociedade impõe determinadas formas de agir discursivamente, em determinadas ocasiões para esses atores sociais; e essas formas de agir discursivamente podem causar efeitos na sociedade. É daí que a noção de ordem de discurso – conceito tomado, mas também adaptado, de Foucault – é indispensável à compreensão da ACD de Fairclough.

Assumindo o princípio de que os textos não irrompem de um vazio sociohistórico, e, portanto, que a linguagem não está isenta de suas condições sociais de produção, Fairclough (2001a, p.67) define uma ordem de discurso como “a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas”, para considerar que todo discurso está situado em uma determinada ordem de discurso. Em nossa pesquisa, o que está sob análise é a ordem de discurso da mídia, analisada particularmente em seis reportagens jornalísticas sobre escândalos políticos de corrupção. Uma referência central a essa compreensão de ordem de discurso advém do trabalho de Foucault (2004, p.8-9), para quem o discurso jamais é um elemento neutro, pois em toda sociedade sua produção “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Por conseguinte, podemos afirmar que no discurso da mídia há condições que permitem o aparecimento de certas informações e a proibição de outras, de forma que em um dado momento histórico, há algumas ideias que devem ser ditas e outras que precisam ser caladas.

Enquanto uma teoria e um método de análise do discurso, a ACD de Fairclough salienta a importância da linguagem para a compreensão de questões de ordem social e política. Já que a linguagem é um elemento irreduzível de todos os processos sociais (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999), então ela é uma parte da sociedade e por isso, fenômenos sociais são em parte fenômenos linguísticos, ou seja, questões sociais e políticas, como, por exemplo, escândalos políticos, têm um caráter parcialmente linguístico-discursivo. Assim sendo, a análise linguístico-discursiva de textos tem um papel fundamental na investigação de processos sociais. Chouliaraki e Fairclough (1999, p.113) entendem que as características linguísticas e semióticas de qualquer interação comunicativa estão sistematicamente conectadas com aquilo que está acontecendo socialmente, e aquilo que está

acontecendo socialmente está, de fato, acontecendo, parcial ou completamente, linguística ou semioticamente.

Mas esse tipo de análise crítica requer observações feitas tanto no nível das micro-estruturas do texto (escolhas lexicais, sintáticas e semânticas), como no nível das macro-estruturas da sociedade e das instituições sociais (ideologia, hegemonia, identidades, papéis sociais) que moldam e determinam essas micro-estruturas. Ao propor uma dimensão tridimensional para a análise de qualquer evento discursivo, Fairclough busca reunir três tradições analíticas (a hallidayana, a bakhtiniana e foucaultiana) de modo a dar a todo evento discursivo uma análise de texto, de prática discursiva e de prática social. Essas três dimensões são processos analíticos interrelacionados que se complementam.

A primeira dimensão – o texto – envolve a descrição de elementos linguísticos, como, o léxico, a gramática, a coesão e a estrutura do texto. A segunda dimensão – a prática discursiva – busca a interpretação do texto em termos de sua produção, distribuição e consumo, buscando discutir, principalmente, os aspectos intertextuais, interdiscursivos, os aspectos de coerência e de força do texto. Já a terceira dimensão – a prática sociocultural – procura explicar as condições sociais que regem as outras duas dimensões através de processos ideológicos e hegemônicos.

De um modo geral, podemos resumir a proposta de Fairclough para uma ACD a partir de algumas perspectivas teóricas tomadas em nossa investigação: (1) a ACD trabalha do linguístico para o social, ou melhor, ela vê o linguístico dentro do social (KRESS, 1990); (2) a linguagem é considerada uma prática de significação do mundo, pois contribui para a construção de (i) sistemas de conhecimento e crença, (ii) relações sociais e (iii) posições de sujeito ou identidades sociais; (3) discursos são modos particulares de conhecer, avaliar e representar o mundo; (4) características linguísticas (como signos) em qualquer nível são o resultado de processos sociais e, por isso são conjunções motivadas de formas e significados (KRESS, 1990);

2.3 As noções de texto e discurso em uma dimensão social

Uma herança notável da LSF na perspectiva de Norman Fairclough para a noção de texto (qualquer instância real de uso da linguagem) é que textos têm formatos; e muito desses formatos vem não só de fatores linguísticos, mas, sobretudo, de fatores sociais. Em razão

disso, textos refletem tanto os propósitos de seus produtores como as características dos ambientes onde são gerados. Conforme entendem Martin e Rose (2003, p.1), uma vez que todo texto é produzido de forma interativa entre falantes, podemos usar o texto para interpretar a interação que ele manifesta. E uma vez que toda interação é um exemplo da cultura dos falantes, podemos usar o texto para interpretar aspectos da cultura que ele manifesta. A noção sócio-semiótica de texto dada por Halliday e Hasan (1989) também é significativa para as pretensões de situar o texto em uma dimensão social. Estes autores definem que textos têm papéis sociais específicos de acordo com contextos específicos. O texto é um produto de um processo de escolhas semânticas conforme o contexto de situação.

Em sua abordagem, Fairclough (2003) vê os textos como partes integrantes de eventos sociais, configurando-se como uma dimensão dos discursos. Sejam escritos, falados, visuais ou multimodais, os textos são vistos enquanto produtos e processos que estabelecem uma mediação no processo discursivo. Comunicamos por meio de textos (relação entre linguagem e sociedade), os quais possuem uma dinamicidade própria dos fenômenos sociais, já que todo texto encontra-se em um determinado gênero, o qual, por sua vez, está ligado a situações comunicativas específicas. Nessa perspectiva, textos são realizações interacionais socialmente situadas, produzidas por agentes sociais cuja agência é estrangida e capacitada por estruturas e práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2004).

Situar a noção de texto em uma dimensão social, implica considerar que os textos estão envolvidos em processos de produção de significados que podem ter efeitos causais. Mais imediatamente, textos podem provocar mudanças em nossos conhecimentos, nossas crenças, atitudes, experiências, valores e assim por diante. Isso porque textos são partes integrais de nossas ações no mundo. Entretanto, textos também podem ter efeitos causais de um tipo menos imediato: pode-se argumentar, por exemplo, que a experiência prolongada com textos publicitários contribui para moldar as identidades das pessoas como “consumidoras” (FAIRCLOUGH, 2003, p.8). Textos também podem causar uma série de outros efeitos sociais, políticos e materiais – textos podem iniciar guerras, por exemplo, ou contribuir para mudanças nas estruturas econômicas, ou na moldura de cidades ³⁴. Em razão

³⁴ Embora possamos representar textualmente o mundo social de formas particulares, isso não significa que essa construção terá necessariamente efeitos causais. Não podemos afirmar que características particulares de textos automaticamente provocam mudanças particulares no conhecimento das pessoas ou em seus comportamentos. A mudança depende, entre outras coisas, de vários fatores contextuais – incluindo o modo como a realidade social já está estruturada, quem é o agente social que produz o texto, etc. É nesse sentido que Fairclough adota uma perspectiva moderada em relação a como o mundo social é textualmente construído.

dessa perspectiva, a análise textual é uma parte essencial à análise do discurso, que não se restringe apenas à análise linguística de textos.

Um aspecto indiscutível e valioso à noção de discurso adotada pelos analistas críticos do discurso é sua natureza social (ver FAIRCLOUGH e WODAK, 1997). Fairclough (1989) define discurso (o uso da linguagem) como uma prática social (uma dentre tantas outras). Isso significa primeiro, que o discurso é uma parte da sociedade, e não algo externo a ela; segundo, que o discurso é um processo social de produção, distribuição e consumo; e terceiro, que ele é um processo socialmente condicionado por outras partes da sociedade (além dos aspectos linguísticos). Através de discursos, atores sociais agem sobre o mundo e especialmente sobre os outros: constroem objetos de conhecimento, papéis sociais, identidades e relações sociais. Discursos são socialmente constitutivos em uma variedade de formas ³⁵. Com isso, nota-se que linguagem e sociedade não são duas entidades independentes, que entraram em contato ocasionalmente ³⁶.

Na perspectiva de Fairclough (2003), discursos também constituem modos de representar e compreender aspectos do mundo a partir de perspectivas particulares. Conforme já apontava Fairclough (1995b, p.14), todo discurso é um modo de significar um domínio específico de uma prática social a partir de uma determinada perspectiva. Em outras palavras, discursos são representações diversas da vida social, são modos de representar pontos de vista particulares. Nesse sentido, diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, pois diferentes agentes sociais veem e representam a vida social de diferentes formas, com diferentes discursos (FAIRCLOUGH, 2001b). Logo, discursos estão associados a diferentes relações que as pessoas mantêm com o mundo, o que por sua vez depende de suas posições no mundo, de suas identidades social e pessoal, assim como das relações sociais que mantêm com outras pessoas. Para o autor, discursos não somente representam o mundo como ele é (ou melhor, como ele é visto por quem o produz), mas também projetam diferentes possibilidades

³⁵ A definição de Fairclough para discurso busca assumir a realidade multifacetada da linguagem. Os trabalhos de Halliday (1978), Foucault (2008) e Bakhtin (2006) exerceram forte influência no delineamento teórico dessa definição, assim como em todo o trabalho de Fairclough.

³⁶ Fairclough (1989) explica que essa relação entre linguagem e sociedade não é simétrica, em que elas seriam facetas iguais de um todo único. O todo é a sociedade e a linguagem é uma vertente do social. Embora todos os fenômenos linguísticos sejam sociais, nem todos os fenômenos sociais são linguísticos. Mas, mesmo aqueles que não são apenas linguísticos, tipicamente têm um elemento de linguagem.

de realidades sociais, visto que podem estar relacionados a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares³⁷.

Assim, um mesmo evento social, representado por diferentes textos, pode diferir no modo como os discursos são articulados, visto que há sempre interesses por quem produz um texto em uma determinada situação de comunicação. Nesse processo representativo, discursos podem ser distinguidos no modo como “lexicalizam” o mundo. As escolhas de nomeação, por exemplo, são recursos comumente utilizados pela mídia ao representar indivíduos e eventos. Para Rajagopalan (2003), a mídia imprime certas interpretações de determinados acontecimentos, dos responsáveis por tais acontecimentos e dos atos específicos praticados nesses acontecimentos, pelo simples ato de designação. Ao fazer isso, o jornalista não só instaura uma realidade, bem como interfere no modo como essa realidade deve ser lida, desempenhando um papel importante no modo como se posiciona e posiciona aquele/aquilo referido pela nomeação. Exemplo disso é a designação “organização criminosa” atribuída ao PT em uma das reportagens sobre o escândalo do dossiê³⁸.

Conforme se nota, a própria referência dada ao partido já faz parte da luta simbólica que permeia a representação do evento. Por conseguinte, a dimensão tendenciosa que cerca a representação do escândalo aparece expressa no ato de designação. Segundo Rajagopalan (2003, p.84), é “na fabricação de novos termos de designação para se referir às personagens novas que surgem no cenário e aos acontecimentos novos que capturam a atenção dos leitores que o discurso jornalístico imprime seu ponto de vista”. Isso implica considerar o inegável papel dos termos cuidadosamente escolhidos (para nós, processos, participantes e circunstâncias) a fim de designar acontecimentos, indivíduos, lugares, etc., para a formação da opinião pública. Assim, do ponto de vista da nossa relação com o mundo, somos construtores da realidade, visto que é por meio dos discursos que articulamos que a realidade ganha sentido, para nós e para aqueles com quem interagimos.

Nesse enquadre, o discurso não estabelece uma relação passiva com a realidade, meramente se referindo a objetos “dados” nessa realidade. Pelo contrário, o discurso está sempre em relação ativa com o social: ele contribui para a constituição de todas as dimensões

³⁷ Fairclough (2003) observa que discursos podem apresentar um alto grau de repetição e compartilhamento, podendo gerar, assim, muitas representações em diferentes tipos de texto. Logo, a universalização de um tipo de discurso particular pode ser medida pelo quanto ele figura em diferentes práticas sociais e discursivas, ou seja, com qual frequência ele ocorre em determinados tipos de texto e de que forma isso acontece. É nesse sentido que discursos podem adquirir *status* de hegemonia.

³⁸ Todos os exemplos utilizados nesta dissertação foram retirados do *corpus* de pesquisa.

da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem. Logo, o discurso é uma prática social que não apenas representa o mundo, mas também o significa, constituindo-o e construindo-o em termos de significado (FAIRCLOUGH, 2001a, p.91). Conforme ressalta Gouveia (1998, p.279), “ter consciência desse fato é meio caminho andado para percebermos que frequentemente somos posicionados, quer do ponto de vista social, quer cultural, quer político”.

Convém destacar ainda que todo discurso figura em práticas sociais, de forma simultânea e dialética, enquanto um modo de (inter-) agir, de representar e de identificar (-se). Fairclough (2003) explica que todo discurso se apresenta enquanto gênero (modo de agir), discurso (modo de representar) e estilo (modo de ser). Vale lembrar que gêneros, discursos e estilos são realizados principalmente por meio de características linguísticas específicas. O autor entende que esses três modos pelo qual o discurso se apresenta em práticas sociais correlacionam-se a três tipos de significado produzidos, também de forma simultânea e dialética, em todo discurso, quais sejam: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional.

Fairclough (2001b; 2003, p.26) entende que, nas práticas sociais, todo discurso se apresenta como uma forma de ação e interação social. Diferentes gêneros são diferentes modos de (inter-) agir discursivamente, como, por exemplo, a reportagem jornalística. Além disso, é através de gêneros que construímos semioticamente a vida social. Em segundo lugar, todo discurso figura como um modo de representação do mundo que se realiza em forma de discursos, como, por exemplo, o discurso midiático sobre escândalos políticos. Discursos variam a partir das perspectivas ou posições assumidas pelos sujeitos nas práticas sociais. E em terceiro lugar, todo discurso figura como um modo de identificar (-se), como, por exemplo, o modo como políticos são identificados e avaliados por jornalistas em notícias sobre escândalos políticos. Nesse sentido, a linguagem está relacionada a estilos usados na identificação. Cabe lembrar que esses três modos de significação do mundo internalizam outros elementos não semióticos, constituindo-os de alguma forma. É nesse sentido que a relação linguagem-sociedade é dita interna e dialética.

Considerar esses aspectos linguísticos e sociais do discurso nos possibilita perceber a decisiva participação que a imprensa tem na configuração de realidades de crise política e de corrupção para escândalos políticos, como os aqui analisados. As escolhas “do que representar” e “como representar” ditam as normas de qual realidade será exposta nas páginas

da revista ou do jornal. Embora a imprensa assuma a si mesma como “legítima representação neutra da vigilância política democrática” (MOTTA, 2002a, p.16), as escolhas linguísticas que faz e o modo como articula seu discurso contribuem a seu modo na identificação e definição de uma realidade vigente. Por isso, concordamos com Motta (2002a, p.15) quando ele diz que “não existe imprensa sem inserção política”. Ela pode pender para um lado, e ser um instrumento de poder instituído, ou para o outro, e ser um instrumento de resistência e de oposição a esse poder. O que é indiscutível é que ela é uma instância de ação política.

2.4 A representação de eventos sociais: escolhas motivadas?

Fairclough (1995a; 2003) faz notar que o processo da representação, em qualquer texto, está relacionado à decisão de quais escolhas linguísticas efetuar – o que incluir e o que excluir, o que tornar explícito e o que deixar implícito, o que colocar em primeiro/segundo plano, quais tipos de processo e quais categorias usar –, pois nesse momento uma representação particular de algum aspecto do mundo está sendo engendrada e construída nas proposições do texto. Isso implica um olhar atento nas motivações sociais e políticas das escolhas que são feitas em detrimento daquelas que poderiam ter sido feitas, mas que por algum motivo não foram. Com isso, a análise da representação fundamenta-se não só naquilo que está presente no texto, mas também nas ausências, nas coisas que poderiam estar no texto, mas não estão. É por isso que esse tipo de análise requer uma sensibilidade nas presenças e ausências do texto.

Quando as pessoas representam na língua eventos sociais de qualquer tipo, há sempre escolhas alternativas para aquilo a ser dito. Para Fairclough (1995a), toda escolha é, parcialmente, uma questão de vocabulário, pois o vocabulário com o qual o sujeito está familiarizado lhe fornece conjuntos de categorias pré-construídas, e a representação sempre envolve a decisão de como organizar o que está sendo representado dentro desses conjuntos de categorias. Ademais, nossas escolhas são também, parcialmente, uma questão de gramática, visto que a mesma pode diferenciar um pequeno número de tipos de processo, participantes e elementos circunstanciais para representarmos nossa experiência de mundo. Pode parecer, à primeira vista, que a diferença entre uma ação (por exemplo, “Como Matilde, outros ministros caíram na folia”) e um sentir (por exemplo, “Os políticos nunca sabem onde termina o homem público e começa o cidadão particular”) é uma diferença na realidade, na

natureza das coisas. Entretanto, as coisas não são simples nesse sentido. Quando representamos na língua algo que acontece no mundo, temos de escolher se representamos isso como uma ação, um sentir, uma relação, um dizer, um comportamento ou uma existência; logo, temos de escolher se representamos atores sociais como dizentes, comportantes, experienciadores, dentre outros tipos; se situamos essa representação em termos de tempo, lugar, razão, propósito, frequência, dentre outros tipos. Fairclough (1995a) salienta duas observações sobre esses tipos de escolha: primeiro, há padrões sistemáticos e tendências de escolha em certos tipos de texto e discurso; segundo, essas escolhas podem realizar discursos contrastantes.

Para analisar como eventos sociais são representados no nível do texto, Fairclough (1989; 1995a; 2001a; 2003) propõe examinar as orações a partir de uma perspectiva representacional. Essa proposta fundamenta-se na teoria sistêmico-funcional da linguagem, discutida fundamentalmente nos trabalhos de Michael Halliday. Nessa perspectiva, toda oração indica como o sujeito concebe a realidade a sua volta e como a gramática é usada para representar suas experiências de mundo. Diante desse ponto de vista representacional, Fairclough (2003) observa que os eventos sociais reúnem vários elementos, tais como, formas de atividade, pessoas, relações sociais, objetos, tempos, lugares e linguagem, que podem ser seletivamente escolhidos para representar um determinado aspecto da experiência de forma mais proeminente.

Convém ressaltar que o discurso jornalístico funciona na representação de eventos sociais como um princípio de recontextualização, removendo elementos de outras práticas sociais e incorporando-os dentro do contexto de sua própria prática. Segundo Fairclough (2003, p. 222), a recontextualização é uma relação entre diferentes redes de práticas sociais, uma questão de como elementos de uma prática social são apropriados e recolocados no contexto de uma outra prática. Ao representar um evento social, o jornalista pode seletivamente filtrar elementos de outras práticas sociais, tais como, atores sociais, objetos, ações, lugares, e recolocá-los em seu texto, acrescentando-lhes outros significados, avaliando-os, explicando-os e legitimando-os, por exemplo. Em decorrência disso, alguns elementos se perdem, outros são acrescentados e outros transformados no seio da prática discursiva. Uma vez que estamos lidando com linguagem, isso pode implicar mudanças semânticas no modo como os elementos são recontextualizados. Chouliaraki e Fairclough (1999, p.109) entendem a recontextualização como uma condição para a constituição de qualquer prática no discurso.

Para Van Leeuwen (2008), todo discurso recontextualiza práticas sociais e todo conhecimento está, portanto, em última análise, baseado em práticas sociais.

Há de se observar, diante disso, que as escolhas lexicais têm um papel crucial na forma como os elementos das práticas produzem significados quando são recontextualizados. Além desse tipo de escolha, há também as escolhas dos tipos de processo, participantes e elementos circunstanciais responsáveis por representarem nossas experiências de mundo, ou seja, escolhas no sistema gramatical da língua. Um exemplo eloquente desses tipos de escolha pode ser visto no seguinte recorte de uma das reportagens de nosso *corpus*: “Depois que a farra veio à tona [CIRCUNSTÂNCIA DE TEMPO], o Palácio do Planalto [ATOR] adotou [PROCESSO MATERIAL] um discurso moralizador [META] e mandou investigar [PROCESSO MATERIAL] os ministros perdulários [META]”. Diante de sucessivos acontecimentos envolvendo o escândalo dos cartões corporativos, o jornalista escolhe, neste recorte, representá-lo no domínio das ações materiais, incluindo, por exemplo, não só o tempo dessas ações, mas também modos particulares de representar tanto o evento (a farra) como os acusados de gastos abusivos com cartões corporativos (os ministros perdulários).

Fowler (1991, p.80-85) reconhece que o vocabulário é o principal determinante da estrutura ideacional da linguagem. Para o autor, o vocabulário de uma língua corresponde a um mapa de objetos, conceitos, processos e relações, sobre os quais a cultura dessa língua precisa comunicar. O vocabulário seria considerado, então, como uma representação do mundo para uma cultura; em outras palavras, ele seria o mundo como é percebido de acordo com as necessidades ideológicas de uma cultura. Diante disso, uma tarefa fundamental para o analista crítico é observar, no discurso que está estudando, que termos ocorrem com frequência e quais segmentos da sociedade desfrutam de constante atenção discursiva.

Em face dessas considerações, lançamos mão aqui de uma característica distintiva da LSF. Quando usamos a linguagem, temos de fazer escolhas lexicais e gramaticais de modo a significar o que queremos dizer. Toda escolha feita no sistema da língua acarreta uma decisão de não fazer outras escolhas, isso porque a língua é um potencial de significados: cada escolha realizada dentro da variedade de opções lexicais e gramaticais disponíveis determina como esse potencial é realizado. E mais, nossas escolhas são motivadas, quer política, quer social, quer culturalmente, a comunicar significados particulares e a causar efeitos particulares, pois a linguagem tem “a capacidade de ‘significar’ em tipos de situação, ou contextos sociais, que

são gerados pela cultura”³⁹ (HALLIDAY, 1978, p.34). Produzimos textos para agirmos no mundo em situações específicas determinadas por um contexto sociocultural. A prova disso é que textos posicionam seus leitores, seja na posição de leitor (fornecendo-lhes instruções sobre como ler um texto ou um conjunto de textos, como conformar-se ou adaptar-se a esses textos, como agir com eles e como tomar posições com eles), seja na posição de sujeito (fornecendo-lhes um conjunto de informações que descrevem modos de pensar, ser e agir em contextos específicos) (KRESS, 1989, p.37).

2.5 A metafunção ideacional e o Sistema de Transitividade na Gramática Funcional de Halliday: construindo representações do mundo pela linguagem

Na metafunção ideacional da linguagem expressamos e construímos representações sociais do mundo. Nela, a linguagem expressa o conteúdo da experiência do falante em relação a seu mundo interior (pensamentos, sentimentos e crença) e exterior (coisas, pessoas, situações e eventos). Pela metafunção ideacional, organizamos, entendemos e expressamos as realidades sociais a nossa volta e de nossa própria consciência. Nessa configuração funcional, toda oração é vista como uma forma de representar aspectos do mundo a partir do uso de um sistema gramatical particular, o Sistema de Transitividade (*System of Transitivity*).

A metafunção ideacional diz respeito, então, ao componente experiencial da linguagem e, desse ponto de vista, a língua oferece um conjunto de recursos para nos referirmos ao mundo. Conforme explica Thompson (2003, p.86), “a linguagem reflete nossa visão do mundo como consistindo de ‘eventos’ (verbos), envolvendo coisas (substantivos) que podem ter atributos (adjetivos) e que acontecem sobre detalhes de lugar, tempo, forma, etc. (advérbios)”⁴⁰. Esse processo representativo acontece porque a linguagem se organiza de modo a dar significado a nossas experiências de mundo. É por isso que não há nenhuma faceta da experiência humana que não possa ser transformada em significado (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004).

³⁹ Nossa tradução de: “(...) the ability to ‘mean’ in the situation types, or social contexts, that are generated by the culture”.

⁴⁰ Nossa tradução de: “(...) language reflects our views of the world as consisting of ‘goings-on’ (verbs) involving things (nouns) which may have attributes (adjectives) and which go on against background details of place, time, manner, etc. (adverbials)”.

Na perspectiva funcional hallidayana, nossas experiências de mundo são realizadas pelo Sistema de Transitividade. Este sistema gramatical aborda a forma como significados experienciais são representados na estrutura da oração através de um conjunto de tipos de processo, participantes e elementos circunstanciais, em que cada tipo de processo fornece seu próprio modelo para representar um domínio particular da experiência, como, por exemplo, os processos mentais cognitivos: EXPERIENCIADOR [Os políticos] + CIRCUNSTÂNCIA DE FREQUÊNCIA [nunca] + PROCESSO MENTAL COGNITIVO [sabem] + FENÔMENO [onde termina o homem público e onde começa o cidadão particular]. Pelo Sistema de Transitividade representamos como entidades agem, como são nomeadas e como se relacionam com o mundo. É por isso que as escolhas feitas nesse sistema revelam como o falante vê o mundo que o cerca. O que acontece quando representamos nossa experiência linguisticamente é que selecionamos tipos de processo, participantes e (opcionalmente) elementos circunstanciais para ordená-la em um todo significativo. E essas escolhas são refletidas na estrutura sintática, lexical e semântica de nossos textos.

Enquanto as circunstâncias (comumente realizadas por grupos adverbiais e sintagmas preposicionados) podem ou não fazer parte da construção de um fragmento da experiência, os participantes (normalmente realizados por nomes ou grupos nominais), por sua vez, são inerentes aos processos: todo tipo de processo possui pelo menos um participante. Nessa visão, o processo (realizado pelo verbo ou grupo verbal) é o elemento central na configuração semântica, e os participantes são entidades diretamente envolvidas na realização dos processos, em que as funções dos participantes diferem-se de acordo com o tipo de processo experiencial.

Halliday e Matthiessen (2004) reconhecem seis tipos de processo: três tipos principais (material, mental e relacional) e três intermediários (comportamental, verbal e existencial). Os processos materiais representam ações, eventos e atividades ocorridas no mundo material ao nosso redor e estão relacionados a ações físicas (“Ela fez uma farra com o cartão corporativo”). Os processos mentais representam atividades cognitivas e são vistos como uma reflexão ou uma reação às ações do mundo material (“Pela sua fatura, descobre-se que ele não restringe suas despesas a ambientes requintados”). Já os processos relacionais identificam e classificam entidades no mundo (“Essa confusão já se tornou um clássico do governo do PT”). Na linha divisória entre os processos material e mental, encontra-se o processo comportamental, o qual representa o comportamento resultante de estados físicos e mentais

(“Jefferson deu gargalhadas”). Já na linha divisória entre os processos mental e relacional está o processo verbal, responsável por representar o dizer (“Jefferson desmentiu a reportagem veementemente”). E na linha divisória entre os processos relacional e material está o processo existencial, o qual representa meramente a existência de fenômenos e entidades (“Há 11.510 cartões nos bolsos de autoridades”). Passemos a seguir às definições e particularidades de cada tipo de processo.

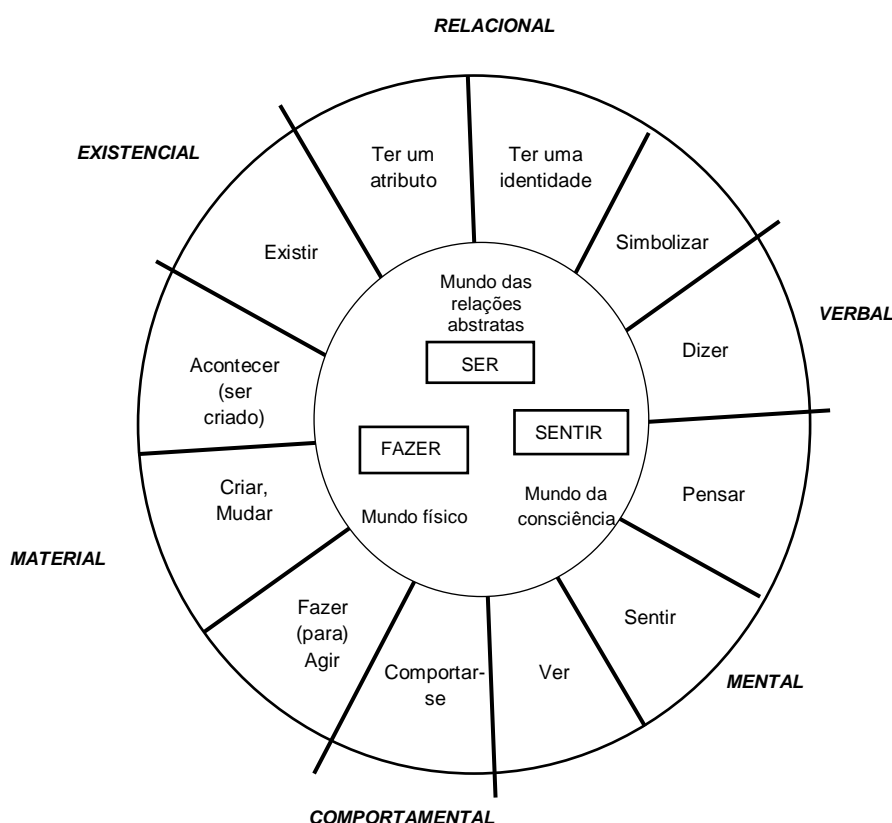


Figura 2.1: Os tipos de processo (Halliday e Matthiessen, 2004)

Os processos materiais são processos de “fazer” (transitivos) e “acontecer” (intransitivos) e estão relacionados às experiências do mundo externo do falante, sendo realizados por verbos de ação. Esses processos envolvem sempre um participante responsável por executar a ação, o ator, sendo, pois, um participante obrigatório na oração, aparecendo de forma explícita ou implícita. Nos processos materiais, a significação fundamental é que alguém ou algo faz alguma coisa. O desenvolvimento do processo material pode estar

estendido a outro participante, a meta. Este participante representa a entidade para quem, ou o que, a ação é direcionada. Neste caso, o resultado do processo material é inscrito na meta. Outros três tipos de participante opcionais podem aparecer nas orações materiais: o receptor, o cliente e o escopo. As funções dos participantes receptor e cliente representam um papel de beneficiário da ação realizada. O receptor é aquele para quem alguma coisa é dada e o cliente é aquele para quem algo é feito. O escopo funciona como uma extensão do processo (um verbo lexicalmente vazio), completando seu significado e pode realizar duas funções: (a) construir o domínio sobre o qual o processo ocorre, ou (b) construir o próprio processo.

Os processos mentais representam a experiência do mundo de nossa própria consciência, expressando percepções, pensamentos, emoções e desejos. Processos mentais não são tipos de “fazer” e “acontecer”. Portanto, não são atos materiais (ações físicas que mudam a realidade a nossa volta), mas sim a percepção que temos dessa realidade exterior. Os participantes para esse tipo de processo são o experienciador (um ser imbuído de consciência que experiencia um sentir) e o fenômeno (aquilo que é percebido, pensado, sentido ou desejado). O papel do experienciador pode ser preenchido metaforicamente por qualquer entidade dotada de consciência humana. Uma característica significativa desse tipo de processo é a possibilidade de projetar um domínio experiencial complementar enquanto o conteúdo do pensamento. Os processos mentais podem ainda ser classificados em quatro tipos: perceptivos (verbos que constroem percepções dos fenômenos do mundo), cognitivos (verbos que trazem fenômenos à consciência, podendo projetar outro domínio experiencial), emotivos (verbos que constroem emoção) e desiderativos (verbos que exprimem desejo, interesse, vontade em algo, podendo projetar outro domínio experiencial).

Os processos relacionais servem para caracterizar e identificar entidades. As propriedades fundamentais de processos relacionais derivam da natureza de uma configuração de “ser”, não no sentido de existir, mas de significar, como em, “A crise é [PROCESSO RELACIONAL] imprevisível”. Esses processos estabelecem uma relação entre duas entidades: uma coisa é dita “ser” alguma outra coisa; o que significa que nesses processos há sempre dois participantes inerentes. Nos processos relacionais atributivos, o processo classifica uma entidade a partir de outra (x é membro de uma classe y). Esse tipo de processo apresenta o portador (a entidade que carrega uma qualidade; é geralmente um grupo nominal) e o atributo (a entidade que caracteriza o portador; é geralmente uma qualidade ou um grupo nominal) como participantes. Já nos processos relacionais identificativos, a função do

processo é identificar ou definir uma entidade a partir de outra (x é igual a y). Esse tipo de processo apresenta a característica (a entidade identificada ou definida) e o valor (a entidade que identifica ou define; é geralmente um grupo nominal ou sintagma preposicionado) como participantes. Halliday e Matthiessen (2004) observam que processos relacionais podem variar de acordo com o tipo de relação estabelecida entre os participantes. Os autores destacam três tipos principais: o intensivo (o tipo de relação em que um participante é caracterizado em relação a outro), o circunstancial (o tipo de relação em que os participantes estabelecem uma relação em termos de circunstância) e o possessivo (o tipo de relação em que os participantes estabelecem uma relação de posse).

Os processos comportamentais representam manifestações exteriores (fisiológicas) de atividades da consciência (psicológicas), ou seja, representam uma externalização daquilo que sentimos internamente (irritar, chorar, magoar, por exemplo). Segundo Halliday e Matthiessen (2004), os processos comportamentais não possuem características claramente definidas, não sendo puramente materiais nem puramente mentais, mas, sim, sinais físicos de percepções ou estados mentais. Nesses processos, o comportante é o participante (tipicamente humano) que sente e externaliza um processo, sendo, pois, sua presença obrigatória na oração. O comportante pode realizar processos com aspectos materiais, mentais e verbais. Embora o padrão seja de orações com apenas um participante, em algumas situações pode haver outra entidade representada, chamada de fenômeno, sendo definida como aquilo que é expresso pelo processo. Halliday e Matthiessen (2004) ressaltam ainda que pode ocorrer também de outro participante, o *behaviour*⁴¹, realizar a função de processo comportamental, semelhante ao que acontece com o escopo nos processos materiais. Nesse caso, não se tem um participante real, mas sim uma especificação do processo comportamental.

Os processos verbais estão relacionados a fatos da ordem do dizer (EGGINS, 1994). Esses processos são responsáveis por representar formas de um dizer ou construir um dizer, tornando possível a organização de passagens dialógicas. Eles são, por conseguinte, processos de comunicar algo propriamente pela linguagem. Nesse tipo de processo há sempre um participante responsável por aquilo que é dito: o dizente, o qual não necessita ser um participante consciente. Outros três participantes podem estar relacionados de forma opcional nos processos verbais. São eles: o receptor, a verbiagem e o alvo. O receptor é o participante a quem o dizer é direcionado. A verbiagem corresponde àquilo que é dito e pode assumir duas

⁴¹ Não há ainda uma tradução para esse termo.

formas: a de um grupo nominal ou um aspecto oracional (uma nova oração), visto que os processos verbais, assim como os mentais, podem projetar outros domínios experienciais. Neste caso, a verbiagem funciona como uma oração subordinada que completa o sentido do processo verbal (EGGINS, 1994). O alvo é o participante atingido pelo processo. Halliday e Matthiessen (2004) ressaltam que processos verbais são um importante recurso em vários tipos de discurso, dentre eles o jornalístico, visto que o jornalista pode atribuir informação a suas fontes e a outros atores sociais, dando-lhes voz no discurso. O uso desse tipo de estratégia está relacionado à natureza argumentativa do gênero reportagem, já que essas vozes funcionam como argumentos para aquilo defendido pelo jornalista.

O processo existencial tem a função de representar a existência ou o acontecimento de alguma coisa (pessoas, objetos, ações, eventos, dentre outros). Processos existenciais são realizados tipicamente pelos verbos haver, existir e ter (os verbos ocorrer, ressurgir e emergir também podem exercer o mesmo papel). O único participante associado a processos existenciais é chamado de existente. Além de sua principal função de construir a existência de algo, o processo existencial tem também a função de dar continuidade às opiniões construídas no texto, introduzindo algo novo ou retomando uma ideia já introduzida.

O que se percebe no Sistema de Transitividade é que nossas escolhas nos posicionam diante dos eventos que estamos representando. Essas escolhas são sempre motivadas, quer tenhamos consciência disso ou não. Elas são influenciadas em certos aspectos pelo contexto no qual são usadas, e isso possibilita ao analista identificar e explicar como significados são construídos e representados através da linguagem.

Conforme apresentados sucintamente acima, os seis tipos de processo realizam significados diferentes, e, por isso, seus participantes realizam funções diferentes. O quadro 2.2 abaixo sintetiza as explicações apresentadas acima.

Quadro 2.2: Os tipos de processo, seus significados e participantes associados

PROCESSO	SIGNIFICADO	PARTICIPANTES OBRIGATÓRIOS	PARTICIPANTES OPCIONAIS
Material	Fazer, Acontecer	Ator	Meta, Escopo, Recebedor, Cliente
Mental	Sentir		
Percepção	perceber	Experienciador e Fenômeno	-----
Cognição	pensar		
Emoção	sentimento		
Desiderativo	desejo		
Relacional	Ser		
Atributivo	Classificar	Portador e Atributo	-----
Identificativo	Definir	Característica e Valor	
Verbal	Dizer	Dizente	Receptor, Alvo, Verbiagem
Comportamental	Comportar-se	Comportante	Fenômeno, Behaviour
Existencial	Existir	Existente	-----

Para encerrar este tópico, abordamos o terceiro componente que completa o Sistema de Transitividade: as circunstâncias. Realizadas por grupos adverbiais e sintagmas preposicionados, as circunstâncias referem-se a complementos informacionais que indicam a expansão do processo em uma condição particular. Circunstâncias podem ocorrer livremente com todos os tipos de processo e, basicamente, com o mesmo significado que lhe é inerente. Entretanto, isso não significa que não possam realizar outro (s) significado (s). Halliday e Matthiessen (2004, p.261) esclarecem que as circunstâncias podem formar um tipo de *minor process*⁴² auxiliar ao processo da oração. Neste sentido, um elemento circunstancial é um processo que se tornou parasita de outro processo, por isso deve ser interpretado em relação ao tipo de processo a que está relacionado.

Halliday e Matthiessen (2004, p.263-277) propõem nove categorias para a classificação dos tipos de circunstância. Vejamos resumidamente esses tipos no quadro 2.3 abaixo.

⁴² Não há ainda uma tradução para esse termo.

Quadro 2.3: Os tipos de circunstância

Tipo de circunstância	Significação	Exemplos
<p>EXTENSÃO Distância Duração Frequência</p>	<p>Representa a extensão do desdobramento do processo no tempo e no espaço. Sua realização indica distância (a distância no espaço sobre o qual o processo se desdobra), duração (a duração no tempo do desdobramento do processo) e frequência (a repetição da ocorrência do processo).</p>	<p>1) Altemir Gregolin se esbaldou <u>durante o carnaval de 2007</u> [Circunstância de duração]. 2) Matilde torrou, em média, 14.300 <u>por mês</u>[Circunstância de frequência].</p>
<p>LOCALIZAÇÃO Lugar Tempo</p>	<p>Representa a localização do desdobramento do processo no espaço e no tempo. Sua realização indica o lugar onde a experiência ocorre, bem como o tempo quando ocorre.</p>	<p>1) Sozinho, torrou 115.00 <u>em 2007</u> [Circunstância de tempo] <u>em supermercados, açougues e lojas de bebida, entre outros</u> [Circunstância de lugar].</p>
<p>MODO Meio Qualidade Comparação Grau</p>	<p>Representa o modo através do qual o processo é realizado. Esse tipo de circunstância ocorre em quatro subcategorias: meio (refere-se aos meios pelo qual o processo ocorre), qualidade (refere-se a palavras que especificam o processo), comparação (expressa comparação com a atividade do processo) e grau (caracteriza a extensão – muito, pouco, completamente, dentre outros – da realização do processo).</p>	<p>1) Até o presidente Lula paga as contas de casa <u>com esse instrumento</u> [Circunstância de meio]. 2) O fato revela <u>claramente</u> [Circunstância de qualidade] a disseminação do hábito de certas autoridades de usar recursos do estado como se fossem seus. 3) <u>Ao contrário de Luiz Gushiken</u>[Circunstância de comparação], José Dirceu nunca teve uma relação de amizade com o presidente Lula. 4) O mundo deles é <u>muito</u> [Circunstância de grau] melhor que o nosso.</p>
<p>CAUSA Razão Propósito Benefício</p>	<p>Representa a razão pela qual o processo é realizado. Esse tipo de circunstância apresenta a razão da realização do processo (razão), o propósito ou a intenção pelo qual o processo acontece (propósito) e o beneficiário da ação realizada (beneficiário).</p>	<p>1) No dia seguinte, <u>ao saber que não fora atendido</u> [Circunstância de razão], fez um desabafo a dois ministros. 2) <u>Para protegê-la</u> [Circunstância de propósito], o governo alugou uma casa na cidade. 3) O mensalão é um enorme desastre <u>para o PT</u> [Circunstância de benefício].</p>
<p>CONTINGÊNCIA Condição Concessão Falta</p>	<p>Especifica um elemento do qual a realização do processo depende. Existem três formas de se realizar essa circunstância: condição (expressa uma condição para que o processo seja realizado), concessão (realiza uma “causa frustrada”) e falta (realiza um sentido de condição negativa).</p>	<p>1) <u>Se ela falhar</u> [Circunstância de condição] será um deus-nos-acuda. 2) <u>Apesar do título pomposo</u> [Circunstância de concessão] não dá expediente no Planalto. 3) Todos, <u>à exceção de Freud Godoy</u> [Circunstância de falta], admitiram algum envolvimento com o caso.</p>
<p>ACOMPANHAMENTO Comitativa Aditiva</p>	<p>Essa circunstância representa uma forma de participação conjunta no processo e está dividida em duas subcategorias: comitativa (representa o processo como uma instância singular, não obstante dois participantes estejam envolvidos) e aditiva (representa o processo como duas instâncias em que os participantes envolvidos partilham a mesma função, mas um deles é representado circunstancialmente).</p>	<p>1) Os petistas, <u>com o próprio presidente à frente</u> [Circunstância comitativa], consideram isso desastroso. 2) Cada repartição, <u>além de definir quem terá direito aos cartões</u> [Circunstância aditiva], também fixa o limite que cada um poderá gastar.</p>
<p>PAPEL Guisa Produto</p>	<p>Representa os significados “ser” e “tornar-se” circunstancialmente. Esse tipo de circunstância corresponde ao atributo ou valor de uma oração relacional. Subdivide-se em guisa (constitui o significado de “ser” na forma de circunstância) e produto (corresponde ao significado “tornar-se” na forma de circunstância).</p>	<p>1) O imóvel funciona <u>como centro de operações de uma equipe</u> [Circunstância de guisa]. 2) Os cartões corporativos foram convertidos <u>na mais nova mamata da República</u> [Circunstância de produto].</p>

ASSUNTO	Está relacionada normalmente àquilo que é descrito, narrado, dito. Essa circunstância é realizada pelas preposições a respeito de, sobre, relativo a.	1) Informado <u>da demissão</u> [Circunstância de assunto] por telefone, Jefferson deu gargalhadas.
ÂNGULO Fonte Ponto de vista	Está relacionada ao dizente de uma oração verbal e ao experienciador de uma oração mental. Pode ser realizada de duas formas: como fonte (a fonte da informação) e ponto de vista (representa um ponto de vista).	1) É questão de segurança <u>segundo disse a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff</u> [Circunstância de fonte]. 2) <u>Na lógica petista</u> [Circunstância de ponto de vista], portanto, tudo aconteceu por obra de maus perdedores.

2.6 A noção de gênero discursivo

Bakhtin (1992, p.279) já deixava claro que cada esfera da atividade humana, de acordo com suas funções sociais e condições específicas, formula, em suas interações verbais, “tipos relativamente estáveis de enunciados” que lhe são próprios. Em outras palavras, cada esfera formula gêneros discursivos; formula textos que, por serem socialmente construídos e constrangidos, estão submetidos a convenções (quer discursivas ou não), a tipificações (do ponto de vista temático, estilístico e composicional) e a uma situacionalidade histórica (um evento discursivo não ocorre no vácuo, desunido do tempo e do espaço). Ao assumir essa posição, Bakhtin (1992) afirma que os gêneros são realidades imprescindíveis a nossas ações no mundo: dominar um repertório de gêneros é fundamental para a ação em sociedade, pois são através de gêneros que discursos são transformados em ação na sociedade. Bakhtinianamente falando, os gêneros, permeiam, organizam e constituem nossas ações sociais e discursivas no mundo. Daí porque se os gêneros não existissem e se nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez a toda fala, a comunicação verbal seria quase impossível (BAKHTIN, 1992, p.302).

Marcuschi (2006, p.25) entende que quando aprendemos a operar com um gênero, aprendemos um modo de atuação sociodiscursiva numa cultura, e não um simples modo de produção textual. Para Carolyn Miller (1984, p.165), o que aprendemos com os gêneros não são padrões de formas, ou mesmo métodos para atingirmos nossos próprios fins. Aprendemos quais fins podemos alcançar; aprendemos a compreender melhor as situações em que nos encontramos e as potencialidades para o fracasso e o sucesso da ação praticada; aprendemos modos de como participar nas ações de uma comunidade. A razão disso, segundo a autora, é que gêneros incorporam elementos de racionalidade cultural. Utilizando os princípios da teoria sociológica de Anthony Giddens, Meurer (2006) entende os gêneros a partir da

ocorrência de práticas sociais executadas por indivíduos agindo sob prescrições de papéis relativos a certa identidade, e sempre em alguma estrutura social definida em termos de regras e recursos. É a partir dessas três dimensões que o autor integra todo gênero a um determinado contexto de cultura. Aliás, essa também é a posição de Motta-Roth (2006a, p.147) ao definir o gênero como “um fenômeno estruturador da cultura”, pois está relacionado a “práticas sociais mediadas pela linguagem, compartilhadas e reconhecidas como integrantes de uma dada cultura” (MOTTA-ROTH, 2006b, p.496).

É certo que para Bakhtin (1992) não são elementos linguísticos isolados que organizam nossas interações verbais, mas, sim, gêneros do discurso. Para atingirmos nossos objetivos comunicativos utilizamos gêneros. Conforme lembra o pensador russo (1992, p.301), “essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc”. Nesse sentido, uma reportagem jornalística, é, acima de tudo, uma ação social e discursiva com objetivos comunicativos específicos, que possui uma estrutura temática, estilística e composicional distinta, já que exerce uma função específica na cultura. A reportagem jornalística é tanto um elemento caracterizado pelo jornalismo quanto um elemento que o caracteriza, sendo uma manifestação visível do funcionamento da sociedade.

Na perspectiva sociodiscursiva de Norman Fairclough, “gêneros são o aspecto especificamente discursivo de modos de agir e interagir no curso dos eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p.65). O autor entende como gênero “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado” (FAIRCLOUGH, 2001a, p.161), como, por exemplo, uma reportagem jornalística, uma reunião parlamentar, uma reza ou um leilão. Gêneros implicam ainda não somente tipos particulares de textos, mas, também, processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos, acrescenta o autor.

A definição do que se entende por gênero é aqui fundamental para identificarmos a reportagem jornalística como uma forma cultural e cognitiva de ação social envolta de modo particular na linguagem; como um fenômeno linguístico condicionado a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja sob o ponto de vista lexical, formal ou temático; e como um fenômeno sensível à realidade que representa, pois sua materialidade linguística também a produz.

2.7 A construção da realidade social: a relação dialética entre linguagem e sociedade

Berger e Luckmann (2004), num clássico estudo da sociologia do conhecimento, pontuam que a realidade é o resultado de uma construção social. Nas experiências da vida diária ⁴³, o homem socializa seus conhecimentos com os demais a sua volta, contribuindo para a constituição de objetivações sem as quais nenhuma sociedade poderia existir. Os sociólogos explicam que a realidade é constituída por fenômenos que existem independentemente de nossa vontade; não podemos desejar que não existam. Tais fenômenos são reais e possuem características específicas. Entretanto, a noção de realidade é relativamente social, pois “o que é “real” para um monge tibetano pode não ser “real” para um homem de negócios americano” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.13).

Um fator imprescindível neste processo de construção da realidade é a função desempenhada pela linguagem. Por meio dela, somos capazes de definir e expressar em palavras a realidade que apreendemos. Nossas experiências do dia-a-dia são construídas principalmente por intermédio da significação linguística. Para Berger e Luckmann (2004), a linguagem tem a capacidade de integrar diferentes zonas da realidade dentro da realidade da vida cotidiana, dotando-as de significados. O que torna a linguagem indispensável para nossa vida social é que por meio dela podemos atualizar, a qualquer momento, um mundo inteiro.

A linguagem me fornece a imediata possibilidade de contínua objetivação de minha experiência em desenvolvimento. Em outras palavras, a linguagem é flexivelmente expansiva, de modo que me permite objetivar um grande número de experiências que encontro em meu caminho no curso da vida. A linguagem também tipifica as experiências, permitindo-me agrupá-las em amplas categorias, em termos das quais têm sentido não somente para mim, mas também para meus semelhantes (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.59).

É neste sentido que Berger e Luckmann (2004, p.57) asseguram que “a linguagem é capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências”. Isso mostra o porquê a linguagem pode ser uma ferramenta legitimadora da

⁴³ Berger e Luckmann (2004) explicam que essa realidade da vida cotidiana também se manifesta como um mundo intersubjetivo, um mundo partilhado com outros indivíduos e regulado pelas interações sociais destes. Ao (inter) agirmos nesse mundo necessariamente partilhamos conhecimentos, atitudes e valores com aqueles outros com os quais existimos. Todavia, isso não significa que nossas (inter) ações sejam sempre não problemáticas. Experienciamos diferentes esferas da realidade, com as quais nos deparamos com diferentes formas de (inter) agir, isto é, diferentes conhecimentos. Não há, portanto, uma única realidade, mas múltiplas realidades em razão da multiplicidade de relações sociais.

realidade social. Berger e Luckmann (2004) sustentam ainda a capacidade que a linguagem tem de edificar representações simbólicas para a realidade, o que coloca a linguagem e o social num mesmo espaço, onde um é a realização do outro. Essa visão é compartilhada pelo linguista Michael Halliday (1978, p.2), para quem a linguagem é sócio-semiótica e a realidade social sujeita a processos de transformação:

Uma realidade social (ou uma ‘cultura’) é, em si mesma, um edifício de significados – uma construção semiótica. Nessa perspectiva, a linguagem é um dos sistemas semióticos que constituem uma cultura; um que é distintivo porque serve também como um sistema de codificação para muitos (embora não todos) dos outros sistemas ⁴⁴.

Halliday (1978), seguindo essa base sociológica de construção da realidade, observa que a linguagem é um potencial de significados que expressa e ativamente simboliza em seu sistema semântico as intrínsecas relações que mantém com o social – tome-se, por exemplo, a relação entre as três metafunções, as três variáveis de registro e suas respectivas realizações lexicogramaticais. De fato, através do trabalho de Halliday (1978) é possível desvendar os liames que fundem a linguagem com a realidade social. O interesse de Halliday (1978) nessa díade, linguagem e realidade social, está voltado para o potencial linguístico e seu papel funcional na construção e manutenção de significados para a sociedade, isso porque o autor interpreta os processos linguísticos na perspectiva da ordem social. Isso implica considerar que todo uso da linguagem acontece dentro de um contexto sociocultural particular, no qual a realidade social (ou a cultura) é interpretada em termos semióticos, como um sistema de informação. Assim, o autor defende que “a relação da linguagem com o sistema social não é simplesmente uma relação de expressão, mas uma dialética natural mais complexa, em que a linguagem simboliza ativamente o sistema social, criando-o e sendo criada por ele” ⁴⁵ (HALLIDAY, 1978, p.183). Para isso, a linguagem é entendida como um dos sistemas semióticos (dentre vários outros) que constituem a realidade social. Logo, é o funcionamento dialético desses sistemas semióticos, ou sistemas de significação, com a estrutura social que forma o que entendemos como realidade (ou cultura) – valores, conhecimentos, identidades, ideologia, dentre outros aspectos.

⁴⁴ Nossa tradução de: “A social reality (or a ‘culture’) is itself an edifice of meanings – a semiotic construct. In this perspective, language is one of the semiotic systems that constitute a culture; one that is distinctive in that it also serves as an encoding system for many (though not all) of the others”.

⁴⁵ Nossa tradução de: “(...) the relation of language to the social system is not simply one of the expression, but a more complex natural dialectic in which language actively symbolizes the social system, thus creating as well as being created by it”.

A perspectiva sociodiscursiva do linguista britânico Norman Fairclough é complementar a essas ideias e dialoga diretamente com o trabalho de Halliday. Para Fairclough (2001a), enquanto uma prática social, o discurso é um dos princípios estruturadores da sociedade, ao mesmo tempo em que, em suas diferentes manifestações, a própria sociedade o estrutura e o condiciona; logo, discurso e sociedade se influenciam mutuamente. É por isso que todo discurso deve ser encarado na relação com a sociedade que lhe dá forma (GOUVEIA, 1998). O autor entende que o discurso causa efeitos sobre a estrutura social, contribuindo para a realização da continuidade ou da mudança social: sujeitos, objetos e conceitos são formados no nível do discurso. Por outro lado, o discurso é constrangido ou coibido pelo domínio social ou institucional em que é gerado: eventos discursivos variam de acordo com o domínio social ou institucional em que são gerados (uma Comissão Parlamentar de Inquérito é muito diferente de uma reunião de professores e pais em uma escola, por exemplo). Isso acontece porque o discurso é formado por relações no nível da sociedade, por normas e convenções de natureza quer discursiva, quer não discursiva.

Aspectos discursivos de práticas sociais, como, por exemplo, a representação discursiva de escândalos políticos pela mídia, podem ter efeitos na sociedade; podem, por exemplo, construir certos conhecimentos sobre a política ou serem usados para construir identidades sociais. Por outro lado, a sociedade, através de suas diversas manifestações, determina normas e convenções para esses aspectos discursivos: o modo como a Justiça representa discursivamente um escândalo político é totalmente diferente do modo como a mídia o faz. Isso porque elas são diferentes instituições determinadas de diferentes formas pela sociedade.

Logo, o discurso nem reflete realidades independentes dele, nem lida de forma passiva com a sociedade. Todo discurso está em uma relação ativa com a realidade, transformando-a de alguma forma. Assim, Fairclough (1989) torna claro que as estruturas sociais não apenas determinam práticas sociais, como o discurso, elas são um produto de práticas sociais. E mais especificamente, as estruturas sociais não apenas determinam discursos, elas também são um produto de discursos. Portanto, “não há uma relação externa ‘entre’ linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética. A linguagem é uma parte da sociedade; fenômenos linguísticos são fenômenos sociais de um tipo especial, e fenômenos sociais são (em parte)

fenômenos linguísticos”⁴⁶ (FAIRCLOUGH, 1989, p.23). Por isso, “a estrutura social é uma condição para a existência do discurso, mas é também um efeito de tal existência” (GOUVEIA, 1998, p.282).

A seguir, serão apresentadas as questões metodológicas tomadas nesta pesquisa.

⁴⁶ Nossa tradução de: “... there is not an external relationship ‘between’ language and society, but an internal and dialectical relationship. Language is a part of society; linguistic phenomena *are* social phenomena of a special sort, and social phenomena *are* (in part) linguistic phenomena”.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DA PESQUISA

Conforme explicitado anteriormente, adotamos, para esta pesquisa, o diálogo entre as perspectivas sociodiscursiva e sistêmico-funcional da linguagem, de modo a analisarmos como a revista VEJA constroi, nas escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico, realidades de crise e de corrupção para três escândalos políticos ocorridos no contexto brasileiro. Embora haja algumas similaridades entre estas duas abordagens, tais como, a linguagem enquanto um fenômeno social, a língua como um sistema de escolhas e a relação dialética entre linguagem e sociedade, faz-se necessário especificar os procedimentos de análise aqui adotados, já que estas duas abordagens possibilitam várias formas de se criar procedimentos para o estudo e a análise da linguagem. Visto que “não há procedimento fixo para se fazer análise do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001a, p.275), neste capítulo de metodologia, inicialmente, buscar-se-á esclarecer o problema, as questões e os objetivos de pesquisa, para, logo em seguida, apresentar o *corpus*, seus critérios de seleção e suas características gerais. Por fim, apresenta-se o método de pesquisa e os procedimentos adotados à análise.

3.1 Problema, objetivos e questões de pesquisa

Inserida na interface das perspectivas sociodiscursiva e sistêmico-funcional da linguagem, esta dissertação tem como problema de pesquisa a seguinte questão: como o discurso jornalístico da revista VEJA faz a representação de escândalos políticos ocorridos no contexto brasileiro? Nosso objetivo central consiste em investigar, nas escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico, como jornalistas constroem realidades de crise e de corrupção para os escândalos do mensalão, do dossiê e dos cartões corporativos, no gênero reportagem jornalística. Esse objetivo se desdobra ainda em outros três objetivos específicos, a saber:

1. Examinar o modo como os tipos de processo, seus participantes e as circunstâncias se realizam lexicalmente e como contribuem para a construção de uma realidade de escândalo político para os eventos;
2. Analisar quais atores sociais e outras entidades são representados e que papéis discursivo e de transitividade eles refletem;
3. Analisar os modos particulares de representar os escândalos por meio do processo de nomeação;

A trajetória da análise e discussão dos dados apresentada nesta pesquisa será guiada pelas seguintes questões:

- a. Que lugar social é construído para a política no discurso jornalístico de VEJA?
- b. Que realidades de mundo esse discurso constroi?
- c. Como esse discurso contribui para a reprodução da política no Brasil e qual o papel das escolhas lexicais nesse processo?

Dessa forma, a investigação de aspectos de representação discursiva nas reportagens volta-se às escolhas lexicais que são feitas nos textos, às motivações sociais para essas escolhas e à construção de uma realidade social para aquilo representado. Acreditamos que com isso estaremos focalizando, de forma específica, a relação entre linguagem e mundo social, e o papel da imprensa em intermediar essa relação.

3.2 O corpus

O *corpus* de análise desta pesquisa são seis reportagens extraídas da revista semanal brasileira VEJA, publicadas entre os anos de 2005 e 2008. Em circulação há quase 43 anos, VEJA é o veículo de informação impresso de maior tiragem no Brasil: são 1.249.947 exemplares impressos em para cada edição, conforme dados da editora Abril (informação retirada no *site* www.publiabril.com.br). Com um total estimado de 8.774.000 de leitores, a revista subdivide-se em várias seções, tais como, Páginas Amarelas, Geral, Internacional, Ponto de Vista, e dentre elas a seção da qual retiramos as reportagens de análise: Brasil, que

faz a “cobertura dos fatos políticos de maior relevância da semana, com análise das implicações desses fatos na vida do país e dos leitores”.

Visto que, “nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p.38), o modo como VEJA seleciona fatos políticos, bem como a maneira como os aborda numa perspectiva discursiva, isto é, como constroi representações para os fatos, por meio da linguagem, diz muito sobre seu papel na difusão e estabilização de representações de aspectos do mundo. Com *slogans* como, “os olhos do Brasil” e “VEJA, indispensável para o país que quer crescer”, a revista tem o objetivo de:

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos (informação retirada no *site* www.publiabril.com.br).

Com base nessas informações, entendemos o quão relevante é tomar reportagens da revista VEJA como *corpus* de uma pesquisa que analisa, em termos de linguagem, o papel que cumpre a imprensa na construção de sistemas de conhecimento e significado para escândalos políticos. O espaço que VEJA abre para a circulação de saberes, através de suas matérias jornalísticas, é fundamental para conhecermos como ela se relaciona com a sociedade, isto é, como percebe fatos políticos, culturais e sociais que fazem parte de nossa sociedade.

Com relação ao gênero reportagem, Sodré e Ferrari (1986) consideram-no o lugar por excelência da narração jornalística – o lugar onde se contam, se narram as peripécias da atualidade. Embora seja uma narrativa – com ação dramática, personagens e descrição de ambientes –, a reportagem está muito distante da literatura em razão do seu compromisso com a objetividade jornalística, segundo os autores. Contudo, longe de ter um “estilo direto puro”, isto é, de ser uma “narração sem comentários, sem subjetivações” (SODRÉ e FERRARI, 1986, p.9), a reportagem jornalística é uma atividade essencialmente discursiva que constroi versões da realidade – o que implica não apenas escolhas de informação, mas, sobretudo, escolhas no nível lexical e semântico da língua – e por isso reflete as predileções daqueles que a produzem, conforme veremos em nossas análises.

Segundo Lage (2008), a reportagem, geralmente, apresenta um maior número possível de dados informativos acerca do fato narrado do que outros gêneros jornalísticos, tais como, a notícia e o editorial, formando um todo compreensível e abrangente ⁴⁷. Ao traçar algumas características desse gênero, o autor pontua que reportagens decorrem da intenção de uma “visão jornalística” (LAGE, 2008, p.114) dos fatos, isto é, a reportagem depende exclusivamente que um jornalista perceba algo no mundo, que seja determinado ou não por fato gerador de interesse, e assim o relate, ao contrário do que aconteceria com as notícias, que independem dos jornalistas para ocorrer. Nesse sentido, reportagens seriam mais extensas, mais ricas na trama de relações entre os universos de dados do que as notícias, por exemplo.

Enquanto um gênero informativo no campo do jornalismo, a reportagem prima pela informação e pela narrativa. Em nosso *corpus* de pesquisa, as seis reportagens oferecem detalhamento e contextualização dos fatos, oferecendo uma narrativa que busca reconstituir as atividades que aconteceram nos escândalos, ao mesmo tempo em que constroi versões para esses eventos. Nesse sentido, o processo de recontextualização deve ser observado de perto, de modo que se perceba quais elementos das práticas de cada escândalo são selecionados e inseridos no contexto da narrativa jornalística construída por VEJA. Isso significa verificar quais elementos das práticas são importantes, no ponto de vista da revista, para se construir realidades de crise e de corrupção para os escândalos. Esse processo de recontextualização pode ser observado nas palavras de Sodré e Ferrari (1986, p.107): “não é bastante ser verdadeira; reportagem tem de *parecer* verdadeira – ser verossímil. Isso exige certa técnica na dosagem da seleção e combinação de elementos” (itálico dos autores).

Em termos de transitividade, essa seleção e combinação de elementos implica um olhar atento nas escolhas de processos, participantes e elementos circunstanciais. Nas seis reportagens analisadas, observou-se que as circunstâncias são elementos fundamentais à representação dos escândalos, enquanto recursos discursivos para contextualizar e caracterizar as atividades descritas nos processos. Há, por exemplo, uma grande ocorrência de circunstâncias de tempo, lugar, razão e propósito encontradas nas reportagens. Assim, percebe-se que a necessidade de informar não fica restrita somente àquilo que o processo

⁴⁷ Não iremos abrir aqui uma discussão acerca dos gêneros jornalísticos, muito menos de uma diferença entre reportagem e notícia. Várias são as definições não muito esclarecedoras quando o assunto são gêneros jornalísticos, sobretudo, a definição do que é uma notícia/reportagem e quais suas características. Para maiores informações sobre esta distinção ver o artigo de Bonini (2009).

pode oferecer em termos de significado, como, por exemplo, um comportamento psicofisiológico de gargalhar, mas, também, se estende àquilo que as circunstâncias podem oferecer ao processo: informação adicional (a razão da gargalhada, por exemplo).

Ainda acerca dessa seleção e combinação de elementos, os dados do *corpus* revelaram que a representação das personagens do drama (*dramatis personae*), na maior parte das vezes, ocorre como agentes de processo. Seja no papel de ator, experienciador, característica, portador, dizente ou comportante, as realidades de mundo dessas personagens as colocam como participantes obrigatórios das atividades representadas. Um exemplo disso é a representação construída para os portadores de cartões de crédito corporativos acusados de abusar nos gastos. Em quase todas as orações em que eles aparecem, o papel de transitividade é o de ator de processos de gastar, e o papel discursivo é o de gastadores.

Com relação aos tipos de processo encontrados em nosso *corpus*, há uma proeminência de ações materiais, bem como de definições e classificações de participantes. Processos materiais e relacionais representam 68, 26% das escolhas de tipos de processo nas reportagens. A opção por esse tipo de representação sugere que, nas seis reportagens, as realidades dos escândalos políticos são, predominantemente, constituídas por ações físicas, com atores sociais e outras entidades, tais como, o governo e o PT, agindo sobre fatos, pessoas e objetos, e por experiências modeladas no plano do ser, numa relação de natureza estática entre participantes, com a atribuição de qualidades e identificações. Nota-se que essa opção não é casual quando pensamos o papel crucial da mídia na construção de um discurso infamante que busca uma resposta pública de desaprovação para os fatos.

Representar os escândalos em termos de ações materiais significa construir uma realidade de mundo dinâmica para os fatos: isso possibilita retratar ações físicas de acusados de improbidade em suas atividades irregulares, tais como, pagamento de subornos, compra de informações, gastos do dinheiro público, dentre outros. Ademais, entendemos que as ações materiais são imprescindíveis à construção dos eventos como escândalos político-financeiros. Por outro lado, a representação dos escândalos no modelo de orações relacionais permite que essas ações materiais sejam definidas e classificadas. Os papéis de participante portador (aquele ou aquilo que recebe uma qualificação ou uma descrição) e característica (aquele ou aquilo ao qual uma identificação é conferida) abrem espaço para que não apenas as personagens do drama (*dramatis personae*) sejam avaliadas, mas, também, suas próprias ações irregulares.

O interesse em investigar, nas escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico, como VEJA constrói realidades de crise e de corrupção para os escândalos do mensalão, do dossiê e dos cartões corporativos, no gênero reportagem jornalística, conduziu-me à geração de dados por meio da coleta de reportagens. Entre os anos de 2005 e 2008, período em que esses escândalos ganharam publicidade na mídia, VEJA publicou dezenas de reportagens relatando fatos e denúncias sobre esses eventos. Diante disso, recorri à definição que o sociólogo John Thompson (2002) dá aos escândalos políticos midiáticos para definir quais reportagens de cada escândalo selecionar. O autor entende que a transgressão de segunda ordem é uma característica central dos escândalos midiáticos. Esse tipo de transgressão ocorre quando se constata que os supostos acusados de irregularidades mentiram ou tentaram ocultar, em um primeiro momento, de diferentes formas, suas ações ilegais. Em outras palavras, descobre-se que, além de cometerem infrações de primeira ordem, tais como, cobrar ou pagar propina, comprar informações falsas, lavar dinheiro, falsificar notas fiscais, dentre outros tantos tipos, eles as negam veementemente ou tentam encobri-las, cometendo, assim, uma transgressão de segunda ordem.

Com base nesse aspecto, Thompson (2002, p.51) esboça um esquema representativo dos elementos constituintes de escândalos políticos midiáticos (ver a figura 1.1, na página 32). Tomando esse esquema como ponto de partida, observamos que as duas primeiras reportagens de cada escândalo já traziam esses elementos descritos por Thompson. Assim, entendemos que poderíamos analisar cada evento em suas duas primeiras publicações, visto que já encontraríamos sua dinâmica inicial. Logo, esse processo de seleção gerou seis reportagens jornalísticas, apresentadas no quadro 3.1 abaixo.

Convém ressaltar, entretanto, que não estamos generalizando nosso *corpus* enquanto uma representação dos três escândalos. Gostaria de deixar claro que as duas reportagens de cada evento não refletem o acontecimento como um todo. Com essa seleção, por exemplo, deixa-se de analisar a estrutura sequencial que todos os escândalos midiáticos possuem, bem como os agentes e as organizações envolvidas em seu desdobramento (THOMPSON, 2002). Mais abaixo, o quadro 3.2 contém uma breve descrição sobre os escândalos investigados nesta pesquisa.

Quadro 3.1: Reportagens selecionadas para *corpus* de pesquisa

Data	Escândalo	Título da reportagem
15.06.2005	Mensalão	O PT assombra o Planalto
22.06.2005	Mensalão	Nocaute
27.09.2006	Dossiê	O voo cego do petismo
18.10.2006	Dossiê	Um enigma chamado Freud
06.02.2008	Cartões Corporativos	A farra do cartão de crédito
13.02.2008	Cartões Corporativos	A república dos cartões

3.3 Procedimentos e metodologia de análise

Para que se pudesse investigar, nas escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico, o modo como VEJA constroi realidades de crise e de corrupção para os escândalos do mensalão, do dossiê e dos cartões corporativos, primeiro, focou-se a linguagem como um recurso para a construção e representação de experiências de mundo interior e exterior. Em outras palavras, levou-se em consideração o fato que toda oração é uma unidade de realização de experiências de mundo (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004). Mais especificamente, trabalhou-se como o componente experiencial da metafunção ideacional, isto é, com o Sistema de Transitividade, uma vez que ele “constroi o mundo da experiência em um conjunto manejável de *tipos de processo*” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.170) ⁴⁸ (itálico dos autores). Neste sistema, cada tipo de processo fornece seu próprio modelo ou esquema para construir um domínio particular da experiência enquanto uma figura de um tipo particular.

Dado esse primeiro passo, tomou-se, em Rajagopalan (2003), a premissa que as representações discursivas da realidade nada mais são que classificações, descrições e identificações de pessoas, fatos e objetos, e que o ato de designação (nomeação), longe de ser um processo de etiquetar objetos do mundo, é um recurso muito utilizado pela mídia para imprimir certas interpretações de determinados acontecimentos, dos responsáveis por tais acontecimentos e dos atos específicos praticados nesses acontecimentos, de modo a influenciar o modo como leitores interpretam as informações veiculadas. No contexto de um escândalo político, certas nomeações significam buscar uma resposta pública de

⁴⁸ Nossa tradução de: “The transitivity system construes the world of experience into a manageable set of *process types*”.

desaprovação, fator sem o qual nenhum escândalo pode existir. Junto a isso, considerou-se, de acordo com Fairclough (2003), que discursos lexicalizam o mundo de maneiras particulares. Levado isso em consideração, poder-se-ia analisar cada escolha lexical de modo a observar como jornalistas nomeiam e lexicalizam as realidades de mundo de cada escândalo.

Observados esses aspectos teóricos, fez-se a análise de transitividade de todas as orações de cada uma das seis reportagens, levando-se em conta os três componentes da oração:

- a seleção do processo (observado no grupo verbal da oração);
- a seleção dos participantes (observados nos grupos nominais da oração);
- a seleção dos elementos circunstanciais (observados nos grupos adverbiais e nos sintagmas preposicionados da oração);

O Sistema de Transitividade, por oferecer categorias de análise que permitem o entendimento do papel da linguagem na materialização de experiências de mundo dos usuários da língua, podendo expressar ações, sentimentos, comportamentos, etc., nos permitiu investigar como os jornalistas recontextualizam práticas sociais dos escândalos em termos de discurso, analisando como representam tipos de atividade ocorridos, a descrição e classificação dos participantes dessas atividades, bem como sua contextualização e caracterização. Ao mesmo tempo observou-se, em cada oração, como esses jornalistas lexicalizam suas experiências e quais rótulos são utilizados para representar os escândalos e seus personagens.

Com base nesses passos, nossa análise foi feita levando-se em consideração as escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico realizadas dentro de um leque de possibilidades. Para tanto, a noção de escolha, dentro da abordagem sistêmico-funcional de Halliday, é fundamental para percebermos que nem sempre essas escolhas sistêmicas são conscientes (THOMPSON, 2003), mas são sempre motivadas pelo contexto de uso da língua, no nosso caso pela natureza da ação social em andamento – um escândalo político. Os recortes abaixo mostram como as análises foram feitas:

- Como Matilde [**Circunstância de comparação**], outros ministros [**Ator**] caíram [**Processo Material**] na folia [**Escopo**].
- Desde o primeiro rombo no casco ético de seu governo, quando se soube que o braço-direito do então ministro José Dirceu fora flagrado achacando um empresário de jogos

[**Circunstância de tempo**], o presidente Lula [**Portador**] teve [**Processo Relacional Atributivo**] todos os meios para limpar seu governo, higienizar seu palácio e promover uma faxina no PT [**Atributo**].

Conforme mostram os dois recortes acima, retirados do *corpus*, a lexicalização dos escândalos pode ocorrer nos três componentes do Sistema de Transitividade. Diante disso, não faremos duas análises separadas: uma para as escolhas de transitividade e outra para as escolhas de léxico. Num mesmo recorte, ir-se-á discutir ambas as escolhas. Com essa metodologia, quantificamos os tipos de processo selecionados em cada reportagem, o que nos possibilitou a confecção de quadros e gráficos representativos dos dados de análise. Da mesma forma, isso nos permitiu observar a frequência com que determinados atores sociais e outras entidades eram representadas nos papéis de transitividade.

A seguir, será apresentada a análise dos dados e discutido os resultados obtidos.

Quadro 3.2: Descrição dos escândalos de corrupção selecionados para *corpus* de pesquisa

Evento	Ano	Descrição
Escândalo do Mensalão	2005	Dentre os escândalos políticos que atingiram o governo do presidente Lula, o mensalão foi o de maior repercussão nos cenários político e midiático. Definido como um esquema de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo, o mensalão envolveu 40 acusados. Entre eles estavam parlamentares, ex-ministros e pessoas diretamente ligadas ao Partido dos Trabalhadores, como, por exemplo, o então presidente do partido, José Genoíno, o tesoureiro Delúbio Soares e o secretário geral Sílvio Pereira. O estopim do escândalo foi a divulgação de um vídeo pela revista VEJA, em 18/05/2005, onde o diretor do Departamento de Contratação e Administração de Materiais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Maurício Marinho, é flagrado recebendo propina para beneficiar um suposto empresário interessado em negociar com os Correios. Ao embolsar R\$3 mil para garantir uma negociata, Maurício Marinho revela um esquema de suborno que funciona no departamento, delatando as cabeças do esquema: o diretor de Administração dos Correios, Antônio Osório Batista e Roberto Jefferson, deputado federal e presidente do PTB. Sentindo-se isolado e abandonado pelos seus aliados do governo, o Deputado Roberto Jefferson faz uma série de revelações comprometedoras contra o PT e o governo Lula. Na ocasião, Roberto Jefferson aponta o PT e o empresário Marcos Valério como os operadores do mensalão, cujo objetivo era corromper o apoio de parlamentares a favor de projetos do governo, pagando, para isso, uma quantia de R\$30 mil mensais.
Escândalo do Dossiê	2006	Pela alcunha de Escândalo do Dossiê ou Escândalo dos Alopados ficou conhecido o episódio em que a Executiva Nacional do PT teria solicitado a compra de um dossiê contra políticos adversários do partido nas eleições de 2006. Em 15/09/2006 a Polícia Federal (PF) fez a prisão em flagrante de dois integrantes do partido com o montante de R\$ 1,7 milhões de reais, valor este a ser pago ao empresário Luiz Antônio Vedoin, suposto chefe de um esquema de desvio de dinheiro público para compra de ambulâncias (episódio conhecido como Escândalo dos Sanguessugas) e acusado de montar o dossiê. Com ele, no mesmo dia, a PF apreendeu uma fita VHS, um DVD e fotos que mostravam o conditado ao governo de São Paulo, José Serra, assim como o candidato à presidência da república, Geraldo Alckmin, ambos do PSDB, na entrega de ambulâncias da máfia dos sanguessugas. Dentre os acusados de participação no esquema estão: Gedimar Passos, que trabalhava na campanha de reeleição de Lula; Valdebran Padilha, filiado ao PT de Mato Grosso (ambos pegos com R\$1,7 milhões de reais); Jorge Lorenzetti, um dos chefes do comitê de reeleição de Lula; Freud Godoy, ex- segurança pessoal de Lula e Assessor Especial da Presidência da República; Expedito Veloso, filiado ao PT e diretor de Gestão de Riscos do Banco do Brasil; Oswaldo Bargas, integrante da campanha de reeleição de Lula; Ricardo Berzoini,

		Coordenador Geral da Campanha à reeleição do presidente e também presidente nacional do PT; e Hamilton Lacerda, um dos integrantes da campanha eleitoral de Aloísio Mercadante ao governo de São Paulo;
Escândalo dos Cartões Corporativos	2008	No início de 2008, a mídia divulga uma série de notícias dando conta de que os gastos com os cartões de crédito corporativos do governo federal teriam dobrado em 2007 com relação ao ano anterior. As denúncias apontam um conjunto de irregularidades no uso dos cartões por parte de ministros e outros servidores do governo. Entre essas irregularidades, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou gastos em uma Choperia, compras em <i>free shops</i> , reforma de uma mesa de sinuca e até R\$ 8,30 para a compra de uma tapioca. As denúncias apontam ainda rasuras em notas fiscais emitidas por uma comitiva do presidente Lula, além de emissão de notas frias. Devido à gravidade das denúncias, o governo passa a conviver com uma crise política, sendo instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o abuso no uso dos cartões. A única penalizada pelo escândalo é a ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, acusada de usar indevidamente seu cartão para pagar o aluguel de veículos, além de fazer compras em <i>free shops</i> . A ministra foi a única a ser demitida. Meses após investigações, a CPI aprova um relatório que isenta os servidores acusados de irregularidades com o uso dos cartões. Os gastos são definidos como equívocos cometidos, e não como irregularidades com o dinheiro público.

CAPÍTULO IV

Leitura crítica do discurso jornalístico

Nos capítulos anteriores, traçamos os pontos teóricos e metodológicos por meio dos quais conduzimos nossas análises nesta dissertação. Observamos, durante esse percurso, que todo discurso é uma prática de representação e de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados. Neste capítulo, voltamos nossa atenção para a posição assumida pelos jornalistas frente os eventos representados, isto é, sua imagem mental da realidade, de modo a analisar quais realidades de mundo são construídas para cada escândalo político e de que forma isso acontece.

Por isso, neste capítulo, efetuamos uma leitura crítica, nas reportagens selecionadas como *corpus*, tanto nas escolhas de processos, participantes e circunstâncias quanto nos modos particulares de representação de cada escândalo, isto é, nas escolhas lexicais realizadas. O objetivo é examinar as relações de significado construídas a partir dessas escolhas de representação. Como ponto de partida, tomamos o número de ocorrências dos tipos de processo nas reportagens, analisando quem é incluído como participante e quais circunstâncias contextualizam a realização dos processos. Para esse propósito investigativo, consideramos que as escolhas de processos estão intrinsecamente relacionadas à produção de significados e, naturalmente, ao modo como o texto jornalístico projeta seus discursos com vistas a ganhar a anuência de seus consumidores – escândalos políticos precisam causar respostas públicas de desaprovação.

Através da análise das escolhas de representação, buscamos explicar como os jornalistas codificam sua imagem mental dos escândalos políticos em termos de discurso. Nesses termos, ao considerarmos que o discurso jornalístico passa necessariamente pela questão da representação e, por isso, precisa definir, classificar e construir aquilo selecionado, partimos do pressuposto de que os jornalistas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações, o que corresponde a escolhas sobre como construir conhecimentos e significados de uma forma particular (FAIRCLOUGH, 2001a). Considerando que os

jornalistas constroem suas experiências da realidade como discurso, vejamos como se dá a representação dos escândalos políticos nas escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico.

4.1 O escândalo do Mensalão representado nas reportagens O PT assombra o Planalto e Nocaute: um perfil quantitativo dos tipos de processo

Apresentamos ao leitor no quadro 4.1 abaixo uma visão quantitativa dos tipos de processo encontrados nas reportagens O PT assombra o Planalto e Nocaute. Isso nos permite delinear um perfil da distribuição desses processos no que diz respeito a suas ocorrências nos textos. O quadro mostra os processos materiais, verbais e relacionais como os mais recorrentes, seguidos dos processos mentais, comportamentais e existenciais com um número de ocorrências mais baixo.

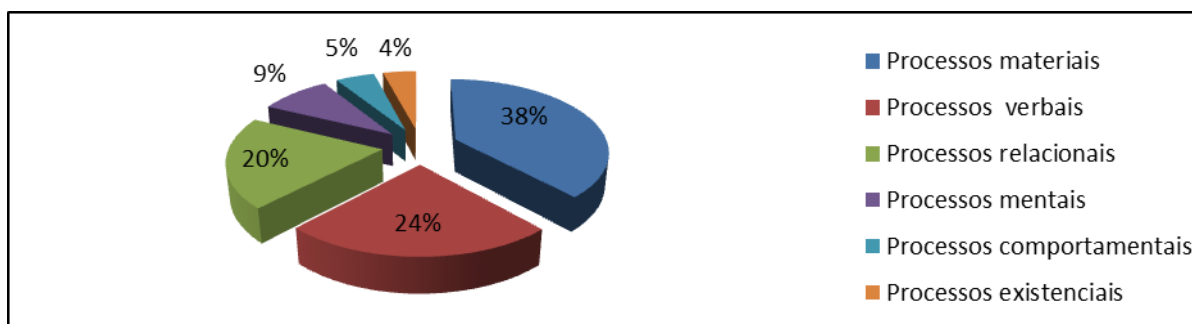
Quadro 4.1: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens O PT assombra o Planalto e Nocaute

Tipos de processo	Reportagem		
	O PT assombra o Planalto	Nocaute	Total
Material	77	79	156
Verbal	48	50	98
Relacional	47	35	82
Mental	14	22	36
Comportamental	12	8	20
Existencial	7	10	17
Total	205	204	409

Através desses números fica evidente, visto a maior incidência, a relevância dos processos de fazer, dizer, classificar e definir, para a construção do escândalo do mensalão nas reportagens analisadas. Em conjunto, esses três tipos de processo somam 336 ocorrências, o que equivale a mais de 80% das escolhas de processo no Sistema de Transitividade. Essa superioridade numérica indica um interesse em construir o evento identificando participantes em suas ações físicas, seus dizeres, classificações e definições. Os outros três tipos de processo, embora com uma frequência bem menor, 73 ocorrências, também desempenham um papel determinante no processo de significação do escândalo, conforme veremos na discussão dos dados apresentada mais abaixo.

O gráfico 4.1 abaixo retrata as escolhas de tipos de processo em termos percentuais.

Gráfico 4.1: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens
O PT assombra o Planalto e Nocaute em porcentagem



4.1.1 A representação do escândalo nas escolhas de transitividade: quem representar?

A análise dos tipos de processo nas reportagens revela uma visibilidade representacional maior em seis participantes: o PT, o Deputado Roberto Jefferson, Lula, Delúbio Soares, o ministro José Dirceu e o mensalão. Essa representação mostra a inclusão e a atuação dessas seis entidades em diferentes papéis de transitividade, indicando o PT como o partido responsável por corromper deputados do Congresso (realizando ações), Roberto Jefferson aquele que delatou o esquema do mensalão (por isso, enuncia e realiza ações), Lula aquele que é diretamente atingido pelo escândalo (logo, realiza ações, enuncia, pensa e manifesta comportamentos mentais e fisiológicos), Delúbio Soares aquele que distribuía as mesadas (por isso realiza ações), José Dirceu aquele que operou o esquema (por isso realiza ações) e o mensalão enquanto o evento representado na atuação dos participantes acima (por isso, aparece principalmente como meta e verbiagem). O quadro 4.2 abaixo mostra a distribuição desses participantes nos diferentes papéis de transitividade disponíveis.

Conforme mostra o quadro, notamos que o presidente Lula, Roberto Jefferson e o PT são representados em quase todos os papéis de transitividade, o que reflete a maior visibilidade dada a eles na materialidade dos textos.

Quadro 4.2: Distribuição dos seis participantes nos papéis de transitividade

Papeis de Transitividade	Participantes					
	Lula	Roberto Jefferson	Partido dos Trabalhadores	Delúbio Soares	Mensalão	José Dirceu
Ator	x	x	x	x		x
Meta	x		x	x	x	
Escopo			x		x	
Recebedor						
Cliente	x					
Experienciador	x	x	x	x		
Fenômeno			x			
Dizente	x	x	x	x		x
Alvo	x	x				x
Receptor	x					
Verbiagem					x	
Comportante	x	x	x			x
Fenômeno		x	x			
Portador	x	x	x		x	
Atributo			x		x	
Característica	x		x	x		x
Valor					x	
Existente			x		x	

4.1.2 Representando ações para definir os agentes e suas funções no escândalo

A representação do escândalo do mensalão no domínio do mundo material constroi a atuação dos seis participantes listados acima de modos particulares. Dos seis participantes apenas o mensalão não é representado como ator. Sua inclusão nesse domínio experiencial limita-se ao papel de meta (o participante para quem, ou o quê, a ação é direcionada) e escopo (o participante que completa o significado do processo). As escolhas de processos materiais para representar a agentividade dos outros cinco participantes sinalizam aspectos lexicais e semânticos que nos é relevante para identificarmos como a realidade do escândalo está associada a cada um deles. Com essas escolhas, nota-se que cada um desempenha um papel particular na representação construída. Vejamos mais abaixo alguns recortes de processos materiais onde esses participantes atuam como ator.

- (1) O PT [Ator] assombra [Processo Material] o Planalto [Meta].

Em (1), temos o título da primeira reportagem publicada por VEJA após as denúncias de Roberto Jefferson sobre a existência do mensalão. Nesse recorte, o PT atua como ator da

ação de assombrar o Palácio do Planalto. Ao apresentar essa construção experiencial, o jornalista sinaliza ao leitor aspectos significativos para o modo como o texto deve ser apreendido. Considerando que os títulos fazem uma leitura global do texto, informando o que há de mais proeminente no discurso da notícia (VAN DIJK, 1988), nota-se no título acima que o PT será posto como uma das principais entidades a praticar e participar das ações e situações descritas no texto, pois é nesse sentido que ele é tematizado e posto em primeiro plano na oração.

Levando em consideração que cada forma particular de expressão linguística realizada tem sua razão de ser empregada da forma como é, nota-se o modo como o jornalista escolhe, já no título da reportagem, representar a relação do PT com o evento em questão; ou seja, o PT é a entidade que age sobre o esquema, por isso a escolha de “assombrar”. Observa-se, através da utilização dessas escolhas de ator e processo, que o jornalista atribui agentividade ao PT por causa de suas ações ilícitas praticadas no Congresso.

A partir da análise linguística e discursiva da reportagem, alguns possíveis títulos poderiam ter sido escolhidos para a representação do escândalo, o que não significa que seriam escolhas isentas de significado. O ponto relevante aqui é observar as motivações de colocar o PT como ator e o verbo “assombrar” como processo material. As opções abaixo indicam outros tipos de configuração semântica possíveis como título da reportagem.

1. Corrupção, malas de dinheiro e crise política: o escândalo do mensalão;
2. Roberto Jefferson denuncia a existência de corrupção no Congresso: o PT é o principal alvo;
3. O PT é acusado de subornar parlamentares em troca de apoio ao partido no Congresso;
4. Corrupção e ambiente de crise no Planalto;

Embora no título não haja qualquer tipo de informação adicional à ação praticada pelo PT, grande parte de suas ações materiais nas reportagens tem seu desdobramento em circunstâncias de lugar, tempo, razão e propósito. Isso mostra um interesse em associar as ações do partido a complementos informacionais que expandem essas ações em um *continuum* de espaço, tempo e causa, apresentando, assim, mais informações referentes ao processo realizado. Vejamos alguns desses e de outros casos nos recortes abaixo.

(2) (essa legenda) senta **[Processo Material]** agora **[Circunstância de tempo]** no banco dos réus **[Escopo]** para ser acusada de carregar a mala preta, imagem-síntese da roubalheira nacional, para corromper e subornar políticos **[Circunstância de propósito]**.

(3) (...) um ministro viria a público dizer que o PT **[Ator]** estava pagando **[Processo Material]** o preço **[Escopo]** por andar com “más companhias” **[Circunstância de razão]**.

(4) A revista noticiara que o PT **[Ator]** comprara **[Processo Material]** o apoio do PTB **[Meta]** por 10 milhões de reais **[Circunstância de meio]**, mas entregara **[Processo Material]** só parte do dinheiro **[Escopo]**.

Nos três recortes acima, as escolhas das circunstâncias são uma questão essencial na construção das representações. Essas circunstâncias perfazem os significados de seus respectivos processos, definindo o modo como a representação da experiência deve ser considerada. Entendemos que a opção por essas circunstâncias não é ocasional, mas sim motivada. No recorte (2), a circunstância indica o motivo pelo qual o partido está envolvido no escândalo. No recorte (3), o jornalista revela uma circunstância de razão cujo significado indica que as alianças do PT foram decisivas para que o partido se corrompesse na busca do exercício do poder político. Já no recorte (4), encontramos uma circunstância de meio que revela a alta quantia financeira paga pelo PT para corromper um de seus principais partidos aliados.

Percebe-se que as configurações sintáticas e semânticas dos recortes acima reforçam a experiência representada no recorte (1). Em todos eles, o PT é posto em primeiro plano, onde sua agentividade é marcada de forma explícita. Isso revela traços particulares na constituição da representação do escândalo, mostrando que as escolhas linguísticas concedem ao jornalista (à revista) a realização de seu propósito ideológico, o que confere ao discurso jornalístico um de seus princípios mais relevantes: o poder de dar visibilidade a eventos, situações e pessoas.

(5) As denúncias explosivas do deputado Roberto Jefferson, o homem-bomba do PTB, **[Ator]** detonaram **[Processo Material]** a mais grave crise política dos últimos anos **[Meta]** e jogaram **[Processo Material]** uma espessa nuvem de fumaça **[Meta]** sobre o futuro próximo **[Circunstância de lugar]**.

No recorte (5) são as denúncias de Roberto Jefferson que realizam ações de provocar uma grave crise política no Palácio do Planalto. Importante observar no participante ator que o enfoque é dado às denúncias feitas pelo Deputado, e não à sua própria pessoa. Isso revela um aspecto interessante em termos representacionais: a imagem de Roberto Jefferson está

associada às suas denúncias feitas contra o PT. Isso mostra também que o Deputado age por meio de suas denúncias. No recorte (5) acima, essas denúncias atuam como ator de processos com uma carga semântica de guerra, significado esse ratificado pelo ator “as denúncias explosivas” e pelo participante meta “uma espessa nuvem de fumaça”.

A lexicalização, mecanismo que consiste, segundo Fairclough (2001a), numa das formas mais facilmente visíveis de se identificar como os indivíduos ou grupos sociais são representados, serve aqui para identificarmos não só a forma como o Deputado Roberto Jefferson é representado, “o homem-bomba do PTB”, mas, também, para entendermos o motivo de se usar os processos com carga semântica de guerra. Assim, não é por acaso que as escolhas lexicais “denúncias explosivas”, “o homem-bomba”, “detonaram”, “grave crise política” e “espessa nuvem de fumaça” foram feitas para representar a atuação de Roberto Jefferson no escândalo, e logo no primeiro parágrafo da reportagem. O propósito parece ser justamente controlar quem faz o que e quais as consequências da ação realizada.

Importante observar também no recorte (5) o papel da circunstância de lugar sobre a qual o processo “jogaram” se desdobra. Nela, tem-se o desdobramento do processo em um lugar específico (futuro próximo), identificando a iminência do resultado das denúncias no futuro da política. Visto que todo texto é construído em cima de escolhas de significado, a circunstância utilizada tem um papel importante para a construção da realidade do escândalo. Percebe-se, por meio da análise de transitividade, que esse futuro próximo já é adiantado/representado pelos jornalistas no curso das duas reportagens analisadas. Eles representam com processos verbal, material, comportamental, mental e relacional, e com Lula como agente desses processos, esse “futuro próximo”.

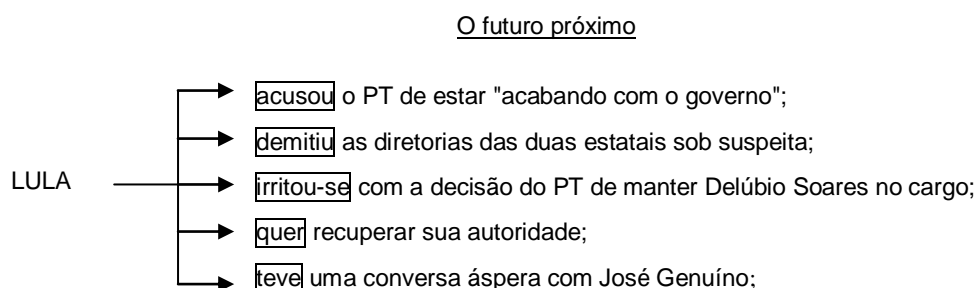


Figura 4.1: Processos realizados por Lula após as denúncias de Roberto Jefferson

As atividades de Lula mostradas nessa figura se dão em consequência das denúncias de Roberto Jefferson, e retratam o resultado de “a mais grave crise política” e da “espessa nuvem de fumaça”. Ademais, isso revela o papel que cabe ao presidente após as denúncias: tentar consertar os estragos feitos pelo PT, já que sua reputação foi posta em risco.

Para mostrar que essa seleção “do que informar” e “como informar” funciona como um produto de uma ação proposital, política e ideológica, vejamos outros dois recortes envolvendo ações materiais de Roberto Jefferson.

(6) Roberto Jefferson [**Ator**] fez [**Processo Material**] uma vítima poderosa: o PT [**Escopo**] (...)

(7) As denúncias de Roberto Jefferson [**Ator**] (...) acertaram [**Processo Material**] o coração do PT [**Meta**] comprometendo seu discurso histórico em defesa da ética.

Os recortes (6) e (7) encerram escolhas de processos e participantes que dizem muito sobre os efeitos da delação feita por Roberto Jefferson. O PT é identificado, então, como meta das denúncias. Em (7), a escolha do processo “acertaram” ressoa os processos no recorte (5), revelando como as escolhas experienciais do jornalista estão intimamente ligadas a uma motivação: revelar as consequências das denúncias de Roberto Jefferson no mundo material. No recorte (6), a opção em definir o PT como “uma vítima poderosa” dá à representação uma perspectiva particular: a valorização de um participante acusado de suborno orienta uma leitura específica em torno de suas atividades (por que o PT é uma vítima poderosa?). Acreditamos que essa definição se dá a partir de uma motivação: o sucesso da naturalização de significados para entidades particulares depende de como essas entidades são vistas (nomeadas) no evento em que são representadas.

Com base nessas escolhas, percebemos que o aspecto da realidade criado diz respeito ao poder que as denúncias de Roberto Jefferson exercem sobre a reputação do PT. A representação da realidade do escândalo evidencia, textual e discursivamente, que essas denúncias vitimaram o PT; de agente das ações de subornar parlamentares, o partido passou a ser a entidade atingida pelas denúncias comprometedoras de Roberto Jefferson. Assim, a realidade oferecida pelos jornalistas permite-nos (re) construir uma representação do deputado como sendo aquele que não só delatou o esquema, mas, também, arruinou a reputação do PT.

(8) Com a saída de José Dirceu [**Circunstância comitativa**], porém, Lula [**Ator**] dá [**Processo Material**] um passo fundamental [**Escopo**] em direção a duas coisas essenciais [**Circunstância de lugar**]: salvar [**Processo Material**] seu governo [**Meta**] e preservar [**Processo Material**] sua biografia [**Meta**].

No recorte (8), segue-se uma sequência de três processos materiais que, de modo geral, resumem a representação do presidente Lula no domínio do mundo material. Diante das denúncias de Roberto Jefferson, Lula é representado como aquele responsável por organizar a turbulência causada pelo PT, visto que ela pode prejudicar sua reputação. Isso indica que as consequências das denúncias atingiram não somente o partido enquanto uma instituição política, mas, também, a figura central dele. No recorte (8), observamos, primeiramente, que essas denúncias custaram o cargo de José Dirceu, o então ministro-chefe da Casa Civil. A partir disso, os três processos materiais realizados por Lula revelam esse seu papel após a delação de Roberto Jefferson. Nota-se que o jornalista, através da utilização de processos materiais semelhantes, “salvar” e “preservar”, constroi uma realidade para as ações do presidente: sua reputação de líder de Estado deve ser zelada, daí porque o passo dado é fundamental.

De acordo com Thompson (2002, p.49), o prejuízo da reputação é um risco a todo escândalo, onde as reputações individuais estão em risco. Por isso, muitos escândalos são caracterizados pelas “lutas por um nome”. As escolhas lexicais “fundamental” e “essenciais” retratam justamente a importância desse esforço em defender a reputação de alguém que tem um nome e um cargo a zelar. Entretanto, conforme nos lembra o autor, a luta pela reputação não é uma questão somente de honra e orgulho pessoal. Acima de tudo, está em jogo o capital simbólico: um recurso que possibilita ao presidente intervir e influenciar no curso crise. Assim, essas escolhas de transitividade e de léxico ativam uma realidade tanto para o presidente Lula, como para a representação do escândalo como um todo.

Nos recortes (9), (10) e (11) abaixo, as escolhas no Sistema de Transitividade ratificam essa representação discursiva para o presidente, expandindo os significados de suas ações realizadas em (8).

(9) Lula disse que, se for necessário [**Circunstância de condição**], vai cortar [**Processo Material**] na própria carne [**Escopo**] e, demonstrando clareza diagnosticou: "O que está em jogo é a respeitabilidade das nossas instituições, das quais sou o principal guardião".

(10) Demitiu [**Processo Material**] as diretorias das duas estatais sob suspeita [**Meta**], mandou [**Processo Material**] os governistas apoiarem a criação da CPI dos Correios e defendeu [**Processo**

Material] a reforma política [**Meta**], que se esconde na origem da bagunça partidária e da feira fisiológica que se realiza no Congresso.

(11) Com a saída de Dirceu [**Circunstância comitativa**], o presidente [**Ator**] aproveitará para fazer [**Processo Material**] uma reforma ministerial [**Escopo**].

Como pode ser notado, nos três recortes acima as atividades do presidente expressam uma extensão do passo fundamental dado por Lula no recorte (8), o que nos demonstra como a organização experiencial da representação é estrategicamente tecida para fins específicos. Neste caso, a estratégia é naturalizar um sentido singular para as ações do presidente: as reputações sua e de seu governo devem ser preservadas. Todos os três recortes marcam um sentido de mudança política nas ações realizadas. Em (9), a ação é de sacrifício para a mudança: é necessário “cortar na própria carne” para que sua reputação não seja prejudicada. Nos recortes (10) e (11), a ação realizada é de modificação estrutural nas bases políticas: a renovação política é necessária para preservar a reputação. Além disso, essa regularidade das ações cria uma realidade coerente com relação a outros domínios experienciais quando o presidente é representado como agente do processo. Conforme veremos mais adiante, nos domínios verbal, mental e comportamental, a representação de Lula mostra a tentativa do presidente em zelar pelas reputações sua e de seu governo.

Outro ator social representado nas escolhas experienciais dos jornalistas é o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Suas atividades são representadas sobretudo no domínio do mundo material, onde Delúbio recebe o papel de distribuidor do mensalão. Esse papel ativo é destacado como ator nos recortes (12), (13), (14) e (15) abaixo, onde ele é também afetado pela atividade do processo material, exercendo um papel passivo na ação realizada.

(12) Ao contar, numa gravíssima entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares [**Ator**], pagava [**Processo Material**] mesada de 30.000 reais [**Escopo**] aos deputados do PP e do PL [**Recebedor**], Roberto Jefferson fez uma vítima poderosa (...)

(13) O dinheiro das mesadas [**Meta**] era entregue [**Processo Material**] pelo tesoureiro Delúbio Soares [**Ator**] a líderes ou presidentes dos partidos [**Recebedor**].(...). Esses políticos contam que Delúbio [**Ator**] desembarcava [**Processo Material**] em Brasília com o dinheiro [**Circunstância de lugar**] e se dirigia [**Processo Material**] à residência dos líderes e presidentes de partidos para fazer a distribuição [**Circunstância de lugar**].

(14) Na quarta-feira, depois de dois dias escondido da imprensa [**Circunstância de tempo**], o tesoureiro [**Ator**], diligentemente escoltado [**Processo Material**] pelo presidente do PT, José Genoino [**Ator**], apareceu [**Processo Material**] diante de uma centena de jornalistas [**Circunstância de lugar**] para explicar-se [**Circunstância de propósito**].

(15) O tesoureiro [Ator] deixou [Processo Material] a sede do PT [Escopo] sendo, como sempre, escoltado [Processo Material] por batedores de motocicleta [Ator].

Uma razão para que as atividades materiais de Delúbio não fossem suprimidas da representação do escândalo é permitir que o leitor tenha acesso ao conhecimento pormenorizado das práticas exercidas pelo tesoureiro; as quais, representadas detalhadamente, conforme vemos nos recortes acima, podem despertar algum tipo de reação no leitor. De todo modo, ao incluírem as ações de Delúbio na representação linguística do escândalo, os jornalistas recontextualizam os significados dessas ações para uma realidade de corrupção, onde o próprio tesoureiro passa de “encarregado pelo PT de distribuir as malas de dinheiro” a “corruptor”. Com as escolhas dos processos “pagar”, “entregar” e “distribuir”, observadas acima, os jornalistas buscam aproximar a realidade das ações do tesoureiro da narrativa construída nas reportagens, isto é, uma narrativa de crise política e de corrupção no governo.

A organização da experiência em (12) e (13) revela uma seleção lexical de processos materiais e de participantes (escopo e meta) que reforça o aspecto financeiro do escândalo (pagar + R\$ 30.000; entregar + dinheiro; distribuir + dinheiro). Esse modo de representar a realidade realça a ligação ilícita entre política, dinheiro e poder. De acordo com Thompson (2002), escândalos financeiros mostram que regras e procedimentos para o exercício do poder político podem ficar comprometidas pela influência de interesses econômicos ocultos. O que os recortes (12) e (13) revelam é justamente essa realidade do escândalo: para que o governo do PT pudesse aprovar suas propostas no Congresso comprou o apoio político de líderes de partidos e de parlamentares.

Nos recortes (14) e (15), o que chama atenção é a forma como Delúbio é representado. Gramaticalmente, o tesoureiro é afetado pela ação do processo. Após a revelação de suas ligações secretas com líderes de partidos e parlamentares envolvendo dinheiro, Delúbio recebe proteção do PT: compete ao partido acompanhar e proteger seu tesoureiro do contato próximo com a imprensa. Com base nos estudos de Thompson (2002), podemos presumir que a motivação dessa escolta talvez se deva ao receio dos petistas de que Delúbio ou cometa alguma transgressão de segunda ordem ou revele qualquer vestígio de suas atividades. Isso se mostra patente no recorte (16) abaixo:

(16) Mas, antes que respostas esclarecedoras surgissem [**Circunstância de tempo**], Genoio [**Ator**] levantou-se [**Processo Material**] e encerrou [**Processo Material**] a entrevista [**Meta**] com linguajar de galpão [**Circunstância de meio**]: "Agora chega, vamos embora" [**Oração projetada**].

Acusado de chefiar o esquema do mensalão, José Dirceu é destituído do cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Sua demissão é consequência imediata das revelações feitas por Roberto Jefferson, conforme mostra o recorte (17).

(17) Cinquenta horas depois de Roberto Jefferson, o homem a quem o governo fez tudo para desqualificar, ter dito "rápido, sai daí rápido, Zé" [**Circunstância de tempo**], José Dirceu [**Ator**] deixa [**Processo Material**] a Casa Civil [**Escopo**].

Além de revelar a demissão do ministro, a representação experiencial acima reforça o poder que as denúncias de Roberto Jefferson têm sobre os envolvidos. No caso de José Dirceu, essas denúncias revelaram que as atividades do ministro implicavam a contravenção de normas legais, o que acabou lhe custando o cargo de ministro-chefe da Casa Civil ⁴⁹. Há que se notar, na circunstância de tempo, o processo material “fez de tudo”, onde o governo é codificado como ator de uma ação sobre Roberto Jefferson. Ação essa que tinha como finalidade anular a legitimidade das denúncias do deputado. Isso mostra como o governo cometeu, nos termos de Thompson (2002), uma transgressão de segunda ordem, negando publicamente que as revelações de Jefferson tinham fundamento - o que foi de encontro ao que mostraram investigações posteriores.

As atividades de Dirceu no mundo material são retratadas, pois, de modo a descrever tanto sua saída do cargo como sua atuação no esquema do mensalão. Ao mapearmos as escolhas de processos materiais onde José Dirceu é codificado como ator, destacamos os seguintes recortes:

(18) Na quinta-feira passada [**Circunstância de tempo**], José Dirceu de Oliveira e Silva, aos 59 anos [**Ator**], saiu [**Processo Material**] do Palácio do Planalto [**Escopo**] pela porta dos fundos [**Circunstância de meio**], sob o peso da acusação de comandar o mensalão, apelido da mesada de 30.000 reais com a qual o PT é suspeito de comprar o voto de deputados aliados [**Circunstância de razão**].

⁴⁹ Em 30 de Março de 2006, o Superior Tribunal Federal (STF) aceitou a denúncia do Procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, contra José Dirceu por crimes cometidos no escândalo do mensalão. O STF o indiciou por corrupção ativa, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e peculato. José Dirceu foi considerado “líder do esquema do mensalão” pelo relator do processo; teve seu mandato cassado e está inelegível até 2015.

(19) Ao encerrar seus trinta meses de governo acossado por denúncias de corrupção [**Circunstância de tempo**], José Dirceu [**Ator**] assumiu [**Processo Material**] seu posto [**Escopo**] como uma glória do governo [**Circunstância de guisa**], mas saiu [**Processo Material**] de lá [**Escopo**] como sua tragédia [**Circunstância de guisa**].

(20) Agora [**Circunstância de tempo**], cai [**Processo Material**] o próprio José Dirceu [**Ator**], também com água até o pescoço [**Circunstância comitativa**] em um mar de suspeitas [**Circunstância de lugar**].

(21) Foi ele quem levou para o regaço do governo legendas como PTB, PL e PP - e, ao executar [**Processo Material**] sua estratégia [**Escopo**], produziu [**Processo Material**] um duplo desastre: uma base parlamentar gelatinosa e o escândalo do mensalão [**Escopo**].

(22) (...) o PT [**Ator**], sob o comando do ministro José Dirceu [**Circunstância comitativa**], fez [**Processo Material**] a mais acintosa e violenta intervenção nos partidos representados no Congresso Nacional [**Escopo**].

Se examinarmos estes recortes experienciais em termos lexicais, veremos que a seleção lexical contribui a seu modo para a conformação e a fixação de uma realidade de mundo do ministro. As ações de José Dirceu caracterizam uma realidade política conturbada, o que favorece a compreensão da realidade de mundo vivida pelo PT. Dirceu é representado como força ativa e dinâmica no que diz respeito a suas atividades como “líder do esquema do mensalão”: ele comanda o esquema, executa sua estratégia e constroi coalizões no Congresso. Dessa forma, como agente e protagonista dessa realidade de crise e de corrupção vivida pelo governo, o papel de José Dirceu não é minimizado nas escolhas de transitividade. Ao contrário, essas escolhas o colocam como fonte de informação sobre como funcionava o esquema de suborno.

Vale notar que tais escolhas respondem à função social das notícias, que operam no sentido de por a linguagem a serviço de uma determinada perspectiva de mundo (FOWLER, 1991), isso porque “a notícia é uma representação do mundo na linguagem”⁵⁰ (FOWLER, 1991, p.4). Visto que o léxico é o principal determinante da estrutura experiencial, os termos sublinhados acima têm papel significativo para a representação discursiva construída para a realidade de mundo do ministro. Tal estruturação lexical sinaliza o grau de engajamento da revista explicitamente a favor de uma avaliação negativa para as atividades materiais de Dirceu, o que demonstra uma sintonia de política editorial sobre a representação do escândalo – visto que o PT, partido sob o comando do ministro, também é avaliado negativamente quanto a suas atividades materiais. Sobre esse comprometimento com a realidade representada, Fowler (1991, p.85) explica que “é da essência da representação ser sempre a

⁵⁰ Nossa tradução de: “News is a representation of the world in language”.

representação de algum ponto de vista ideológico, conforme tratada pela inevitável força de estruturação da transitividade e da categorização lexical”⁵¹.

Entendemos, por conseguinte, que essa seleção lexical serve de ocasião para a naturalização de uma realidade que provoca a ilusão de transparência e obviedade (a realidade é tal como é representada). Os elementos circunstanciais dos recortes acima exercem exatamente essa função. Eles descrevem, especificam e qualificam as ações materiais de José Dirceu, de modo a mapear sentidos que possam funcionar de maneira indissociável à figura do político e advogado José Dirceu de Oliveira e Silva. Além disso, esse léxico selecionado para a representação do ministro têm claramente uma função categorizadora. Ele não somente classifica o modo de agir do ministro, mas, também, constroi nossa experiência de um modo geral sobre esse modo de agir.

4.1.3 A representação do escândalo nas escolhas dos processos verbais

Os processos verbais também têm uma função significativa para a representação linguística e discursiva do escândalo do mensalão. Nesse domínio experiencial, as escolhas no Sistema de Transitividade permitem aos jornalistas indicar, principalmente, como os atores falam (contam, dizem, desabafam, etc.), qual é o conteúdo desse dito e a quem é dirigido. Processos verbais representam, pois, o que foi dito, relatado, contado, sobre o escândalo. A análise dos dados aponta para uma grande ocorrência de processos de dizer em torno dos atores Roberto Jefferson e o presidente Lula. Vejamos essas ocorrências nos recortes abaixo.

(23) Na entrevista [**Circunstância de lugar**], entre insinuações, provocações e recados explícitos ou velados [**Circunstância de meio**], Roberto Jefferson [**Dizente**] disse [**Processo Verbal**] que (...).

(24) Em um ano de peregrinação para denunciar o caso [**Circunstância de tempo**], Jefferson [**Dizente**] relatou [**Processo Verbal**] o episódio [**Verbiagem**] – pela ordem - aos ministros Walfrido Mares Guia (Turismo), José Dirceu (Casa Civil), Ciro Gomes (Integração Nacional), Miro Teixeira (então ministro das Comunicações) e Antônio Palocci (Fazenda) [**Receptor**]. Em janeiro deste ano [**Circunstância de tempo**], contou [**Processo Verbal**] ao presidente Lula [**Receptor**] em reunião com quatro testemunhas [**Circunstância de lugar**].

(25) "Ele meteu o pé no breque" [**Oração projetada**], disse [**Processo Verbal**] Jefferson [**Dizente**].

⁵¹ Nossa tradução de: “(...) it is the essence of representation that it is always representation from some ideological point of view, as managed through the inevitable structuring force of transitivity and lexical categorization”.

Para Thompson (2002), o desenrolar de um escândalo político é um contar e recontar histórias sobre os acontecimentos. Escândalos midiáticos são constituídos, necessariamente, por um conjunto de narrativas midiáticas com uma trama indeterminada e em contínua evolução. A representação dos dizeres de Roberto Jefferson nos recortes acima cumpre exatamente essa função: eles ajudam a narrar o escândalo - como funcionava o pagamento das mesadas, quem sabia e quem o interrompeu. O processo “disse” no recorte (23) projeta uma série de representações experienciais que retratam o que Jefferson disse sobre o esquema do mensalão. Chama atenção a escolha da circunstância de meio que caracteriza o dizer do deputado, mostrando o modo pelo qual esse dizer se desenvolveu - através de insinuações, provocações e recados explícitos ou velados. A informação veiculada por essa circunstância revela, na verdade, aquilo que faz parte do jogo político de todo escândalo.

O recorte (24) indica na escolha do processo “relatar” um aspecto descritivo e explicativo do dizer de Roberto Jefferson. Em outras palavras, seu dizer foi uma narração do esquema (o deputado teria, então, dado detalhes do funcionamento das mesadas). Isso mostra que a especificidade do esquema já havia sido delatada e que muitos já sabiam disso, conforme mostram o participante receptor e a circunstância de lugar. Além disso, as circunstâncias de tempo revelam há quanto tempo políticos de alto escalão já sabiam do esquema; isso mostra que houve uma tolerância por parte dos políticos para com o fato, visto que foi o próprio Roberto Jefferson quem revelou à mídia a existência do esquema de mesadas.

No recorte (25), o jornalista registra uma declaração de Jefferson fazendo referência a uma atitude tomada pelo presidente Lula após saber do mensalão. O conteúdo desse recorte mostra que foi o presidente quem interrompeu o pagamento das mesadas. A escolha desse conteúdo tem, de certa forma, sua razão de ser. "Ele meteu o pé no breque" envolve um traço linguístico característico do vocabulário coloquial. Esse estilo conversacionalizado do dizer tem, para Fairclough (1995a), uma função importante: a naturalização da realidade que está sendo representada, pois torna a linguagem midiática mais acessível às pessoas, diminuindo as assimetrias, o que facilita a distribuição e o consumo dessa informação (para mais detalhamento sobre conversacionalização, ver Fowler, 1991, capítulo 4; Fairclough, 1995a).

Após se ver envolvido em denúncias de corrupção em um esquema de pagamento de propina que fraudava licitações (o escândalo dos Correios), Roberto Jefferson enfrenta um processo de cassação de seu mandato, e sem o apoio daqueles com quem trabalhava, faz uma

série de acusações, revelando ainda mais sobre o funcionamento do mensalão. Vejamos alguns recortes que retratam esse aspecto.

(26) Ao depor no processo de cassação de seu mandato [**Circunstância de tempo**], o deputado Roberto Jefferson, do PTB [**Dizente**], pediu [**Processo Verbal**] a demissão de Dirceu [**Verbiagem**]. (...) confessou [**Processo Verbal**] crimes que ele próprio cometeu [**Verbiagem**], desmentiu [**Processo Verbal**] mentiras que ele próprio contara antes [**Verbiagem**] e distribuiu [**Processo Verbal**] acusações abertas [**Verbiagem**] a cinco ministros e sete deputados [**Alvo**].

(27) Fez questão de inocentar [**Processo Verbal**] o presidente Lula [**Alvo**] (...) e acusar [**Processo Verbal**] o que chamou de "cabeça do PT" composta, além de José Dirceu, pelo presidente José Genoíno, pelo secretário-geral Silvio Pereira e pelo tesoureiro Delúbio Soares [**Alvo**].

(28) Sobre Genoíno [**Alvo**], disse [**Processo Verbal**] que, ao receber malas de dinheiro do PT [**Circunstância de tempo**], indagou [**Processo Verbal**] como esquentariam a grana [**Verbiagem**]. Genoíno, despreocupadamente, teria dito que tudo seria acertado mais tarde com uma manobra contábil entre os dois partidos. Sobre Dirceu [**Alvo**], contou [**Processo Verbal**] que o ministro reclamara que o PT estava na penúria porque a Polícia Federal, "meio tucana", prendera dezenas de doleiros e "a turma que ajuda não está podendo internar dinheiro no Brasil" [**Oração projetada**].

(29) Em seu depoimento [**Circunstância de lugar**], Jefferson [**Dizente**] confessou [**Processo Verbal**] abertamente [**Circunstância de qualidade**] que os partidos só exigem cargos no governo com o objetivo de levantar dinheiro – e não, como diz o discurso da hipocrisia para "ajudar o Brasil" [**Oração projetada**].

Os recortes experienciais acima assinalam escolhas de transitividade verbal que ratificam a função dada ao participante Roberto Jefferson na representação do escândalo. A semântica dos próprios processos verbais juntamente com as escolhas de participantes e circunstâncias constroem uma realidade de crise política instaurada pela revelação pública do escândalo.

Em (26), o objeto do pedido de Jefferson é a demissão do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu; fato que acabou se concretizando posteriormente. Segue-se a esse dizer uma série de três processos verbais, “confessou”, “desmentiu” e “acusou”, representando enunciações feitas pelo deputado no processo de sua cassação. O conteúdo dessas enunciações caracteriza uma realidade de mundo típica de processos de cassação de mandato político: acusações, revelações, refutações, etc.

No recorte (27), o presidente Lula e o PT são alvo do dizer de Jefferson; a Lula é atribuída inocência, ao passo que ao PT a acusação de formar um núcleo político para gerir o esquema de distribuição de mesadas. Em (28), percebe-se um tom de acusação, onde o jornalista representa o dizer de Jefferson em diálogo com o presidente do PT, José Genoíno, e com o ministro José Dirceu sobre o esquema do mensalão. Neste recorte, tem-se uma

representação de “diz-que-diz-que”: o jornalista cita o dizer de Jefferson que cita os dizeres de Genoíno e Dirceu. Em vez de mencionar simplesmente “de acordo com Roberto Jefferson”, o jornalista atribui à voz do deputado uma força persuasiva, tentando criar a ilusão de transparência naquilo que foi dito. Por fim, no recorte (29) a escolha do processo “confessar” implica o sentido de “revelar algo de errado”. Com esse dizer, Jefferson não só declara a existência de algo que seria corriqueiro na política brasileira, mas, também, compromete sua reputação - já que o próprio deputado disse ter pressionado o presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) a arrecadar verbas para seu partido, o PTB.

De acordo com Thompson (2002, p.50), uma estratégia empregada por aqueles que se encontram no centro de um escândalo é a confissão pública, “onde as pessoas reconhecem claramente sua culpa na esperança que a honestidade em face à adversidade irá despertar simpatia dos outros”. A organização discursiva em torno dos dizeres de Jefferson parece retratar exatamente essa estratégia, além de revelar a existência de um ambiente de crise na conjuntura política do governo.

Com relação às escolhas de processos verbais para a representação dos dizeres do presidente Lula, podemos observar que a realidade representada vai ao encontro daquela instanciada no domínio material: evitar que sua reputação seja prejudicada pelo escândalo. A seleção dos processos verbais no recorte experiencial abaixo retrata o aspecto discursivo de uma tentativa de reorganizar o cenário político de seu governo, o que inclui mudanças na base do PT. Podemos observar que a organização discursiva identifica as entidades atingidas pelos dizeres do presidente, o que significa dizer que Lula sabia onde estavam situados os problemas a serem resolvidos.

(30) Segundo relato obtido por VEJA de dois ministros que testemunharam o diálogo [**Circunstância de fonte**], Lula [**Dizente**] acusou [**Processo Verbal**] o PT [**Alvo**] de estar "acabando com o governo" [**Oração projetada**] e exigiu que o partido afastasse o tesoureiro do cargo enquanto as investigações fossem realizadas. No dia seguinte [**Circunstância de tempo**], ao saber que não fora atendido [**Circunstância de razão**], fez [**Processo Verbal**] um desabafo [**Verbiagem**] a dois ministros [**Receptor**]. "O PT não entendeu o tamanho da crise", disse [**Processo Verbal**]. Falou [**Processo Verbal**] mal [**Verbiagem**] do ministro José Dirceu [**Alvo**] responsabilizando-o [**Processo Verbal**] pela construção de uma base política tão irremediavelmente fisiológica. Criticou [**Processo Verbal**] outros ministros petistas, como Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, e Humberto Costa, da Saúde [**Alvo**], reclamando [**Processo Verbal**] que nunca lhe apresentam soluções, apenas problemas [**Oração projetada**].

“Acusar”, “desabafar”, “criticar” e “reclamar” são processos verbais que apresentam, ao mesmo tempo, características de processos materiais e mentais. Isso mostra que as falas do presidente ocupam um espaço intermediário entre processos de fazer e sentir. Sabedor que sua reputação está em jogo, Lula busca apreciar e agir sobre a situação, e para isso acusa, desabafa, critica e reclama. Se tomarmos as escolhas de processos materiais para a representação do agir de Lula no item 4.1.2, veremos que essa organização experiencial em (30) descreve exatamente o aspecto discursivo da realidade material vivida pelo presidente.

Um aspecto importante a ser observado nas escolhas de processos verbais em o presidente é codificado como dizente é a ocorrência de orações projetadas pelo processo verbal. Encontramos dez ocorrências onde o dizer de Lula projeta ideias relacionadas à sua reputação, conforme mostram os recortes abaixo.

(31) "E agora, como é que fica meu governo?" [**Oração projetada**], comentou [**Processo Verbal**] com interlocutores próximos [**Receptor**].

(32) Para um ministro [**Receptor**], Lula [**Dizente**] comentou [**Processo Verbal**]: "Não vou segurar ninguém acusado de corrupção. Esse governo não é conivente com corruptos e não vou manchar minha biografia" [**Oração projetada**].

(33) “Eu não sou Collor. Não sou Fernando Henrique. Não vou sujar minha biografia por causa de uma reeleição” [**Oração projetada**], desabafou [**Processo Verbal**].

(34) Em seu programa quinzenal de rádio [**Circunstância de lugar**], disse [**Processo Verbal**] que estava "indignado" com as denúncias de corrupção [**Oração projetada**] e prometeu [**Processo Verbal**] que não sobrarão "pedra sobre pedra" [**Oração projetada**].

(35) Em pleno choque de perder um auxiliar como Dirceu [**Circunstância de tempo**], Lula [**Dizente**] voltou a ameaçar [**Processo Verbal**] desistir da reeleição [**Oração projetada**].

Examinando semanticamente essas orações projetadas, percebe-se um predomínio de ideias materiais e relacionais que, lexicogramaticalmente, se completam no processo verbal projetante. Em (31) e (32), o sentido da ideia projetada é de uma reflexão sobre o futuro de seu governo; em (33), a preocupação com sua biografia (leia-se reputação) é um desabafo e não mais um comentário; no recorte (34), chama atenção que a ação material a ser realizada é um comprometimento assumido frente à crise do mensalão, ao passo que em (35) a desistência da reeleição é uma advertência, um aviso dado. Neste recorte (35), a circunstância de tempo parece sugerir um significado de justificativa à ameaça feita, isto é, um dos motivos de o presidente ameaçar desistir da reeleição é a possível perda de José Dirceu.

4.1.4 Escolhas de atributos e valores: o que o escândalo significa?

Em nossos dados de análise, podemos observar que as escolhas de atributos e de valores marcam, consideravelmente, a representação linguística e discursiva do escândalo. Enquanto os processos materiais, conforme vimos no item 4.1.2, representam a realidade material do escândalo (o que aconteceu), as escolhas no domínio relacional parecem fornecer subsídios informativos sobre o que o escândalo significa, isso porque processos relacionais estabelecem relações entre duas entidades, identificando ou atribuindo características a algo ou alguém.

Vejamos alguns recortes de processos relacionais atributivos e identificativos que retratam atributos e valores construídos para a configuração significativa do evento e de seus participantes.

(36) Agora [**Circunstância de tempo**], porém, a natureza ética da crise [**Portador**] torna [**Processo Relacional Atributivo**] as coisas ainda mais confusas e imprevisíveis [**Atributo**].

(37) A crise [**Portador**], no entanto, não está [**Processo Relacional Atributivo**] apenas no PT [**Circunstância de lugar**].

(38) O mensalão [**Portador**] é [**Processo Relacional Atributivo**] um enorme desastre [**Atributo**] para o PT [**Circunstância de benefício**].

(39) A mesada [**Portador**] (...) é [**Processo Relacional Atributivo**] um segredo de polichinelo [**Atributo**] no Congresso [**Circunstância de lugar**].

Os recortes acima trazem escolhas de processos relacionais atributivos com os verbos “tornar” e “ser”. Em (36), o processo “tornar” significa que a natureza ética da crise transforma as coisas (leia-se o desdobramento do escândalo) deixando-as ainda mais confusas e imprevisíveis do que já são. Em outras palavras, após a revelação de que havia praticamente unanimidade na bancada do PT sobre os casos de corrupção instaurados no governo, o jornalista evidencia ao leitor que a crise política, agora, provocará um estado de mudança na situação que já era confusa e imprevisível. No recorte (37), o jornalista estabelece uma relação de identificação entre a crise política e o PT. Chama atenção a escolha do advérbio “apenas”, o qual pressupõe que essa crise política também está presente no governo e em outros partidos. O que se percebe ao longo das duas reportagens analisadas é que a relação

entre crise política e governo/partidos é claramente informada ao leitor, identificando aqueles que seriam os responsáveis pelo momento difícil vivido na política brasileira.

Se observarmos a configuração sintática e semântica do recorte (38), veremos que a relação entre o mensalão e o PT se faz notar de forma explícita no modo como a informação é distribuída nos componentes experienciais da oração. Neste recorte, ao mensalão é conferido o atributo “um enorme desastre”, em que o PT é posto como beneficiário dessa avaliação. Logo, todos os efeitos negativos trazidos pela revelação do escândalo (como, por exemplo, crise e pressão política, demissões) são sentidos pelo PT. Já no recorte (39), vemos uma configuração semântica capaz de sintetizar a opinião construída pela revista ao longo das duas reportagens. Neste recorte, o jornalista constroi uma relação entre o mensalão e sua condição de existência, atribuindo ao mensalão um significado particular: “um segredo de polichinelo”. Por meio dessa escolha, o jornalista deixa clara sua opinião sobre a existência do esquema: além de todos no Congresso saberem do mensalão, essa questão não era discutida por lá. E é em vista disso que organiza uma configuração discursiva ao longo das reportagens de modo a orientar o leitor em uma leitura única sobre a realidade do escândalo. Nesse processo de negociação do real, Motta (2002b, p.315) observa que o real é apenas um vago referente que reacontece com riqueza no discurso jornalístico, o qual usa e abusa dos recursos simbólicos para articular e construir uma representação particular da notícia. Logo, “o que passa a existir é o enunciado do fato tal como narrado, não o fato real”.

As escolhas de transitividade no domínio relacional revelam ainda que processos de classificar e definir são subsídios argumentativos imprescindíveis para a representação de entidades no escândalo. Isso mostra que a recorrência desse uso de experiência é um recurso discursivo valioso para a conformação da realidade representada. A esse respeito, vejamos os recortes abaixo.

(40) (José Dirceu) Foi [**Processo Relacional Identificativo**] ele [**Característica**] quem levou para o regaço do governo legendas como PTB, PL e PP - [**Valor**] (...).

(41) De todas as negativas e explicações, a mais impressionante [**Valor**] veio [**Processo Relacional Identificativo**] do tesoureiro Delúbio Soares [**Característica**].

(42) O que o PT não entendeu é que será [**Processo Relacional Atributivo**] impossível e inútil [**Atributo**] tentar espantar a crise atual com palavreado vazio [**Portador**], como se a plateia fosse formada por uma massa de imbecis [**Circunstância de comparação**].

Se examinarmos as escolhas do verbo “ser” nos recortes experienciais acima, veremos que a relação estabelecida para os participantes José Dirceu, Delúbio Soares e PT, busca ratificar uma representação em torno da realidade de cada um deles, construída ao longo das reportagens. Em outras palavras, veremos que as escolhas de valor e atributo servem como traços essenciais desses participantes.

- José Dirceu —————> levou para o regaço do governo legendas como PTB, PL e PP;
- Delúbio Soares —————> deu a mais impressionante de todas as negativas e explicações sobre o caso;
- PT —————> impossível e inútil tentar espantar a crise atual com palavreado vazio;

Com essa perspectiva de enquadramento, os recortes acima expõem um modo de perceber a realidade que se espera ser compartilhada pelos leitores. Entendemos que essa forma de representação confere a responsabilidade da crise às entidades representadas. Construções discursivas como essas, feitas para a representação da realidade do escândalo, acabam por revelar uma representação sistematicamente organizada da realidade de corrupção e de crise que o mensalão deu ao governo. Isso vai de encontro ao conceito de ideologia em Hodge e Kress (1993, p.15): uma apresentação sistematicamente organizada da realidade.

Diante desses aspectos relacionais da construção discursiva do escândalo, vejamos como isso se dá em relação à representação do presidente Lula.

(43) A pergunta inevitável [Valor] é [Processo Reacional Identificativo] se Lula sabia das traficâncias do tesoureiro do PT [Característica].

(44) O complicado [Valor] é [Processo Relacional Identificativo] que Lula tem sido enfático apenas nas palavras [Característica].

(45) É [Processo Relacional Atributivo] difícil [Atributo] prever como o presidente Lula atravessará as investigações, para o bem de seu governo e de sua biografia [Portador].

(46) Chegou a comentar que (...) seu objetivo [Característica], agora [Circunstância de tempo], teria passado a ser [Processo Relacional Identificativo] encerrar bem seu mandato [Valor] e evitar um processo de impeachment [Valor].

(47) Tudo o que Lula dizia querer [Característica], na semana passada [Circunstância de tempo], era [Processo Relacional Identificativo] lutar [Valor] para preservar sua biografia, marcada por uma honestidade de propósitos e pela defesa da ética [Circunstância de propósito].

(48) Terá [Processo Relacional Atributivo] sorte [Atributo] se sair dele com a avaliação de que, pelo menos, foi diferente de Fernando Collor [Circunstância de condição].

As relações construídas em torno do presidente revelam escolhas de atributos e valores imprescindíveis a uma representação de escândalo político. No recorte (43), o jornalista sinaliza ao leitor a inevitabilidade de um questionamento: o presidente sabia do pagamento das mesadas? Visto que os escândalos podem esvaziar a cota de credibilidade dos políticos (THOMPSON, 2002), saber se Lula tinha conhecimento ou não do esquema de suborno interessa de perto à imprensa. Como agente construtor da realidade social (FOWLER, 1991; FAUSTO NETO, 1999), a imprensa participa diretamente da formação do consenso político de uma sociedade, tendo papel preponderante em suscitar o debate público em torno de uma questão social como um escândalo político. Chama atenção o fato de que o jornalista é confrontado com a escolha de “a pergunta” e “a pergunta inevitável”, o que mostra como as escolhas lexicais são orientadas por propósitos comunicativos particulares. Já que “como produtores estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras” (FAIRCLOUGH, 2001a, p.230). Ao longo das duas reportagens analisadas, observamos que “a pergunta inevitável” não é respondida de forma direta. As construções experienciais dos jornalistas guiam o leitor na direção de uma interpretação que aponta o presidente Lula como cúmplice das ações perpetradas por seu partido.

Em (44), o significado construído pela relação entre valor e característica dialoga com as orações verbais construídas em torno do presidente Lula. Se naquele domínio experiencial as escolhas de processo verbal representam desabafo, promessa, crítica e exigências por mudanças no quadro político, a relação estabelecida no recorte (44) põe em xeque esses dizeres do presidente. Ao conferir um valor negativo a sua postura, o jornalista desaprova a política de confiança do presidente, atingindo a credibilidade de seu poder simbólico. Isso significa dizer que a capacidade de o presidente intervir no curso do escândalo e de influenciar determinadas ações para a solução da crise por meio da transmissão de formas simbólicas fica prejudicada devido ao não cumprimento de compromissos assumidos.

No recorte (45), o jornalista avalia uma apreciação sobre o desdobramento do escândalo. A escolha do atributo “difícil” para caracterizar uma experiência de mundo interna sobre as investigações do escândalo parece, num primeiro momento, ser consequência do esvaziamento da política de confiança do presidente. Em outras palavras, é devido ao enfraquecimento da reputação de Lula que fica difícil julgar se ele irá resistir às investigações. Na escolha do portador, fica claro o motivo pelo qual o presidente precisa resistir a essas

investigações, “para o bem de seu governo e de sua biografia”. Pode-se verificar também que a escolha do atributo “difícil” denota a perspectiva do jornalista sobre um aspecto do escândalo. Segundo Fairclough (2003), afirmações avaliativas, como a construída no recorte (45), dizem respeito a como o jornalista se compromete com o que representa, o que revela, de maneira significativa, como se identifica com a representação ⁵². Considerar “difícil” prever como o presidente irá resistir às investigações significa não só evidenciar uma realidade de mundo existente, mas, também, considerar que a reputação do presidente não seja suficiente o bastante para mantê-lo no cargo.

As representações experienciais em (46) e (47) fazem um processo remissivo do que existe no mundo do presidente após a revelação do escândalo, daí a importância das escolhas de valor. Os valores escolhidos no recorte (46) funcionam de forma complementar à experiência representada no recorte (47). Pode-se perceber que “encerrar bem seu mandato” e “evitar um processo de impeachment” complementa o significado de “lutar”. A escolha da circunstância de propósito em (47) evidencia o que está por detrás desses valores. Com relação a esse processo remissivo à realidade de mundo do presidente é que faz sentido conferir o atributo “sorte” caso Lula consiga deixar seu governo com uma avaliação superior a do ex-presidente Fernando Collor de Melo, como acontece no recorte (48).

Nessa perspectiva, a organização da realidade do escândalo no domínio dos processos relacionais mostra como a representação não é uma interpretação objetiva de fatos sociais, mas sim um processo de construção de significados para a realidade e para os atores sociais nela inseridos. Com relação a esses últimos recortes, os atributos e valores conferidos ao presidente Lula sinalizam uma crise de reputação, onde sua integridade é seriamente ameaçada pelo desdobramento do escândalo.

4.1.5 A representação das sensações, sentimentos e desejos: os processos mentais

No domínio mental, as escolhas de processo incidem de forma mais proeminente sobre o participante Lula. Identificamos este participante no papel de experienciador em 13

⁵² Não faremos aqui uma distinção entre os tipos de avaliação. A abordagem de Fairclough (2003) para com o sistema de avaliatividade é sucinta e se restringe a três tipos possíveis de realização: afirmações avaliativas (realizadas por processos relacionais), afirmações com modalidade deontica (o que é necessário/obrigatório), avaliações afetivas (realizadas por processos mentais) e valores assumidos (não apresentam marcadores de avaliação explícitos). O autor considera que o uso de avaliações no discurso diz muito sobre como o sujeito se compromete com os valores expressos, considerando o que é desejável ou indesejável, bom ou ruim.

ocorrências, ao passo que o PT é codificado para esse papel em apenas três ocasiões, e Roberto Jefferson e o governo somente em duas cada um. Vejamos alguns recortes com relação a esses participantes.

(49) Alvejado pela acusação de comprar deputados com mesada de 30.000 reais [Circunstância de razão], o PT [Experienciador] vê [Processo Mental Perceptivo] desmoronar seu discurso ético [Fenômeno] (...)

(50) O que o PT [Experienciador] não entendeu [Processo Mental Cognitivo] é que será impossível e inútil tentar espantar a crise atual com palavreado vazio, como se a platéia fosse formada por uma massa de imbecis [Oração projetada].

(51) Ora, a quem [Experienciador] interessa [Processo Mental Desiderativo] que os deputados do PL e do PP votem a favor dos projetos do governo [Oração projetada]?

No recorte (49), o processo “vê” constroi a percepção de um fenômeno experienciado pelo PT. Essa experiência de mundo retrata uma das principais consequências de escândalos políticos: o comprometimento da credibilidade e da confiabilidade. Assim, a escolha do participante fenômeno responde, num primeiro momento, à necessidade de representar uma experiência que possa refletir a realidade de mundo sentida pelo PT. Essa escolha pode, também, estar informando ao leitor o que realmente importa saber sobre a notícia divulgada. Por estar inserida no *lead*⁵³ da reportagem “O PT assombra o Planalto”, a experiência esclarece, em ordem de importância, que o PT é alvo de denúncias de suborno e que, em consequência disso, seu discurso ético (ou sua política de confiança) está se desmoronando. Essas informações são, de fato, detalhadas ao longo da reportagem.

A escolha do processo “não entendeu” em (50) se faz de modo a situar outra experiência de mundo na consciência do partido. Uma característica constitutiva dos processos mentais é a projeção de uma ideia enquanto “uma unidade singular de significado” (MARTIN e ROSE, 2003, p.75). Observa-se, neste recorte, que a ideia projetada é uma experiência relacional em que para uma ação material do PT é conferida os atributos “impossível” e “inútil”. A seleção do verbo “entender” na forma negativa para essa experiência relacional indica, de certa forma, uma desaprovação daquilo praticado pelo PT. Se observarmos bem, veremos que a oração projetada já foi anteriormente analisada no item

⁵³ O *lead* é a parte introdutória da notícia e carrega a função de fornecer ao leitor as informações básicas sobre o tema que será discutido no texto. Nesse sentido, o *lead* deve responder às seguintes perguntas: “O que?”, “Quem?”, “Quando?”, “Onde?”, “Como?” e “Por quê?”. Para que essa informação tenha êxito a linguagem utilizada deve ser objetiva, direta e clara.

4.1.4. Introduzi-la como um conteúdo de consciência em que o PT é codificado como experienciador mostra-se como uma tentativa de mostrar que embora o partido seja um ser pensante, não entende, não racionaliza as ações tomadas para amenizar os custos da crise política.

No recorte (51), embora o Experienciador não seja identificado de forma explícita, o contexto discursivo da representação construída para o escândalo confere ao PT esse papel. O processo mental “interessa” expressa o interesse do partido no apoio político de deputados do PP e PL ao votarem em projetos do governo. PP e PL foram, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, dois dos quatro partidos corrompidos pelas mesadas de R\$ 30.000. Chama atenção a forma interrogativa de apresentar a experiência. Visto que o próprio jornalista responde a pergunta logo em seguida, isso ajuda a produzir um efeito de legitimação da experiência como incontestável (interessa ao PT que deputados do PP e PL votem a favor dos projetos do governo), além de delinear uma aproximação efetiva com o leitor.

Nas duas ocorrências em que o governo é codificado como experienciador, a representação da experiência está fundamentada no modo como ele aprecia as suspeitas da existência do mensalão. As escolhas dos processos mentais nos recortes (52) e (53) abaixo trazem dois fenômenos à consciência do governo: sentir-se satisfeito com o arquivamento de investigações sobre denúncias de pagamento de mesadas no Congresso e a opção por um caminho ridículo diante da revelação do escândalo, respectivamente. Diante dessa organização representacional, entendemos que o governo é representado como ser racional que tem consciência das ações que toma e que, por isso, é representado como cúmplice do esquema do mensalão.

(52) (...) o caso foi arquivado na Câmara. E o governo [**Experienciador**] se deu [**Processo Mental Cognitivo**] por satisfeito [**Fenômeno**].

(53) Além disso, na semana passada [**Circunstância de tempo**], o governo [**Experienciador**] tentou tomar distância do mensalão, mas escolheu [**Processo Mental Cognitivo**] um caminho risível [**Fenômeno**].

Nas duas ocorrências em que Roberto Jefferson é representado no domínio mental, ele é codificado como experienciador de um único tipo de processo: admitir.

(54) Ele [**Experienciador**] também admitiu [**Processo Mental Cognitivo**], que realmente pressionara Lídio Duarte, então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a extorquir uma gorda mesada ao PTB dos clientes da estatal [**Oração projetada**].

(55) Jefferson [**Experienciador**] admitiu [**Processo Mental Cognitivo**] que mentira quando desqualificara uma reportagem publicada por VEJA em setembro de 2004, na qual se informava que a bancada do PTB estava irritada com o governo por razões financeiras [**Oração projetada**].

No recorte (54), o deputado reconhece que exerceu pressão sobre um diretor de uma estatal de modo a arrecadar verbas para seu partido, o PTB. A oração projetada revela que Jefferson também é agente da ação de pressionar (um processo intermediário entre os domínios material e verbal). Em (55), o deputado reconhece que havia mentido ao negar qualquer envolvimento financeiro entre seu partido e o PT (mais exatamente, Jefferson negou que o PT havia comprado o apoio do PTB por 10 milhões de reais). Na oração projetada, Jefferson também é codificado como agente do processo verbal. Em virtude desse papel que desempenha, Jefferson é o único dos envolvidos no escândalo a admitir a existência de um amplo e organizado esquema de suborno que operava no governo. Conforme informamos na análise de processos verbais envolvendo Roberto Jefferson, sua estratégia diante da revelação do escândalo é a confissão pública das transgressões cometidas - o que pode tanto esvaziar sua reputação como despertar a simpatia dos outros. Essa inclusão do deputado no domínio mental responde a uma necessidade do discurso de VEJA: revelar que a peça-chave no escândalo do mensalão sabia de várias práticas irregulares arraigadas no governo PT, dentre elas a prática do mensalão.

Vejamos como o presidente Lula é representado nas escolhas de processos mentais.

(56) O presidente Lula [**Experienciador**] queria [**Processo Mental Desiderativo**] uma resposta mais firme [**Fenômeno**] e irritou-se com a decisão do PT de manter Delúbio Soares no cargo de tesoureiro [**Oração comportamental**].

(57) Lula [**Experienciador**] está decidido [**Processo Mental Desiderativo**] a recolocar seu governo nos trilhos, ainda que seja preciso voltar a cortar na própria carne [**Oração projetada**]. Quer [**Processo Mental Desiderativo**] recuperar sua autoridade [**Oração projetada**].

(58) Lula [**Experienciador**] quer [**Processo Mental Desiderativo**] aproximar-se da oposição [**Oração projetada**], com a qual Dirceu queimou todas as possibilidades de dialogar. Para tanto, o presidente [**Experienciador**] cogita [**Processo Mental Cognitivo**] trazer para o governo ou colocar em cargos vitais gente com bom trânsito nas hostes oposicionistas [**Oração projetada**].

(59) Para enfrentar os tormentosos dias que virão [**Circunstância de propósito**], o presidente Lula [**Experienciador**] também quer [**Processo Mental Desiderativo**] o que todo presidente sempre quer [**Fenômeno**]: reforçar sua base de apoio no Congresso Nacional [**Oração Projetada**].

Essa sequência de recortes mostra como os jornalistas representam as experiências de mundo da consciência do presidente com base na expressão de dois tipos específicos de processo mental: o desiderativo e o cognitivo. Esses dois tipos de processo trazem desejos e ideias à consciência do experienciador. Nos recortes acima, os desejos e as ideias apreciadas pelo presidente Lula dizem respeito aos efeitos causados pelo escândalo. O aspecto a ser analisado nos recortes experienciais acima é o motivo das escolhas desses processos mentais.

O processo “querer” está presente em todos os recortes, onde expressa, de um modo geral, o desejo do presidente em recuperar a reputação de sua governabilidade. Em (56), “queria” indica a representação do desejo de uma ação mais eficaz por parte do PT, quando decidiu desmentir as acusações de Jefferson e manter o tesoureiro Delúbio Soares no cargo. Em (57), há dois processos desiderativos que trazem à mente do presidente a vontade de recuperar a reputação sua e a de seu governo. No recorte (58), para o desejo de aproximar-se da oposição o presidente “cogita” tomar uma atitude. Já em (59), o jornalista marca, de forma explícita, o que está por detrás da vontade do presidente em reforçar sua base de apoio no Congresso. Chama atenção a escolha opcional da circunstância de propósito, a qual sinaliza aquilo mais constante em escândalos políticos: acusações, alegações de irregularidades e novas revelações. É justamente para poder suportar isso que o presidente deseja reforçar sua base de apoio no Congresso. Mais do que uma informação adicionada ao processo desiderativo, esse elemento circunstancial busca estruturar a realidade do escândalo.

Entendemos que essa organização da realidade de mundo da consciência do presidente Lula é uma forma de controle do conhecimento. As escolhas lexicogramaticais de transitividade e de léxico são categorias linguísticas que ajudam a sugerir de qual perspectiva particular a realidade do escândalo está sendo construída. Entre as opções de representação, Lula é o participante que recebe maior visibilidade no domínio mental. E isso não ocorre por acaso. A representação de estados de sentir do participante Lula busca mostrar que a construção do escândalo passa necessariamente pelo que o presidente pensa e deseja. Os processos mentais desiderativos e cognitivo acima são “ações” apreciativas sobre o mundo da consciência do presidente. Ao atribuir significados ao que o presidente pensa e deseja, os jornalistas não só recriam a realidade do escândalo na mente no presidente, mas, também, indicam como essa realidade deve ser consumida pelo leitor. Isso porque essas escolhas lexicogramaticais simplesmente não refletem uma realidade já-existente e pronta para ser consumida. Ao contrário, elas decodificam, categorizam e organizam uma realidade.

4.1.6 As reações que constroem sentidos: os processos comportamentais

Embora a frequência de processos comportamentais seja baixa na representação do escândalo, contabilizamos apenas 20 ocorrências, seu papel funcional nos textos é determinante para a construção de estados de comportamento dos atores sociais representados. Dessas vinte ocorrências observadas, identificamos o presidente Lula como Comportante em dez delas, ao passo que o PT e Roberto Jefferson são Agentes de processos comportamentais em apenas três orações cada um. Vejamos algumas dessas ocorrências nos recortes abaixo.

(60) O partido que [Comportante] encarnou [Processo Comportamental] as aspirações nacionais de ética na política [Fenômeno] e construiu uma liderança moral agora enfrenta o desafio de reinventar-se, sob pena de virar cinzas.

(61) Terá o PT [Comportante] se degenerado [Processo Comportamental] numa máquina gluttona que corrompe até seus militantes mais antigos [Circunstância de lugar]?

Nesses dois recortes o PT realiza comportamentos que se aproximam das características de processos mentais. Na realidade, eles são processos de consciência representados como formas de comportamento (ver HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.251, quadro 5.24). Parece-nos relevante observar que os dois recortes representam comportamentos do PT por meio de processos que caracterizam dois momentos distintos do partido: primeiro, o PT assume o caráter de partido ético em sua forma de fazer política, (60), e em seguida, (61), é acusado de ter perdido essa qualidade. Chama atenção a escolha do processo “degenerar”, que no contexto discursivo das reportagens implica corromper-se, depravar-se, estragar-se (HOUAISS, 2001). Em (61), a circunstância de lugar tem um papel importante para a realização discursiva do comportamento, visto que indica o lugar onde o partido teria se degenerado (embora não haja nenhuma referência explícita a esse lugar, podemos inferir que seja o poder político).

Quando Roberto Jefferson é representado nesse domínio comportamental, os processos realizados implicam tanto um comportamento tipicamente fisiológico (62) como um processo de consciência representado como forma de comportamento (63). Esses aspectos indicam reações do deputado em dois momentos do escândalo: primeiro, quando soube que José Dirceu tinha sido demitido e depois ao depor no processo de sua cassação.

(62) Informado da demissão por telefone, Jefferson [**Comportante**] deu gargalhadas [**Processo Comportamental**].

(63) Ao depor no processo de cassação de seu mandato, Jefferson [**Comportante**] procurou comportar-se [**Processo Comportamental**] como se fosse um, digamos assim, gigante da baixa política [**Circunstância de guisa**].

Em (62), a experiência representada é o reflexo da demissão de Dirceu na realidade de mundo de Roberto Jefferson. Dar gargalhadas seria, então, o primeiro comportamento tido pelo deputado ao saber que o principal operador do mensalão havia sido demitido - demissão essa já pedida por Jefferson em seu processo de cassação. No recorte (63), a circunstância de guisa implica a desaprovação do comportamento adotado por Roberto Jefferson. A escolha lexical “baixa política” representa o modo de fazer política do deputado, qual seja: acerto de cargos políticos, cobrança de propina, corrupção passiva, dentre outros; enquanto que “gigante” é uma qualidade atribuída ao deputado nesse seu modo de fazer política.

Já as escolhas lexicogramaticais de transitividade e de léxico para representar os comportamentos de Lula trazem uma construção discursiva condizente com aquelas construídas nos demais domínios experienciais (exceto o existencial). Essas escolhas constroem estados de comportamento do presidente que caracterizam seu estado emocional após a revelação do escândalo. Analisemos os recortes abaixo.

(64) Lula [**Comportante**] chorou [**Processo Comportamental**].

(65) O presidente Lula [**Comportante**] parece ter sucumbido à perplexidade [**Processo Comportamental**] desde que VEJA trouxe a primeira reportagem mostrando a corrupção nos Correios e, depois, no IRB [**Circunstância de tempo**].

(66) Embora ciente de que não tinha alternativa senão se livrar de José Dirceu [**Circunstância de concessão**], Lula [**Comportante**] manifestou [**Processo Comportamental**] certa perplexidade [**Behaviour**] na semana passada [**Circunstância de lugar**].

(67) Mesmo tendo adotado um rumo correto para fazer frente à crise [**Circunstância de concessão**], o presidente Lula [**Comportante**] esteve desanimado [**Processo Comportamental**] na semana passada [**Circunstância de tempo**]. Chegou a comentar, em conversas reservadas com interlocutores mais íntimos, que perdera [**Processo Comportamental**] o ânimo [**Behaviour**] para disputar a reeleição [**Circunstância de razão**].

As escolhas de transitividade e de léxico acima sinalizam, acima de tudo, que a reputação do presidente foi diretamente atingida pelas denúncias de Roberto Jefferson.

Conforme nos mostra Thompson (2002), a importância do escândalo está no fato de ele afetar as fontes concretas de poder. E o que os recortes comportamentais acima expressam é exatamente isso. O escândalo alcançou grandes proporções, primeiro, porque envolveu o PT, partido do atual presidente da república ⁵⁴, e, segundo, porque logo se descobriu que o presidente havido sido alertado sobre o pagamento das mesadas e nada fez, ou seja, ele foi conivente com crime cometido.

Exceto no recorte (64), no qual o processo é fisiológico manifestando um estado de consciência, nos outros três o presidente é Comportante de processos de consciência representados na forma de comportamento. Isso mostra que seu papel de Agente está associado a de um ser racional que avalia e sente a situação do escândalo. Em outras palavras, o presidente está ciente do momento de crise política, e por isso tem exatamente esses comportamentos. Outro aspecto que se faz notar são as escolhas dos processos comportamentais. “Chorar”, “parece ter sucumbido à perplexidade”, “manifestou certa perplexidade”, “esteve desanimado” e “perdera o ânimo”, carregam o mesmo significado: eles expressam um comportamento de abatimento. Isso implica dizer que Lula só se comportou dessa forma porque o escândalo alcançou proporções significativas capazes de prejudicar sua política de confiança.

Outros comportamentos expressos pelo presidente são os de irritação (68) e indignação (69 e 70). Esses comportamentos fazem parte da sequência de ocorrências posteriores à revelação do escândalo. Em (68), a causa desse comportamento advém de uma decisão do PT de manter o tesoureiro Delúbio Soares no cargo após as denúncias de Roberto Jefferson. No recorte (69), o comportamento é consequência de manifestações públicas de desaprovação à sua política, ao passo que em (70) o próprio presidente manifesta publicamente essa desaprovação.

(68) O presidente Lula queria uma resposta mais firme e irritou-se [**Processo Comportamental**] com a decisão do PT de manter Delúbio Soares no cargo de tesoureiro [**Circunstância de razão**].

(69) Na semana passada [**Circunstância de tempo**], ele [**Comportante**] deixou evidente [**Processo Comportamental**] seu desgosto [**Behaviour**] com a forma como vem sendo retratado em charges de jornais e em programas de humor – com desrespeito, em sua opinião [**Fenômeno**].

⁵⁴ No Estatuto do Partido dos Trabalhadores, o capítulo I, artigo 242, que trata das marcas e símbolos de identificação do partido, faz uma clara menção ao que o presidente Lula representa para o partido: Art. 242. A estrela vermelha de 5 (cinco) pontas com as iniciais do PT no seu interior, os verbetes “OPTET” e “Lula-lá”, são símbolos de identificação do Partido conforme marcas já registradas sob a responsabilidade absoluta e exclusiva da instância de direção nacional. Disponível em www.pt.org.br

(70) Em seu programa quinzenal de rádio, disse que [**Oração projetante**] estava "indignado" [**Processo Comportamental**] com as denúncias de corrupção [**Fenômeno**] (...)

Essa organização da experiência nessas escolhas lexicogramaticais de transitividade e de léxico oferece ao leitor um meio de se interpretar a realidade de mundo comportamental do presidente Lula. Em vista disso, os jornalistas constroem um participante Lula consciente de seus comportamentos, que sabe da situação de crise política vigente, e que por isso reage de forma negativa a ela. Além disso, esses recortes revelam, no nível macro, que a política de confiança do presidente foi consideravelmente abalada pelo escândalo, visto que reputação e confiança são os principais valores em jogo nos escândalos midiáticos.

Por fim, o que se observa nesse domínio comportamental é que mesmo representado em domínios experienciais diferentes, o participante Lula é construído em uma estrutura semântica constante ao longo das duas reportagens. Sejam nos papéis de ator, dizente, portador, característica ou experienciador, os significados atrelados às suas atividades constroem uma representação uniforme: o escândalo afetou a política de confiança do presidente. De fato, acreditamos que é nessa circulação de sentidos em domínios experienciais diferentes que o discurso de VEJA busca naturalizar sua representação como real. Isso porque para relatar “fielmente” o evento é preciso dar margem aos vários planos do acontecimento, como o material, o verbal, o relacional, o mental e o comportamental.

4.1.7 A existência do mensalão

Os processos existenciais escolhidos para a representação do escândalo se prestam a construir não somente a existência do mensalão, mas, também, da crise política gerada pelo escândalo. O recorte (71) revela que quase todos na bancada do PT sabiam da existência do esquema das mesadas, enquanto que em (72) o jornalista declara que havia indícios de que o PTB também recebia as mesadas. Em (73), o jornalista identifica a reação de alguns políticos quando perguntados sobre a existência do esquema.

(71) Na bancada do PT [**Circunstância de lugar**], na semana passada [**Circunstância de tempo**], havia [**Processo Existencial**] praticamente unanimidade [**Existente**] sobre os casos de corrupção nos Correios e no IRB e também sobre o pagamento de mesadas [**Circunstância de assunto**].

(72) Já apareceram [**Processo Existencial**] indícios de que o mensalão também circulava dentro do honrado PTB [**Existente**].

(73) Houve [**Processo Existencial**] desde ministro [**Existente**] que fez silêncio sobre o assunto (José Dirceu) até ministro que confirmou tudo, mas nada fez por falta de provas (Ciro Gomes). Houve [**Processo Existencial**] ministro [**Existente**] que confirmou só uma parte (Mares Guia) e ministro que negou tudo (Antônio Palocci). Houve [**Processo Existencial**], ainda, quem tenha confirmado até mais do que lhe foi perguntado.

Discursivamente, a opção por processos existenciais pode dizer muito sobre o que é declarado existente na representação de um evento. Entretanto, esse recurso discursivo, conforme notamos, foi poucas vezes utilizado nas reportagens. Talvez seja porque nesse tipo de processo o falante renuncia a oportunidade de representar o participante existente envolvendo-se em uma atividade material, verbal, mental ou comportamental, atividades essas que podem representar atores sociais em papéis de agentes de processos.

4.2 O escândalo do Dossiê representado nas reportagens O voo cego do petismo e Um enigma chamado Freud: um perfil quantitativo dos tipos de processo

A partir da análise de transitividade das reportagens sob investigação, contabilizamos um número de processos inferior àquele apresentado na análise do escândalo do mensalão. Uma das razões disso é que as reportagens “O voo cego do petismo” e “Um enigma chamado Freud” apresentam poucas orações mentais e verbais projetantes de outros domínios experienciais. Tais resultados quantitativos das reportagens do escândalo do dossiê estão dispostos no quadro 4.3 abaixo.

Quadro 4.3: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens O voo cego do petismo e Um enigma chamado Freud

Tipos de processo	Reportagem		
	O voo cego do petismo	Um enigma chamado Freud	Total
Material	69	61	130
Relacional	60	40	100
Verbal	26	26	52
Mental	19	15	34
Existencial	1	10	11
Comportamental	6	3	9
Total	181	155	336

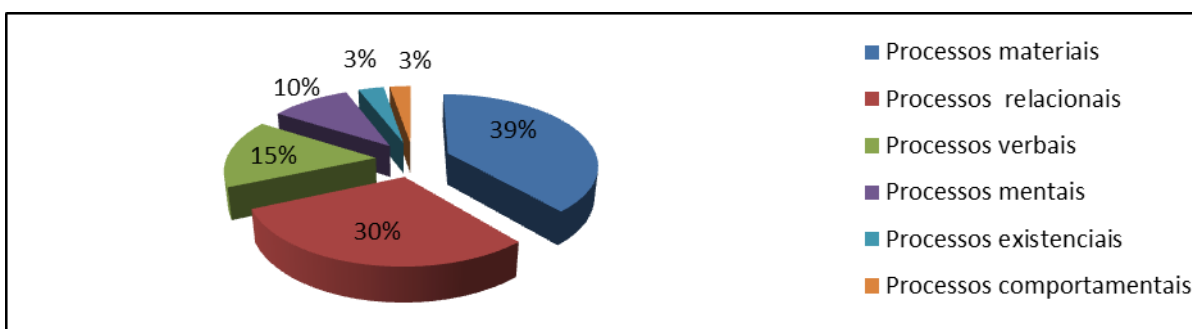
Conforme mostram os dados, identificamos um número maior de processos materiais, relacionais e verbais em relação aos outros tipos de processo. Do total de 336 processos, 282 são processos de fazer, identificar, caracterizar e dizer. Seguindo o mesmo padrão representativo do escândalo do mensalão, os processos mentais, os existenciais e os comportamentais são as opções representativas menos escolhidas. Talvez isso possa ser explicado pelo fato de os jornalistas entenderem que o que realmente importa saber sobre o escândalo não é o que existe, o que os atores sociais e outros participantes pensam ou como se comportam, mas sim como esses atores sociais agem, como são nomeados e o que dizem. Entretanto, a essência do discurso sobre o escândalo está justamente na mistura desses domínios experienciais para a construção de uma realidade de crise política e de corrupção na política do governo. Conforme observam Halliday e Matthiessen (2004, p.174), “orações de tipos de processo diferentes, pois, fazem contribuições distintas à construção da experiência

nos textos. (...) Parte do ‘sabor’ de um texto particular, e também do registro ao qual ele pertence, se encontra na mistura de tipos de processos”⁵⁵.

Se compararmos o modo como os dois escândalos até aqui analisados ganharam publicidade na mídia, principalmente na imprensa, veremos que isso é refletido no modo de representar cada escândalo. O escândalo do mensalão, por exemplo, ganhou as páginas de jornais e revistas após o Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) ter denunciado a um jornal de grande circulação nacional como funcionava o esquema de pagamento de mesadas a parlamentares em troca de apoio político. Daí porque nas reportagens analisadas sobre esse escândalo os processos verbais tiveram tamanho destaque (mais exatamente, 24% das escolhas de processos foram de processos verbais). Naquela representação, importava saber, por exemplo, o que Roberto Jefferson disse, como disse e para quem seus dizeres foram endereçados. No caso do escândalo do dossiê, ninguém denunciou o esquema. Pessoas ligadas ao PT foram flagradas com 1,7 milhão de reais para a compra de um dossiê contra os políticos José Serra (então candidato ao governo de São Paulo) e Geraldo Alckmin (então candidato à presidência da república). Neste caso, para o jornalismo de VEJA, importa saber quais ações ocorreram, como ocorreram e quem são seus agentes, assim como de que modo essa realidade do escândalo deve ser identificada, que atributos devem ser conferidos a ela dentro de uma rede discursiva de relações.

O gráfico 4.2 abaixo mostra as escolhas de tipos de processo em termos percentuais.

Gráfico 4.2: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens
O voo cego do petismo e Um enigma chamado Freud em percentagem



⁵⁵ Nossa tradução de: “Clauses of different process types thus make distinctive contributions to the construal of experience in text. (...) Part of the ‘flavour’ of a particular text, and also of the register that it belongs to, lies in the mixture of process types.

4.2.1 A realização do escândalo nas escolhas de transitividade

A análise da representação experiencial do escândalo do dossiê implica considerar que a organização linguística e discursiva das reportagens nada mais é do que a recontextualização de uma série de acontecimentos. Nesse processo de seleção do que representar e como representar, os jornalistas dão saliência tanto à representação do escândalo como à atuação daqueles atores sociais responsáveis por construir um ambiente de crise na política brasileira.

Conforme vimos no quadro 4.3 acima, uma distribuição maior de tipos de processo ocorre no domínio material da experiência, onde as escolhas de transitividade revelam que o PT estava à frente de atos irregulares, agindo através de alguns de seus militantes. Essas escolhas indicam ainda o papel conivente do presidente Lula para com essas práticas, além de mostrarem o papel ativo do acusado de ser o mandante da compra do dossiê, Freud Godoy, em uma série de atividades cujo objetivo era evitar que a crise ganhasse proporções maiores. No domínio relacional, as escolhas de transitividade qualificam, descrevem e identificam de forma explícita o presidente Lula e petistas acusados de envolvimento no escândalo, reprovando-os por meio de escolhas lexicais que, além de mostrarem a existência de uma crise política, constroem um lugar para o governo Lula: irregularidades, desorganização e crises políticas. A representação do escândalo no domínio verbal reserva uma grande quantidade de dizeres aos petistas envolvidos, revelando falas que buscam tanto encobrir a transgressão inicial cometida como anular sua culpa pela irregularidade. Já no domínio mental, o presidente Lula é codificado como experienciador de fenômenos ligados a existência do escândalo (de um modo geral, as escolhas de processos mentais representam uma série de fenômenos que descrevem a representação do escândalo). A baixa quantidade de processos comportamentais distribui-se na representação comportamental de diferentes atores sociais, dentre eles, o presidente Lula, Freud Godoy e outros petistas acusados de envolvimento no escândalo. Os processos existenciais revelam a existência de atividades, pessoas e coisas relacionadas ao desdobramento do escândalo, trazendo uma contribuição importante para a forma como a realidade do acontecimento organiza-se textualmente.

De modo geral, a representação experiencial do escândalo do dossiê revela a inclusão representacional dos seguintes participantes: o presidente Lula, o PT, o dossiê (nomeado como escândalo e crise) e os petistas acusados de envolvimento na compra do dossiê, entre eles, de forma mais recorrente, o ex-assessor e segurança de Lula, Freud Godoy.

Quadro 4.4: Distribuição de participantes nos papéis de transitividade

Papeis de Transitividade	Participantes				
	Lula	PT	Dossiê	Os petistas envolvidos	Freud
Ator	x	x	x	x	x
Meta	x		x	x	x
Escopo					x
Recebedor	x				x
Cliente	x				
Experienciador	x	x		x	x
Fenômeno			x		x
Dizente	x		x	x	x
Alvo				x	x
Receptor	x				x
Verbiagem					x
Comportante					x
Fenômeno					
Portador	x		x	x	x
Atributo				x	
Característica	x		x	x	x
Valor	x		x	x	
Existente			x		x

4.2.2 Modos particulares de representar aspectos do escândalo: quais representações estão em jogo?

Conforme observa Fairclough (2003, p.129), todo discurso representa algum aspecto do mundo e faz isso a partir de uma perspectiva particular. Para o autor, formas particulares de representar aspectos do mundo podem ser especificadas por meio dos aspectos linguísticos que realizam o discurso. O vocabulário é um dos aspectos linguísticos mais evidentes de um discurso, pois discursos “lexicalizam” o mundo de maneiras particulares.

Nas duas reportagens analisadas sobre o escândalo do dossiê, percebemos escolhas lexicais específicas orientadas para a representação não só de atores sociais e outras entidades, mas, também, do evento como um todo. Vejamos alguns recortes experienciais onde as escolhas de transitividade e de léxico dizem muito sobre como os jornalistas dão sentido a suas experiências de mundo sobre o escândalo.

(74) Com seus métodos criminosos [**Circunstância de meio**], o PT [**Ator**] lançou [**Processo Material**] o país [**Meta**] em uma grave crise política [**Circunstância de lugar**]. Às vésperas da eleição presidencial [**Circunstância de tempo**], o partido [**Ator**] cometeu [**Processo Material**]

uma violência [Escopo] ao tentar influir [Processo Material] nos resultados do pleito estadual paulista [Meta] pela compra e divulgação de um dossiê falso sobre adversários [Circunstância de meio]. O crime [Meta] foi descoberto [Processo Material].

(75) Se isso vier a acontecer [Circunstância de condição], o PT [Ator] terá feito [Processo Material] algo inédito [Escopo] em sua rica trajetória de delinquências [Circunstância de lugar].

(76) O escândalo do dossiê comprova que a "organização criminosa" [Ator], para usar as palavras do procurador geral da República [Circunstância de fonte], refinou [Processo Material] um método [Meta] para reagir aos flagrantes da bandidagem [Circunstância de propósito].

É possível observar que essas formas específicas de lexicalizar estão distribuídas nos três componentes do Sistema de Transitividade e em todos os três recortes o PT é o agente da ação material. No recorte (74), “métodos criminosos” são os meios utilizados pelo PT para executar seu plano de compra de um dossiê contra adversários políticos. Pode-se verificar que esse acontecimento é designado por dois nomes, a saber: “uma violência” e “o crime”. Em (75), a circunstância de lugar atua muito mais como um mecanismo de definição do PT do que de identificação espacial do desdobramento do processo. Com a escolha de “rica trajetória de delinquências” o jornalista faz saber algo relacionado à identidade do PT: o partido possui um histórico de transgressões de códigos morais e éticos. Embora pareça menos fundamental para o processo do que o participante escopo, essa circunstância de lugar apresenta um discurso ao leitor, uma significação de um aspecto do mundo representado. Isso mostra como a reportagem constroi “posições de leitura” para os leitores (ver FOWLER, 2004), sugerindo o que eles devem saber (que formações ideológicas devem trazer) para interpretar os sentidos construídos.

As escolhas lexicais no recorte (76) esmeram as representações construídas nos outros dois recortes anteriores a fim de fabricar um consenso favorável à narrativa do escândalo. Neste recorte, a nomeação “organização criminosa” é uma forma nada neutra de representar o PT; a escolha do processo material “refinou” mostra que a ação realizada foi previamente estudada - de acordo com o dicionário Houaiss (2001), o verbo refinar significa aprimorar, aperfeiçoar, corrigir defeitos; o mesmo se dá com “um método”, que implica um modo particular de proceder visando a obtenção de certo resultado; enquanto que “bandidagem” nomeia um modo de agir do partido.

Os recortes acima revelam não só a participação material do PT no escândalo, mas, também, como essa participação deve ser interpretada. As escolhas lexicais sublinhadas

constroem uma realidade para o partido, uma realidade de transgressões de códigos morais e éticos não esperada para um partido que sempre foi de esquerda e sempre defendeu a ética no modo de fazer política. Esse modo particular de representar o PT mostra que a descrição não é uma mera propriedade da linguagem de “colar” sistemas de representação (nomes) às coisas, mas sim um processo comunicativo orientado para a construção de significados. Isso porque, conforme nota Fairclough (1989), as práticas discursivas têm grandes efeitos ideológicos pelo modo como representam a realidade e posicionam os sujeitos.

Vejamos abaixo outras formas específicas de representar o escândalo e o presidente Lula.

(77) Sobre essa delituosa sopa primordial [**Valor/Circunstância de lugar**] paira [**Processo Relacional Identificativo**] a figura complacente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva [**Característica**].

(78) Com esse comportamento [**Circunstância de razão**], Lula [**Portador**] acaba servindo [**Processo Relacional Atributivo**] como sinal verde [**Atributo**], como autorização tácita [**Atributo**] para que atos clandestinos e irregulares sejam cometidos [**Circunstância de propósito**].

(79) Por ter criado e mantido um ambiente propício à propagação da corrupção em seu governo – e sem prejuízo de todas as sanções legais a que se expôs como candidato e presidente – [**Circunstância de razão**], Lula [**Característica**] é [**Processo Relacional Identificativo**] o patrono da desastrada compra com dinheiro sujo do falso dossiê [**Valor**].

(80) Com a eleição de Lula [**Circunstância comitativa**], o aparelho estatal [**Meta**] foi tomado de assalto [**Processo Material**] por seus asseclas cevados no banditismo partidário-sindical [**Ator**].

Os recortes (77), (78) e (79) são experiências representadas no domínio relacional e por isso trazem formas específicas de identificar e avaliar aquilo representado. No recorte (77), o jornalista escolhe representar o escândalo a partir de uma relação espacial estabelecida entre o presidente Lula e sua localização no evento: Lula está inserido no escândalo. Essa identificação apresenta ainda escolhas lexicais que combinam aspectos identificativos e atributivos: “delituosa sopa primordial” confere ao escândalo um significado de crime, delito; enquanto que “a figura complacente” avalia o presidente em termos de suas ações, ou melhor, da ausência delas (Lula é complacente com a situação). Ademais, a própria escolha do processo “pairar” implica significados, como, por exemplo, “aparecer à superfície”, “olhar do alto” e “sustentar-se no ar” (HOUAISS, 2001), que avaliam o modo como o presidente lida

com o escândalo. Essa representação negativa para o presidente é reforçada quando analisamos o caráter metafórico de “delituosa sopa primordial”, a qual nos remete a um espaço onde um grupo de criminosos primitivos age sob a vigia do presidente Lula. Isso ratifica o pensamento de Fairclough (2001a, p.241) sobre as metáforas: elas não são adornos estilísticos superficiais do discurso. Pelo contrário, estruturam nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental.

O recorte (78) também apresenta formas específicas de representar tanto o presidente como o escândalo. As escolhas lexicais nas circunstâncias de razão e de propósito identificam, respectivamente, o comportamento do presidente para com políticos corruptos (Lula teria recomendado aos mensaleiros que não se sentissem culpados pelo que tinham feito) e a compra do dossiê com dinheiro suspeito. Na realidade, “atos clandestinos e irregulares” remetem a uma série de transgressões de códigos legais, morais e éticos cometidos durante o governo Lula. Junto a esses significados está o atributo conferido ao presidente em razão de seu comportamento passivo para com atos de corrupção: Lula serve como “sinal verde” para que outros políticos e funcionários do governo também cometam atos ilegais.

Em (79), a experiência representada confere ao presidente uma identidade: “patrono” da compra do dossiê. Compra esta que é, agora, definida como “desastrada”. Chama atenção a escolha informacional contida na circunstância de razão que o jornalista traz para sustentar a identidade conferida ao presidente. Nesta circunstância, Lula é codificado como Ator de processos materiais que teriam dado base para que fosse criado um ambiente de irregularidades em seu governo. A própria organização da experiência representada nesse recorte mostra que é importante o leitor saber o porquê Lula é o “patrono” da compra do dossiê; a circunstância, como Tema da mensagem, estabelece um contexto para a compreensão da identidade conferida ao presidente ⁵⁶.

Com relação ao recorte (80), chama atenção as escolhas lexicais na realização do processo material e do Ator. Para representar o agente da ação de “assaltar” o aparelho estatal, o jornalista escolhe termos que em nada são imparciais ou neutros. A designação “asseclas cevados no banditismo partidário-sindical” é uma referência direta não só a petistas, mas, também, a outros partidários que viram na gestão presidencial do PT uma oportunidade de se enriquecerem de forma ilícita. Essa designação revela, na realidade, onde são alimentados os

⁵⁶ De acordo com Halliday e Matthiessen (2004), colocamos no Tema de toda oração informações cuja função é estabelecer uma ligação entre a oração que está sendo criada e as outras orações que vieram antes dela no texto, ou ainda estabelecer um contexto para a compreensão da informação que vem no Rema.

partidários: “no banditismo partidário-sindical”. Vale ressaltar que a escolha da circunstância comitativa - “com a eleição de Lula” - funciona como justificativa para que asseclas cevados no banditismo partidário-sindical tomassem de assalto o aparelho estatal.

Ao analisarmos linguística e discursivamente essas formas de representar o presidente Lula e o escândalo, percebemos que um caráter avaliativo e depreciativo se faz presente em todos os quatro recortes experienciais. De fato, os recortes de (74) a (80) revelam escolhas lexicais que ressaltam aspectos de uma realidade de crimes políticos, transgressões de códigos morais e éticos, modos de agir que, somados, constroem um ambiente de crise, corrupção e passividade instaurado no governo Lula. Convém esclarecer que todas essas escolhas lexicais mostram que a análise representacional dessas experiências só se faz quando pensamos na inscrição de um sujeito social jornalista como agente transformador da realidade, que influi pela linguagem no que se entende por “escândalo do dossiê”. Isso mostra que a relação da linguagem com o mundo não é direta, muito menos neutra. É necessário que um sujeito social emita um parecer sobre o escândalo para que ele faça sentido no mundo.

A construção da realidade do escândalo do dossiê também apresenta escolhas lexicais que adquirem uma carga semântica de guerra quando referenciam o acontecimento. Vejamos os recortes experienciais abaixo.

(81) Disparar um tiro de morte contra Serra [**Característica**] significaria [**Processo Relacional Identificativo**] exterminar praticamente o PSDB em nível nacional [**Valor**].

(82) Admite-se [**Processo Mental Cognitivo**] que talvez tenha sido apenas informado [**Processo Verbal**] de que uma bomba contra Serra [**Meta**] estava sendo armada [**Processo Material**] e que sua explosão [**Ator**] poderia catapultar [**Processo Material**] Mercadante [**Meta**] ao segundo turno no pleito paulista [**Circunstância de lugar**].

(83) Ele e o dossiêgate [**Portador**] são [**Processo Relacional Atributivo**] como fogo e dinamite [**Atributo**].

(84) Com receio de que os estilhaços da crise possam comprometer a reeleição de Lula [**Circunstância de razão**], o Palácio do Planalto [**Ator**] deflagrou [**Processo Material**] uma operação de guerra [**Escopo**].

(85) Seguindo o mesmo padrão dos escândalos do mensalão e da quebra do sigilo do caseiro [**Circunstância de comparação**], a missão principal de Thomaz Bastos [**Característica**] foi [**Processo Relacional Identificativo**] a de blindar o presidente da República [**Valor**].

A opção em lexicalizar o escândalo com um léxico carregado de significados de guerra vai ao encontro da representação desse mesmo escândalo como um crime, fato observado no

recorte (74). No recorte (81), o jornalista confere um caráter mortal à ação da compra do dossiê, e, além de estabelecer uma relação de identificação entre o dossiê e sua consequência imediata, mostra que o plano tinha objetivos definidos - neste caso, tentar destruir a reputação do candidato ao governo de São Paulo, José Serra. No recorte (82), o dossiê é outra vez nomeado. Agora, é “uma bomba contra Serra” que serve para designar o que significava o esquema e “sua explosão”, além de ter como um dos alvos o candidato José Serra, poderia beneficiar o candidato petista, Aloísio Mercadante, à cadeira de governador. Se atentarmos para a forma como os participantes característica e valor são realizados no recorte (81), veremos que, como no recorte (82), seus aspectos no mundo material são ações materiais, e não pensamentos, comportamentos ou dizeres. Isso mostra que o plano de comprar e consequentemente divulgar um dossiê incriminador contra candidatos do PSDB visava consequências materiais.

A representação experiencial em (83) confere um atributo ao dossiê, “dinamite”, condizente com a escolha “uma bomba” feita no recorte (82). Entretanto, no recorte (83), o jornalista estabelece uma relação de comparação entre o dossiê e o suspeito de ser o mandante de sua compra, o assessor especial e segurança de Lula, Freud Godoy. Chama atenção que essa comparação se dá em escolhas lexicais, “fogo” e “dinamite”, reveladoras de uma realidade perigosa, iminente a desencadear uma crise de proporções ainda maiores do que aquela criada pela divulgação do próprio plano de compra do dossiê. Convém notar, nessa representação, a forma como o escândalo é nomeado, “dossiêgate”. Acreditamos que o emprego do sufixo “gate” para descrever o acontecimento busca resgatar a história de outro escândalo, o do Watergate, de modo a dar ao dossiê o potencial de um escândalo político nocivo.

“Estilhaços da crise”, em (84), evidencia que a descoberta e divulgação do plano de compra do dossiê criou uma crise no governo PT. A escolha “estilhaços” significa, na realidade, que “a explosão da bomba contra Serra” causou prejuízo à reputação do próprio governo, tomando, assim, um rumo contrário daquele esperado pela “organização criminosa”. Ainda neste recorte (84), o Palácio do Planalto é agente de uma ação material definida como “uma operação de guerra”. Essa ação, para fazer frente à crise política, implica escolhas lexicais relacionadas a toda operação de guerra, como as escolhas “missão” e “blindar” no recorte (85). Mais do que revelar essas escolhas como aspectos da realidade do escândalo, a representação neste recorte (85) indica uma realidade constante nos escândalos políticos: a

reputação do presidente Lula deve ser resguardada, função esta que cabe ao ministro Márcio Thomaz Bastos. Na circunstância de comparação, o jornalista mostra que essa realidade constante é, na verdade, um “padrão” nos escândalos políticos.

Este último recorte mostra que a reputação do presidente Lula está novamente em jogo nesse escândalo do dossiê. As representações construídas para o presidente nos recortes experienciais (86) e (87) abaixo buscam enfraquecer a reputação e a confiança de Lula, revelando, assim como no escândalo do mensalão, que estava ao alcance do presidente tomar providências para que mais uma prática ilegal fosse evitada.

(86) A tática – de novo, de novo [**Circunstância de frequência**] – [**Característica**] é [**Processo Relacional Identificativo**] dizer que Lula não sabia de nada [**Valor**] (...). A outra tática [**Característica**] é [**Processo Relacional Identificativo**] montar um cordão sanitário em torno do presidente Lula [**Valor**].

(87) Desde o primeiro rombo no casco ético de seu governo, quando se soube que o braço-direito do então ministro José Dirceu fora flagrado achacando um empresário de jogos [**Circunstância de tempo**], o presidente Lula [**Portador**] teve [**Processo Relacional Atributivo**] todos os meios para limpar seu governo, higienizar seu palácio e promover uma faxina no PT [**Atributo**].

Thompson (2002) considera que a reputação é um dos aspectos mais importantes para os políticos nas democracias liberais, como a do Brasil. O autor entende que na democracia liberal prevalece uma institucionalização do processo eleitoral e, para se ascender ao poder e conquistar sucesso eleitoral, um dos elementos-chave para o político é desfrutar de boa reputação. E o escândalo do dossiê, eclodido a menos de um mês para a eleição presidencial, significou uma enorme ameaça à política de confiança do presidente Lula. As representações experienciais nos recortes (86) e (87) acima buscam representar, respectivamente, como essa política de confiança do presidente deve ser protegida em escândalos políticos e como ela é ameaçada pelo próprio modo de fazer política adotado por Lula.

Como se nota, essas representações não são em nada ocasionais ou neutras. No recorte (86), “a tática” representa um recurso utilizado pelo governo para proteger o presidente das ameaças do escândalo. O fato é que o léxico “tática” nos remete “à arte de combinar a ação de tropas no campo de batalha com ordem e rapidez, de modo a obter o máximo de eficácia no combate” (HOUAISS, 2001). Isso mostra uma sintonia com a escolha “uma operação de guerra” no recorte (84), a qual representa uma operação comandada pelo ministro Márcio Thomaz Bastos para que os acusados da compra do dossiê não envolvessem outros petistas.

Ainda neste recorte, vemos a repetição da circunstância de frequência, “de novo”, o que tende a reforçar a representação construída sobre o presidente Lula. Seguindo a linha de pensamento de Fairclough (2001a, p.220), seria um equívoco considerarmos essa repetição simplesmente uma propriedade objetiva do texto. Esse marcador tem de ser interpretado como “parte do processo de construção de leituras coerentes do texto”. Além disso, também, deve ser considerado dinamicamente na perspectiva do jornalista produtor do texto: “produtores de texto estabelecem ativamente relações coesivas de tipos particulares no processo de posicionar o (a) intérprete como sujeito” (FAIRCLOUGH, 2001a, p.220). Isso significa dizer que a opção em repetir essa circunstância volta-se para como o leitor deve consumir a informação: outra vez vão dizer que o presidente não sabia de nada.

A representação experiencial em (86) revela ainda a escolha “um cordão sanitário”, que faz referência a outro recurso usado pelo governo para preservar a reputação do presidente Lula. Essa escolha implica considerar que o próprio governo julgava as consequências do escândalo um agente infeccioso, daí porque isolar o presidente de qualquer contato com seus efeitos.

A leitura do recorte (87) favorece uma compreensão mais abrangente da representação construída para o presidente Lula. A forma como o jornalista expõe a realidade política do presidente mostra que o próprio Lula contribuiu para que sua política de confiança fosse posta em jogo nesse escândalo do dossiê. O caráter metafórico de “rombo no casco ético de seu governo” diz muito sobre o que escândalos políticos podem causar na reputação do governo. Na verdade, essa metáfora estrutura a realidade política do presidente de uma forma particular: seu governo é comparado a um barco e os escândalos a algo capaz de fazer um buraco de grandes proporções em seu casco. A seleção de “limpar seu governo, higienizar seu palácio e promover uma faxina no PT” também estrutura essa realidade de uma forma particular: ela formula o pressuposto de que o governo está “sujo” e entre essa sujeira está o PT. A própria seleção das palavras “limpar”, “higienizar” e “faxina” ajuda a conferir esse caráter de sujeira na política chefiada pelo presidente Lula. Essas escolhas evocam, pois, a imagem dessa política como algo imundo, em que uma das saídas é justamente limpar o governo.

Conforme vimos nos recortes acima, as escolhas lexicais realizadas nas duas reportagens avaliam de forma negativa não só o escândalo do dossiê, mas, também, principalmente o presidente Lula (e seu governo) e o PT. Essas escolhas sinalizam uma forma

particular de lexicalizar o acontecimento, mostrando que a representação é uma questão política, precisamente porque envolve escolhas. Subjacente a essas representações do escândalo há valores políticos e ideológicos dos jornalistas e da própria linha editorial da revista VEJA, que, por meio desses valores, emitem um parecer sobre o acontecimento escândalo do dossiê. Assim, representar o que é o escândalo do dossiê - o que aconteceu, quem está envolvido, qual a participação do governo nisso - não é algo que se dá de forma automática e direta (a famigerada transparência da linguagem não encontra espaço na perspectiva discursiva adotada nesta pesquisa). Conforme assegura Rajagopalan (2003, p.120), a representação “é uma questão eminentemente ideológica e responde aos interesses políticos que norteiam seus defensores”. As escolhas lexicais dos recortes experienciais acima se mostram, portanto, como uma forma de intervenção na realidade do acontecimento. São os interesses da revista e dos jornalistas que ditam os critérios de representação.

4.2.3 O papel dos elementos circunstanciais

A seleção de elementos circunstanciais para a representação do escândalo mostra como significados são realizados de forma específica nesse recurso gramatical. Nos recortes experienciais abaixo, destacamos o papel de algumas circunstâncias para a representação discursiva do presidente Lula. As circunstâncias trazem informações imprescindíveis para a significação do processo escolhido. Vejamos os recortes abaixo.

(88) Por ter criado e mantido um ambiente propício à propagação da corrupção em seu governo – e sem prejuízo de todas as sanções legais a que se expôs como candidato e presidente – [**Circunstância de razão**], Lula [**Característica**] é [**Processo Relacional Identificativo**] o patrono da desastrosa compra com dinheiro sujo do falso dossiê [**Valor**].

(89) Despediu-se [**Processo Comportamental**] de seus principais ministros caídos [**Meta**] com afagos, elogios e promessas de irmandade eterna [**Circunstância de meio**]. Com esse comportamento [**Circunstância de razão**], Lula [**Portador**] acaba servindo [**Processo Relacional Atributivo**] como sinal verde [**Atributo**], como autorização tácita [**Atributo**] para que atos clandestinos e irregulares sejam cometidos [**Circunstância de propósito**].

(90) Além de se cercar de tantos suspeitos [**Circunstância aditiva**], Lula [**Ator**] parece afastar-se [**Processo Material**] deles [**Meta**] quando são pilhados em alguma malandragem apenas de forma protocolar [**Circunstância de tempo**].

(91) Um dossiê devastador contra José Serra [**Fenômeno**] interessaria [**Processo Mental Desiderativo**] ao PT [**Experienciador**] em São Paulo [**Circunstância de lugar**]. Seria

[**Processo Relacional Atributivo**] ótimo [**Atributo**] para Lula [**Circunstância de benefício**] ter um governador petista em São Paulo em um segundo mandato [**Portador**].

No recorte (88), a circunstância de razão serve como argumento para a identidade conferida ao presidente Lula (Lula é o patrono da compra do dossiê porque...). Essa circunstância funciona, assim, como recurso informativo para atribuir responsabilidade ao presidente. Pela circunstância, o jornalista revela que Lula sabia do ambiente favorável à propagação da corrupção em seu governo, o que lhe dá o papel de cúmplice da transgressão cometida. Esse papel de cúmplice se estende ao recorte (89), onde o jornalista confere ao presidente o atributo “sinal verde” para práticas irregulares no governo. Neste recorte, a escolha da circunstância de razão deixa claro o motivo pelo qual Lula recebe esse atributo: seu comportamento para com acusados de corrupção, “afagos, elogios e promessas de irmandade eterna”; informação esta representada na circunstância de meio. Chama atenção que essa forma de se despedir de políticos acusados de corrupção não condiz com o que se espera de um presidente da república, daí a motivação de sua escolha.

A experiência representada em (90) busca mostrar que o presidente, em face de escândalos políticos, não se afasta dos acusados, ele simplesmente os reprova de forma protocolar, continuando a ter um relacionamento próximo a eles. A seleção da circunstância aditiva apenas reafirma a relação de proximidade de Lula com os suspeitos de atos irregulares, construindo um caráter duvidoso às ações e dizeres do presidente com relação a escândalos políticos. Em (91), a relação do presidente com o escândalo é tornada explícita na escolha da circunstância de benefício. Nela, Lula é identificado como o principal favorecido pelas consequências de um dossiê contra candidatos do PSDB.

Essa representação do presidente também ocorre de forma particular quando os jornalistas escolhem retratar os efeitos do escândalo enquanto uma crise política. Nos recortes (99), (100) e (101) abaixo, a função dos elementos circunstanciais é indispensável a essa representação depreciativa que é construída para Lula ao longo das duas reportagens. Nos recortes, podemos observar que circunstâncias de razão tornam-se um recurso valioso às motivações representacionais dos jornalistas. Esse tipo de elemento circunstancial apresenta a razão pela qual o processo é realizado, isto é, o que causa sua realização (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004), por isso parecem servir como informação adicional importante na representação de experiências sobre o escândalo.

(92) Pela proximidade dos seus autores confessos e dos suspeitos com a campanha de reeleição do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República [**Circunstância de razão**], as consequências legais [**Portador**] podem ser [**Processo Relacional Atributivo**] severas [**Atributo**]. Entre os trágicos resultados potenciais do crime [**Característica**] está [**Processo Relacional Identificativo**] até a impugnação da candidatura de Lula [**Valor**].

(93) O escândalo do dossiê [**Ator**] abriu [**Processo Material**] uma crise [**Escopo**] gravíssima e imprevisível [**Atributo**]. (...). Gravíssima [**Atributo**] porque logo se descobriu que os envolvidos têm laços com a campanha reeleitoral do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República [**Circunstância de razão**].

(94) A crise [**Portador**] é [**Processo Relacional Atributivo**] também imprevisível [**Atributo**] nos seus desdobramentos [**Circunstância de lugar**] porque, ao revelar laços de tamanha gravidade com a mais alta autoridade da República, joga uma sombra sobre o futuro [**Circunstância de razão**].

Nos recortes (92), (93) e (94), sobressai-se a relação de proximidade entre os acusados e o presidente Lula. Em (92), o jornalista identifica o motivo pelo qual as consequências legais da irregularidade cometida podem ser severas: os acusados são pessoas próximas do presidente. Pela construção linguística e discursiva das reportagens analisadas, nota-se que o PT e Lula são aqueles que podem sofrer as consequências legais da compra do dossiê. Isso já é revelado ao leitor ainda no recorte (92), onde o valor “até a impugnação da candidatura de Lula” é identificado como um dos trágicos resultados potenciais do escândalo. É importante observar como este valor preenche o sentido do atributo “severas”. A configuração semântica de (92) tem uma clara função de guiar o leitor na construção daquilo que realmente importa saber sobre o evento. Se as definições são capazes de guiar os sentidos, neste recorte (92), isso se torna evidente.

No recorte (93), a escolha dos atributos “gravíssima” e “imprevisível” serve para informar duas características da crise aberta pelo escândalo ⁵⁷. A seleção desses participantes parece funcionar exatamente no sentido de determinar a própria natureza do evento. Chama atenção o fato de que a justificativa para a experiência representada, “a crise é gravíssima”, é a mesma utilizada para dizer o porquê as consequências legais do crime podem ser severas, no recorte (92). Tomando o recorte (94), vemos que, embora a experiência representada seja diferente daquelas expressas nos recortes (92) e (93), o conteúdo informacional da circunstância de razão reafirma aquilo dito nas circunstâncias de razão anteriores. O que muda

⁵⁷ Apesar de pertencer ao domínio dos processos relacionais, o atributo pode ser usado em orações materiais para especificar o estado no qual o ator ou a meta está quando participa no processo (ver HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.195).

é o acréscimo da informação sobre as incertezas que a crise lança sobre o futuro da política. O uso contínuo dessa razão pela qual o escândalo ganhou *status* de crise parece funcionar, dessa forma, como um recurso discursivo para naturalizar um aspecto da realidade representada. Visto que a “naturalização é o caminho real para o senso comum”⁵⁸ (FAIRCLOUGH, 1989, p.92), tornar “natural” e “indiscutível” o envolvimento dos acusados com o presidente Lula, como elemento desencadeador de uma crise política, facilita e muito um consenso sobre essa forma de ler o escândalo.

Há outros recortes experienciais onde as circunstâncias também revelam informações significativas para a construção representacional de uma realidade do escândalo. O recorte (95), por exemplo, reserva escolhas de circunstâncias específicas para a representação de um dos efeitos causados pelo escândalo.

(95) A situação [**Portador**] é [**Processo Relacional Atributivo**] tão [**Circunstância de grau**] complexa [**Atributo**] que, desta vez [**Circunstância de tempo**] até os petistas de couro grosso [**Comportante**] acusaram [**Processo Comportamental**] o golpe [**Fenômeno**]. Acusaram [**Processo Comportamental**] talvez de uma maneira mais aguda do que no auge do escândalo do mensalão [**Circunstância de comparação**].

A representação mostra que a crise política atingiu, de forma significativa, até mesmo aqueles petistas supostamente mais resistentes a crises políticas. Importa analisarmos aqui o papel das estruturas oracionais escolhidas pelo jornalista para representar essa sua experiência. A representação acontece nas escolhas de transitividade em dois domínios experienciais: um relacional e outro comportamental. No domínio relacional, o jornalista opta por conferir à situação do escândalo o atributo “complexa”, reforçando o sentido de uma situação grave e imprevisível negociado em representações discursivas anteriores, como, por exemplo, no recorte (93). Acreditamos que essa recorrência de atributos avaliativos assume um caráter de fixação de uma realidade de crise. A escolha da circunstância “tão” parece, nessa perspectiva, marcar o grau de complexidade da situação. Numa escala de valores, o jornalista poderia ter escolhido qualquer uma das seguintes opções: muito, bastante, extremamente, completamente; mais ou menos, relativamente; pouco, sensivelmente, fragilmente; nada, dentre outras opções.

No domínio comportamental, têm-se duas orações que representam os efeitos do escândalo no comportamento mental e fisiológico de “petistas de couro grosso”. Na primeira,

⁵⁸ Nossa tradução de: “Naturalization is the royal road to common sense”.

as escolhas de transitividade parecem dar ênfase ao sentido de complexidade construído na oração relacional “A situação é tão complexa”. Acreditamos que a motivação por detrás dessa representação comportamental está na escolha da circunstância de tempo. Além de exercer o papel de contextualização do processo, a circunstância pressupõe que em outras ocasiões os denominados “petistas de couro grosso” não sentiram o golpe - o que não teria acontecido desta vez. Na outra oração comportamental, a representação da experiência ocorre com a escolha de uma circunstância de comparação. Esta expressa uma comparação indicativa de diferença entre dois comportamentos: um relativo ao escândalo do dossiê e outro ao escândalo do mensalão. Ao revelar que os petistas sentiram de forma mais intensa o primeiro escândalo, o jornalista tenta mostrar que a complexidade e a gravidade deste escândalo têm dimensões mais amplas, atingindo, assim, diretamente aqueles petistas mais resistentes a crises políticas.

Com relação aos processos comportamentais, no recorte (96) a escolha de uma circunstância comitativa revela que o modo de fazer política adotado pelo governo e pelo PT provoca um comportamento de perplexidade no presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio Mello.

(96) Mello [**Comportante**] já se mostrara [**Processo Comportamental**] perplexo [**Behaviour**] com a impressionante multiplicidade de ações irregulares patrocinadas pelo governo e seu partido [**Circunstancia comitativa**].

Como se nota, “a impressionante multiplicidade de ações irregulares patrocinadas pelo governo e seu partido” tem uma participação efetiva no comportamento fisiológico manifesto por Marco Aurélio Melo. Ademais, com a escolha do comportamento “perplexo” o jornalista parece indicar um sentido particular às ações irregulares do governo e do PT: elas causam estarrecimento, espanto e desorientação nas pessoas.

Outras escolhas de elementos circunstanciais com função significativa na representação do escândalo encontram-se no recorte (97) abaixo. Nele, o presidente Lula e o PT são codificados como agentes de processos materiais que indicam a participação direta deles na construção da crise política.

(97) (Lula) Deixou [**Processo Material**], assim, que o PT [**Ator**], mais uma vez [**Circunstância de frequência**], mergulhasse [**Processo Material**] seu governo [**Meta**] e o país [**Meta**] nos recônditos de uma crise sem solução fácil [**Circunstância de lugar**].

Através da circunstância de frequência, o jornalista revela que esta não é a primeira vez em que o PT provoca uma crise de solução nada fácil para o governo. Esta circunstância, aliás, faz alusão a outros dizeres - “rica trajetória de delinquências”, “a impressionante multiplicidade de ações irregulares patrocinadas pelo governo e seu partido”, “havia um bunker clandestino, repetindo, aliás, a estrutura montada na campanha presidencial de 2002” - que sinalizam uma realidade de práticas irregulares cometidas pelo partido ao longo de sua história. Ao lançar mão dessa circunstância, o jornalista toma esses dizeres como informações “dadas”, buscando o consenso, a normalização e a aceitação dessa realidade pertencente ao partido. A circunstância de lugar, por sua vez, informa exatamente onde o PT mergulhou o governo e o país: “nos recônditos de uma crise sem solução fácil”. Recôndito, de acordo com o dicionário Houaiss (2001), significa algo profundo, muito escondido ou oculto. A seleção desse lugar parece, portanto, assegurar a representação construída para o acontecimento narrado, já que se encontra na última oração do texto.

Ainda neste recorte (97), a representação construída para o presidente Lula também reforça significados construídos ao longo das duas reportagens. Aqui, o presidente é claramente apontado como o principal responsável pela crise política, fato observado em grande parte das representações construídas onde Lula é codificado como agente do processo.

Quanto ao papel desempenhado pelos elementos circunstanciais, gostaríamos de destacar ainda as escolhas de transitividade e de léxico que estruturam o recorte experiencial (98) abaixo.

(98) A apuração dos repórteres de VEJA [**Característica**] mostra [**Processo Relacional Identificativo**] que a operação abafa seguiu um padrão mais ou menos constante na crônica policial do governo petista [**Valor**]. Primeiro [**Circunstância de tempo**] se comete [**Processo Material**] um ilícito [**Escopo**] e depois [**Circunstância de tempo**] se seguem [**Processo Material**] outros [**Escopo**] ainda mais demolidores [**Atributo**] na tentativa de encobrir o primeiro [**Circunstância de propósito**].

De modo a manter seu leitor informado e consciente do que se passa por detrás dos fatos é que o jornalista revela uma informação importante para a construção da identidade do PT. A informação identificada mostra que a “operação abafa” realizada no escândalo do dossiê segue um modelo particular de agir do partido, que, diante de acusações de corrupção, prefere usar métodos ilícitos para encobrir suas ações comprometedoras. Esse esforço da revista em promover a realidade do escândalo no âmbito discursivo acaba por revelar a ilusão

de que a imprensa provê à sociedade aquilo que ela necessita saber, de modo a se atualizar e opinar sobre diversos assuntos. Visto que qualquer identidade para ser concretizada e consolidada numa realidade precisa passar por um convencimento (um senso-comum), a representação experiencial acima não é casual. A motivação parece estar justamente no propósito de assegurar uma identidade de partido corrupto ao PT.

No domínio material da representação, os elementos circunstanciais de tempo e de propósito cumprem a função contextualizar o *modus operandi* utilizado pelo PT ao se envolver em escândalos de corrupção política. Dentre as escolhas, chama atenção o atributo descritivo “ainda mais demolidores”, o qual caracteriza os ilícitos cometidos pelo PT quando tenta escondê-los a qualquer custo. Essa qualidade conferida aos ilícitos acaba por servir também como elemento avaliativo para o PT, reafirmando sua identidade de partido corrupto. Isso mostra que o discurso de VEJA filia-se a uma determinada representação de mundo: mostrar que o PT possui um histórico de práticas espúrias e, por isso, seu envolvimento no escândalo do dossiê merece uma análise cuidadosa; e é isso que a revista faz, pelo menos no âmbito discursivo da representação. Por esse recorte, podemos perceber como o discurso não somente representa o escândalo, mas, também, projeta um mundo possível para as ações do PT: um mundo de irregularidades.

A representação discursiva nesse recorte (98) vai ao encontro da dinâmica de escândalos políticos apresentada por Thompson (2002) na figura 1.1. No recorte experiencial, conforme vimos, o jornalista retrata um modo particular de agir do PT em escândalos políticos: junto a sua infração inicial que origina o escândalo estão outras transgressões secundárias de que o partido se vale para tentar minimizar as consequências do escândalo. Fazendo uma leitura do escândalo do dossiê nas duas reportagens analisadas, podemos esquematizar a figura de Thompson da seguinte forma:

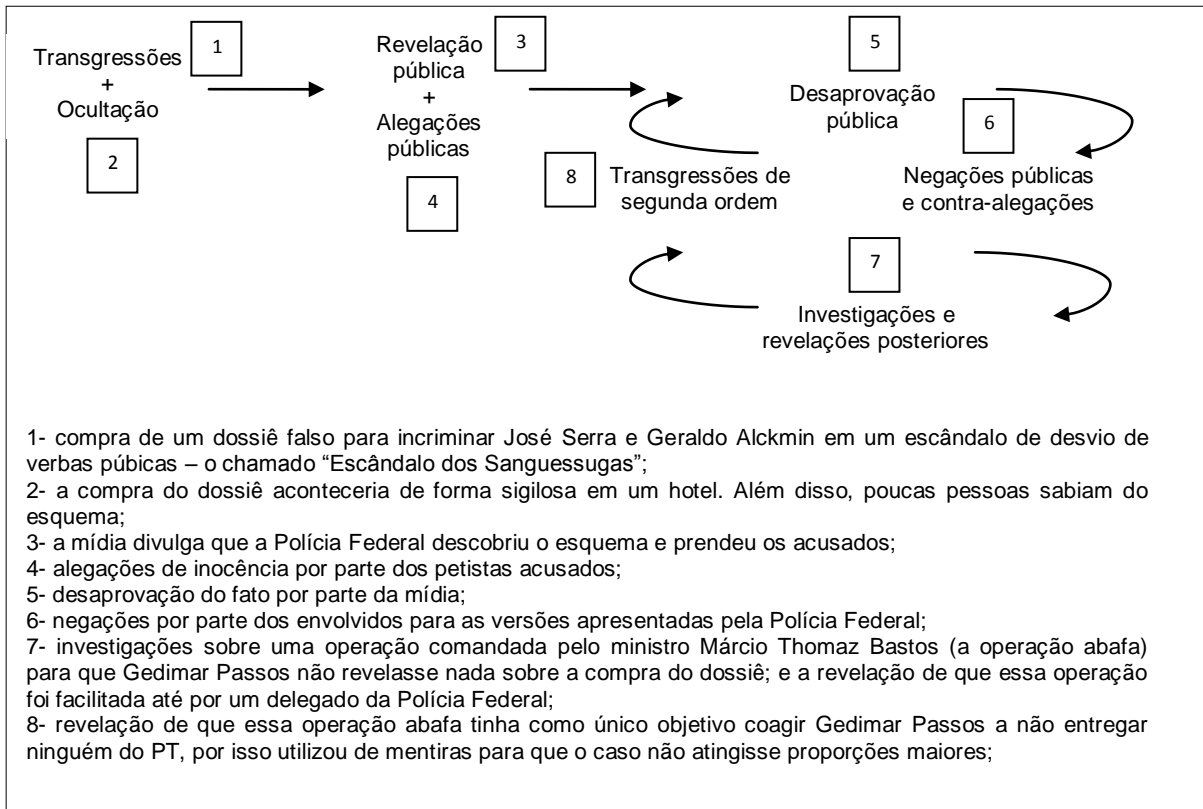


Figura 4.2: Descrição do escândalo do dossiê

4.2.4 A representação do que dizem os envolvidos

No domínio verbal da representação, as escolhas de transitividade constroem um lugar específico para os dizeres dos envolvidos no escândalo: a negação das alegações feitas pela Polícia Federal de que eles haviam encomendado um dossiê contra candidatos do PSDB e para isso pagariam 1,7 milhão de reais. Os recortes abaixo representam o que disseram alguns dos acusados.

(99) “Afirmo taxativamente que em momento algum autorizei o emprego de qualquer tipo de negociação financeira” [**Oração projetada**], diz [**Processo Verbal**] Lorenzetti [**Dizente**] na nota em que anuncia sua demissão [**Circunstância de lugar**].

(100) “É importante informar que em nenhum momento houve qualquer oferta de dinheiro” [**Oração projetada**], repete [**Processo Verbal**] Hamilton Lacerda, o ex-auxiliar de Mercadante [**Dizente**], na sua nota de afastamento [**Circunstância de lugar**].

(101) “O PT não faria isso em hipótese alguma” [**Oração projetada**], chegou a dizer [**Processo Verbal**] Berzoini [**Dizente**] dois dias antes de ser ele próprio apanhado no esquema [**Circunstância de tempo**].

(102) Antes de cair [**Circunstância de tempo**], Berzoini [**Dizente**] fez [**Processo Verbal**] o mesmo discurso [**Verbiagem**] numa entrevista [**Circunstância de lugar**]. “O PT não tem nenhuma atividade que envolva recursos financeiros para compra de informação” [**Oração projetada**], disse [**Processo Verbal**].

Nesses quatro recortes, o jornalista faz uso do discurso direto nas orações projetadas para representar a voz de alguns dos acusados. Entendemos que ao utilizar-se desses dizeres o jornalista distancia-se de seus significados, a saber: a inocência dos envolvidos, visto que constroi um discurso altamente avaliativo que rejeita a prática perpetrada pelos acusados. Entre as opções de ou sintetizar esses dizeres em uma única representação ou representá-los integralmente e de forma separada, a segunda opção parece preencher melhor os propósitos comunicativos do jornalista. O modo como os recortes experienciais acima são elaborados em termos de processos, participantes, circunstâncias e orações projetadas, indica que o jornalista exerce sim um controle sobre a representação do dizem os acusados.

Todos os quatro dizeres consistem em negar qualquer envolvimento dos acusados com o caso, reproduzindo a mesma informação dita por três diferentes atores sociais: o PT não encomendou nenhum dossiê. Isso é reforçado pelas escolhas dos processos verbais “repete”, em (100), e “fez o mesmo discurso”, em (102), as quais sinalizam que os petistas buscaram uma estratégia em comum para se defenderem das acusações. Convém salientar que são nesses dizeres que outras transgressões podem ser descobertas, originando transgressões de segunda ordem - fato ocorrido, pois as reportagens mostram que a Polícia Federal monitorou telefonemas do acusado de montar o dossiê, Luiz Antônio Vedoin, em que as gravações revelaram a existência do dossiê encomendado pela cúpula do PT. Logo, representar o que dizem os petistas em sua defesa não parece significar uma abertura de espaço na reportagem como sinal de equilíbrio e imparcialidade na representação dos fatos, mas sim a imposição de uma determinada forma de ler o escândalo que orienta sua interpretação.

Essa orientação pode ser notada ainda nas representações experienciais abaixo. Nelas, os jornalistas descrevem a participação direta de Freud Godoy e do ministro Márcio Thomaz Bastos na operação montada pelo Palácio do Planalto para que a crise não atingisse maiores proporções.

(103) No encontro no apartamento de Espinoza [**Circunstância de lugar**], Freud e o tesoureiro Ferreira [**Dizente**] conversaram [**Processo Verbal**] sobre dinheiro [**Circunstância de assunto**] e sobre como ele, sempre ele, poderia manter a calma dos implicados de modo que não se sentissem tentados a envolver gente mais graúda no PT e no governo [**Circunstância de assunto**].

(104) Tão logo Gedimar foi preso [**Circunstância de tempo**], o ministro [**Dizente**] telefonou [**Processo Verbal**] para Geraldo José Araújo, superintendente da PF em São Paulo [**Receptor**], para perguntar [**Circunstância de propósito**]: “Isso respinga no presidente?” [**Oração projetada**].

(105) Thomaz Bastos [**Dizente**] cobrou [**Processo Verbal**] esforços diários [**Verbiagem**] de Freud, do advogado indicado por ele e do tesoureiro do PT [**Receptor**] no que parecia ser a tarefa mais urgente: convencer Gedimar a recuar [**Circunstância de assunto**].

Nota-se que nos três recortes as escolhas dos elementos circunstâncias são imprescindíveis à construção da realidade representada. No recorte (103), a escolha do processo “conversaram” implica uma ação diferente daquelas dos outros dois recortes, (104) e (105). Isso significa que o encontro mencionado transcorreu de forma tranquila, nos moldes mesmo de uma reunião para tratar de assuntos que dizem respeito ao escândalo. Chama atenção as duas circunstâncias de assunto. Elas informam exatamente sobre o que versou a conversa, revelando que a operação provavelmente envolveria dinheiro e que o silêncio dos presos acusados deveria ser mantido.

Os recortes (104) e (105) representam dizeres do ministro Márcio Thomaz Bastos logo após a revelação do escândalo. A tarefa do ministro, como se observa, era evitar que o escândalo prejudicasse a reputação do presidente Lula e para isso deveria montar uma estratégia de defesa para os acusados. Em (104), a escolha da oração projetada “Isso respinga no presidente?” revela de forma clara que a “operação abafa” só foi montada porque outras revelações sobre a compra do dossiê poderiam comprometer ainda mais a reputação do presidente Lula. No recorte (105), as escolhas do processo verbal “cobrou” e da verbiagem “esforços diários” mostram que a operação tinha uma importância significativa, pois o tom da conversa do ministro era de exigência para o cumprimento de uma tarefa urgente. Com essas escolhas, o jornalista, além de sinalizar como o ministro fala, deixa claro aquilo que é cobrado e sobre o que é essa cobrança (convencer o preso Gedimar a mudar seu primeiro depoimento dado à Polícia Federal).

A mudança do depoimento de Gedimar é representada no recorte (106) abaixo. Seu dizer revela o motivo pelo qual ele entregara o nome de Freud Godoy como mandante da compra do dossiê.

(106) Tudo graças ao "novo" Gedimar [**Circunstância de razão**], que agora [**Circunstância de razão**] diz [**Processo Verbal**] ter sido pressionado a entregar o nome de Freud por métodos de tortura psicológica praticados pelo delegado que o prendeu – Edmilson Bruno [**Oração projetada**].

Chama atenção que a escolha da circunstância de razão ilustra uma representação irônica para o dizer de Gedimar, pois o jornalista usa a palavra “novo”, mas não assume o ponto de vista que ela representa. O que as reportagens buscam esclarecer, de uma forma geral, é que essa visão de um “novo” Gedimar é insustentável, já que a representação sobre o escândalo mostra como uma operação comanda pelo Palácio do Planalto foi montada para fazer com que os presos acusados mudassem suas versões dadas em um primeiro momento sobre o caso, negando qualquer envolvimento no escândalo. Logo, essa representação irônica faz, concomitantemente, ouvir duas vozes em desacordo: o que dizem os petistas acusados de comprar o dossiê (sobretudo, Gedimar Passos) e o que diz a revista Veja, que faz a caracterização negativa dos principais envolvidos e beneficiados com a compra do dossiê.

Sobre essa caracterização, as escolhas de transitividade e de léxico no domínio dos processos relacionais têm um papel altamente significativo para a forma como os jornalistas esperam que os leitores interpretem a representação discursiva construída. Vejamos no item a seguir a análise de alguns recortes de processos relacionais.

4.2.5 A representação do escândalo nas escolhas dos processos relacionais

A opção em representar determinados aspectos do escândalo na estrutura de orações relacionais identificativas e atributivas, permite que o acontecimento seja caracterizado de acordo com uma determinada representação de mundo calcada na atribuição de valores e de atributos. No recorte (107) abaixo, o escândalo, definido como “o episódio”, recebe uma determinada definição dentro do universo da política.

(107) O episódio **[Portador]** é **[Processo Relacional Atributivo]** fruto de desgoverno **[Atributo]**, da colonização do aparelho de estado por militantes petistas contaminados pela notória ausência de ética e moral da esquerda quando esquadrinha a chance de chegar ao poder – e, depois, de mantê-lo a qualquer custo **[Atributo]**.

O jornalista confere dois atributos ao acontecimento, atribuindo um valor negativo à política adotada pelo governo Lula, qual seja: a má administração e a transformação do estado em um território petista. A seleção dessas duas informações é uma marca explícita do posicionamento político delineado pelo discurso de VEJA com relação ao governo Lula. Essa postura abertamente crítica ressalta aspectos propícios a uma prática de corrupção: por ter uma má administração loteada por militantes petistas contaminados pela notória ausência de ética e moral, o que se pode esperar são escândalos de corrupção. Nota-se, assim, que os atributos conferidos ao episódio são, de fato, razões que fundamentam o fato ocorrido (x aconteceu por causa de y).

De acordo com Thompson (2002), a cobertura de escândalos políticos trabalha com a promoção de um “clima de desaprovação”, com a capacidade de causar impactos na política de confiança dos atores envolvidos. Na representação discursiva acima, essa desaprovação recai de forma explícita sobre a política do governo Lula. Já nos recortes abaixo é o presidente quem é reprovado, em razão de sua cumplicidade com os fatos ocorridos.

(108) Desde o primeiro rombo no casco ético de seu governo, quando se soube que o braço-direito do então ministro José Dirceu fora flagrado achacando um empresário de jogos **[Circunstância de tempo]**, o presidente Lula **[Portador]** teve **[Processo Relacional Atributivo]** todos os meios para limpar seu governo, higienizar seu palácio e promover uma faxina no PT **[Atributo]**. É **[Processo Relacional Atributivo]** lamentável **[Atributo]** que nunca tenha feito nem uma coisa nem outra **[Portador]**.

(109) É **[Processo Relacional Atributivo]** altamente **[Circunstância de grau]** provável **[Atributo]** que Lula soubesse que, no seu comitê reeleitoral, havia um bunker clandestino – repetindo, aliás, a estrutura montada na campanha presidencial de 2002 **[Portador]**.

(110) Com isso **[Circunstância de razão]**, fica **[Processo Relacional Atributivo]** cada vez mais **[Circunstância de grau]** difícil **[Atributo]** alegar que são nichos isolados, independentes, autônomos, que se instalam na máquina do Estado sem o conhecimento do presidente **[Portador]**.

No recorte (108), o jornalista deixa claro que estava ao alcance do presidente evitar que em seu governo fosse criado um ambiente propício à ação de corruptos e corruptores. A escolha do processo possessivo “teve” mostra exatamente que Lula detinha meios para isso e

a escolha lexical “todos os meios” evidencia que as possibilidades de ação por parte do presidente eram muitas. Essa representação abre espaço para a reprovação construída pelo atributo “lamentável”. Essa cumplicidade com atos irregulares se estende ao recorte (109), onde a escolha do atributo “provável” coloca em xeque o desconhecimento do presidente sobre atividades ilegais instaladas em seu governo. Além disso, a seleção da circunstância de grau, “altamente”, denuncia o posicionamento do jornalista sobre sua representação: ele não acredita que Lula desconhecia o que se passava em seu comitê eleitoral.

Diante dessas representações, o recorte (110) parece funcionar como uma retomada conclusiva das representações discursivas construídas para o escândalo e, sobretudo, para o presidente Lula. A escolha da circunstância de razão, “com isso”, já adianta ao leitor que o posicionamento do jornalista está fundamentado em uma série de dizeres que asseguram uma cumplicidade do presidente com as atividades ilegais instaladas em seu governo. Ademais, a circunstância de grau, “cada vez mais”, reforça o valor do atributo “difícil”, conferido ao fato de se poder alegar que essas atividades ilegais são “nichos isolados” que se instalam no governo sem o consentimento do presidente.

Essas avaliações, enquanto um recurso discursivo particular de posicionamento diante dos fatos, estão ligadas a processos particulares de identificação tanto do escândalo como do presidente Lula.

A revelação de que os acusados, além de serem filiados ao PT, eram pessoas próximas do presidente Lula também é um aspecto sistematicamente explorado nas reportagens.

(111) O problema do discurso oficial [**Característica**] é [**Processo Relacional Identificativo**] a afronta aos fatos [**Valor**]. O castelo – de Lula, do PT, da reeleição – começou a tremer num episódio cujos autores [**Característica**] são [**Processo Relacional Identificativo**] todos petistas [**Valor**].

(112) O escândalo do falso dossiê [**Característica**] revela [**Processo Relacional Identificativo**] que os petistas envolvidos fazem parte do círculo íntimo de Lula [**Valor**] – e abre uma crise cujo desfecho [**Portador**] é [**Processo Relacional Atributivo**] imprevisível [**Atributo**].

(113) Do círculo íntimo do presidente, entre confessos e suspeitos [**Valor**], está [**Processo Relacional Identificativo**] Freud Godoy, seu segurança pessoal até a posse e depois nomeado assessor especial [**Característica**], que dormia no Palácio da Alvorada nos primeiros meses do governo e tem [**Processo Relacional Atributivo**] sala [**Atributo**] no mesmo andar do gabinete presidencial no Planalto [**Circunstância de lugar**]. Também está [**Processo Relacional Identificativo**] Jorge Lorenzetti, o churrasqueiro oficial dos domingos na Granja do Torto e tutor informal de Lurian, a filha mais velha de Lula [**Característica**]. Do círculo político, mas nem por isso menos íntimo [**Valor**], está [**Processo Relacional Identificativo**] o deputado Ricardo Berzoini, presidente do PT e, até a semana passada, coordenador da campanha reeleitoral de Lula, defenestrado pelo escândalo [**Característica**]. Está [**Processo Relacional**

Identificativo] Osvaldo Bargas, amigo dos tempos de militância sindical nos anos 70, responsável pelo capítulo sobre trabalho no programa de governo – e casado com Mônica Zerbinato, secretária particular de Lula [**Característica**].

(114) O outro dado que complica a situação de Lula [**Valor**] é [**Processo Relacional Identificativo**] a constatação de que nunca um presidente se cercou de tanta gente suspeita – seja como presidente, seja como candidato [**Característica**].

Todos os quatro recortes acima exploram essa relação de proximidade e até de intimidade existente entre os acusados e o presidente Lula. O recorte (111), por exemplo, mostra que o fato de os envolvidos serem todos petistas vai de encontro ao que diz o governo sobre o episódio ("Temos de levar em conta a quem interessa, a essa altura do campeonato, melar o processo eleitoral no Brasil", disse Lula, durante viagem a Nova York. Reportagem - O voo cego do petismo). No recorte (112), a representação busca confirmar a identidade de "patrono da compra do dossiê" conferida ao presidente. A informação contida no valor revela que os envolvidos na compra do dossiê estão diretamente ligados à figura do presidente - a seleção lexical "círculo íntimo" evidencia esse significado. O que se tem com isso é uma relação de identificação, onde a proximidade de Lula com os envolvidos no episódio também serve para definir a identidade do escândalo.

Na representação do recorte (113), o jornalista apresenta quem são os envolvidos responsáveis pela compra do falso dossiê e seus vínculos com o presidente Lula. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), o vocábulo círculo, no sentido figurado, refere-se a um grupo de pessoas reunidas pelo prazer do convívio ou para fins de interesse cultural e outros. Nesse sentido, a escolha dos valores "do círculo íntimo do presidente" e "do círculo político" revela a existência de uma relação social próxima entre os envolvidos e Lula. Somadas a essas escolhas estão as definições dadas a esses envolvidos, fator este que confirma a motivação semântica do emprego dos valores "do círculo íntimo do presidente" e "do círculo político". A definição de cada envolvido nessa representação da experiência, então, não é ocasional. Mais do que revelar as funções desses envolvidos para com o presidente, as definições produzem modos específicos de identificá-los. A representação elaborada em (114) revela que essa relação de proximidade existente entre o presidente e os acusados é um aspecto que complica sua situação. Em outras palavras, isso pode significar prejuízos à sua reputação. As escolhas lexicais "nunca", "se cercou" e "gente suspeita" funcionam exatamente no sentido de mostrar quão diferente e complexa é a situação para o presidente.

Acusado de envolvimento na compra do dossiê, o assessor especial e segurança de Lula, Freud Godoy, também é representado de forma particular na estrutura de orações relacionais. Vejamos os dois recortes abaixo.

(115) Freud Godoy [**Característica**] encontra-se [**Processo Relacional Identificativo**] no meio de um turbilhão [**Valor**].

(116) A se confirmar sua visita ao preso Gedimar e caso se prove que ela foi instrumental na mudança de 180 graus nas declarações do preso [**Circunstância de condição**], ele [**Característica**] deve [**Processo Relacional Identificativo**] muitas explicações à Justiça [**Valor**].

No recorte (115), Freud é enquadrado em uma determinada situação a ele relacionado pelo processo identificativo “encontra-se”. A opção por essa representação experiencial não se dá ao acaso. As escolhas do verbo “encontrar” e do advérbio “no meio de um turbilhão” parecem ter uma motivação representacional significativa para a construção de sua realidade no escândalo: o verbo “encontrar” significa estar numa determinada situação ou estado. Isso confere a Freud uma referência situacional em que ele não age, apenas encontra-se nela. Já a escolha do advérbio “no meio de um turbilhão” coloca Freud no centro de uma série de acontecimentos comprometedores, onde suas ações contribuem para moldar a imagem de um homem suspeito. As representações discursivas abaixo buscam atestar esse turbilhão no qual Freud se encontra, expondo diferentes formas experienciais de representar essa realidade vivida pelo segurança.

- Existem [**Processo Existencial**] suspeitas de que ele e sua mulher receberam dinheiro sujo do "valerioduto" (...).
- Freud incumbiu-se também de escoltar [**Processo Material**] o tesoureiro caído em desgraça Delúbio Soares em suas andanças por São Paulo com malas de dinheiro.
- Freud foi fisgado [**Processo Material**] pelo Coaf, órgão do governo que monitora operações financeiras suspeitas, em pelo menos uma oportunidade. Em 2006, ele depositou [**Processo Material**] 150.000 reais, em dinheiro vivo, na conta da empresa de sua mulher.

No recorte (116), a relação entre Freud e muitas explicações à Justiça, realizada pelo verbo “dever”, expõe uma possível realidade para o segurança pessoal de Lula, caso seja certificada sua visita ao preso Gedimar. A escolha do verbo “dever” confere a Freud o fato de

estar obrigado a dar explicações à Justiça. Mesmo com a escolha do elemento circunstancial de condição, o jornalista reforça a representação construída para Freud, sinalizando o “turbilhão” no qual ele se encontra. A motivação para essa escolha experiencial parece funcionar mais uma vez como estratégia para expandir os recursos de nomeação (Freud: devedor da Justiça).

4.2.6 A revelação de aspectos do escândalo nas escolhas de processos mentais e existenciais

As escolhas de representação reservam significados particulares quando o escândalo é representado no domínio dos processos mentais. Essas escolhas incidem, de forma mais recorrente, sobre a representação do mundo da consciência de petistas, incluindo o presidente Lula. Destacamos quatro recortes, (117), (118), (119) e (120), de modo a mostrar como esses Experienciadores reagem aos acontecimentos do escândalo. Vejamos as análises abaixo.

(117) A falta de conexão com a realidade dos petistas é preocupante [**Oração relacional**]: eles [**Experienciador**] não conseguem mais enxergar nem mesmo [**Processo Mental Perceptivo**] um bolo de dinheiro vivo no valor de 1,7 milhão de reais [**Fenômeno**].

Na representação acima, o jornalista representa uma experiência de mundo da consciência dos petistas com base no sentido da visão (não enxergar). Essa escolha de representação situa o acontecimento do escândalo no mundo da experiência interior dos petistas (o que eles sentem), mostrando como eles reagem aos acontecimentos do mundo material no nível da consciência. Não enxergar “um bolo de dinheiro vivo” nada mais é do que ir contra os fatos. A seleção desse léxico mostra, outra vez, o recurso a um discurso mais conversacionalizado, buscando a naturalização da realidade representada.

Outra representação de como os petistas reagem aos acontecimentos do mundo material é o recorte (118).

(118) Os petistas [**Experienciador**], com o próprio presidente à frente [**Circunstância comitativa**], consideram [**Processo Mental Cognitivo**] desastrosa a possibilidade de que haja segundo turno [**Fenômeno**]. "Se houver, serão três semanas de bombardeio, no auge da investigação sobre o dossiê e todos os candidatos derrotados apoiando o Alckmin" [**Oração projetada**], prevê um petista de alto coturno [**Oração verbal**].

Neste recorte, a experiência representada mostra que os petistas temem o segundo turno das eleições presidenciais. A justificativa é dada na oração projetada, que revela os efeitos mais prejudiciais à campanha de reeleição do presidente Lula. Chama atenção que essa experiência mental acontece de uma forma conjunta: o presidente também é experienciador dessa reação aos fatos do escândalo, conforme mostra a circunstância comitativa.

Com relação às reações de Lula, a representação construída no recorte (119) sinaliza como o leitor deve interpretar a reação do presidente face aos acontecimentos.

(119) Ele [**Experienciador**] se jacta de [**Processo Mental Cognitivo**] ter afastado os amigos, os companheiros de viagem política, ministros e funcionários de alto escalão pegos com a mão na cumbuca [**Oração projetada**]. Lula os afastou [**Oração material**], mas não perdeu uma única chance de [**Processo Mental Cognitivo**] passar a mão na cabeça dos caídos, de dizer que continuam seus "amigos", seus "meninos", que democracia "não é só coisa limpa" e que não cometeram delitos, mas "simplesmente erraram" [**Orações projetadas**].

No recorte acima, a representação das reações do presidente se dá na relação entre diferentes domínios experienciais. O papel de figura conivente com os fatos é aqui reforçado principalmente nas escolhas dos processos mentais “se jacta” e “não perdeu uma única chance”. Essas formas de reação aos acontecimentos mostram como o presidente aprecia suas ações para com os acusados no mundo material, evidenciando uma postura incompatível daquela esperada de um presidente da república face aos fatos ocorridos. Podemos pensar que essa representação elaborada no recorte acima pode ser servir como um forte argumento para as avaliações depreciativas atribuídas ao presidente ao longo das reportagens.

Ainda nesse domínio experiencial, a representação do recorte (120) também serve como argumento para a dúvida se o presidente realmente não sabia de nada sobre a compra do dossiê.

(120) É altamente provável que Lula soubesse que, no seu comitê reeleitoral, havia um bunker clandestino – repetindo, aliás, a estrutura montada na campanha presidencial de 2002 [**Oração relacional**]. Uma reportagem de VEJA, publicada em outubro de 2003, mostrou como funcionava esse núcleo, que operava na defesa de Lula e no ataque aos adversários. Lula [**Experienciador**] sabia [**Processo Mental Cognitivo**] de sua existência [**Fenômeno**] e, durante a conversa que selou sua criação, ainda recomendou [**Oração verbal**]: "Seja inteligente. Não faça nada de Manuel ou Joaquim nessa história" [**Oração projetada**].

Neste recorte, o jornalista torna evidente que o presidente já se envolvera com algo semelhante ao escândalo do dossiê na eleição presidencial de 2002. As escolhas mostram que, além de conhecer o esquema de espionagem a adversários, Lula ainda aconselhava o grupo quanto ao modo como deveriam agir. Podemos dizer que essa escolha representacional contribui e muito não só para instruir o leitor na compreensão da realidade que cerca o presidente, mas, também, para ajudar esse leitor a construir uma imagem mental do escândalo: se Lula sabia do esquema de espionagem de 2002, provavelmente também sabia do dossiê de 2006.

Com relação às escolhas dos processos existenciais, podemos dizer que todas as escolhas ou introduzem informações sobre o desdobramento dos acontecimentos ou retomam essas informações. No recorte (121) abaixo, o processo “aparece” cumpre a função de introduzir a existência do ator Freud Godoy na “operação abafa”, apresentando, assim, uma informação que passará a ocupar o centro da reportagem “Um enigma chamado Freud”: o esforço de Freud Godoy para que Gedimar Passos e Valdebran Padilha, presos com 1,7 milhão de reais, não deem informações relativas ao esquema da compra do dossiê.

(121) Nessa operação [**Circunstância de lugar**] aparece [**Processo Existencial**] o que pode ser a impressão digital de um personagem muito próximo do presidente Lula [**Existente**].

Destacamos abaixo um recorte dessa reportagem onde as escolhas de processos existenciais e de léxico avaliam de forma negativa o encontro entre Freud Godoy e Gedimar Passos na carceragem da Polícia Federal.

(122) Segundo um relato escrito por três delegados da Polícia Federal e encaminhado a VEJA, Espinoza e Freud, acompanhados de dois homens não identificados, fizeram uma visita a Gedimar na noite de 18 de setembro, quando ele ainda estava preso na carceragem da PF em São Paulo. A visita [**Existente**] ocorreu [**Processo Existencial**] fora do horário regular [**Circunstância de tempo**] e sem um memorando interno a autorizando [**Circunstância comitativa**]. Um encontro com um preso nessas condições é ilegal. Ele pode ser encarado como obstrução das investigações ou coação de testemunha. De acordo com o relato dos policiais, o encontro foi facilitado por Severino Alexandre, diretor executivo da PF paulista. O encontro [**Existente**] ocorreu [**Processo Existencial**] logo depois da acareação regular entre Freud e Gedimar [**Circunstância de tempo**], um encontro [**Existente**] de cinco minutos [**Circunstância de tempo**] que, segundo o relato oficial [**Circunstância de fonte**], transcorreu [**Processo Existencial**] em silêncio da parte de Gedimar. O mais interessante [**Existente**], no relato dos policiais [**Circunstância de fonte**], viria [**Processo Existencial**] a seguir [**Circunstância de tempo**]. Severino teria acomodado os petistas em seu gabinete e determinado a Jorge Luiz Herculano, chefe do núcleo de custódia da PF, que retirasse Gedimar

de sua cela. Herculano resistiu, pretextando corretamente que o preso estava sob sua guarda e que não havia [**Processo Existencial**] um "memorando de retirada" [**Existente**].

No recorte, a narrativa construída busca certificar a ilegalidade do encontro, mostrando como os “ilícitos ainda mais demolidores”, recorte (98), são praticados com a finalidade de impedir que o escândalo ganhe proporções ainda maiores. Essa representação experiencial, como se vê, acontece nas escolhas de diferentes processos, onde se busca evidenciar ao leitor uma realidade do escândalo, por isso a saliência maior é dada à ilegalidade da visita feita a Gedimar.

Segundo Fairclough (2003, p.85), narrativas noticiosas possuem uma “intenção explanatória” que dá sentido ao evento noticiado, atraindo-o para uma relação que incorpora um determinado ponto de vista. Logo, é nesse sentido que essa informação pode servir para orientar e controlar a representação do que significa o escândalo do dossiê, mostrando aos leitores, através de um léxico altamente avaliativo, que as atividades irregulares do PT se estendem mesmo após a revelação do escândalo. Vale ressaltar que essa representação experiencial está calcada no relato de policiais (circunstância de fonte). O que o jornalista faz, então, é uma leitura desse relato (uma recontextualização) regida pela realidade factual do escândalo que constroi, elaborando uma representação capaz dar ao encontro seu real significado.

4.3 O escândalo dos Cartões Corporativos representado nas reportagens A farra do cartão de crédito e A república dos cartões: um perfil quantitativo dos tipos de processo

A análise das escolhas sistêmicas de transitividade nas duas reportagens investigadas sobre o escândalo dos cartões corporativos mostra uma distribuição de processos materiais e relacionais muito superior às outras opções do sistema. Não muito diferente dos dados apresentados nos quadros 4.1 e 4.3, referentes respectivamente aos escândalos do mensalão e do dossiê, o quadro 4.5 abaixo revela que a recontextualização de práticas do mundo do escândalo dá preferência a atividades materiais e à atribuição de qualidades e classificação de participantes.

Quadro 4.5: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens A farra do cartão de crédito e A república dos cartões

Tipos de processo	Reportagem		
	A farra do cartão de crédito	A república dos cartões	Total
Material	74	88	162
Relacional	44	66	110
Mental	18	10	28
Verbal	7	16	23
Existencial	5	10	15
Comportamental	0	1	1
Total	148	190	339

A quantidade de processos materiais talvez possa ser explicada por um interesse dos jornalistas em revelar as ações realizadas com os cartões corporativos. Conforme veremos nas análises mais abaixo, percebe-se uma variedade de escolhas lexicais referentes aos gastos realizados com esses instrumentos: “sacaram”, “gastam”, “bancou” e “torrou” são alguns exemplos de como os jornalistas recontextualizam ações de gastar com o cartão. Com relação às escolhas de processos relacionais, nota-se que tanto o escândalo, enquanto um acontecimento, como os servidores públicos acusados de abusar nos gastos recebem diferentes atributos e classificações, todas elas voltadas para desaprovar os fatos e construir uma realidade de irregularidades e transgressões de normas e códigos referentes ao uso adequado dos cartões de crédito corporativos.

O quadro 4.5 mostra ainda a baixa quantidade de processos mentais, verbais, existenciais e comportamentais encontrados nas reportagens. A propósito, acerca da representação de comportamentos psicológicos e fisiológicos, encontramos apenas uma ocorrência em nossos dados: o processo representa um comportamento do governo frente as consequências políticas do escândalo – “[O governo] Teme, porém, as consequências políticas, porque considera o assunto de fácil entendimento da população”. Nessa representação, observa-se a importância de se revelar aquilo que o escândalo causa no governo. Como veremos a partir das análises mais abaixo, o discurso de VEJA sobre o escândalo não apenas revela publicamente a existência de desvios de função no uso de cartões corporativos, mas, também, constroi uma realidade particular para esses desvios. E é nessa construção que percebemos o modo como cada escolha sistêmica tem um papel discursivo fundamental para entendermos o objetivo comunicativo de se representar um evento como um escândalo político.

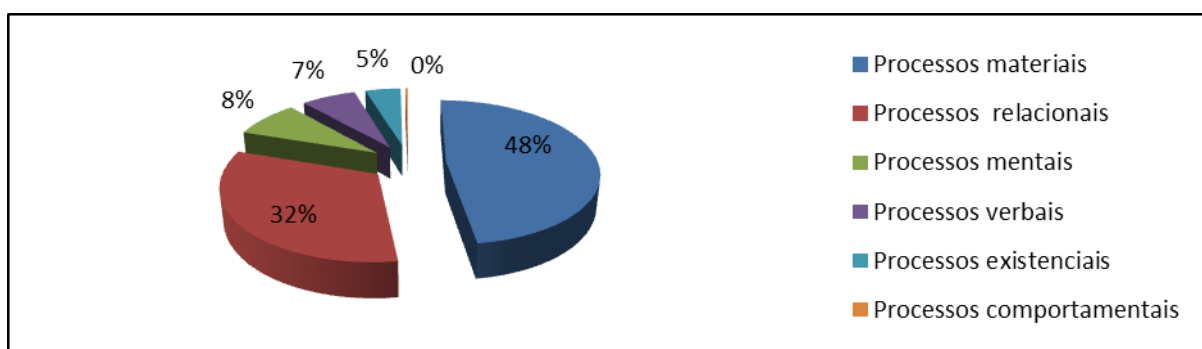
Para a construção de um discurso infamante, que cause desaprovação nos leitores, observou-se que os processos existenciais contribuem a seu modo para a revelação da falta de uma política de fiscalização séria nas faturas desses cartões. Em sua grande parte, esses processos aparecem na forma negativa – “No modelo atual, não há nenhum controle externo sobre boa parte das despesas da Presidência” – sinalizando o posicionamento dos jornalistas ao revelarem aspectos da realidade de mundo do escândalo. A crítica lançada sobre o governo ocorre principalmente nessas representações daquilo que não existe na política de uso dos cartões. A respeito das escolhas de processos mentais e verbais, suas ocorrências, em grande parte, funcionam como recursos para a introdução de outras experiências, através das quais os jornalistas constroem tanto suas experiências de mundo a partir das irregularidades cometidas com os cartões quanto estruturam um discurso infamante de modo a provocar desaprovação nos leitores.

Diferentemente dos dois escândalos anteriores, no escândalo dos cartões corporativos não há uma grande ocorrência de representações de mundo para atores sociais específicos. Neste escândalo, embora os jornalistas optem por representar algumas transgressões no uso dos cartões, vemos que o foco das realidades de mundo representadas está voltado para o acontecimento como um todo. A preocupação maior dos jornalistas parece ser a construção de uma realidade de práticas ilegais realizadas com os cartões, e isso implica mostrar, principalmente, uma variedade de atividades materiais, classificação de participantes,

atribuição de qualidades negativas a atores sociais e ao escândalo, introdução de acontecimentos, dentre outros aspectos. Por motivos de um limite de páginas, deixaremos de analisar todas essas atividades relacionadas à construção do escândalo.

Apresentamos no gráfico 4.3 abaixo a distribuição dos tipos de processo nas reportagens em termos de percentagem.

Gráfico 4.3: Distribuição dos tipos de processo nas reportagens
A farra do cartão de crédito e A república dos cartões em percentagem



4.3.1 A construção da realidade de mundo do escândalo: a representação de irregularidades

Conforme mostramos nas análises anteriores sobre os escândalos do mensalão e do dossiê, no processo de representação da experiência sobre um escândalo, os jornalistas fazem escolhas lexicogramaticais e semânticas particulares de acordo com seus objetivos comunicativos. Vimos que, frente as várias possibilidades de escolha disponíveis a esses jornalistas, uma decisão de comunicar uma coisa implica necessariamente uma decisão de não comunicar outras, que a análise detalhada dessas decisões revela determinadas escolhas de estruturas gramaticais, de processos, de participantes e de elementos circunstanciais, e que cada uma dessas escolhas tem uma função discursiva na representação da experiência: identificar o presidente Lula como “figura complacente” não é a mesma coisa que identificá-lo como “o presidente da república”.

No caso da representação do escândalo dos cartões corporativos não é diferente. A decisão de comunicar o uso abusivo e indevido do dinheiro público para gastos particulares e até enriquecimento ilícito (já que alguns servidores públicos alteravam o valor de notas fiscais

acima do valor gasto, para depois partilharem o lucro com as empresas coniventes com a fraude) implica não só deixar de comunicar outros aspectos sobre o escândalo, como, por exemplo, que essa transgressão pode ser cabível de punição legal, implica também escolhas de processos, de participantes e de elementos circunstanciais particulares para a significação do escândalo. Se tomarmos o modo como os jornalistas representam o escândalo em termos do uso dos cartões de crédito corporativos, veremos que palavras relacionadas ao campo semântico do conceito de gastar são recursos constantemente usados nos três componentes do Sistema de Transitividade para a construção de uma realidade de corrupção. Vejamos os recortes abaixo pertencentes à reportagem A farra do cartão de crédito:

(123) Os cartões de crédito oficiais [Meta] são usados [Processo Material] até para abastecer a despesa dos palácios [Circunstância de propósito].

(124) Agora [Circunstância de tempo], descobre-se [Processo Mental Cognitivo] que até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva [Ator] paga [Processo Material] as contas de casa [Meta] com esse instrumento [Circunstância de meio]. Três funcionários do Planalto [Ator] fazem [Processo Material] compras [Escopo] para o presidente [Cliente] com os cartões pagos pelo governo [Circunstância de meio].

(125) (A ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro) Ela [Ator] fez [Processo Material] uma farra [Escopo] tão grande [Circunstância de grau] com o cartão corporativo [Circunstância de meio] que o Planalto [Experenciador] cogita [Processo Mental Cognitivo] demiti-la [Processo Material].

(126) (Matilde Ribeiro) Mandou [Processo Material] o cartão [Escopo] em hotéis cinco-estrelas, redutos da boemia carioca e paulistana e bares de todo o país [Circunstância de lugar].

(127) Como Matilde [Circunstância de comparação], outros ministros [Ator] caíram [Processo Material] na folia [Escopo].

(128) Altemir Gregolin, da Pesca [Ator], se esbaldou [Processo Material] durante o Carnaval de 2007 [Circunstância de duração]. Passou [Processo Material] o feriado [Escopo] no Rio de Janeiro [Circunstância de lugar], pagou [Processo Material] três diárias em hotéis [Escopo], comeu [Processo Material] na cara churrascaria Porcão, a preferida das celebridades [Circunstância de lugar], e deu [Processo Material] uma esticada [Escopo] no Hera Bar [Circunstância de lugar].

(129) (Altemir Gregolin) Ele [Ator] vai precisar melhorar [Processo Material] o rebolado [Escopo] para justificar os 22.000 reais do Erário que torrou em 2007 [Circunstância de propósito].

(130) O ministro dos Esportes, Orlando Silva [Meta], também pode ser investigado [Processo Material] por cobrir despesas indevidas com o dinheiro público [Circunstância de razão]. Arcou [Processo Material] com almoços e jantares de seus convidados [Escopo] durante o ano todo [Circunstância de duração]. De uma só tacada [Circunstância de frequência], deixou

[**Processo Material**] mais de 460 reais [**Escopo**] no Bela Sintra, elegante restaurante português de São Paulo [**Circunstância de lugar**].

Em todos os recortes acima, notamos como o conceito de gastar varia de acordo com os objetivos do jornalista de comunicar determinados significados e, assim, de construir uma realidade de corrupção para o escândalo. Ao fazer uso de diferentes formas de se dizer como os cartões corporativos são utilizados por seus portadores para gastos particulares, o jornalista constroi realidades específicas para o escândalo e para aqueles indivíduos envolvidos, evidenciando como servidores públicos “gastam” o dinheiro público. Além disso, percebe-se que essas realidades são, todas elas, construídas no mundo das ações físicas. Aqui, importa para o jornalista representar sua experiência desses gastos enquanto ações materiais realizadas por servidores públicos, isto é, uma experiência expressa no plano de ações e acontecimentos com atores explicitamente identificados.

Se atentarmos para o título da reportagem, “A farra do cartão de crédito”, veremos que as escolhas destacadas nos recortes acima descrevem exatamente essa “farra” com os cartões. O recorte (123) é o *lead* da reportagem e traz a informação de que até as despensas dos palácios da Alvorada e da Granja do Torto, residências oficiais da família Lula, estavam sendo abastecidas com o uso de um cartão corporativo. Com as escolhas “farra” e “abastecer”, percebemos, conforme observa Van Dijk (1988, p.40), que o título e o *lead* da reportagem definem toda a situação informada no texto e indicam ao leitor um conjunto preferido de significado para o texto. Analisando as outras escolhas dos outros recortes, vemos como o jornalista constroi essa realidade enunciada no título e no *lead* da reportagem. No recorte (124), por exemplo, a representação dessa farra inclui o presidente Lula como agente do processo de pagar e como participante beneficiário da ação material de comprar. Ou seja, o presidente também desfruta dos benefícios do cartão. Ainda nesse recorte experiencial, chama atenção a escolha da circunstância de meio “com os cartões pagos pelo governo”, com a qual o jornalista faz questão de tornar evidente que os cartões são pagos com o dinheiro público.

Nos recortes (125) e (126), também se percebe uma forma particular de representação dos gastos com os cartões. Nestes recortes, é a ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, quem é representada como agente dos processos materiais “fez uma farra” e “mandou o cartão”. No recorte (125), a primeira oração, além de funcionar como uma informação de causa para a segunda, traz uma circunstância de grau que busca expressar o tamanho da farra que a ministra fez com seu cartão. A circunstância de lugar no recorte (126)

representa somente uma parcela dos lugares onde a ministra teria feito essa farra. Embora seja um componente experiencial opcional na representação da experiência, o jornalista não abre mão de fazer uso dos elementos circunstanciais de modo a significar o evento em termos do uso indevido do cartão corporativo.

Frente as várias possibilidades de escolha de um processo material para representar esses gastos, “caíram na folia”, no recorte (127), chama atenção. Essa forma de significar a realidade de mundo do escândalo descreve não somente o tipo de atividade realizado pela ministra Matilde e outros ministros, mas, também, constroi uma realidade de mundo peculiar a eles: esses ministros, literalmente, fazem pouco caso com o dinheiro público. A representação construída para o ministro da Pesca, Altemir Gregolin, nos recortes (128) e (129), mostra que suas atividades realizadas com o cartão não condizem com aquilo que se espera de um representante político. Suas irregularidades custaram um preço: 22.000 reais “torrados” do erário apenas no ano de 2007. No recorte (128), a descrição dessas atividades revela uma realidade de mundo digna de um turista rico a passeio pelo Rio de Janeiro: a escolha dos processos materiais “esbaldou”, “passou o feriado”, “pagou”, “comeu” e “deu uma esticada” indicam isso. Ademais, os elementos circunstanciais têm um papel fundamental nessa representação, pois eles fornecem subsídios informativos relevantes para a construção dessa realidade de mundo; como, por exemplo, a circunstância de lugar “na cara churrascaria Porcão, a preferida das celebridades”, que revela um lugar frequentado por poucos, em razão do alto preço.

Outra representação desse pouco caso com o dinheiro público ocorre no recorte experiencial (130). Nele, a realidade de mundo construída revela a boa vida que leva o ministro dos Esportes, Orlando Silva, com o uso do cartão corporativo. As experiências representadas mostram que o ministro tinha o costume de pagar almoços e jantares para seus convidados com o cartão, além de não se importar em pagar de uma só vez 460 reais em um único desses jantares. A seleção das circunstâncias de duração, “durante o ano todo”, e de frequência, “de uma só tacada”, reforça essa realidade de mundo, ao fornecer informações sobre as circunstâncias em que o ministro fazia uso dos benefícios do cartão.

Além dessas escolhas de léxico relacionadas ao campo semântico do conceito de gastar, outro recurso experiencial utilizado pelos jornalistas para a construção de uma realidade de atividades irregulares cometidas com os cartões são os elementos circunstanciais. Utilizados principalmente para oferecer informações adicionais ao fato descrito (HALLIDAY

e MATTHIESSEN, 2004), esses elementos são fundamentais nas narrativas jornalísticas sobre o escândalo aqui investigado, visto que constroem, basicamente, o lugar, o tempo, a frequência e os motivos das atividades envolvidas no acontecimento. Para entendermos como os jornalistas buscam alcançar esse objetivo comunicativo, torna-se necessário, primeiro, que apresentemos ao leitor o decreto nº 5.355, de 25 de Janeiro de 2005, que dispõe sobre a utilização do cartão de crédito corporativo, também chamado de Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.355 DE 25 DE JANEIRO DE 2005

Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para pagamento de despesas realizadas nos termos da legislação vigente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 15, inciso III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **DECRETA**:

Art. 1º A utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, para pagamento das despesas realizadas com compra de material e prestação de serviços, nos estritos termos da legislação vigente, fica regulada por este Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 6.370, de 2008)

Parágrafo único. O CPGF é instrumento de pagamento, emitido em nome da unidade gestora e operacionalizado por instituição financeira autorizada, utilizado exclusivamente pelo portador nele identificado, nos casos indicados em ato próprio da autoridade competente, respeitados os limites deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 6.370, de 2008)

Art. 2º Sem prejuízo dos demais instrumentos de pagamento previstos na legislação, a utilização do CPGF para pagamento de despesas poderá ocorrer na aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos, observadas as disposições contidas nos arts. 45, 46 e 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e regulamentação complementar. (Redação dada pelo Decreto nº 6.370, de 2008)

Parágrafo único. Ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda poderá autorizar a utilização do CPGF, como forma de pagamento de outras despesas. (Redação dada pelo Decreto nº 6.370, de 2008)

Art. 3º Além de outras responsabilidades estabelecidas na legislação e na regulamentação específica, para os efeitos da utilização do CPGF, ao ordenador de despesa caberá:

I - definir o limite de utilização e o valor para cada portador de cartão;

II - alterar o limite de utilização e de valor; e

III - expedir a ordem para disponibilização dos limites, eletronicamente, junto ao estabelecimento bancário.

Parágrafo único. O portador do CPGF é responsável pela sua guarda e uso.

Art. 4º É vedada a aceitação de qualquer acréscimo no valor da despesa decorrente da utilização do CPGF.

Art. 5º Não será admitida a cobrança de taxas de adesão, de manutenção, de anuidades ou de quaisquer outras despesas decorrentes da obtenção ou do uso do CPGF.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às taxas de utilização do CPGF no exterior e aos encargos por atraso de pagamento.

Art. 6º (Revogado pelo Decreto nº 6.370, de 2008)

Art. 7º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá expedir normas complementares para cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se os Decretos nºs 3.892, de 20 de agosto de 2001, e 4.002, de 7 de novembro de 2001.

Brasília, 25 de janeiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antônio Palocci Filho
Nelson Machado

Convém ressaltar que este decreto é recontextualizado pelos jornalistas, seja de forma direta ou indiretamente, em várias passagens das narrativas jornalísticas construídas para a representação do escândalo. Conforme podemos observar neste texto, a utilização do cartão deve ser feita em algumas ocasiões particulares, tais como, “para pagamento das despesas realizadas com compra de material de prestação de serviços” (artigo 1º) e “na aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos” (artigo 2º). Chama atenção ainda dois aspectos: primeiro, conforme consta no parágrafo único do artigo 2º, somente um “ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda poderá autorizar a utilização do CPGF, como forma de pagamento de outras despesas”; e segundo que “é vedada a aceitação de qualquer acréscimo no valor da despesa decorrente da utilização do CPGF” (artigo 4º).

De forma direta, temos essa recontextualização, por exemplo, nos recortes (131) e (132) abaixo.

(131) Eles (os cartões) [**Meta**] deveriam ser usados [**Processo Material**] por ministros e seus assessores [**Ator**] principalmente em viagens para pagar despesas imprevistas decorrentes do exercício do cargo [**Circunstância de propósito**]. Também serviriam [**Processo Material**] para que as repartições públicas tivessem mais flexibilidade para fazer compras que não precisam de licitação [**Circunstância de propósito**].

(132) Por lei [**Circunstância de fonte**], os cartões de crédito corporativos [**Característica/Meta**], adotados [**Processo Material**] pelo governo [**Ator**] em 2001 [**Circunstância de tempo**], para conferir mais transparência aos gastos dos funcionários públicos [**Circunstância de propósito**], servem [**Processo Relacional Identificativo**] para que seus portadores possam fazer face a despesas "esporádicas e emergenciais" [**Circunstância de propósito/Valor**].

Nota-se que em ambos os recortes são nos elementos circunstanciais de propósito que os jornalistas informam quando os cartões devem ser utilizados e sua funcionalidade para facilitar o exercício político. Conforme veremos, essa proximidade com o discurso do decreto ajuda o discurso de VEJA a construir uma realidade de mundo para o escândalo recheada de práticas ilegais e de atividades dissonantes daquilo decretado pelo presidente Lula no texto presidencial acima. Visto que a recontextualização significa trazer elementos de uma prática para o contexto de outra, transformando-os e resignificando-os, o modo como os jornalistas representam o escândalo nas escolhas de elementos circunstanciais diz muito sobre o

posicionamento desse evento de corrupção no mundo das irregularidades, como exemplifica o seguinte recorte.

(133) (...) alguns ministros [**Ator**] usavam [**Processo Material**] os cartões [**Meta**] para pagar restaurantes chiques, botequins, docinhos e até artigos no free shop [**Circunstância de propósito**].

A circunstância de propósito acima sinaliza uma das principais funções dos cartões nas mãos de alguns ministros. Além disso, essa informação apresenta lugares onde esses ministros teriam feito uso de cartões. Acerca disso, vejamos os elementos circunstanciais de lugar nos recortes abaixo.

(134) Sozinho, torrou [**Processo Material**] 115.000 reais [**Escopo**] em 2007 [**Circunstância de tempo**] em supermercados, açougues e lojas de bebida, entre outros [**Circunstância de lugar**].

(135) Um dos assessores mais próximos de Lula, José Henrique de Souza [**Ator**], usou [**Processo Material**] o cartão [**Meta**] em açougues, supermercados, padarias, peixarias e lojas de bebidas [**Circunstância de lugar**].

(136) Mandou [**Processo Material**] o cartão [**Meta**] em hotéis cinco-estrelas, redutos da boemia carioca e paulistana e bares de todo o país [**Circunstância de lugar**].

(137) (o ministro dos Esportes, Orlando Silva) utilizou [**Processo Material**] o cartão corporativo [**Meta**] na Tapiocaria Maria Bonita [**Circunstância de lugar**].

As localidades apontadas nessas circunstâncias nem de longe representam lugares onde servidores públicos estejam utilizando o cartão para pagar despesas realizadas com compra de material e prestação de serviços, muito menos para despesas imprevistas decorrentes do exercício do cargo. Nos recortes (134) e (135), temos a representação de ações materiais de um assessor de Lula em suas funções de abastecer as despensas das residências do presidente. No recorte (136), por sua vez, é a ministra Matilde Ribeiro quem utiliza os benefícios do cartão, mas não para pagar contratação de serviços para o exercício político, conforme prevê o decreto, mas sim para lazer próprio. No recorte (137), é outro ministro quem usufrui do cartão para satisfazer uma vontade pessoal: a compra de uma tapioca.

As ações desse assessor do presidente com um cartão corporativo são ainda especificadas em outros elementos circunstanciais de lugar, como vemos abaixo.

(138) No ano passado [**Circunstância de tempo**], ele [**Ator**] gastou [**Processo Material**] 55.400 reais [**Escopo**] nos supermercados Pão de Açúcar [**Circunstância de lugar**].

(139) Lá (no mercadinho La Palma) [**Circunstância de lugar**], Souza [**Ator**] deixou [**Processo Material**] 14.800 reais [**Escopo**]. Em padarias [**Circunstância de lugar**], foram [**Processo Material**] 1.200 reais [**Escopo**]. (...). Gastou [**Processo Material**] 2.400 reais [**Escopo**] na Wine Company [**Circunstância de lugar**].

Além das escolhas de lugares nada comuns para se fazer uso de um cartão corporativo, tais como, o supermercado Pão de Açúcar, um mercadinho de frutas e legumes, padarias e uma loja de vinhos, chama atenção a decisão dos jornalistas de informar os valores gastos nesses locais. Essa informação pode ser vista como um recurso discursivo para reforçar a realidade de irregularidades constituinte do escândalo. Acerca da revelação de valores gastos, outra forma de construir essa realidade é com elementos circunstanciais de tempo e de frequência, como podemos ver nos recortes abaixo.

(140) No ano passado [**Circunstância de tempo**], foram pagos [**Processo Material**] 78 milhões de reais em despesas feitas com cartões funcionais [**Escopo**].

(141) (...) dez colegas de Souza no Planalto [**Ator**] gastaram [**Processo Material**] nada menos que 3,7 milhões de reais [**Escopo**] em 2007 [**Circunstância de tempo**].

(142) No ano passado [**Circunstância de tempo**], todo esse pessoal [**Ator**] sacou [**Processo Material**] 58,7 milhões de reais em dinheiro [**Escopo**].

(143) (a ministra Matilde Ribeiro) no ano passado [**Circunstância de tempo**], torrou [**Processo Material**], em média, 14.300 reais [**Escopo**] por mês [**Circunstância de frequência**].

(144) Ao longo do ano passado [**Circunstância de tempo**], Souza [**Ator**] gastou [**Processo Material**] 115.000 reais com despesas aparentemente bem pouco emergenciais [**Escopo**].

Associadas aos processos materiais, essas circunstâncias revelam que os gastos eram realizados em abundância em curtos períodos de tempo. Nos recortes (140), (141) e (142), vemos que altos valores foram gastos no período de apenas um ano. No recorte (143), novamente, temos uma representação experiencial para a ministra Matilde Ribeiro: ela é agente do processo de gastar um valor muito acima daquele estipulado como uma média mensal para os cartões (conforme consta na reportagem “A farra do cartão de crédito”, o governo teria divulgado que os cartões tinham um limite mensal de 8.000 reais). Já no recorte

(144) é o assessor de Lula, José Henrique de Souza, quem gasta um valor exorbitante durante o período de apenas um ano.

Por meio dessas análises, entende-se que as circunstâncias são recursos discursivos imprescindíveis à construção de um clima de desaprovação característico de escândalos políticos midiáticos (THOMPSON, 2002). Visto que nossas maneiras de experienciar o acontecimento são determinadas pelos modos como os jornalistas constroem narrativas para os fatos, essas escolhas de elementos circunstanciais, juntamente com os processos materiais e seus participantes, sugerem referências para nossa interpretação daquilo que aconteceu no escândalo. Convém ressaltar que essas escolhas revelam-se como opções sistêmicas de materialização do evento em termos de lugares, valores gastos e ações envolvendo os cartões e seus portadores.

Assim, essas escolhas abrem espaço para a construção de um discurso infamante que expõe atividades que trazem descrédito para esses portadores de cartões, colocando em risco suas reputações. A respeito desses indivíduos, chama atenção as realidades de mundo construídas para três deles: a ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e os ministros da Pesca, Altemir Gregolin, e dos Esportes, Orlando Silva. Convém destacar que esses ministros são, conforme denomina Thompson (2002), as personagens do drama (*dramatis personae*); são eles os alvos das representações de mundo construídas; são suas ações que estão no centro do escândalo, daí porque fazer escolhas específicas para representar realidades de mundo particulares. Visto que todo escândalo político precisa provocar respostas de desaprovação por parte de seu público, a representação experiencial construída nas reportagens para esses três servidores públicos revela escolhas de processos materiais, relacionais e de elementos circunstanciais que buscam provocar um clima de desaprovação nos leitores. A respeito da ministra Matilde Ribeiro, vejamos os recortes abaixo.

(145) O caso mais inexplicável [**Valor**] foi [**Processo Relacional Identificativo**] uma compra de 460 reais em um free shop [**Característica**].

(146) Matilde está no governo desde 2003, mas passou incólume pelas páginas dos jornais. Só apareceu [**Processo Relacional Identificativo**] porque gastou 171.500 reais no cartão corporativo [**Circunstância de razão**].

(147) Apesar desse ser o excesso mais evidente [**Circunstância de concessão**], Matilde [**Ator**] incorreu [**Processo Material**] em outras estranhezas [**Escopo**] e pode até perder [**Processo Material**] o cargo [**Meta**]. Na fatura de seu cartão [**Circunstância de lugar**], constam [**Processo Relacional Identificativo**] 126.000 reais em aluguel de carros [**Característica**].

Desse total, 116.000 [Meta] foram pagos [Processo Material] a uma única empresa: a Localiza [Recebedor].

(148) Situação bem mais [Circunstância de grau] delicada [Atributo] é [Processo Relacional Atributivo] a da ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro [Portador].

De modo a suscitar desaprovação para as atividades da ministra, a escolha do valor “o caso mais inexplicável”, no recorte (145), serve para significar uma das várias compras feitas com o cartão. Nota-se que essa seleção se dá em razão da ministra ter feito uso de um cartão cuja função é cobrir despesas imprevistas em decorrência do cargo, em um free shop, abusando, assim, dos benefícios desse instrumento para saciar vontades pessoais. No recorte (146), é pela escolha da circunstância de razão que o jornalista busca reprovar a realidade de mundo da ministra. Percebe-se, com isso, que revelar o valor gasto por ela é um recurso importante na representação. O recorte (147) apresenta uma experiência também relacionada a um dos gastos feitos pela ministra. Este recorte chama atenção pelas escolhas lexicais “o excesso mais evidente” e “outras estranhezas”, com as quais o jornalista caracteriza os gastos, respectivamente, como uma forma de abuso e como algo não típico para as funções de um cartão corporativo. Ainda neste recorte (147), os processos materiais “incorreu” e “perder”, ligados a Matilde, caracterizam-na como ator, de modo a representá-la como um elemento obrigatório nas orações, ou seja, o papel de Matilde na realidade do escândalo é de quem age sobre o mundo, e não de quem sofre ações (é Matilde quem “gasta” ou “usa” os benefícios do cartão).

No recorte (148), o processo relacional atributivo estabelece uma relação de definição para a situação de Matilde Ribeiro frente os acontecimentos. A seleção do atributo “delicada” mostra-se como uma decisão marcada para a caracterização da imagem da ministra: sua situação só está complicada em razão do uso excessivo e irregular do cartão corporativo. Além dessa escolha, o elemento circunstancial de grau “bem mais” caracteriza o quão delicada é essa situação. Percebe-se que essas escolhas estão condicionadas ao contexto de improbidade que constitui o acontecimento “escândalo dos cartões corporativos”. Conforme se pode observar nesses recortes acima, as possibilidades de escolha permitem ao jornalista construir uma realidade de mundo voltada para a reprovação das atividades da ministra.

Além dessa forma de organização da experiência sobre a atuação de Matilde Ribeiro no escândalo, no recorte (149) abaixo, o jornalista faz uso de um nome específico para identificá-la frente a outros servidores públicos, também acusados de abusar nos gastos.

Chama atenção que esse modo de representar a ministra revela uma das coisas que ela fazia com o cartão: compras no free shop.

(149) Essa foi a justificativa utilizada pela ex-ministra Matilde "Free Shop" Ribeiro, da Igualdade Racial, obrigada a pedir demissão depois que sua farra com os cartões veio a público.

Como parte desse discurso infamante construído para o escândalo, a representação da realidade de mundo do ministro da Pesca, Altemir Gregolin, também traz escolhas linguísticas e discursivas voltadas para a desaprovação de atividades relativas ao mau uso do cartão corporativo. No recorte (128), rapidamente analisado acima, a construção experiencial oferece tanto um campo profícuo para a articulação de um discurso reprovador, bem como uma interpretação para a real função do cartão nas mãos do ministro. As escolhas lexicais dos processos materiais apontam o papel discursivo conferido a Altemir Gregolin no escândalo: o ministro é aquele quem faz uso irrestrito do cartão. É importante perceber que, dentro desse contexto de irregularidades, toda escolha tem sua função discursiva dentro da experiência representada. Pode-se perceber isso nas escolhas do verbo “esbaldar” e do advérbio “durante o Carnaval de 2007”, as quais possibilitam a identificação do ministro como o “segundo colocado na lista dos que mais esbanjaram no cartão oficial” e a construção experiencial abaixo.

(150) Flagrado, Gregolin [**Ator**] saiu-se [**Processo Material**] com uma explicação mais comprida do que um samba-enredo [**Escopo**].

O modo como o jornalista recontextualiza a justificativa dada pelo ministro ao ser questionado sobre os gastos com o cartão durante o Carnaval de 2007 mostra-se como uma forma de dar descrédito a essa explicação, novamente colocando em risco a reputação de Altemir Gregolin. Essa forma de desmerecer a resposta do ministro retrata uma crítica feita pelo jornalista à forma como os envolvidos com os gastos justificam seus abusos.

Outra representação que também merece destaque, no que se refere ao discurso infamante construído por VEJA às personagens do drama (*dramatis personae*), é a do ministro dos Esportes, Orlando Silva. Identificado como o “medalha de bronze entre os perdulários”, sua realidade de mundo reafirma o contexto de improbidade que determina as escolhas

lexicogramaticais e semânticas do escândalo. No recorte (151) abaixo, a organização experiencial reúne a escolha de processos materiais e relacionais que mostram construções discursivas dando destaque ao motivo pelo qual a reputação do ministro pode ser seriamente prejudicada ou até destruída. Também envolvido com despesas indevidas com o dinheiro público, o ministro não se contém a gastos de almoços e jantares, conforme apresentado no recorte (130) mais acima e especificado no recorte abaixo.

(151) Pela sua fatura [**Circunstância de meio**], descobre-se [**Processo Mental Cognitivo**] que ele [**Ator**] não restringe [**Processo Material**] suas despesas a ambientes requintados [**Meta**]. No dia 9 de maio, em Brasília, onde mora [**Circunstância de tempo**], o ministro [**Ator**] decidiu fazer [**Processo Material**] uma boquinha [**Escopo**] e utilizou [**Processo Material**] o cartão corporativo [**Meta**] na Tapiocaria Maria Bonita [**Circunstância de lugar**]. Valor da conta: 8 reais [**Processo Relacional Identificativo**]. Essa confusão [**Portador**] já se tornou [**Processo Relacional Atributivo**] um clássico do governo do PT [**Atributo**].

A atividade material “utilizou o cartão corporativo na Tapiocaria Maria Bonita” e a identificação do valor gasto, “8 reais”, são recursos experienciais responsáveis por construir discursivamente a crítica ao ministro. Além disso, essas duas experiências, definidas como uma “confusão”, são classificadas pelo atributo “um clássico do governo do PT” como uma qualidade conferida a esse partido. Conforme se nota, essa realidade de mundo retrata uma experiência de caráter moralmente ignominioso que traz implicações tanto para o ministro, como para o governo PT.

4.3.2 As informações contextuais e a influência sobre as escolhas sistêmicas

Admitindo-se que a variável contextual de campo (*field*) corresponde à natureza da ação social que está ocorrendo no momento em que se usa a língua, bem como às atividades desempenhadas pelos participantes dessa ação e à forma como a linguagem se configura para expressar a realidade (HALLIDAY, 1978; EGGINS, 1994; MARTIN e ROSE, 2003), podemos perceber que o contexto de improbidade do escândalo influencia o modo como os jornalistas organizam suas narrativas sobre os fatos. A comprovação de fraudes na utilização dos cartões (como, por exemplo, o superfaturamento de notas fiscais) e seu uso desenfreado por diversos servidores públicos (como, por exemplo, saques em dinheiro sendo feitos sem qualquer controle) em nada se aproximam dos decretos e portarias que regulamentam a

questão do cartão, além de um manual de uso para seus portadores distribuído pelo Governo Federal. Esse campo de irregularidades define o tópico da situação do escândalo, o que possibilita aos jornalistas fazerem escolhas lexicais e semânticas voltadas para a significação desse campo.

Os vários desvios de função dos cartões, criados para dar mais transparência e eficiência no uso do dinheiro público, criaram um ambiente favorável para que VEJA transformasse esse evento num escândalo político midiático, dando visibilidade e publicidade a acontecimentos e pessoas envolvidas, e construindo, ao mesmo tempo, um discurso infamante para provocar desaprovação na sociedade. Fundamental nesse processo é o modo como a gramática da experiência é utilizada para significar as várias realidades de mundo constituintes do escândalo. Visto que a linguagem, para produzir significados, depende do contexto em que é usada, apresentamos no quadro 4.6 abaixo a seleção de algumas escolhas sistêmicas encontradas nas duas reportagens analisadas voltadas para a construção de uma realidade de mundo calcada em abusos de gastos, notas fiscais com valores adulterados e falta de ética e caráter no exercício da função política.

Quadro 4.6: Escolhas sistêmicas acerca das irregularidades no escândalo

Reportagem: A farra do cartão de crédito	Reportagem: A república dos cartões
<p>“farra”, “abastecer a despensa dos palácios”, “pagar despesas imprevistas”, “fazer compras”, “desastroso”, “mamata da República”, “pagar restaurantes chiques, botequins, docinhos e até artigos no free shop”, “os ministros perdulários”, “paga as contas de casa”, “cartões pagos pelo governo”, “gastaram”, “torrou”, “gastou 55.400 reais”, “deixou 14.000 reais”, “gastos exagerados”, “estranho”, “situação bem mais delicada”, “uma farra tão grande”, “gastou 171.500 reais no cartão corporativo”, “mandou o cartão”, “estripulia”, “um equívoco”, “excesso”, “erário”, “outras estranhezas”, “perder o cargo”, “feriu a Lei das Licitações”, “caíram na folia”, “esbanjaram no cartão oficial”, “esbaldou”, “Medalha de bronze entre os perdulários”, “despesas indevidas”, “arcou com almoços e jantares”, “confusão”, “mordomia”, “usar os recursos do Estado”, “o campeão do crédito fácil”, “desfrutaram esse benefício”, “os felizardos agraciados”, “um pedacinho do Tesouro para gastar”, “um limite para os gastos”, “perdulária Matilde”, “não há limites”, “gastança”, “um cofre que já foi arrombado”;</p>	<p>“precariedade”, “desfaçatez”, “desmoralizaram”, “gastos públicos”, “o mau exemplo”, “faturas milionárias”, “sacar dinheiro vivo”, “as despesas”, “malversações”, “mundo encantado dos burocratas federais”, “esbórnica com o dinheiro público”, “usar o cartão a toda hora”, “comer um lanchinho, fazer compras em free shop, hospedar-se com a família em hotéis de luxo e jantar em restaurantes caros”, “bandalha”, “usou o cartão em açougues, supermercados, padarias, peixarias e lojas de bebidas”, “gastou 115.000 reais”, “despesas aparentemente bem pouco emergenciais”, “mundo encantado”, “mufunfa”, “o maior gastador”, “o campeão de gastos”, “faturas”, “sem licitação, sem controle”, “gastos clandestinos”, “fraudes primárias”, “valor rasurado”, “desviar dinheiro público”, “espantoso”, “Matilde “Free Shop” Ribeiro”, “pagar despesas pessoais”, “ética”, “transparência”, “controlar os gastos”, “CPI”, “a crise”, “as consequências políticas”, “mordomia de governantes”, “vestígios de irregularidades”, “a fumaça do escândalo”, “o mundo da burocracia federal”;</p>

Essas escolhas mostram a correlação entre o tópico da situação do escândalo e o modo como o discurso de VEJA lexicaliza o acontecimento; em outras palavras, vemos o modo como o significado experiencial do texto reflete a variável contextual de campo do escândalo. Nesse jogo de representação, percebe-se a construção de um sistema de conhecimento e significado acerca da realidade de mundo desse evento, mostrando que a representação é um modo de agir na e pela linguagem, já que são as contribuições linguísticas dos jornalistas que dão sentido à realidade do escândalo.

Quanto a essas escolhas sistêmicas, percebemos ainda a construção discursiva do evento enquanto um discurso moralizador, que repreende as atividades irregulares cometidas com o cartão de crédito corporativo. Os recortes (152) e (153) abaixo ilustram um modo particular da influência da variável de campo sobre a organização experiencial do evento, evidenciando como as escolhas de certas palavras e estruturas interferem no modo como devemos perceber a realidade dos fatos.

(152) Os políticos [**Experienciador**] nunca [**Circunstância de frequência**] sabem [**Processo Mental Cognitivo**] onde termina o homem público e onde começa o cidadão particular [**Fenômeno**].

(153) Pagar 8 reais por uma tapioca com dinheiro público [**Portador**] não chega a ser [**Processo Relacional Atributivo**] uma mordomia [**Atributo**], mas o fato [**Característica**] revela [**Processo Relacional Identificativo**] claramente [**Circunstância de qualidade**] a disseminação do hábito de certas autoridades de usar os recursos do estado como se fossem os seus próprios [**Valor**].

No recorte (152), a oração mental representa uma percepção trazida à mente do jornalista acerca do modo como políticos agem dentro de suas funções. Observa-se ainda a presença da circunstância de frequência “nunca”, com a qual o jornalista organiza a realidade de mundo dos políticos, informando a ausência de ética e caráter em suas atividades como servidores públicos. Com relação ao recorte (153), percebe-se que suas informações completam a experiência mental do recorte (152). A escolha lexical do valor “a disseminação do hábito de certas autoridades de usar os recursos do estado como se fossem os seus próprios” pode ser vista como a realidade de mundo do escândalo dos cartões corporativos. Essas críticas vão ao encontro do discurso moralizador construído ao longo das duas reportagens analisadas.

O teor crítico da representação do escândalo é observado não somente na construção das realidades de mundo das personagens do drama (*dramatis personae*), conforme vimos mais acima, mas, também, no modo como os jornalistas “percebem” os cartões corporativos na realidade política do escândalo como um todo. Vejamos a manifestação dessa crítica nos recortes (154) e (155) abaixo.

(154) A intenção [Portador] era [Processo Relacional Atributivo] a melhor possível [Atributo], mas o resultado [Portador] foi [Processo Relacional Atributivo] desastroso [Atributo].

(155) Os cartões corporativos [Meta] foram convertidos [Processo Material] na mais nova mamata da República [Circunstância de produto].

No recorte (154), a crítica é instanciada pelo atributo “desastroso”, o qual retrata o resultado do uso dos cartões por autoridades do governo. Essa experiência sinaliza ainda o contraste entre a intenção do governo para que os cartões fossem usados somente em gastos imprevistos decorrentes do exercício do cargo e suas reais funções nas mãos de servidores públicos. No recorte (155), o processo material “foram convertidos” e a circunstância de produto “nova mamata da República” constroem a realidade dos cartões nas mãos desses servidores: essas duas escolhas sinalizam um processo de transformação negativa nas funções dos cartões.

No recorte (156), o jornalista expõe uma crítica direta ao governo em razão da falta de organização na distribuição e fiscalização dos cartões. A escolha do processo material “está disseminado” representa a realidade política desses instrumentos em várias repartições públicas.

(156) Antes [Circunstância de tempo], os cartões [Meta] só eram utilizados [Processo Material] por ministros, secretários e pelos responsáveis pelas finanças das repartições públicas [Ator]. Hoje [Circunstância de tempo], seu uso [Ator] está disseminado [Processo Material] entre todas as categorias – de policiais federais a antropólogos da FUNAI [Circunstância de lugar].

Outra forma de se perceber essa crítica é através das circunstâncias de tempo: enquanto o elemento circunstancial “antes” contextualiza uma ação realizada anteriormente, “hoje” evidencia que a disseminação do uso dos cartões ocorre no governo Lula. Logo, esse

governo é responsável pela crise de corrupção instaurada pelos gastos excessivos e ilegais com os cartões, visto que não controlou sua distribuição e suas normas de uso.

Essa crítica ao governo é reforçada por outras representações, conforme os recortes (157), (158), (159) e (160) ilustram abaixo.

(157) Qual é [**Processo Relacional Identificativo**] o critério para a distribuição de cartões? Nenhum [**Valor**]. Não existe [**Processo Existencial**] critério que estabeleça quais funcionários podem ter nas mãos um desses cartões [**Existente**].

(158) O número de cartões [**Ator**] triplicou [**Processo Material**] e o critério para sua distribuição [**Portador**] é [**Processo Relacional Atributivo**] vago [**Atributo**].

(159) A verdade [**Portador**] é [**Processo Relacional Atributivo**] única e espantosa [**Atributo**]: não há [**Processo Existencial**] limites [**Existente**].

(160) O governo [**Experienciador**] nunca [**Circunstância de frequência**] se preocupou [**Processo Mental Emotivo**] em impor algum tipo de controle [**Fenômeno**]. Os esforços [**Escopo**] foram feitos [**Processo Material**] no sentido oposto, o de aumentar a liberalidade [**Circunstância de propósito**]. Nos últimos meses [**Circunstância de tempo**], o Planalto e o Ministério do Planejamento [**Ator**] estimularam [**Processo Material**] a emissão de novos cartões [**Meta**].

No recorte (157), as orações relacional e existencial constroem uma experiência sobre o critério utilizado pelo governo para a distribuição dos cartões às repartições públicas. A escolha do valor “nenhum” revela que essa distribuição não segue critérios ou padrões de necessidade de uso. Nota-se também que a oração existencial serve para certificar o significado desse valor. Outra forma de significar essa falta de critérios e criticar o governo é através das orações no recorte (158). Na oração material, a ação “triplicou” revela um aumento significativo no número de cartões, e na oração relacional o atributo “vago” é conferido ao critério para a distribuição desses instrumentos. Embora o governo não seja ator ou portador dessas experiências, a ação material de triplicar o número de cartões depende dele, ou seja, na realidade quem triplica esse número é o governo, e não os próprios cartões, e quem é criticado pelo atributo também é o governo.

No recorte (159), os desvios de função dos cartões são representados como uma realidade espantosa, onde não há limites de gasto para os usuários de cartões. Talvez, a crítica mais incisiva seja a experiência representada no recorte (160). Nele, o governo é o agente dos processos representados e é acusado de ser o principal responsável por essa distribuição de cartões sem nenhum critério. Na oração mental, a circunstância de frequência “nunca”

contextualiza o processo “preocupou”, revelando que o governo jamais se mostrou preocupado acerca do controle dos cartões. Nas orações materiais seguintes, a realidade construída revela o porquê o governo deve ser responsabilizado pela crise: os processos materiais “os esforços foram feitos” e “estimularam” são atividades realizadas pelo próprio governo a fim de promover uma distribuição maior dos cartões.

4.3.3 Modos de representar o escândalo e os envolvidos: escolhas que influem na realidade das coisas

Ao representarem aspectos da realidade do escândalo, os jornalistas criam e escolhem nomes específicos de modo a interferir na realidade dos fatos. As escolhas de identificação instauram realidades específicas com significados particulares, voltados para uma determinada forma de interpretar o “mundo” do escândalo. O modo como o discurso de VEJA lexicaliza o evento mostra uma realidade de crise, de corrupção e de irregularidades na política do governo Lula. Conforme mostramos recortes experienciais das seções anteriores, o modo como os jornalistas escolhem representar o escândalo em termos dos usos dos cartões de crédito corporativos revela uma realidade de gastos abusivos e de corrupção de agentes políticos. Vimos que as escolhas lexicais são fundamentais no processo de significação do mundo construído.

Gouveia (1998, p.284) observa que no processo de representação tudo é uma questão de escolha, pois através de nossas experiências de apreensão do mundo podemos fazer uso de vários mecanismos linguísticos que nos permitem construir diferentes disposições linguísticas dos eventos, visto que, conforme postula a LSF, a linguagem nos disponibiliza modos alternativos para construirmos um mesmo acontecimento de diferentes formas. Nesse sentido, a utilização de um nome, em detrimento de outro, denota o posicionamento do jornalista frente aquilo que nomeia. Acerca desse processo de nomeação, vejamos nos recortes abaixo como os jornalistas atribuem nomes ao escândalo.

(161) Depois que a farra veio à tona [**Circunstância de tempo**], o Palácio do Planalto [**Ator**] adotou [**Processo Material**] um discurso moralizador [**Meta**] e mandou investigar [**Processo Material**] os ministros perdulários [**Meta**].

(162) Como Matilde [**Circunstância de comparação**], outros ministros [**Ator**] caíram [**Processo Material**] na folia [**Escopo**].

(163) A ministra [**Ator**] está colocando [**Processo Material**] cadeado [**Escopo**] em um cofre que já foi arrombado [**Circunstância de lugar**].

É possível observar, nessas escolhas de nomeação do evento, como os jornalistas se posicionam frente algumas ações materiais que dão existência ao escândalo. Conforme se nota, o acontecimento é percebido de três formas: enquanto uma farra, uma folia e um cofre arrombado. As três escolhas lexicais são oriundas do discurso infamante construído pelos jornalistas, por isso conferem descrédito ao acontecimento. Tanto “a farra”, como “a folia” dão significados similares à interpretação do evento, dotando-o de um rótulo específico. Com essas escolhas, entende-se que os cartões proporcionam um grande divertimento para seus usuários. No recorte (163), a decisão de representar o escândalo como “um cofre já arrombado” remete àquelas escolhas lexicais, como, “foram pagos 78 milhões”, “gastaram 3,7 milhões de reais”, “torrou 115.000 reais”, “sacou 58,7 milhões de reais em dinheiro”, dentre outras, que constroem o acontecimento como um escândalo financeiro.

Outras escolhas de nomeação para o escândalo podem ser encontradas no recorte (164) abaixo.

(164) O mau exemplo [**Ator**] começa [**Processo Material**] na Presidência da República [**Circunstância de lugar**], cujas faturas milionárias [**Portador**] permanecem [**Processo Relacional Atributivo**] secretas [**Atributo**].

Fica evidente que as escolhas destacadas acima são fundamentais para condenar as ações da Presidência da República, visto que esta, além de incorrer nos abusos com os cartões, manteve sigilo sobre os altos valores gastos. Essa avaliação negativa pode ser percebida também na organização das experiências acima: na oração material, a responsabilidade pela ação é conferida ao mau exemplo praticado pela Presidência; na oração relacional, esse mau exemplo produziu “faturas milionárias” encobertas pela própria Presidência. Por meio desse recorte, o jornalista deixa claro que o governo Lula responde pela crise política. Mais uma vez, nota-se uma escolha lexical, “faturas milionárias”, importante para a construção do acontecimento como um escândalo financeiro.

Conforme assegura Rajagopalan (2003, p.82), o processo de nomeação é um ato eminentemente político muito utilizado pela mídia para influenciar a opinião pública a favor ou contra personalidades e acontecimentos noticiados. Por imprimir certas interpretações ao objeto designado, a nomeação não é uma mera etiqueta identificadora de objetos do mundo. Nessa perspectiva, vejamos como o jornalista representa o escândalo no recorte (165) abaixo.

(165) Soube-se [**Processo Mental Cognitivo**] que a bandalha [**Característica**] envolvia [**Processo Relacional Identificativo**] milhares de funcionários [**Valor**], incluindo os que servem à Presidência da República [**Circunstância aditiva**].

Ao nomear o acontecimento como “a bandalha”, segundo uma suposta característica do evento, o jornalista atribui outro significado ao escândalo – de safadeza – ressaltado a desfaçatez de funcionários do governo para com a real função dos cartões corporativos. Além disso, a esse nome é conferida uma identificação: “milhares de funcionários”. Isso significa dizer que “a bandalha” serve para definir “milhares de funcionários”. Pode-se notar também que a escolha lexical da circunstância aditiva reafirma a crítica construída à Presidência da República, já que esse elemento circunstancial representa os funcionários da Presidência como integrantes dos “milhares de funcionários” envolvidos na “bandalha”.

Conforme se percebe, o próprio ato de nomeação se encarrega de conferir ao acontecimento um atributo. Se tomarmos os recortes abaixo, veremos que cada forma de designar o escândalo acrescenta um novo significado a ele, dotando-o de novos rótulos e, por isso, de realidades de mundo específicas.

(166) Não há [**Processo Existencial**] limite para gastos nem para saques em espécie [**Existente**] (por lei [**Circunstância de fonte**], o teto das despesas [**Meta**] deveria ser definido [**Processo Material**] em cada repartição pública [**Ator**], mas uma série de truques contábeis [**Ator**] permite driblá [**Processo Material**] -lo [**Meta**] sem maiores problemas [**Circunstância de meio**]).

(167) Mas está [**Processo Relacional Atributivo**] evidente [**Atributo**] que, na prática [**Circunstância de lugar**], eles [**Ator**] se tornaram [**Processo Material**] passaportes para uma verdadeira esbórnica com o dinheiro público [**Circunstância de produto**].

(168) De lá para cá [**Circunstância de tempo**], o órgão [**Ator**] já realizou [**Processo Material**] três auditorias sobre o caso [**Meta**], mas curiosamente nunca [**Circunstância de frequência**] encontrou [**Processo Material**] nada parecido com as maracutaias que vieram a público nas últimas semanas [**Meta**].

No recorte (166), “uma série de truques contábeis” reforça o discurso de VEJA acerca da realidade de irregularidades cometidas com os cartões corporativos. Tal designação ilustra um modo de agir dos usuários dos cartões, revelando um tipo de ação voltada para enganar as fiscalizações das faturas dos cartões. Ademais, essa escolha lexical funciona como ator da ação de “driblar” o limite máximo permitido para despesas com esse instrumento. Chama atenção o elemento circunstancial de meio “sem maiores problemas” escolhido para codificar o contexto em que se desenrola esse processo de “driblar”: ele revela que os portadores do cartão não encontram dificuldades em burlar aquele limite imposto para gastos. Isso nos permite entender que as normas para o uso adequado dos cartões são facilmente transgredidas.

A oração material no recorte (167) apresenta a escolha lexical “passaportes para uma verdadeira esbórnica com o dinheiro público” enquanto elemento circunstancial para significar aquilo que se tornaram os cartões corporativos. Outra vez, a realidade de mundo do escândalo é construída com um atributo que confere um significado de divertimento para os usuários do cartão. A designação acima é mais uma alternativa encontrada pelos jornalistas para rotular o acontecimento, disponibilizando, assim, outra forma linguística de se construir a realidade dos fatos. Ainda nesse recorte (167), percebe-se que o atributo “evidente”, na oração relacional, busca certificar o significado da nomeação em destaque. No recorte (168), a designação “as maracutaias” confere um significado de roubalheira para as ações dos usuários dos cartões, similar à representação de “uma série de truques contábeis”, no recorte (166). Chama atenção a escolha lexical “nada parecido”, com a qual o jornalista torna patente a peculiaridade do modo de agir desses usuários quando comprovam seus gastos com o cartão.

Essas representações nos recortes acima constroem um mundo de transgressões de normas e códigos políticos que contribuem a seu modo para que possamos construir, paralelamente, nossa experiência sobre os acontecimentos constitutivos do escândalo. São essas nomeações, juntamente com as experiências representadas, que descrevem as atividades realizadas no escândalo e seus participantes, e que classificam esses participantes de uma determinada forma, e não de outra. Analisar como os jornalistas percebem e constroem o escândalo em termos de nomes nos permite mapear quais escolhas são importantes para que uma realidade de crise e de corrupção seja construída conforme uma dada visão de mundo.

Assim como Rajagopalan (2003), entendemos que as nomeações são escolhas que respondem aos interesses políticos que norteiam a representação do evento. Tomemos os dois recortes abaixo.

(169) Quanto às eventuais malversações ou "equivocos" cometidos no uso dos cartões [**Circunstância de assunto**], isso é o de menos [**Processo Relacional Atributivo**].

(170) Uma análise superficial de um pacote de notas fiscais emitidas em nome da Presidência da República [**Característica**] mostra [**Processo Relacional Identificativo**] a existência de fraudes primárias [**Valor**].

As designações acima são exemplos claros de que as escolhas de representação são motivadas pelos objetivos comunicativos que os jornalistas pretendem alcançar discursivamente. Perceber a realidade do escândalo como fruto de uma má administração ou de mal-entendidos cometidos com os cartões não é a mesma coisa que vê-la como resultado de "fraudes primárias". Nota-se que cada escolha confere uma identificação e uma classificação ao acontecimento e a seus envolvidos. Quando os gastos com os cartões são tomados como "equivocos" ou como resultado de um desgoverno, isso não traz uma implicação negativa direta para os envolvidos, eles não são diretamente responsabilizados, visto que se houve abuso, isso foi um engano. Por outro lado, "fraudes primárias" é um modo de perceber o escândalo como atividades ilícitas conscientemente praticadas. Com esta escolha, o jornalista atribui responsabilidade pelo escândalo aos usuários dos cartões.

Outro modo particular de construir as realidades de mundo do escândalo são as designações escolhidas para representar os envolvidos. Visto que suas ações estão no centro do escândalo, esses envolvidos são rotulados com diferentes nomes que ajudam a conferir um caráter de corrupção e de irregularidades ao acontecimento. Segundo Rajagopalan (2003, p.87), o ato de designação pode significar um processo de julgamento de valores disfarçado de um ato de referência neutra. O autor entende que é "justamente por estar camuflado como um simples ato referencial que tais descrições acabam exercendo tamanha influência sobre o leitor". Dentre as várias opções de representar os envolvidos, o termo abaixo confere um caráter negativo aos ministros, identificando-os como gastadores.

(171) Depois que a farra veio à tona [**Circunstância de tempo**], o Palácio do Planalto [**Ator**] adotou [**Processo Material**] um discurso moralizador [**Meta**] e mandou investigar [**Processo Material**] os ministros perdulários [**Meta**].

Embora realize o papel de meta de um processo material, essa designação implica considerar os ministros como atores do processo de gastar. As construções experienciais abaixo mostram não só novos rótulos para esses ministros, mas, também, os coloca como atores de processos materiais que sinalizam essa identificação de gastadores.

(172) Segundo colocado na lista dos que mais esbanjaram no cartão oficial, Altemir Gregolin, da Pesca [**Ator**], se esbaldou [**Processo Material**] durante o Carnaval de 2007 [**Circunstância de duração**].

(173) Medalha de bronze entre os perdulários, o ministro dos Esportes, Orlando Silva [**Meta**], também pode ser investigado [**Processo Material**] por cobrir despesas indevidas com o dinheiro público [**Circunstância de razão**].

(174) Quem tratou de desmentir essa versão [**Valor**] foi [**Processo Relacional Identificativo**] a própria perdulária Matilde [**Característica**], que [**Ator**], no ano passado [**Circunstância de tempo**], torrou [**Processo Material**], em média, 14.300 reais [**Escopo**] por mês [**Circunstância de frequência**].

No recorte (172), a própria designação atribuída ao ministro Altemir Gregolin remete a uma ação material de gastar: esbanjar no cartão significa gastar em grande quantidade. Além disso, a organização da experiência também coloca o ministro como ator do processo de “esbaldou”, sustentando, assim, essa realidade de ações materiais envolvendo gastos copiosos com os cartões. Embora pareça um simples ato de referência, essa designação constroi uma avaliação negativa para as ações do ministro com o cartão. No recorte (173), tanto o rótulo atribuído ao ministro Orlando Silva quanto o elemento circunstancial de razão sinaliza a participação do ministro no processo material de gastar abundantemente com o cartão. Representação similar encontramos no recorte (174), onde a ministra Matilde Ribeiro também recebe o rótulo de “perdulária”, atuando como ator do processo de torrar.

Ao mesmo tempo em que são nomeados como “perdulários” esses ministros também são “os portadores de cartões” e “felizardos agraciados”, no recorte (175) abaixo.

(175) Pela legislação atual [**Circunstância de fonte**], os portadores de cartões [**Meta**] são escolhidos [**Processo Material**] segundo a "necessidade de cada repartição" [**Ator**]. Isso [**Característica**] significa [**Processo Relacional Identificativo**] que, na prática, cada secretaria, ministério ou fundação decide quem serão os felizardos agraciados com um pedacinho do Tesouro para gastar [**Valor**].

Esses dois rótulos revelam como cada escolha de representação implica uma forma particular de se olhar para os fatos. Embora “os portadores de cartões” sejam os “felizardos agraciados”, cada escolha implica um significado diferente: na oração material, os envolvidos são representados na perspectiva da lei, por isso são “os portadores de cartões”; já na oração relacional, eles são “felizardos agraciados”, porque são representados a partir da realidade política do escândalo. Visto que a disponibilidade de alternativas e, portanto, de escolhas, é condição indispensável para qualquer representação, o jornalista joga com as possibilidades de construir uma realidade de crise e de corrupção para o escândalo, por isso faz a opção por “felizardos agraciados”. Tal escolha sugere que vejamos os envolvidos como indivíduos privilegiados, já que podem gastar à vontade.

Mesmo em orações relacionais, a representação desses envolvidos remete a atividades relacionadas a gastos com os cartões, conforme se verifica abaixo.

(176) O maior gastador do gabinete presidencial no ano passado [Valor] foi [Processo Relacional Identificativo] João Domingos da Silva Neto [Característica], com 585.900 reais.

(177) O campeão de gastos no acumulado da gestão petista [Valor], no entanto, é [Processo Relacional Identificativo] Clever Pereira Fialho [Característica].

(178) Juntos, os dez maiores gastões da secretaria da Presidência [Portador] foram [Processo Relacional Atributivo] responsáveis por despesas de 11,6 milhões de reais [Atributo] desde 2003 [Circunstância de tempo]. (Gastaram) Sem licitação, sem controle, sem medo de ser felizes [Circunstância de meio].

Observa-se, nesses recortes, que “gastador”, “gastos” e “gastões” nada mais são que classificações, descrições e identificações que conferem ao escândalo um campo semântico particular. No recorte (178), chama atenção o elemento circunstancial de meio, através do qual o jornalista revela os meios pelos quais o processo de gastar ocorre. Esta escolha, assim como o elemento circunstancial de meio do recorte (166), reforça a realidade de que o uso dos cartões não recebia qualquer fiscalização por parte do governo.

Para finalizar esta seção, selecionamos o recorte (179) abaixo, onde a organização experiencial reforça a realidade de irregularidades que constitui o escândalo. As escolhas dos processos existencial, material e relacional, mais que apresentam essa realidade, fá-la existir, no sentido de uma construção do motivo pelo qual os gastos com os cartões são copiosos. As

designações destacadas também são outro recurso experiencial por meio do qual o jornalista organiza discursivamente essa realidade do escândalo.

(179) Há [**Processo Existencial**] outro mundo [**Existente**], no entanto, habitado [**Processo Material**] por uma casta de funcionários públicos federais [**Ator**], onde [**Circunstância de lugar**] tudo [**Portador**] é [**Processo Relacional Atributivo**] infinitamente mais [**Circunstância de grau**] fácil [**Atributo**]. Nele [**Circunstância de lugar**], qualquer um [**Portador**] pode ter [**Processo Relacional Atributivo**] um cartão corporativo [**Atributo**], desde que conte com a simpatia do chefe [**Circunstância de condição**].

Visto que o escândalo político pode esvaziar o estoque de credibilidade daqueles partidos e atores políticos nele envolvidos, percebe-se que a recorrência de experiências acerca da fragilidade do sistema de fiscalização do governo quanto às normas para o uso do cartão e de rótulos para os acusados não são escolhas aleatórias de representação. Toda representação tem sua configuração própria e faz existir, discursivamente, uma realidade de mundo particular. A necessidade de comunicar o escândalo a partir dessas avaliações negativas implica necessariamente escolhas como as do recorte (179) acima.

No processo existencial, o jornalista introduz o participante “outro mundo”, através do qual revela ser esse lugar povoado por “uma casta de funcionários públicos federais”. Este mesmo rótulo também serve para identificar aqueles indivíduos acusados de abusar no cartão. “Casta”, segundo o dicionário Houaiss (2001), significa classe social distintamente separada de outras por diferenças de privilégios ou costumes particulares. A intenção de passar esse significado para os acusados é evidente quando consideramos as construções experienciais analisadas nesta seção. Acerca dos rótulos acima, chama atenção a designação “qualquer um” e a circunstância de condição que indicam a falta de organização do governo em normatizar regras para quem pode ter um cartão corporativo. Ainda a respeito desse “outro mundo”, na primeira oração relacional, o jornalista revela uma particularidade desse lugar: a circunstância de grau, “infinitamente mais”, e o atributo, “fácil”, ilustram a realidade de mundo do escândalo que se deseja ser percebida pelos leitores.

4.3.4 A política de confiança nas escolhas de representação

Conforme atesta Thompson (2002), a política de confiança é um recurso vital na vida política contemporânea. Destruir ou ameaçar destruir a reputação, a credibilidade e o bom nome de um político ou de um partido significa enfraquecer, ou frustrar, sua capacidade de persuadir e influenciar outras pessoas e outros partidos, de assegurar um elo de confiança no campo e no subcampo político e de transformar suas palavras em fatos. Em outras palavras, significa minar seu poder simbólico, ameaçando o sucesso de seu poder político. Pelas escolhas sistêmicas de transitividade observadas nas reportagens, nota-se que o discurso de VEJA busca provocar uma resposta pública de desaprovação pelos fatos ocorridos, uma vez que um escândalo político-financeiro somente poderá ocorrer se as infrações a ele referentes forem publicamente reveladas e consideradas, em um contexto específico, como suficientemente sérias para provocar uma resposta pública de desaprovação (THOMPSON, 2002, p.198).

Veremos nos recortes desta seção que a decisão de comunicar a realidade do escândalo também implica escolhas sistêmicas que buscam minar a política de confiança do governo e dos servidores públicos envolvidos no caso. Começemos com o recorte (180).

(180) Seus portadores [**Experienciador**] não precisam se preocupar [**Processo Mental Emotivo**] com as taxas que serão cobradas pelos bancos ou pela operadora [**Fenômeno**], já que o dinheiro não é deles [**Circunstância de razão**]. Ah, sim, também não é preciso esquentar a cabeça [**Processo Mental Emotivo**] com o pagamento da fatura no fim do mês [**Fenômeno**] – ele fica a cargo do Tesouro Nacional [**Circunstância de razão**]. Quanto às eventuais malversações ou "equivocos" cometidos no uso dos cartões [**Circunstância de assunto**], isso é o de menos [**Processo Relacional Atributivo**]. A fiscalização dos gastos [**Meta**], como se provou nas últimas semanas [**Circunstância de fonte**], é conduzida [**Processo Material**] com o rigor que já se tornou uma característica do atual governo [**Circunstância de meio**].

Nota-se que os dois processos mentais constroem um sentimento da própria consciência dos portadores de cartões: não é preciso temer a fatura desses instrumentos. Para esse significado, as escolhas lexicais das circunstâncias de razão são fundamentais para se evidenciar a crítica feita à política adotada pelo governo para o sistema de uso dos cartões. As orações relacional e material também são recursos usados para tecer essa crítica: essas orações revelam que os gastos abusivos dificilmente serão penalizados, já que as fiscalizações não implicam consequências para os “gastões”; o processo material “é conduzida” e a

circunstância de meio “com o rigor que já se tornou uma característica do atual governo” ilustram esse significado. Logo, percebe-se a representação de duas irregularidades nesse recorte: o uso irrestrito do cartão e a conivência do governo frente a isso.

Nos recortes (181) e (182) abaixo, os processos materiais retratam algumas infrações cometidas com os cartões, mostrando-se como escolhas voltadas para a desaprovação dessas ações.

(181) (...) alguns ministros [**Ator**] se habituaram a usar [**Processo Material**] o cartão [**Meta**] a toda hora [**Circunstância de tempo**] e da maneira que lhes dava na telha [**Circunstância de razão**]: para comer um lanchinho, fazer compras em free shop, hospedar-se com a família em hotéis de luxo e jantar em restaurantes caros [**Circunstância de propósito**].

(182) Sabe-se [**Processo Mental Cognitivo**], por exemplo, que, em 2003, logo no início do governo [**Circunstância de tempo**], assessores palacianos [**Ator**] transformaram [**Processo Material**] em uma grande festa uma viagem de Lula ao interior de São Paulo [**Escopo**], pagando [**Processo Material**] diárias [**Escopo**] a pessoas [**Cliente**] que [**Característica**] nem sequer estavam [**Processo Relacional Identificativo**] na comitiva oficial [**Valor**] e superfaturando [**Processo Material**] o pagamento de hospedagens [**Meta**].

No recorte (181), o processo material “habitaram a usar” revela que o uso dos cartões corporativos era uma prática recorrente entre alguns ministros. Ainda neste recorte, chama atenção os elementos circunstanciais selecionados para contextualizar essa ação: eles ilustram a facilidade de se fazer uso desse instrumento. Essa representação constroi uma realidade de mundo sem regras ou códigos de conduta para os portadores de cartões. Isso também pode ser observado nos processos materiais do recorte (182): “transformaram em uma grande festa uma viagem de Lula ao interior de São Paulo”, “pagando diárias” e “superfaturando” nada mais são do que atividades dissonantes daquilo que se espera de um portador do cartão.

Essas formas de recontextualização de práticas da realidade do escândalo revelam um lugar específico para os portadores de cartão: o lugar da corrupção. Em razão disso, os jornalistas selecionam rótulos específicos para representar esse lugar, mais uma vez desaprovando as ações e, assim, colocando em risco a reputação desses envolvidos.

(183) O mundo deles [**Portador**], convenhamos, é [**Processo Relacional Atributivo**] muito [**Circunstância de grau**] melhor [**Atributo**] do que o nosso [**Circunstância de comparação**].

(184) No mundo encantado [**Circunstância de lugar**], porém, é [**Processo Relacional Atributivo**] uma mixaria [**Atributo**].

As experiências representadas acima constroem a realidade de mundo desses portadores enquanto um lugar de facilidades, devido àquilo que o cartão corporativo pode lhes proporcionar, daí porque as escolhas dos atributos “melhor” e “mixaria”. Os rótulos “o mundo deles” e “no mundo encantado” são recursos lexicais e discursivos selecionados para criar certo distanciamento desse lugar, criticando, dessa forma, o funcionamento das atividades constituintes desse “mundo”. Percebe-se, com isso, que esse ato de nomeação está diretamente relacionado a um processo de construção de identidade para os usuários desses cartões: conferir um atributo de corrupção a esse “outro mundo” implica considerar os portadores de cartão como corruptos.

Os recortes (185) e (186) abaixo podem ser interpretados como uma síntese da desaprovação para os fatos, pois apresentam escolhas lexicais e discursivas que revelam aspectos negativos para os procedimentos de uso dos cartões corporativos.

(185) Até o momento [**Circunstância de tempo**], os cartões corporativos do governo [**Meta**] ora foram usados [**Processo Material**] para desviar dinheiro público [**Circunstância de propósito**], ora para pagar gastos que não deveriam ser bancados por esse sistema [**Circunstância de propósito**].

(186) Com os saques em espécie sendo feitos aos borbotoes [**Circunstância de razão**], os cartões [**Portador**] perdem [**Processo Relacional Atributivo**] sua função primordial [**Atributo**]: em vez de facilitar a fiscalização dos gastos públicos [**Circunstância aditiva**], acabam por dificultá [**Processo Material**] –la [**Meta**].

Em ambos os recortes, o objetivo parece ser mostrar que a política do governo para com os cartões foi um erro grave, uma vez que permitiu uma série de irregularidades financeiras. Assim como vimos em outros recortes acima, a realidade construída mostra que os cartões não tinham qualquer tipo de restrição para uso. No recorte (185), são os elementos circunstanciais de propósito que possibilitam essa leitura. No recorte (186), vemos as circunstâncias de razão e aditiva preencherem essa informação, além das escolhas dos processos relacional e material, “perdem” e “dificultar”, revelarem que a ausência de um procedimento legal para o devido uso dos cartões trouxe descrédito para esse instrumento e tornou difícil a fiscalização de seus gastos.

Este capítulo investigou, nas escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico, como o discurso jornalístico da revista VEJA constroi sistemas de conhecimento e significado aos escândalos do mensalão, do dossiê e dos cartões corporativos, construindo realidades de crise e de corrupção para eles. Observamos como o espaço discursivo das reportagens é preenchido por um discurso infamante, preocupado em dar visibilidade às infrações e buscar uma resposta pública de desaprovação para os fatos. A seguir, serão apresentados os comentários finais.

COMENTÁRIOS FINAIS

Um dos motivos que me levou a esta pesquisa é o fato de escândalos políticos e a denúncia deles estarem se tornando realidades cada vez mais fortes e presentes em nossa vida social e política contemporânea. Nessa era da visibilidade mediada (THOMPSON, 1998; 2002; 2008), a mídia exerce um papel fundamental no modo como apreendemos experiencialmente esse tipo de acontecimento, uma vez que as imagens e informações que fornece não são comentários *a posteriori* sobre os fatos, mas, sim, discursos constitutivos dos próprios escândalos. Enquanto eventos mediados, escândalos políticos só irão ocorrer se as transgressões a eles referentes forem publicamente reveladas e consideradas, em um contexto específico, como bastante graves para provocar uma resposta pública de desaprovação. Assim, partindo desse princípio, esta pesquisa se origina de questionamentos pessoais acerca do modo como a mídia impressa constroi sistemas de conhecimento e significado para escândalos políticos.

Pelo viés da interface da ACD com a LSF, buscamos examinar, através do Sistema de Transitividade e das escolhas de léxico, o modo como jornalistas da revista VEJA constroem discursivamente realidades de crise e de corrupção para escândalos políticos representados no gênero reportagem, mais exatamente os escândalos do mensalão, do dossiê e dos cartões corporativos. Para tanto, analisamos não somente cada escolha sistêmica nesse sistema, mas, também, modos particulares de se construir cada escândalo, analisando quais atores sociais e outras entidades são representadas e que papéis discursivos e de transitividade eles refletem. Com isso, percebemos que cada escândalo possui uma particularidade irreduzível (THOMPSON, 2002), através da qual os jornalistas constroem realidades de mundo particulares.

Uma vez que os textos representam visões de mundo, percebemos que as reportagens sobre os escândalos políticos aqui investigados constroem modos particulares de se perceber os fatos, reservando um lugar específico para esses escândalos e para aquelas pessoas neles envolvidas: o lugar da corrupção. Vimos que os três componentes do Sistema de Transitividade são recursos discursivos fundamentais para se construir significados e conhecimentos acerca dos fatos. Os atos de nomeação também foi outro recurso que notamos nas escolhas de representação dos escândalos. Rótulos como “o homem-bomba do PTB”, “um

enorme desastre” e “mar de suspeitas” foram apenas algumas designações escolhidas para se construir as realidades de mundo do escândalo do mensalão. Também muito utilizado no caso do dossiê, esse recurso nos permitiu notar que os fatos constituintes do escândalo foram percebidos como “um crime”, “atos clandestinos e irregulares” e “uma bandidagem”. Não muito diferentes foram as escolhas para definir o principal acusado dessas atividades, o PT: “organização criminosa” e “rica trajetória de delinquências”. No escândalo dos cartões, os jornalistas também recorreram a rótulos específicos, tais como, “ministros perdulários”, “felizardos agraciados”, “fraudes primárias”, “a folia”, dentre outros, para representarem os portadores de cartões e suas atividades com esses instrumentos.

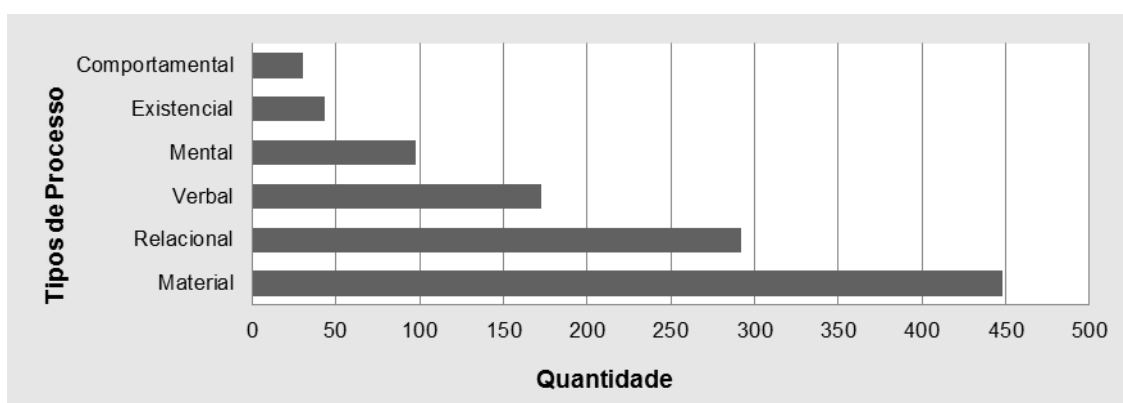
A respeito dessas escolhas de nomeação, podemos destacar dois aspectos: primeiro, são nesses rótulos que o discurso de VEJA imprime seu ponto de vista sobre os fatos, buscando influenciar a opinião pública contra as atividades irregulares cometidas nesses escândalos, já que todo escândalo, para existir, precisa provocar uma resposta pública de desaprovação (THOMPSON, 2002); e segundo, depreende-se que essas escolhas, ao mesmo tempo em que são socialmente influenciadas pelos contextos de improbidade dos escândalos, ajudam a construir esses acontecimentos enquanto eventos constituintes da cultura da política brasileira. As narrativas jornalísticas sobre os escândalos fornecem experiências que emergem do entendimento dos procedimentos que regem o exercício do poder político. E são essas experiências que convertem os fatos em eventos de nossa cultura, gostemos disso ou não, expressando modos particulares de se perceber esses eventos, e oferecendo textos para que nós, suas audiências, nos posicionemos e nos identifiquemos com os fatos narrados. São por meio dessas ações, como lembra Thompson (2002), que escândalos políticos podem se tornar dimensões sedimentadas da memória histórica de uma sociedade.

Além da importância desse processo de nomeação, a quantificação das escolhas sistêmicas de transitividade proporcionou-me verificar as ocorrências de cada componente desse sistema no modo como jornalistas constroem sistemas de conhecimento e significado para cada escândalo. Ademais, esse procedimento metodológico me indicou a quantidade de processos e seus tipos, de modo que pudéssemos perceber não somente sua distribuição nos textos, mas, também, de que forma eles contribuem para a construção de realidades de crise e de corrupção nos escândalos. As escolhas lexicais de tipos de processo ofereceram-me condições linguísticas para perceber as narrativas jornalísticas enquanto discursos, isto é, enquanto modos particulares de representar aspectos desses acontecimentos. Vimos, no

escândalo do mensalão, por exemplo, uma seleção de processos comportamentais, tais como, “chorou”, “perdera o ânimo”, “irritou”, e “estava indignado”, voltados para a representação daquilo que a crise política causou no presidente Lula. Quanto ao escândalo do dossiê, por exemplo, percebemos processos relacionais responsáveis por retratar o nível da crise. Logo, qualidades e classificações, tais como, “fruto de desgoverno”, “lamentável”, “no meio de um turbilhão”, dentre outras, conferidas ao escândalo e ao presidente se mostraram como recursos imprescindíveis a essa representação. Já no escândalo dos cartões corporativos, foram os processos materiais, “arcou”, “esbaldou”, “torrou” e vários outros, que construíram a realidade de corrupção nos desvios de função dos cartões.

Assim, tomando a oração enquanto uma unidade de realização de experiências de mundo (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004), observamos que as diferentes escolhas lexicais de processos são resultado de decisões de se comunicar diferentes tipos de atividade que fazem parte dos escândalos; convém ressaltar que a representação dessas atividades faz parte de um processo de recontextualização de práticas dos escândalos. A seleção de determinados elementos dessas práticas, e, conseqüentemente, sua recolocação em textos jornalísticos, é um processo nada ocasional. Pelo contrário, são seleções motivadas pelos tópicos de situação dos escândalos, isto é, pela natureza da ação em curso. Nesse sentido, essas diferentes escolhas lexicais não apenas expressam particularidades dos escândalos enquanto eventos de nossa vida política contemporânea, mas, sobretudo, servem de base para que nós, enquanto leitores consumidores de informações, possamos, experiencialmente, apreender essas realidades de mundo. No gráfico 5.1 abaixo, encontra-se a distribuição de tipos de processo nas seis reportagens do *corpus*.

Gráfico 5.1: A distribuição de tipos de processo nas reportagens do *corpus*



Como podemos perceber, há um predomínio de processos materiais nas reportagens, o equivalente a mais de 40% das escolhas de tipos de processo, sugerindo que as experiências de mundo acerca dos escândalos são, em grande parte, dinâmicas, uma vez que retratam ações materiais de algo ou alguém sobre objetos, pessoas ou fatos. Muito explorada pelos jornalistas, essa opção de representação se mostra eficaz para construir realidades de crise e de corrupção para os escândalos, pois, na maioria das vezes, retrata as personagens do drama (*dramatis personae*) como agentes de ações materiais irregulares. Esse mesmo procedimento discursivo foi observado nas ocorrências dos outros tipos de processo: a representação daquelas pessoas envolvidas nos escândalos quase sempre ocorreu nos papéis de agente do processo. Em várias ocorrências, tivemos o governo, o PT, o presidente Lula, os usuários de cartões corporativos e outras personagens do drama (*dramatis personae*) como agentes de processos de dizer, de comportar, de ser e de sentir. Tal característica discursiva revela quem são os responsáveis pelas crises políticas geradas com as denúncias dos escândalos, além de responder a pergunta de pesquisa acerca dos papéis discursivos e de transitividade preenchidos por essas personagens.

As ocorrências de processos relacionais também tiveram função significativa nas representações de mundo dos escândalos, revelando o modo como esses eventos são caracterizados em termos de qualidades, classificações e identificações, descrevendo-os e avaliando-os enquanto acontecimentos que trazem vergonha e constrangimento para o modo de se fazer política no Brasil. A própria definição desses eventos como “escândalos políticos” (THOMPSON, 2002) já confere uma avaliação negativa a eles. Além disso, percebemos que a atribuição de qualidades e classificações a participantes é um recurso que funciona muito bem para construir realidades de crise e de corrupção no discurso infamante de VEJA.

Com um número de ocorrências mais baixo do que os processos material e relacional, os processos verbais serviram para explicar e esclarecer os fatos narrados, além de retratarem ações enunciativas das personagens do drama (*dramatis personae*) – fato observado principalmente nos escândalos do mensalão e do dossiê. Já a propriedade de projetar experiências foi muito utilizada nos processos mentais. Em suas ocorrências, notamos, por várias vezes, os tipos de processo mental cognitivo e desiderativo sendo utilizados para projetar saberes e desejos dos participantes, realizando experiências no nível da consciência destes. Percebemos ainda em algumas ocorrências o modo impessoal de verbos realizando

processos mentais, principalmente no tipo mental cognitivo; o que pode ser explicado por um interesse dos jornalistas em ocultar os agentes dos processos.

Por fim, as funções de processos existencial e comportamental se mostraram como recursos pouco utilizados pelos jornalistas, o que não quer dizer que suas ocorrências foram insignificantes nas representações construídas. Os processos existenciais, por exemplo, serviram muito à expansão dos significados de processos materiais e relacionais e à construção de comentários sobre os fatos, recurso muito utilizado no escândalo dos cartões corporativos. Os jornalistas recorreram a esse tipo de processo não para introduzir personagens principais nas representações, fato muito recorrente em narrativas, segundo Halliday e Matthiessen (2004), mas, sobretudo, para dar existência aos fatos descritos nos processos materiais e relacionais. Quanto às ocorrências de processos comportamentais, no escândalo do mensalão, onde observamos 20 ocorrências, esse tipo de processo prestou-se à revelação de comportamentos sentidos pelo presidente Lula frente às denúncias do escândalo.

Admitindo-se que toda representação é política (RAJAGOPALAN, 2003), discutimos nesta pesquisa o modo como jornalistas da revista VEJA se valem de escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico para construir sistemas de conhecimento e significado para três escândalos políticos ocorridos no contexto brasileiro. Nossos resultados de análise apontaram o modo como essas escolhas são sempre motivadas pelos tópicos de situação de cada escândalo e que, além de descreverem aspectos das realidades de mundo dos escândalos, são nessas escolhas motivadas que a revista VEJA constroi um discurso infamante buscando uma resposta pública de desaprovação para os fatos.

Uma vez que são os interesses políticos dos jornalistas, enquanto porta-vozes da revista, que ditam os critérios de construção das representações, observou-se que as reportagens potencializam as irregularidades cometidas nos escândalos, produzindo, assim, uma excessiva visibilidade dessas infrações e de seus autores. Todavia, isso não implica uma abertura para o esclarecimento desses fatos no âmbito da lei. Ainda que essas transgressões estejam regulamentadas num campo jurídico, não há, nas reportagens, qualquer menção ao que elas significam em termos legais, exceto no texto A farra do cartão de crédito. Além disso, não houve uma preocupação, por parte dos jornalistas, em relacionar os contextos dos escândalos com uma conscientização do que esses eventos implicam à saúde da política brasileira.

Uma vez que o espaço discursivo dado à revelação dos escândalos é preenchido por um discurso muito mais preocupado em criticar e condenar os acusados do que conscientizar seu público dos valores da política em uma sociedade democrática, a criação de novas formas de participação coletiva na política, com acompanhamento e vigilância atuante sobre as atividades que ocorrem no subcampo político, fica seriamente prejudicada. Em consonância com o diz Thompson (2002), acredito que essa forma de se construir a realidade social dos escândalos pode gerar uma gradual corrosão das formas de confiança social na política, recurso do qual a ação política depende para adquirir poder político. Entendo que a condenação dos fatos pode criar nos leitores um ceticismo e uma indolência, resultando no abandono destes leitores na participação crítica das formas de se fazer política no país.

Acreditamos que esta proposta de investigação teve êxito ao explorar em cada escolha sistêmica de transitividade e de léxico os modos particulares de representação dos escândalos, onde os jornalistas buscam fazer com que olhemos para cada evento de uma forma, e não de outra; não obstante saibamos que nosso *corpus* representa somente um pequeno recorte do modo como a revista VEJA constroi sistemas de conhecimento e significado para escândalos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A fábula da CPI. Revista Veja, São Paulo: Editora Abril. Ed. 2048, Ano 41, nº 7, 20 de fevereiro de 2008.

AVRITZER, L. *et al.* Introdução. In: AVRITZER, L. *et al.* (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.11-24.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.277-236.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

BELL, A. The discourse structure of news stories. In: GARRET, P.; BELL, A. (Ed.). *Approaches to media discourse*. Oxford: Blackwell Publishers Ltda., 1998, 64-104.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

BONINI, A. The distinction between news and reportage in the Brazilian journalistic context: a matter of degree. In: BAZERMANN, C.; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D.C. (Eds.). *Genre in a changing world: advances in genre theory, analysis, and teaching*. West Lafayette, IN: Parlor Press; Fort Collins, CO: WAC Clearinghouse, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em 15 set. 2010.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8429.htm>. Acessado em 09 fev. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9613.htm>. Acessado em 09 fev. 2010.

CALDAS-COULTHARD, C. R. *News as social practice: a study in critical discourse analysis*. Florianópolis: Pós-graduação em Inglês, UFSC, 1997.

CARVALHO, J. M. Passado, Presente e Futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, L. *et al.* (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.237-242.

CARVALHO, J. M. Escola de transgressão. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 4, p. 18-22, 2009.

CHAIA, V.; TEIXEIRA, M. A. Democracia e escândalos políticos. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 62-75, 2001.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

EGGINS, S. *An introduction to Systemic Functional Linguistics*. New York; London: Continuum, 2nd Edition, 1994.

EGGINS, S.; MARTIN, J. M. Genres and Registers of Discourse. In: VAN DIJK, T. (Ed.). *Discourse as Structure and Process*. Discourse Studies: a multidisciplinary introduction. London: Sage, 1997, v.1, p.230-256.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. Introduction. In: FAIRCLOUGH, N. (Ed.). *Critical Language Awareness*. London: Longman, 1992, p.1-29.

FAIRCLOUGH, N. *Media Discourse*. London: Arnold, 1995a.

FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995b.

FAIRCLOUGH, N. Political discourse in the media: an analytical framework. In: GARRET, P.; BELL, A. (Eds.). *Approaches to media discourse*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1998, p.142-162.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coord.Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001a.

FAIRCLOUGH, N. The dialectics of discourse. *Textus*, v. 14, n. 2, 2001b, p. 3-10.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Semiotic aspects of social transformation and learning. In: ROGERS, R. (Ed.). *An introduction to Critical Discourse Analysis in Education*. Mahwah, New Jersey; London: Lawrence Erlbaum Associates, 2004, p.225-236.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. Critical Discourse Analysis. In: VAN DIJK, T. (Ed.). *Discourse as Social Interaction*. Discourse Studies: a multidisciplinary introduction. London: Sage, 1997, v.2, p.258-284.

FAUSTO NETO, A. *Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a AIDS*. São Paulo: Hackers Editores, 1999.

FIGUEIREDO, L. R. A corrupção no Brasil Colônia. In: AVRITZER, L. *et al.* (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.209-218.

FILGUEIRAS, F. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Praga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, 11ª edição, São Paulo, 2004.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução L. F. B. Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOWLER, R. *Language in the News: discourse and ideology in the press*. London: Routledge, 1991.

FOWLER, R. Sobre a linguística crítica. *Revista Linguagem em (Dis) curso*. v. 4, nº. esp., 2004, p. 207-222.

GARRET, P.; BELL, A. Media and Discourse: a critical overview. In: GARRET, P.; BELL, A. (Ed.). *Approaches to media discourse*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1998, p.1-20.

GOUVEIA, C. A. M. Linguagem e poder. In: *Língua*. Volume de Didacta: Enciclopédia Temática Ilustrada. s/l: FGP-Editor, 1998, p. 277-287. Também disponível em: <http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/poder.pdf>

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. Tradução de Jesus Antônio Durigan. In: LYONS, J. (Org.). *Novos horizontes em Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1976, p.134-160.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as Social Semiotic: the social interpretation of language and meaning*. Baltimore, MD: University Park Press, 1978.

HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to systemic functional grammar*. 2nd edition. New York: Routledge, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd Edition. Hodder Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, text and context: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HODGE, R., KRESS, G. *Language as Ideology*. 2nd Edition, London: Routledge, 1993.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001.

KRESS, G. *Linguistic process in sociocultural practice*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

KRESS, G. Critical Discourse Analysis. *Annual Review of Applied Linguistics*, nº. 11, p. 84-97, 1990.

LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 7ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

LULL, J.; HINERMAN, S. The search for scandal. In: LULL, J.; HINERMAN, S. (Eds.). *Media Scandals: morality and desire in the popular culture marketplace*. New York: Columbia University Press, 1997, p.1-33.

MAGALHAES, I. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. D.E.L.T.A., volume 21, número especial. São Paulo: EDUC, 2005, p.1-11.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p.23-36.

MARTIN, J.; ROSE, D. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. London; New York: Continuum, 2003.

MARTIN, J.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave, 2005.

MATTHIESSEN, C.; HALLIDAY, M.A.K. Systemic functional grammar: a first step into the theory. 1997. Disponível em: http://lael.pucsp.br/~tony/cursos/sfl/SFG_Halliday_Matth.htm Acessado em 12 fev, 2010.

MELLO, E. C. Pernambuco no Período Colonial. In: AVRITZER, L. *et al.* (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.219-226.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p.81-106.

MEURER, J. L. Integrando estudos de gêneros textuais ao contexto de cultura. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p.165-185.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 56, p. 155-184, 2002.

MILLER, C. R. Genres as social action. *Quarterly Journal of Speech*, 70, 1984, p.151-167.

MOTTA, L. G. Apresentação: Imprensa e poder. In: MOTTA, L. G. (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2002a, p.13-28.

MOTTA, L. G. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora da UNB, 2002b, p. 305-319.

MOTTA-ROTH, D. A. Questões de metodologia em análise de gêneros. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006a, p.145-163.

MOTTA-ROTH, D. O ensino de produção textual com base em atividades sociais e gêneros textuais. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, volume 6, número 3, set./dez. 2006b, p. 495-517.

PAPADOPOULOS, K. A.; WIDESTEDT, K. The mediated visibility of political scandal: how a crayfish party turned a Swedish minister into a poodle. Paper apresentado na 56th International Communication Association Conference in Dresden, Junho, 18-23, 2006.

PASQUINO, G. Corrupção (verbete). In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.291-293.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RESENDE, V. de M. *Análise de discurso crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes, 2009.

RICHARDSON, J. E. *Analysing Newspapers: an approach from critical discourse analysis*. Houndmills: Palgrave, 2007.

RODRIGUES, M. R. *Imprensa e Congresso, ou como a mídia pauta a política*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

SCHWARCZ, L. M. Corrupção no Brasil Império. In: AVRITZER, L. *et al.* (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.227-236.

SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. *Técnica de Reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

THOMPSON, G. *Introducing Functional Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2nd edition, 2003.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, J. B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. *Revista Matrizes*. nº 2, Abril, 2008, p.15-38.

VAN DIJK, T. A. *News as Discourse*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and practice: new tools for Critical Discourse Analysis*. New York: Oxford University Press, 2008.

YOUNG, L.; HARRISON, C. (Eds.). *Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis*. Studies in social change. London; New York: Continuum, 2004.

O PT assombra o Planalto

Alvejado pela acusação de comprar deputados com mesada de 30 000 reais, o PT vê desmoronar seu discurso ético e enfrenta uma crise que, no seu desdobramento mais dramático, pode afundar o governo junto

As denúncias explosivas do deputado Roberto Jefferson, o homem-bomba do PTB, detonaram a mais grave crise política dos últimos anos e jogaram uma espessa nuvem de fumaça sobre o futuro próximo. Ao contar, numa gravíssima entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava mesada de 30.000 reais aos deputados do PP e do PL, Roberto Jefferson fez uma vítima poderosa: o PT, essa legenda que, acalentada no berço por sindicalistas, estudantes e intelectuais e alçada ao comando do país aos 22 anos de vida, senta agora no banco dos réus para ser acusada de carregar a mala preta, imagem-síntese da roubalheira nacional, para corromper e subornar políticos.

Logo o PT, que, em todas as pesquisas de opinião, sempre apareceu em primeiro lugar como o partido mais "idôneo" e mais "confiável" do país. As denúncias de Roberto Jefferson ainda precisam de apuração, mas já acertaram o coração do PT, comprometendo seu discurso histórico em defesa da ética, e – o que é ainda mais grave – podem fazer sangrar o Palácio do Planalto. A pergunta inevitável é se Lula sabia das traficâncias do tesoureiro do PT. Antes mesmo que se tenha uma resposta sem rodeios a essa pergunta, o simples fato de a dúvida existir já atinge o presidente. Lula começou seu governo sendo comparado ao americano Franklin Roosevelt, presidente que venceu a II Guerra Mundial e tirou seu país da depressão econômica. Terá sorte se sair dele com a avaliação de que, pelo menos, foi diferente de Fernando Collor.

Na entrevista, entre insinuações, provocações e recados explícitos ou velados, Roberto Jefferson disse que:

- O dinheiro das mesadas era entregue pelo tesoureiro Delúbio Soares a líderes ou presidentes dos partidos. Os deputados Valdemar Costa Neto e Bispo Rodrigues, ambos do PL, e Pedro Henry, do PP, recebiam e distribuíam nas suas bancadas.
- A mesada de 30.000 reais também foi oferecida ao PTB, mas ele, Roberto Jefferson, não aceitou a proposta.
- Em um ano de peregrinação para denunciar o caso, Jefferson relatou o episódio – pela ordem – aos ministros Walfrido Mares Guia (Turismo), José Dirceu (Casa Civil), Ciro Gomes (Integração Nacional), Miro Teixeira (então ministro das Comunicações) e Antonio Palocci (Fazenda).
- Em janeiro deste ano, contou ao presidente Lula em reunião com quatro testemunhas. Lula chorou. O pagamento da mesada foi interrompido. "Ele meteu o pé no breque", disse Jefferson.
- Contraditoriamente, a crise na base do governo no Congresso Nacional não resulta da suspensão da mesada, mas do fato de que o PT se recusou a aumentá-la para algo entre 50.000 e 60.000 reais mensais.

A reação à denúncia é um notável choque de versões. Houve desde ministro que fez silêncio sobre o assunto (José Dirceu) até ministro que confirmou tudo, mas nada fez por falta de provas (Ciro Gomes). Houve ministro que confirmou só uma parte (Mares Guia) e ministro que negou tudo (Antonio Palocci). Houve, ainda, quem tenha confirmado até mais do que lhe foi perguntado. Miro Teixeira disse que recebeu a denúncia, mas acrescentou que Jefferson lhe narrou inclusive "uma cena de corrupção num ambiente ministerial". O presidente Lula, por sua vez, admitiu ter ouvido falar da mesada, porém ressaltou que não recebera uma denúncia, mas só um "comentário genérico", sendo que Jefferson não apontou "fatos" nem "pessoas". Lula mandou dizer que, ao tomar conhecimento disso, pediu a dois auxiliares que examinassem o assunto. Os dois souberam que a Câmara faria uma investigação quando o caso foi denunciado por Miro Teixeira ao *Jornal do Brasil*, em setembro de 2004. Mas, como Miro disse que não disse o que dissera ao *JB*, o caso foi arquivado na Câmara. E o governo se deu por satisfeito.

De todas as negativas e explicações, a mais impressionante veio do tesoureiro Delúbio Soares. Na quarta-feira, depois de dois dias escondido da imprensa, o tesoureiro, diligentemente

escortado pelo presidente do PT, José Genoino, apareceu diante de uma centena de jornalistas para explicar-se. Com lábios ressecados de nervosismo, vacilante e inseguro, Delúbio disse que estava sendo "caluniado e massacrado", mas não acusou Roberto Jefferson de ser um mentiroso. Não prometeu levá-lo às barras dos tribunais, não exigiu retratação e, na passagem mais lamentável, recusou-se a fazer uma acareação com seu detrator. Pior: disse que Jefferson, cujo nome não citou, fazia "chantagem". É uma declaração enigmática, já que chantagem pressupõe que o chantageado tenha culpa no cartório, pois do contrário não é chantagem, é blefe inócuo. Mas, antes que respostas esclarecedoras surgissem, Genoino levantou-se e encerrou a entrevista com linguajar de galpão: "Agora chega, vamos embora". O tesoureiro deixou a sede do PT sendo, como sempre, escoltado por batedores de motocicleta. Um luxo de autoridade.

O presidente Lula queria uma resposta mais firme e irritou-se com a decisão do PT de manter Delúbio Soares no cargo de tesoureiro. Na noite anterior à entrevista do tesoureiro, o presidente teve uma conversa áspera com José Genoino. Foi por telefone. Durou uns dez minutos. Segundo relato obtido por VEJA de dois ministros que testemunharam o diálogo, Lula acusou o PT de estar "acabando com o governo" e exigiu que o partido afastasse o tesoureiro do cargo enquanto as investigações fossem realizadas. No dia seguinte, ao saber que não fora atendido, fez um desabafo a dois ministros. "O PT não entendeu o tamanho da crise", disse. Falou mal do ministro José Dirceu, responsabilizando-o pela construção de uma base política tão irremediavelmente fisiológica. Criticou outros ministros petistas, como Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, e Humberto Costa, da Saúde, reclamando que nunca lhe apresentam soluções, apenas problemas. Poupança apenas o ministro Antonio Palocci, da Fazenda, que está se tornando cada vez mais o interlocutor mais assíduo e mais confiável de Lula.

O que o PT não entendeu é que será impossível e inútil tentar espantar a crise atual com palavreado vazio, como se a platéia fosse formada por uma massa de imbecis. Na segunda-feira de manhã, tão logo a entrevista-bomba de Jefferson chegou às bancas, o PT levou quase quatro horas reunido para, ao fim, lançar uma nota pífia. Sem a indignação dos injustiçados, a nota limita-se a dizer que as denúncias não têm "o mínimo fundamento na realidade" – e, oito horas depois, para desmoralização do teatro petista, o próprio presidente Lula confirmaria que ouvira, sim, o "comentário genérico" de Jefferson. Na nota, o PT ainda cai na estupidez de afirmar que a relação do partido com as legendas aliadas "se assenta em pressupostos políticos e programáticos" – e, um dia depois, com o partido novamente desmoralizado pela mais óbvia das evidências, um ministro viria a público dizer que o PT estava pagando o preço por andar com "más companhias", o que nada tem a ver com os tais "pressupostos políticos e programáticos".

Pagando um preço, literalmente: são 30.000 reais por mês para um plantel estimado de uns noventa deputados, o que daria cerca de 2,7 milhões de reais mensais. A mesada, que na gramática de Jefferson é mensalão, uma irônica referência ao apelido dado ao pagamento antecipado de imposto por contribuintes com mais de uma fonte de renda, é um segredo de polichinelo no Congresso. Na semana passada, VEJA conversou com três ministros, cinco deputados e um senador: todos confirmaram, com a condição de não ter a identidade revelada, a existência do mensalão. As nove fontes ouvidas pela revista pertencem a cinco partidos diferentes – são eles: PT, PMDB, PSB, PP e PFL –, mas todas informam que o pagamento era feito pelo PT. Esses políticos contam que Delúbio desembarcava em Brasília com o dinheiro e se dirigia à residência dos líderes e presidentes de partidos para fazer a distribuição. Novidade? Desgraçadamente, talvez não. Já começam a se solidificar com indícios os rumores insistentes de que a mesma prática foi adotada na gestão da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy.

É possível que a compra de deputados, se vier a se confirmar, seja uma expressão pecuniária do desprezo que o PT nutre pelo Parlamento. "O PT acredita que é um poder burguês. Por isso, acha que lá só tem corrupto e que o jeito mais fácil de controlá-lo é com dinheiro", afirma um dos petistas mais bem votados para deputado federal. É fato que o PT, sob o comando do ministro José Dirceu, fez a mais acintosa e violenta intervenção nos partidos representados no Congresso Nacional. O PL, por exemplo, saiu das urnas com 26 deputados e hoje tem mais que o dobro disso .– precisamente 53. O

PP elegeu 49 deputados e hoje tem 54, com um crescimento bastante modesto. Já o PTB, o partido que não aceitou receber o mensalão, segundo Jefferson, cresceu de 26 para 47 deputados. Sabe-se lá à base de que argumentos ideológicos. A idéia, ao promover esse inchaço, nasceu de uma arrogância tipicamente petista: aumentava-se a base de apoio ao governo, mas mantinha-se a pureza ética e ideológica do PT, sem contaminá-lo com a filiação de políticos fisiológicos e aventureiros.

O mensalão é um enorme desastre para o PT. O partido que encarnou as aspirações nacionais de ética na política e construiu uma liderança moral agora enfrenta o desafio de reinventar-se, sob pena de virar cinzas. O PT perdeu uma perna quando arriou sua bandeira de combate à "política econômica neoliberal", dado o fato de que o governo Lula aderiu – responsavelmente, diga-se – às práticas civilizadas do equilíbrio fiscal e manteve com ênfase redobrada a rota econômica do governo anterior. Restava seu discurso histórico em defesa da ética na política e da moralidade pública. Essa segunda perna começa agora a fraquejar. Terá o PT se degenerado numa máquina gluttona que corrompe até seus militantes mais antigos? Um caso envolve um ex-professor de matemática, Delúbio Soares, que saiu de uma família humilde no interior de Goiás para virar um dirigente partidário – perfil clássico de petista. Em outro caso, o acusado de cobrar propina é um ex-professor de geografia, Hugo Werle, sujeito de classe média que vira funcionário público ao assumir o Ibama em Mato Grosso – outra biografia-padrão de petista. São eles os novos corruptos?

O PT já atravessou várias crises. A última, que colocou em campos opostos o Palácio do Planalto e uma parte do partido, aconteceu durante o debate em torno da aprovação da reforma da Previdência Social. Agora, porém, a natureza ética da crise torna as coisas ainda mais confusas e imprevisíveis. Na bancada do PT, na semana passada, havia praticamente unanimidade sobre os casos de corrupção nos Correios e no IRB e também sobre o pagamento de mesadas – mas todos ressalvavam a figura do presidente Lula. Em São Paulo, o secretário-geral do PT, Silvio Pereira, o outro membro da cúpula petista que, segundo as palavras do ministro José Dirceu, não conseguiria escapar de uma CPI minimamente bem-feita, queria pedir licença do partido para defender-se. Foi demovido, mas fez um desabafo: "Depois do que vi nesta semana, não confio em mais ninguém. Só na minha família e em meus amigos". Não se conhecem os motivos exatos da irritação de Silvio Pereira, mas o fato é que a ameaça de Jefferson – de que, se caísse, levaria junto José Dirceu, Delúbio Soares e o próprio Silvio Pereira – começou a materializar-se na semana passada com as denúncias contra o tesoureiro.

A crise, no entanto, não está apenas no PT. O Palácio do Planalto ainda pode vir a ser atingido em cheio por ela. Em primeiro lugar, porque Delúbio Soares sempre foi um desenvolto freqüentador do Palácio do Planalto. Não era uma sombra oculta nos desvãos do poder, como seu antecessor PC Farias no governo de Fernando Collor. Além disso, na semana passada o governo tentou tomar distância do mensalão, mas escolheu um caminho risível. Ao comentar o assunto, o ministro Aldo Rebelo tentou dizer que isso não afetava o governo, pois era uma denúncia de pagamento do PT e outros dois partidos (PL e PP). Ora, a quem interessa que os deputados do PL e do PP votem a favor dos projetos do governo? Por acaso o PT virara só uma espécie de "especulador de partidos", comprando legendas na baixa para vendê-las na alta? E tudo isso sem nenhum outro interesse além do de faturar uma graninha? A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, tem uma explicação explosiva para as atividades de Delúbio e Waldomiro Diniz, aquele ex-assessor de José Dirceu que foi pilhado pedindo propina. "Se Delúbio, Waldomiro e outros, entre aspas, quadros partidários agiam, é porque havia autorização e leniência do presidente Lula", afirma a senadora. "Pelo que eu conheço do PT, não existe atuação individual."

O presidente Lula parece ter sucumbido à perplexidade desde que VEJA trouxe a primeira reportagem mostrando a corrupção nos Correios e, depois, no IRB. Mas, na semana passada, finalmente adotou uma linha correta e mais vigorosa. Demitiu as diretorias das duas estatais sob suspeita, mandou os governistas apoiarem a criação da CPI dos Correios e defendeu a reforma política, que se esconde na origem da bagunça partidária e da feira fisiológica que se realiza no Congresso. Fez, ainda, seu melhor discurso desde que a crise começou. Ao discursar na abertura de um fórum sobre corrupção promovido pela ONU em Brasília, Lula disse que, se for necessário, vai "cortar na própria

carne" e, demonstrando clareza, diagnosticou: "O que está em jogo é a respeitabilidade das nossas instituições, das quais sou o principal guardião". Com isso, a CPI dos Correios saiu do papel. Mas outra está a caminho – a CPI do Mensalão. O pedido de abertura foi apresentado por PPS, PV e PDT, depois que correu a suspeita de que petistas e tucanos fizeram acordo para que a CPI dos Correios acabasse em pizza. "Não vamos permitir que qualquer acordo impeça a faxina ética que o país exige", diz o senador Demostenes Torres, do PFL de Goiás.

Mesmo tendo adotado um rumo correto para fazer frente à crise, o presidente Lula esteve desanimado na semana passada. Chegou a comentar, em conversas reservadas com interlocutores mais íntimos, que perdera o ânimo para disputar a reeleição e que seu objetivo, agora, teria passado a ser encerrar bem seu mandato e evitar um processo de impeachment. Sim, falou-se na palavra impeachment, uma possibilidade que passou a ser discutida não apenas nas rodas de oposição, mas também no principal gabinete do Palácio do Planalto. Tudo o que Lula dizia querer, na semana passada, era lutar para preservar sua biografia, marcada por uma honestidade de propósitos e pela defesa da ética. Para um ministro, Lula comentou: "Não vou segurar ninguém acusado de corrupção. Esse governo não é conivente com corruptos e não vou manchar minha biografia". Que assim seja.

Revista Veja. Edição 1909. 15 de junho de 2005

Nocaut

Cinquenta horas depois de Roberto Jefferson, o homem a quem o governo fez tudo para desqualificar, ter dito "rápido, sai daí rápido, Zé", José Dirceu deixa a Casa Civil

Há trinta meses, José Dirceu de Oliveira e Silva subiu a rampa do Palácio do Planalto e, fiel à sua história de militante cassado e exilado, fez de seu notável triunfo político um emocionado tributo aos que tombaram na luta contra a opressão. Na quinta-feira passada, José Dirceu de Oliveira e Silva, aos 59 anos, saiu do Palácio do Planalto pela porta dos fundos, sob o peso da acusação de comandar o mensalão, apelido da mesada de 30.000 reais com a qual o PT é suspeito de comprar o voto de deputados aliados. No discurso de despedida, ecoando o lamentável estilo dos políticos ortodoxos flagrados com a boca na botija, José Dirceu disse que saía de "mãos limpas" e "cabeça erguida". O anúncio da demissão do ministro foi ainda precedido por uma cena melancólica. Ao depor no processo de cassação de seu mandato, o deputado Roberto Jefferson, do PTB, pediu a demissão de Dirceu. "Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula." E, olhando para a câmara de televisão, aduziu: "Rápido, sai daí rápido, Zé!". Cinquenta horas depois disso, o que aconteceu? O Zé saiu. Informado da demissão por telefone, Jefferson deu gargalhadas.

A cronologia da demissão de Dirceu sugere que o governo, ao mesmo tempo em que tenta desqualificar Jefferson e suas denúncias, não consegue esconder que o deputado exerce algum poder sobre o próprio governo e os petistas mais estrelados. Ao depor no processo de cassação de seu mandato, Jefferson procurou comportar-se como se fosse um, digamos assim, gigante da baixa política: confessou crimes que ele próprio cometeu, desmentiu mentiras que ele próprio contara antes e distribuiu acusações abertas a cinco ministros e sete deputados. Fez questão de inocentar o presidente Lula – "um homem de bem, honrado, simples, correto" – e acusar o que chamou de "cabeça do PT", composta, além de José Dirceu, pelo presidente José Genoíno, pelo secretário-geral Silvío Pereira e pelo tesoureiro Delúbio Soares. Apontou ainda o suposto operador do mensalão, o mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza, que seria responsável por transitar com malas de dinheiro (*veja reportagem*). Numa das várias tentativas de purificar-se banhando-se em sua própria lama, Jefferson contou que a bancada do seu honrado PTB chegou a votar – votar! – se queria ou não receber o mensalão de 30.000 reais.

Seus petardos mais devastadores, no entanto, foram dirigidos contra José Dirceu e José Genoíno. Jefferson admitiu que mentira quando desqualificara uma reportagem publicada por VEJA em setembro de 2004, na qual se informava que a bancada do PTB estava irritada com o governo por razões financeiras. A revista noticiara que o PT comprara o apoio do PTB por 10 milhões de reais, mas entregara só parte do dinheiro. Na semana seguinte à publicação, Jefferson desmentiu a reportagem "veementemente", mas agora confessou: o acordo existia, chegava a 20 milhões de reais e só 4 milhões foram pagos. Ele explicou que só desmentira tudo antes para "não atrapalhar a candidatura de Marta Suplicy", que então concorria à reeleição para a prefeitura de São Paulo. Ao fazer a confissão, Jefferson comprometeu a si próprio e a Dirceu e Genoíno. Sobre Genoíno, disse que, ao receber malas de dinheiro do PT, indagou como esquentariam a grana. Genoíno, despreocupadamente, teria dito que tudo seria acertado mais tarde com uma manobra contábil entre os dois partidos. Sobre Dirceu, contou que o ministro reclamara que o PT estava na penúria porque a Polícia Federal, "meio tucana", prendera dezenas de doleiros e "a turma que ajuda não está podendo internar dinheiro no Brasil".

Ao encerrar seus trinta meses de governo acossado por denúncias de corrupção, José Dirceu assumiu seu posto como uma glória do governo, mas saiu de lá como sua tragédia. Foi ele quem levou para o regaço do governo legendas como PTB, PL e PP – e, ao executar sua estratégia, produziu um duplo desastre: uma base parlamentar gelatinosa e o escândalo do mensalão. "José Dirceu acabou vítima de si próprio", analisa o filósofo Roberto Romano, professor de ética política da Universidade Estadual de Campinas. "Procurou Roberto Jefferson, que jamais cairia naturalmente no colo de um governo petista, e acabou destruído por ele. Era uma aliança nos moldes da máfia, que não tinha como acabar bem." Na Casa Civil, a turma de Dirceu ficou conhecida como o pedaço mais contaminado do

governo. Waldomiro Diniz, um de seus principais assessores, responsável pela negociação de cargos e emendas com deputados e senadores, caiu em fevereiro do ano passado ao ser pilhado num vídeo em que pedia propina a um empresário de jogos. Marcelo Sereno, seu assessor especial, deixou o governo sob a acusação de que fora alertado sobre as tramóias de Waldomiro Diniz e nada fizera para contê-las.

Agora, cai o próprio José Dirceu, também com água até o pescoço em um mar de suspeitas. E vai juntar-se a seus aliados mais fiéis dentro do PT, todos igualmente sob a mira das denúncias de ajuda financeira eleitoral clandestina e pagamento de mensalão: José Genoíno, Silvio Pereira e Delúbio Soares. A seus interlocutores próximos, o presidente Lula disse que a demissão de José Dirceu, companheiro de tantos anos com o qual mantém uma relação de respeito embora pontuada por atritos e divergências, foi "a decisão mais difícil" de seus trinta meses de governo. É até compreensível que tenha sido assim devido tanto à dificuldade do presidente em demitir quem quer que seja – pior ainda quando a demissão é um corte na própria carne – quanto à importância que Dirceu assumiu dentro do governo desde o momento da posse. "O Dirceu foi a pessoa mais importante do governo", diz o líder do PT no Senado, Delcídio Amaral, escalado para o delicado cargo de presidente da CPI dos Correios. "Ele não tinha crise de consciência, segurava o PT, mostrava ao partido claramente o ônus e o bônus de ser governo. Se a dissidência foi tão pequena foi graças ao Dirceu."

Com a saída de José Dirceu, porém, Lula dá um passo fundamental em direção a duas coisas essenciais: salvar seu governo e preservar sua biografia. Até agora, não apareceu uma prova da existência do mensalão. Mas os indícios de que o troca-troca partidário na Câmara era movido por impulsos pecuniários não param de pipocar. O deputado Sandro Mabel, do PL de Goiás, por exemplo, é um dos acusados por Jefferson de receber o mensalão. Mabel nega com veemência, mas, coincidentemente, em março passado, demitiu seis funcionários de seu escritório político em Goiânia – cada um recebia cerca de 5.000 reais. Dois dos demitidos contaram a VEJA que o deputado, ao dispensá-los, alegou que a fonte de onde vinham os recursos secara. José Janene, do PP do Paraná, também nega ter embolsado mensalão, mas até o ex-tesoureiro de seu partido, Benedito Domingos, sentiu-se à vontade para vir a público e dizer que um "zunzunum" dá conta de que o mensalão era distribuído no apartamento de Janene. "A casa do Janene era chamada de pensão", disse Benedito Domingos em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

Já apareceram indícios de que o mensalão também circulava dentro do honrado PTB, aquele partido cuja bancada – nunca é demais lembrar – levou a voto a proposta da mesada. Em maio de 2003, três deputados filiados à época ao PSDB foram avisados pelo então presidente do partido, José Aníbal, de que poderiam ser expulsos da legenda porque vinham votando com o governo. Os três pediram socorro a José Dirceu. Não se sabe o que aconteceu na Casa Civil, mas o fato é que, no mês seguinte, os três procuraram os líderes tucanos e disseram o seguinte: topariam ficar no PSDB, e não votar mais com o governo, se recebessem o mesmo que lhes foi oferecido para bandear-se para o PTB: 30.000 reais por mês mais uma quantia entre 300.000 e 500.000 reais para honrar dívidas, além de um cargo na hidrelétrica de Furnas. VEJA confirmou a história com três líderes tucanos. Os deputados negam. "Quem falou isso é um irresponsável", diz Jovair Arantes, filiado ao PTB desde 7 de agosto de 2003. "É uma tremenda acusação falsa", diz Salvador Zimbaldi, no PTB desde 7 de agosto de 2003. Osmânio Pereira não foi localizado por VEJA. Ele filou-se ao PTB em 7 de agosto de 2003.

Além do escândalo do mensalão, o governo de Lula, agora que tenta inaugurar uma nova fase, também terá de lidar com a suspeita crescente de que permitia que os aliados se locupletassem em cargos públicos. Em seu depoimento, Jefferson confessou abertamente que os partidos só exigem cargos no governo com o objetivo de levantar dinheiro – e não, como diz o discurso da hipocrisia, para "ajudar o Brasil". Ele também admitiu, confirmando outra reportagem de VEJA, que realmente pressionara Lídio Duarte, então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a extorquir uma gorda mesada ao PTB dos clientes da estatal. Essa confissão tem um significado especial, pois revela os métodos delinquentes do PTB – e quem mais? – para financiar suas campanhas e confirma o que dizia Maurício Marinho no célebre vídeo da corrupção nos Correios. Rememorando: Maurício Marinho dizia, no que depois chamou de "bravatas", que o PTB fazia indicações para cargos federais

com o objetivo de arrecadar dinheiro. É precisamente o que Jefferson confirmou ao depor na semana passada em relação ao IRB. Era só no IRB?

É difícil prever como o presidente Lula atravessará as investigações, para o bem de seu governo e de sua biografia. Embora ciente de que não tinha alternativa senão se livrar de José Dirceu, Lula manifestou certa perplexidade na semana passada. "E agora, como é que fica meu governo?", comentou com interlocutores próximos. Lula está decidido a recolocar seu governo nos trilhos, ainda que seja preciso voltar a cortar na própria carne. Quer recuperar sua autoridade. Na semana passada, ele deixou evidente seu desgosto com a forma como vem sendo retratado em charges de jornais e em programas de humor – com desrespeito, em sua opinião. Em pleno choque de perder um auxiliar como Dirceu, Lula voltou a ameaçar desistir da reeleição. "Eu não sou Collor. Não sou Fernando Henrique. Não vou sujar minha biografia por causa de uma reeleição", desabafou. O complicado é que Lula tem sido enfático apenas nas palavras. Em seu programa quinzenal de rádio, disse que estava "indignado" com as denúncias de corrupção e prometeu que não sobrá "pedra sobre pedra". Mas dois dos sete diretores afastados do comando dos Correios sob denúncias de corrupção foram contratados como "consultores" da nova diretoria sem que se tenha colhido um único indício de que ambos sejam inocentes. Na sexta-feira, voltaram a ser exonerados.

Com a saída de Dirceu, o presidente aproveitará para fazer uma reforma ministerial – panacéia que aparece em todos os momentos de dificuldade, mas que, até agora, nunca saiu do papel. Os meandros da reforma não estão decididos – há especulações variadas em torno de nomes e cargos, mas a direção das mudanças está definida. Lula quer aproximar-se da oposição, com a qual Dirceu queimou todas as possibilidades de dialogar. Para tanto, o presidente cogita trazer para o governo, ou colocar em cargos vitais, gente com bom trânsito nas hostes oposicionistas. É nesse contexto que surgiu na semana passada o nome do empresário Abílio Diniz, dono da rede de supermercados Pão de Açúcar, que seria convidado para um ministério – ora o Desenvolvimento Social, ora a Fazenda. Abílio Diniz é um freqüente interlocutor dos tucanos. "Estive com o presidente na terça-feira, mas não recebi nenhum convite", mandou dizer Abílio Diniz, por intermédio de sua assessoria de imprensa. Ele diz que, na conversa com Lula, apenas prometeu contribuir com o governo na condição de empresário.

Para enfrentar os tormentosos dias que virão, o presidente Lula também quer o que todo presidente sempre quer: reforçar sua base de apoio no Congresso Nacional. Para isso, Lula está tentando atrair o PMDB, que já tem dois ministérios no governo. Mas, para o constrangimento de Lula e num sinal eloqüente da gravidade da situação, esse PMDB, celebrizado por sua voracidade fisiológica, começa a achar que, em vez de entrar ainda mais no governo, talvez seja a hora de sair inteiramente dele. A outra opção do presidente para reforçar a base parlamentar é despachar de volta para o Congresso alguns ministros que têm mandato parlamentar e podem exercer alguma influência na Casa. São cinco: Ricardo Berzoini (Trabalho), Aldo Rebelo (Coordenação Política), Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia), Eunício Oliveira (Comunicações) e Patrus Ananias (Desenvolvimento Social). O desafio é quem colocar no lugar deles. Até a semana passada, o presidente não decidira se a nova equipe ministerial teria um perfil marcadamente político, para ajudar nas votações no Congresso, ou se seria preponderantemente técnica, para azeitar setores emperrados da máquina administrativa.

Entre os maiores conselheiros do presidente, a saída de José Dirceu não provocará alterações significativas. Os mais influentes tendem a permanecer sendo dois ministros. Um é Antonio Palocci, cujo festejado desempenho no comando da política econômica tem ampliado consideravelmente sua influência junto ao presidente. O outro é Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação, certamente o ministro que mais priva da intimidade de Lula. Em seus trinta meses de governo, José Dirceu vinha perdendo espaço para ambos. Não era um conselheiro influente, pois a área sob a qual tinha responsabilidade – a política num primeiro momento e, depois, a gerência administrativa do governo – não vinha exibindo os resultados desejados. E, além disso, não perdia uma oportunidade para fustigar a política econômica de seu colega Palocci. No início do governo, Dirceu simplesmente bombardeava a orientação econômica de Palocci. Agora, em seus derradeiros meses, vencido pelo sucesso da política econômica, pedia apenas correções pontuais nas metas de inflação ou na taxa de juros. Sua

saída talvez traga mais tranquilidade à equipe econômica. Na sexta-feira, depois do anúncio de sua demissão, o mercado reagiu com total serenidade.

Ao contrário de Luiz Gushiken, José Dirceu nunca teve uma relação de amizade com o presidente Lula. Os dois são de origens distintas. Dirceu começou a militância política no movimento estudantil, presidiu a União Estadual dos Estudantes, foi exilado, treinou guerrilha em Cuba, fez cirurgia plástica para viver clandestinamente no Brasil da ditadura militar. Já o presidente entrou na política pelo meio sindical, sempre foi mais pragmático, nunca viveu na clandestinidade e, em vez de ficar absorvido pela burocracia partidária e pelas articulações de bastidores, sempre preferiu o contato com a massa e sua posição de liderança popular. Entre eles há respeito, admiração – mas há, sobretudo, hierarquia. Agora, de certo modo, Dirceu volta à sua origem. Ao reassumir seu mandato parlamentar, também volta a lidar com a burocracia partidária como membro da cúpula do PT. E Lula mantém-se o homem das massas. Na semana passada, ele recebeu uma boa notícia nesse terreno: as primeiras pesquisas de opinião pública feitas depois dos escândalos não afetaram sua popularidade. Lula conserva, por enquanto, o respeito popular que conquistou. Mas o estrago na imagem imaculada está feito. Tem conserto?

Revista Veja. Edição 1910. 22 de junho de 2005

O voo cego do petismo

Com seus métodos criminosos, o PT lançou o país em uma grave crise política. Às vésperas da eleição presidencial, o partido cometeu uma violência ao tentar influir nos resultados do pleito estadual paulista pela compra e divulgação de um dossiê falso sobre adversários. O crime foi descoberto.

Pela proximidade dos seus autores confessos e dos suspeitos com a campanha de reeleição do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República, as conseqüências legais podem ser severas. Entre os trágicos resultados potenciais do crime está até a impugnação da candidatura de Lula. Se isso vier a acontecer, o PT terá feito algo inédito em sua rica trajetória de delinqüências. O próprio partido de Lula terá conseguido impedir a manifestação da vontade popular dos brasileiros que, nas pesquisas, brindam o presidente-candidato com 50% das preferências de voto. Na terminologia do próprio Lula, o PT terá conseguido "melar" as eleições. Que melancólica ironia!

O episódio é fruto de desgoverno, da colonização do aparelho de estado por militantes petistas contaminados pela notória ausência de ética e moral da esquerda quando esquadrinha a chance de chegar ao poder – e, depois, de mantê-lo a qualquer custo. Sobre essa delituosa sopa primordial paira a figura complacente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele se jacta de ter afastado os amigos, os companheiros de viagem política, ministros e funcionários de alto escalão pegos com a mão na cumbuca.

Lula os afastou, mas não perdeu uma única chance de passar a mão na cabeça dos caídos, de dizer que continuam seus "amigos", seus "meninos", que democracia "não é só coisa limpa" e que não cometeram delitos, mas "simplesmente erraram". Por ter criado e mantido um ambiente propício à propagação da corrupção em seu governo – e sem prejuízo de todas as sanções legais a que se expôs como candidato e presidente –, Lula é o patrono da desastrada compra com dinheiro sujo do falso dossiê. O escândalo do falso dossiê revela que os petistas envolvidos fazem parte do círculo íntimo de Lula – e abre uma crise cujo desfecho é imprevisível

O escândalo do dossiê, no qual uma dupla de petistas foi flagrada comprando por quase 2 milhões de reais um conjunto de denúncias contra tucanos que não valia um centavo, abriu uma crise gravíssima e imprevisível. Gravíssima porque logo se descobriu que os envolvidos têm laços com a campanha reeleitoral do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República. Do círculo íntimo do presidente, entre confessos e suspeitos, está Freud Godoy, seu segurança pessoal até a posse e depois nomeado assessor especial, que dormia no Palácio da Alvorada nos primeiros meses do governo e tem sala no mesmo andar do gabinete presidencial no Planalto. Também está Jorge Lorenzetti, o churrasqueiro oficial dos domingos na Granja do Torto e tutor informal de Lurian, a filha mais velha de Lula. Do círculo político, mas nem por isso menos íntimo, está o deputado Ricardo Berzoini, presidente do PT e, até a semana passada, coordenador da campanha reeleitoral de Lula, defenestrado pelo escândalo. Está Osvaldo Bargas, amigo dos tempos de militância sindical nos anos 70, responsável pelo capítulo sobre trabalho no programa de governo – e casado com Mônica Zerbinato, secretária particular de Lula.

A crise é também imprevisível nos seus desdobramentos porque, ao revelar laços de tamanha gravidade com a mais alta autoridade da República, joga uma sombra sobre o futuro. O caso está sendo investigado pelo Tribunal Superior Eleitoral e, teoricamente, pode resultar na impugnação da diplomação de Lula, caso seja reeleito, ou estimular a instalação de um processo de impeachment pelo Congresso Nacional – na hipótese de se comprovar que a campanha do presidente cometeu abuso de poder econômico ou político na compra ou montagem do dossiê contra os tucanos (*veja reportagem*). "É algo muito, muito pior que o Watergate", chegou a dizer o ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, referindo-se ao escândalo de espionagem de adversários que, nos Estados Unidos, em 1974, levou o presidente Richard Nixon à renúncia. Mello já se mostrara

perplexo com a impressionante multiplicidade de ações irregulares patrocinadas pelo governo e seu partido.

A situação é tão complexa que, desta vez, até os petistas de couro grosso acusaram o golpe. Acusaram talvez de uma maneira mais aguda do que no auge do escândalo do mensalão. Numa das reuniões ocorridas no Palácio da Alvorada, chegou-se a cogitar até a alternativa extrema. Para mostrar que nada tem a temer e que defende a mais ampla investigação do caso, mas evitar que sua campanha desande, Lula pediria licença do cargo, entregando o comando do país ao senador Renan Calheiros, e passaria a dedicar-se exclusivamente à reeleição. A idéia, apresentada pelo ministro Tarso Genro, chegou a ser debatida, mas foi descartada pelo presidente.

Com receio de que os estilhaços da crise possam comprometer a reeleição de Lula, o Palácio do Planalto deflagrou uma operação de guerra. A idéia é empenhar-se ao máximo para que Lula vença o pleito já no primeiro turno. Os petistas, com o próprio presidente à frente, consideram desastrosa a possibilidade de que haja segundo turno. "Se houver, serão três semanas de bombardeio, no auge da investigação sobre o dossiê e todos os candidatos derrotados apoiando o Alckmin", prevê um petista de alto coturno, que participou de todas as reuniões sobre a crise com o presidente. Por isso, os partidos aliados foram acionados para dar apoio público ao presidente e os movimentos sociais, nunca antes tão claramente atuando como linha auxiliar do governo e do petismo, fizeram um manifesto em defesa de Lula. A tática – de novo, de novo – é dizer que Lula não sabia de nada e que, estando com folgada vantagem nas pesquisas, também não teria interesse algum em atacar adversários. Na lógica petista, portanto, tudo aconteceu por obra de maus perdedores. "Temos de levar em conta a quem interessa, a essa altura do campeonato, melar o processo eleitoral no Brasil", disse Lula, durante viagem a Nova York.

Respondendo:

- 1) Um dossiê devastador contra José Serra interessaria ao PT em São Paulo. Seria ótimo para Lula ter um governador petista em São Paulo em um segundo mandato.
- 2) Disparar um tiro de morte contra Serra significaria exterminar praticamente o PSDB em nível nacional.
- 3) "Melar" o processo eleitoral não interessa a nenhum democrata, mas sobre essa questão seria mais útil perguntar aos seus colaboradores íntimos que entraram na fria de comprar um dossiê com dinheiro sujo.

O problema do discurso oficial é a afronta aos fatos. O castelo – de Lula, do PT, da reeleição – começou a tremer num episódio cujos autores são todos petistas. Tudo começou na sexta-feira, 15 de setembro, quando agentes da Polícia Federal prenderam dois petistas que negociavam o tal dossiê no hotel Ibis, em São Paulo. O empreiteiro Valdebran Padilha, filiado ao PT de Mato Grosso há dois anos, representava a família Vedoin, comandante da máfia dos sanguessugas e fornecedora do dossiê. O outro petista preso, encarregado de analisar a relevância das informações do dossiê e fazer o pagamento, era Gedimar Passos, contratado pela cúpula do PT. Os dois carregavam 1,7 milhão de reais, cuja origem está sob investigação (*veja reportagem*). O pacote apreendido pela PF incluía uma agenda, seis fotografias, uma fita de vídeo e um DVD de 23 minutos, em que os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin aparecem entregando ambulâncias. Era um pacote fajuto, sem relevância, mas incluía a concessão de uma entrevista de Luiz Antônio Vedoin, capo dos sanguessugas, envolvendo Serra no esquema. Na mesma sexta-feira, a revista *IstoÉ* chegou às bancas com uma entrevista de Vedoin atacando Serra – acusações que, na semana passada, ao ser interrogado pela PF, Vedoin desmentiu.

Com a prisão de Valdebran Padilha e de Gedimar Passos e a tomada de seus depoimentos, descobriu-se o envolvimento de petistas mais graúdos – e, em apenas três dias, deflagrou-se um dominó de demissões que afetou outros seis petistas, atingiu a campanha de Aloizio Mercadante em

São Paulo, engolfou a campanha reeleitoral de Lula e subiu a rampa do Palácio do Planalto. A cronologia é fulminante:

- Na segunda-feira, caiu Freud Godoy, assessor especial de Lula. Ele fora acusado por Gedimar Passos de ser o mandante do pagamento pelo dossiê. Freud Godoy nega.
- Na terça-feira, caiu Jorge Lorenzetti, churrasqueiro de Lula e chefe do bunker de bruxarias eleitorais do comitê. Ele é acusado de contratar Gedimar Passos.
- Na quarta-feira, as demissões chegaram ao auge. Caíram Ricardo Berzoini, coordenador da campanha de Lula, e Osvaldo Bargas, que trabalhava na elaboração do programa de governo. Mencionada no caso, a revista *Época* divulgara no dia anterior uma nota informando que Jorge Lorenzetti e Osvaldo Bargas ofereceram um dossiê contra os tucanos a seus repórteres – e que Berzoini sabia da conversa, mas não do seu conteúdo. Caiu, também, Expedito Veloso, diretor do Banco do Brasil que estava licenciado e trabalhava pela reeleição de Lula. Ele é um dos suspeitos de ter levado o dinheiro do dossiê ao hotel Ibis em São Paulo. Por fim, caiu Hamilton Lacerda, secretário de Comunicação da campanha de Mercadante. A revista *IstoÉ* diz que Lacerda fora o primeiro a lhe oferecer o dossiê fajuto.

Uma parte dos bastidores da negociata está documentada pela PF, que monitorou os telefonemas de Luiz Antônio Vedoin, o vendedor do dossiê, entre 9 e 15 de setembro. Nos dois dias que precederam a negociata, a polícia captou 36 diálogos, aos quais VEJA teve acesso (*veja a reprodução de alguns deles*). As gravações mostram que tudo girava em torno do dinheiro, embora a palavra seja cuidadosamente evitada. É curioso que, dos seis petistas envolvidos no caso depois das duas prisões em São Paulo, todos, à exceção de Freud Godoy, tenham admitido algum tipo de envolvimento com o caso – mas nenhum deles, muito menos Freud Godoy, admite ter qualquer relação com o dinheiro, ainda que, no passado recente, ele tenha sido o guardião dos dinheiros clandestinos que circulam nos desvãos do PT (*veja reportagem*). "Afirmo taxativamente que em momento algum autorizei o emprego de qualquer tipo de negociação financeira", diz Lorenzetti na nota em que anuncia sua demissão. "É importante informar que em nenhum momento houve qualquer oferta de dinheiro", repete Hamilton Lacerda, o ex-auxiliar de Mercadante, na sua nota de afastamento. Antes de cair, Berzoini fez o mesmo discurso numa entrevista. "O PT não tem nenhuma atividade que envolva recursos financeiros para compra de informação", disse. A falta de conexão com a realidade dos petistas é preocupante: eles não conseguem mais enxergar nem mesmo um bolo de dinheiro vivo no valor de 1,7 milhão de reais.

O escândalo do dossiê comprova que a "organização criminosa", para usar as palavras do procurador-geral da República, refinou um método para reagir aos flagrantes da bandidagem. Assim como no escândalo do mensalão, agora também a primeira reação foi de negar qualquer envolvimento com o caso. "O PT não faria isso em hipótese alguma", chegou a dizer Berzoini dois dias antes de ser ele próprio apanhado no esquema. A outra tática é montar um cordão sanitário em torno do presidente Lula, dizendo que, se houve algo, ele não sabia de nada. Foi assim no mensalão. É assim agora. "É uma crise normal, que não atinge em nada o presidente", diz o ministro Tarso Genro. Até entre setores da oposição, admite-se a hipótese de que, desta vez, Lula talvez não soubesse mesmo dos detalhes – da existência do dossiê ou do pagamento de 2 milhões de reais. Admite-se que talvez tenha sido apenas informado de que uma bomba contra Serra estava sendo armada e que sua explosão poderia catapultar Mercadante ao segundo turno no pleito paulista.

Isso não isenta Lula de responsabilidade legal. É altamente provável que Lula soubesse que, no seu comitê reeleitoral, havia um bunker clandestino – repetindo, aliás, a estrutura montada na campanha presidencial de 2002. Uma reportagem de VEJA, publicada em outubro de 2003, mostrou como funcionava esse núcleo, que operava na defesa de Lula e no ataque aos adversários. Lula sabia de sua existência e, durante a conversa que selou sua criação, ainda recomendou: "Seja inteligente. Não faça nada demanuel ou joaquim nessa história". O coordenador do grupo era Ricardo Berzoini e um dos operadores era Osvaldo Bargas, o velho amigo do movimento sindical. O outro dado que complica a situação de Lula é a constatação de que nunca um presidente se cercou de tanta gente

suspeita – seja como presidente, seja como candidato. No escândalo do mensalão, Lula perdeu seus principais auxiliares políticos. Agora, o caso atinge gente de sua intimidade. Com isso, fica cada vez mais difícil alegar que são nichos isolados, independentes, autônomos, que se instalam na máquina do Estado sem o conhecimento do presidente. É o contrário: tudo indica que, com a eleição de Lula, o aparelho estatal foi tomado de assalto por seus asseclas cevados no banditismo partidário-sindical.

Além de se cercar de tantos suspeitos, Lula parece afastar-se deles quando são pilhados em alguma malandragem apenas de forma protocolar. No caso do mensalão, justificou a existência de caixa dois no PT. Passado o auge do caso, chegou a receber os mensaleiros no Palácio do Planalto, aos quais recomendou que não se sentissem culpados porque não haviam feito nada de essencialmente errado. Despediu-se de seus principais ministros caídos com afagos, elogios e promessas de irmandade eterna. Com esse comportamento, Lula acaba servindo como sinal verde, como autorização tácita para que atos clandestinos e irregulares sejam cometidos. Desde o primeiro rombo no casco ético de seu governo, quando se soube que o braço-direito do então ministro José Dirceu fora flagrado achacando um empresário de jogos, o presidente Lula teve todos os meios para limpar seu governo, higienizar seu palácio e promover uma faxina no PT. É lamentável que nunca tenha feito nem uma coisa nem outra. Deixou, assim, que o PT, mais uma vez, mergulhasse seu governo e o país nos recônditos de uma crise sem solução fácil.

Revista Veja. Edição 1975. 27 de setembro de 2006

Um enigma chamado Freud

Ele e o dossiêgate são como fogo e dinamite. Por isso, uma operação está em curso para mantê-los afastados. Se ela falhar, será um deus-nos-acuda.

Nas últimas semanas, uma operação abafa foi deflagrada para tentar apagar as chamas mais destruidoras levantadas pelo escândalo da compra do dossiê. Nessa operação aparece o que pode ser a impressão digital de um personagem muito próximo do presidente Lula. Esse personagem é Freud Godoy, ex-segurança pessoal de Lula e que até sua demissão, há quase um mês, ocupava o cargo de assessor especial do presidente. Freud teve seu nome citado pelo ex-policial federal Gedimar Pereira Passos, aquele que trabalhava com "tratamento de informações" na campanha de Lula e foi preso no dia 15 de setembro passado num hotel em São Paulo junto com o petista Valdebran Padilha. Gedimar e Valdebran foram flagrados com 1,7 milhão de reais para a compra do dossiê falso que serviria para ligar os tucanos à máfia dos sanguessugas. Depois de acusar Freud de ser o mandante da compra do dossiê em seu depoimento inicial, Gedimar recuou, retirando a única referência a Freud feita até agora na investigação do caso. Depois desse recuo, Freud tem desfilado por colunas jornalísticas e eventos sociais como um injustiçado. Tudo graças ao "novo" Gedimar, que agora diz ter sido pressionado a entregar o nome de Freud por métodos de tortura psicológica praticadas pelo delegado que o prendeu – Edmilson Bruno, o mesmo que divulgou as fotos do dinheiro usado para comprar o dossiê. Bruno será alvo de uma investigação interna da Polícia Federal e pode ser demitido do cargo.

O que fez Gedimar mudar sua versão inicial e inocentar o assessor próximo do presidente da República? A apuração dos repórteres de VEJA mostra que a operação abafa seguiu um padrão mais ou menos constante na crônica policial do governo petista. Primeiro se comete um ilícito e depois se seguem outros ainda mais demolidores na tentativa de encobrir o primeiro. A operação faxina do dossiêgate contou com a colaboração jurídica do ministro Márcio Thomaz Bastos (sempre ele), da mãozinha financeira do tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, e da força bruta de um cidadão até agora distante do caso: José Carlos Espinoza – como Freud, um grandalhão que trabalhou como segurança de Lula e ganhou um emprego no governo. Espinoza trabalhou no escritório paulista da Presidência da República até se afastar para dedicar-se à campanha à reeleição de Lula. Nessa operação, coube a Márcio Thomaz Bastos conversar com Freud quando o escândalo estourou e indicar a ele um advogado de sua confiança (do ministro, é claro). Thomaz Bastos cobrou esforços diários de Freud, do advogado indicado por ele e do tesoureiro do PT no que parecia ser a tarefa mais urgente: convencer Gedimar a recuar.

Seguindo o mesmo padrão dos escândalos do mensalão e da quebra do sigilo do caseiro, a missão principal de Thomaz Bastos foi a de blindar o presidente da República colocando-o a salvo das ondas de choque das investigações. Tão logo Gedimar foi preso, o ministro telefonou para Geraldo José Araújo, superintendente da PF em São Paulo, para perguntar: "Isso respinga no presidente?". Na semana passada, Thomaz Bastos mobilizou-se para defender o governo depois da notícia divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* dando conta de um depósito de 396.000 reais que teria sido feito pelo investidor Naji Nahas na conta bancária de Freud. Partiu do ministro Bastos a orientação final sobre a forma pela qual Freud e Nahas deveriam negar a história. Eles a cumpriram à risca. Não se tem a confirmação do depósito. Essas operações só são verificáveis com a quebra do sigilo dos envolvidos. Isso é uma violência. Ela foi praticada ilegalmente por um ministro (Antonio Palocci) contra um simples caseiro (Francenildo dos Santos Costa), e isso lhe custou o cargo e um processo criminal. Quebrar o sigilo bancário e telefônico de Freud Godoy é uma violência? Com base nos indícios levantados até agora, o Ministério Público Federal decidiu, na semana passada, fazer esse pedido à Justiça.

A atividade do outro segurança e assessor de Lula, Espinoza, também chamou a atenção dos promotores. Ele foi um personagem ativo na negociação do providencial recuo de Gedimar. Foi no apartamento de Espinoza em São Paulo que se colocou de pé um plano e suas bases materiais capazes de dar a Freud a tranquilidade necessária para enfrentar as acusações de que estava sendo alvo. Bons amigos, Freud e Espinoza são unidos também pelo devotamento total a Lula. Em seu livro *Do Golpe*

ao Planalto – Uma Vida de Repórter, o jornalista Ricardo Kotscho – amigo de Lula desde 1984, seu assessor em diversas campanhas e secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência até 2004 – refere-se a Espinoza como o "faz-tudo de Lula". Em muitas das viagens de campanha, Kotscho dividia o quarto com Espinoza e Wander Bueno, ex-secretário de Governo da prefeitura de Santo André na gestão Celso Daniel.

Segundo um relato escrito por três delegados da Polícia Federal e encaminhado a VEJA, Espinoza e Freud, acompanhados de dois homens não identificados, fizeram uma visita a Gedimar na noite de 18 de setembro, quando ele ainda estava preso na carceragem da PF em São Paulo. A visita ocorreu fora do horário regular e sem um memorando interno a autorizando. Um encontro com um preso nessas condições é ilegal. Ele pode ser encarado como obstrução das investigações ou coação de testemunha. De acordo com o relato dos policiais, o encontro foi facilitado por Severino Alexandre, diretor executivo da PF paulista. O encontro ocorreu logo depois da acareação regular entre Freud e Gedimar, um encontro de cinco minutos que, segundo o relato oficial, transcorreu em silêncio da parte de Gedimar. O mais interessante, no relato dos policiais, viria a seguir. Severino teria acomodado os petistas em seu gabinete e determinado a Jorge Luiz Herculano, chefe do núcleo de custódia da PF, que retirasse Gedimar de sua cela. Herculano resistiu, pretextando corretamente que o preso estava sob sua guarda e que não havia um "memorando de retirada".

A PF é uma organização altamente profissional mas seus delegados são pessoas, eleitores e têm lá suas ligações políticas com o PT e com seu adversário, o PSDB. VEJA procurou esclarecer se os delegados que narraram as cenas citadas o fizeram por motivação política e, principalmente, se elas podiam ser levadas a sério. Em conversas telefônicas com os três delegados da PF, duas delas presenciadas por repórteres de VEJA, Herculano disse ter obedecido a ordem do delegado Severino de levar o preso Gedimar para um encontro com os petistas. Ele alegou na conversa presenciada pelos repórteres que o fez por receio de problemas futuros com seu superior hierárquico. Disse também que receava confirmar o caso a jornalistas e deu a seguinte explicação: "Depois nossos chefes vão dizer que sou louco e vão tentar me demitir, como fizeram com o delegado Bruno", disse ele. Foi nesse encontro que se armou o recuo de Gedimar? Não se sabe. Os policiais da PF não sabem o que se passou na sala fechada. O carcereiro diz que não ouviu nada. Nem gritos, nem sussurros.

Procurado pela repórter Julia Duailibi na última sexta-feira, o carcereiro Herculano não confirmou a história que narrara aos colegas pelo telefone. Mas deu um jeito de dizer que também não a desmentia. O superintendente da PF, Geraldo José de Araújo, procurado por VEJA, apresentou ao repórter Marcelo Carneiro documentos que provariam que não há possibilidade de Freud Godoy ter visitado Gedimar no dia 18 de setembro. Nos documentos – registros manuscritos das visitas recebidas por Gedimar e de sua saída com destino à cidade de Cuiabá – não há nenhuma referência à entrada de Freud Godoy na carceragem do órgão. Verdade. Freud Godoy não entrou na carceragem. Foi Gedimar, segundo a denúncia dos policiais, quem saiu para se encontrar com o segurança de Lula no conforto do gabinete de Severino.

Freud Godoy encontra-se no meio de um turbilhão. A se confirmar sua visita ao preso Gedimar e caso se prove que ela foi instrumental na mudança de 180 graus nas declarações do preso, ele deve muitas explicações à Justiça. A favor de Freud, é claro, se pode levantar a hipótese de que um homem inocente tem o direito de tentar de todas as maneiras, mesmo as mais desesperadas, provar sua inocência. Outros indícios parecem desacreditar a versão do inocente em estado de desespero depois de ver seu nome envolvido em um crime com o qual nada tem a ver. No encontro no apartamento de Espinoza, Freud e o tesoureiro Ferreira conversaram sobre dinheiro e sobre como ele, sempre ele, poderia manter a calma dos implicados de modo que não se sentissem tentados a envolver gente mais grávida no PT e no governo. A quebra do sigilo bancário de Freud Godoy poderia esclarecer muita coisa – inclusive inocentá-lo de vez. Existem suspeitas de que ele e sua mulher receberam dinheiro sujo do "valerioduto", o mesmo que abasteceu as operações de compra de parlamentares chefiadas pelo deputado cassado por corrupção José Dirceu, ex-ministro-chefe da Casa Civil do governo do PT. A Caso Comércio e Serviços, empresa de segurança em nome da mulher de Freud, recebeu 98.500 reais da SMPB Comunicação, empresa de Marcos Valério. Outra empresa, a Caso Sistemas de

Segurança, recebeu 23.000 reais da Duda Mendonça e Associados. Até agora não há explicação convincente para esses pagamentos realizados entre 2003 e 2004.

Freud foi fisgado pelo Coaf, órgão do governo que monitora operações financeiras suspeitas, em pelo menos uma oportunidade. Em 2006, ele depositou 150.000 reais, em dinheiro vivo, na conta da empresa de sua mulher. A operação foi considerada atípica por duas razões. A primeira é que ela ocorreu em moeda sonante. A segunda é que, naquela data, Freud tinha como única fonte de renda declarada o contracheque que recebia do Palácio do Planalto, no valor de 6.650 reais. Por meio de seu advogado, contudo, Freud limitou-se a informar que o dinheiro foi usado para o pagamento de equipamentos de segurança da empresa de sua mulher.

Em sua ficha de serviços prestados à família Lula da Silva, Freud exhibe uma série de tarefas mezinhas. Quando Lula e familiares passavam fins de semana em São Paulo, ele providenciava até as refeições deles. Quando os filhos do presidente queriam assistir a um show de rock sem os apetrechos oficiais, Freud providenciava toda a operação – do ingresso ao transporte, como fez, por exemplo, na apresentação da banda U2, em fevereiro passado, em São Paulo. Nisso, já provocou constrangimentos. Foi ele quem arranjou o DVD pirata do filme *2 Filhos de Francisco*, exibido no avião presidencial durante a ida de Lula a Moscou, em outubro do ano passado. Certa vez, numa viagem oficial do presidente a Foz do Iguaçu, Marisa quis presentear familiares com bugigangas do Paraguai. Coube a Freud Godoy ir a Ciudad del Este e voltar com vários embrulhos de presentes, entre brinquedos, perfumes e aparelhos eletrônicos.

Mas as atividades de Freud não ficaram restritas ao trabalho de serviçal. Além de ter gabinete no mesmo andar que o presidente no Palácio do Planalto, Freud acompanhava Lula desde a primeira campanha presidencial, em 1989. Era o segurança mais dedicado, o chamado "mosca", aquele preparado para, em caso de um atentado, se lançar na frente do atirador. Logo depois da posse de Lula, ele tentou se integrar ao esquema de segurança do presidente. Acabou se envolvendo em atritos com os militares responsáveis e se afastou. Mas continuou próximo a Lula. Ele era um dos poucos assessores com trânsito livre no Palácio da Alvorada nos fins de semana. Participava dos churrascos e organizava jogos de futebol. Embora tenha se ocupado com outras atividades nos últimos quatro anos, o ex-assessor nunca se desligou das questões de segurança. Em julho, quando o PT alugou o prédio para sediar o comitê reeleitoral de Lula, em Brasília, Freud encarregou-se de checar as condições do local. A empresa Caso, que no papel pertence a sua mulher, foi contratada pelo PT para, entre outras coisas, garantir a segurança das comunicações e prevenir espionagem. Freud incumbiu-se também de escoltar o tesoureiro caído em desgraça Delúbio Soares em suas andanças por São Paulo com malas de dinheiro.

O governo tem feito um esforço, compreensível dada a proximidade de Freud com o primeiro-casal, para tirá-lo da zona de choque do dossiê. No fim de setembro, quando a Justiça Federal decretou a sua prisão temporária, a PF estava impedida de cumprir a ordem judicial por força da lei eleitoral. A PF vazou a decisão judicial, dando tempo para que Freud conseguisse reverter a decisão numa instância superior antes de ser preso. Além disso, antes mesmo de examinar os extratos telefônicos de Freud, a polícia deu a entender que ele deixara de ser suspeito no caso da compra do dossiê. Tudo porque, examinando as chamadas telefônicas realizadas pelos petistas presos com o 1,7 milhão de reais, foram encontradas apenas três ligações entre Gedimar e Freud. Como os telefonemas teriam ocorrido em agosto, um mês antes da compra do dossiê, isso inocentaria Freud de qualquer envolvimento no episódio. Sem que nenhuma autoridade policial assumisse a informação, a versão foi plantada pelo governo nos jornais na semana passada. O número de telefonemas entre comparsas não inocenta ninguém. Mas também não incrimina. Para que Freud Godoy possa retomar sua boa vida de fiel assessor do presidente da República, precisa ser exonerado das suspeitas que pairam sobre ele. Suspeitas que não foram fabricadas pelas "elites", pela "nossa querida imprensa" ou pelo PSDB. Foram lançadas sobre Freud pela própria maneira de ser do PT.

A farra do cartão de crédito

Os cartões de crédito oficiais são usados até para abastecer a despensa dos palácios

Há sete anos, o governo começou a distribuir cartões de crédito corporativos a seus funcionários de mais alto escalão. Eles deveriam ser usados por ministros e seus assessores principalmente em viagens para pagar despesas imprevistas decorrentes do exercício do cargo. Também serviriam para que as repartições públicas tivessem mais flexibilidade para fazer compras que não precisam de licitação. A intenção era a melhor possível, mas o resultado foi desastroso. Os cartões corporativos foram convertidos na mais nova mamata da República. Há duas semanas, soube-se que alguns ministros usavam os cartões para pagar restaurantes chiques, botequins, docinhos e até artigos no free shop. Depois que a farra veio à tona, o Palácio do Planalto adotou um discurso moralizador e mandou investigar os ministros perdulários. Agora, descobre-se que até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva paga as contas de casa com esse instrumento. Três funcionários do Planalto fazem compras para o presidente com os cartões pagos pelo governo. Dois são comedidos. Juntos, gastaram 90.000 reais no ano passado. O terceiro, José Henrique de Souza, tem menos controle. Sozinho, torrou 115.000 reais em 2007 em supermercados, açougues e lojas de bebida, entre outros.

José Henrique de Souza aparece no organograma do governo como assessor especial de atendimento ao gabinete pessoal do presidente da República. Apesar do título pomposo, não dá expediente no Planalto. Seria mais próprio dizer que ele é o despenseiro oficial da República. Sua tarefa é abastecer as cozinhas e as adegas do Alvorada e da Granja do Torto, as residências oficiais de Lula. No ano passado, ele gastou 55.400 reais nos supermercados Pão de Açúcar. Pagou outros 23.800 reais à casa de carnes Reisman, um açougue brasileiro conhecido por vender os melhores cortes de carne para churrasco da capital federal. Entre as especialidades do Reisman estão as carnes argentinas, do gado tipo Red Angus, mais macio e tenro que o nacional. Lá, o quilo da picanha argentina custa cerca de 48 reais. O Reisman também se orgulha de ter à disposição de seus clientes um dos pratos prediletos do presidente: carne de coelho. Custa 26 reais o quilo. Muitos brasileiros consideram que o Mercadinho La Palma vende os vegetais mais frescos da cidade – e também aqueles que são mais caros e difíceis de encontrar. Lá, Souza deixou 14.800 reais. Em padarias, foram 1.200 reais. O despenseiro ainda forneceu as adegas presidenciais. Gastou 2.400 reais na Wine Company. Souza cuida bem da mesa do chefe, mas, se for essa a única ou mesmo a principal fonte de abastecimento da cozinha presidencial, não se pode afirmar que os gastos sejam exagerados. O que é estranho é o modo de pagamento, à vista, com cartão. O mais adequado é que os fornecedores da Presidência sejam escolhidos por licitação pelo critério da qualidade e do menor preço.

Situação bem mais delicada é a da ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro. Ela fez uma farra tão grande com o cartão corporativo que o Planalto cogita demiti-la. Matilde está no governo desde 2003, mas passou incólume pelas páginas dos jornais. Só apareceu porque gastou 171.500 reais no cartão corporativo. Mandou o cartão em hotéis cinco-estrelas, redutos da boemia carioca e paulistana e bares de todo o país. O caso mais inexplicável foi uma compra de 460 reais em um free shop. Ao ter sua estripulia descoberta por VEJA, Matilde disse ter cometido um equívoco e afirmou que já tinha devolvido o valor à União. Mas, até hoje, ninguém viu o recibo. Apesar desse ser o excesso mais evidente, Matilde incorreu em outras estranhezas e pode até perder o cargo. Na fatura de seu cartão, constam 126.000 reais em aluguel de carros. Desse total, 116.000 foram pagos a uma única empresa: a Localiza. A ministra justificou a despesa alegando que usava sempre um carro com motorista em suas viagens e que gostava do serviço da Localiza. Auditores do governo entendem que, se queria ter sempre um veículo alugado à disposição, deveria ter feito uma licitação. Ao dar preferência à Localiza, Matilde feriu a Lei das Licitações. Ela deixou a impressão de que fracionou os pagamentos justamente para se livrar da obrigatoriedade de fazer a licitação.

Como Matilde, outros ministros caíram na folia. Segundo colocado na lista dos que mais esbanjaram no cartão oficial, Altemir Gregolin, da Pesca, se esbaldou durante o Carnaval de 2007. Passou o feriado no Rio de Janeiro, pagou três diárias em hotéis, comeu na cara churrascaria Porcão, a

preferida das celebridades, e deu uma esticada no Hera Bar. Flagrado, Gregolin saiu-se com uma explicação mais comprida do que um samba-enredo. Diz que precisou ir até o Rio para se encontrar com o ministro da Pesca da Noruega, Szen Ulriksen. Seu colega europeu estava na cidade para acompanhar o desfile da Imperatriz Leopoldinense, que tinha como tema o bacalhau. Como ninguém nunca viu esse peixe nas águas territoriais brasileiras, é de supor que Gregolin foi ao Rio simplesmente por cortesia. Ele vai precisar melhorar o rebolado para justificar os 22.000 reais do Erário que torrou em 2007.

Medalha de bronze entre os perdulários, o ministro dos Esportes, Orlando Silva, também pode ser investigado por cobrir despesas indevidas com o dinheiro público. Arcou com almoços e jantares de seus convidados durante o ano todo. De uma só tacada, deixou mais de 460 reais no Bela Sintra, elegante restaurante português de São Paulo. Pela sua fatura, descobre-se que ele não restringe suas despesas a ambientes requintados. No dia 9 de maio, em Brasília, onde mora, o ministro decidiu fazer uma boquinha e utilizou o cartão corporativo na Tapiocaria Maria Bonita. Valor da conta: 8 reais. Essa confusão já se tornou um clássico do governo do PT. Os políticos nunca sabem onde termina o homem público e onde começa o cidadão particular. Pagar 8 reais por uma tapioca com dinheiro público não chega a ser uma mordomia, mas o fato revela claramente a disseminação do hábito de certas autoridades de usar os recursos do estado como se fossem os seus próprios.

Um sinal de que a situação pode ter fugido do controle é o número de cartões corporativos existente. O Palácio do Planalto levou duas semanas para fazer esse cálculo, a pedido de VEJA. Chegou à conclusão de que há 11.510 cartões nos bolsos de autoridades. É muito? É pouco? Difícil saber, mas o fato é que esse número mais que triplicou desde 2004. A evolução das despesas deu-se no mesmo ritmo. Antes, os cartões só eram utilizados por ministros, secretários e pelos responsáveis pelas finanças das repartições públicas. Hoje, seu uso está disseminado entre todas as categorias – de policiais federais a antropólogos da Funai. O campeão do crédito fácil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O instituto entregou 1.746 cartões a seus servidores. Só em sua unidade paulista, 260 servidores desfrutaram esse benefício. Surge aqui outra indagação. Qual é o critério para a distribuição de cartões? Nenhum. Não existe critério que estabeleça quais funcionários podem ter nas mãos um desses cartões. Pela legislação atual, os portadores de cartões são escolhidos segundo a "necessidade de cada repartição". Isso significa que, na prática, cada secretaria, ministério ou fundação decide quem serão os felizardos agraciados com um pedacinho do Tesouro para gastar.

Como se viu acima, o número de cartões triplicou e o critério para sua distribuição é vago. Então é de esperar que haja um teto, um limite para os gastos. É quase inacreditável, mas o governo também não sabe responder a essa questão. Quando a farra dos cartões começou a vir a público, o governo divulgou que os cartões tinham limite mensal de 8.000 reais. Quem tratou de desmentir essa versão foi a própria perdulária Matilde, que, no ano passado, torrou, em média, 14.300 reais por mês. A verdade é única e espantosa: não há limites. Cada repartição, além de definir quem terá direito aos cartões, também fixa o limite que cada um poderá gastar. O governo nunca se preocupou em impor algum tipo de controle. Os esforços foram feitos no sentido oposto, o de aumentar a liberalidade. Nos últimos meses, o Planalto e o Ministério do Planejamento estimularam a emissão de novos cartões. A alegação é a de que o uso de cartões de crédito aumenta a transparência dos gastos, pois a fatura é de fácil consulta e pode ser publicada na internet. Na teoria é lindo. Na prática não funciona bem assim. No ano passado, foram pagos 78 milhões de reais em despesas feitas com cartões funcionais. Só é possível verificar, no entanto, o destino de 25% delas. Foi só nessa fatia de gastos verificáveis que se identificaram as farras cometidas por Matilde, Gregolin, Orlando Silva e os outros. A maior parte – 58 milhões de reais – foi sacada em dinheiro vivo em caixas eletrônicos. Quem controla os outros três quartos, os 75% dos gastos que são feitos sem que deles se tenha de prestar contas ao público? Aparentemente, ninguém.

Depois que a farra com os cartões corporativos foi descoberta, o Tribunal de Contas da União decidiu fazer um mutirão para analisar todas as faturas dos cartões oficiais. O tribunal pretende processar quem não apresentar nota fiscal ou recibo de cada uma das despesas efetuadas com o cartão. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, também decidiu agir. Determinou à Controladoria-Geral da

União que inicie imediatamente uma auditoria sobre a gastança de Matilde e seu colega Gregolin. A ministra está colocando cadeado em um cofre que já foi arrombado, mas, se o controle funcionar daqui para a frente, será um avanço.

Revista Veja. Edição 2046. 6 de fevereiro de 2008

A república dos cartões

Como a precariedade no controle dos gastos e a desfaçatez de funcionários do governo desmoralizaram um instrumento criado para dar mais transparência aos gastos públicos. O mau exemplo começa na Presidência da República, cujas faturas milionárias permanecem secretas

No mundo real, um cartão de crédito é um instrumento que impõe uma série de regras ao seu portador. Em primeiro lugar, é preciso passar por uma análise da operadora, que definirá o limite a ser autorizado para as despesas. Quem tenta gastar mais do que pode tem o cartão bloqueado, e quem atrasa o pagamento é punido com juros de até 14% ao mês. No mundo real, um cartão também serve para sacar dinheiro vivo em caixas eletrônicos, mas isso sai caro, já que o banco cobra até 10 reais de taxa fixa por saque, mais os juros até o dia do vencimento da fatura. Há outro mundo, no entanto, habitado por uma casta de funcionários públicos federais, onde tudo é infinitamente mais fácil. Nele, qualquer um pode ter um cartão corporativo, desde que conte com a simpatia do chefe.

Não há limite para gastos nem para saques em espécie (por lei, o teto das despesas deveria ser definido em cada repartição pública, mas uma série de truques contábeis permite driblá-lo sem maiores problemas). Seus portadores não precisam se preocupar com as taxas que serão cobradas pelos bancos ou pela operadora, já que o dinheiro não é deles. Ah, sim, também não é preciso esquentar a cabeça com o pagamento da fatura no fim do mês – ele fica a cargo do Tesouro Nacional. Quanto às eventuais malversações ou "equivocos" cometidos no uso dos cartões, isso é o de menos. A fiscalização dos gastos, como se provou nas últimas semanas, é conduzida com o rigor que já se tornou uma característica do atual governo. O mundo deles, convenhamos, é muito melhor do que o nosso – o real, construído com estudo e trabalho.

Os contribuintes começaram a informar-se do funcionamento desse mundo encantado dos burocratas federais há algumas semanas. Por lei, os cartões de crédito corporativos, adotados pelo governo em 2001, para conferir mais transparência aos gastos dos funcionários públicos, servem para que seus portadores possam fazer face a despesas "esporádicas e emergenciais". Mas está evidente que, na prática, eles se tornaram passaportes para uma verdadeira esbórnica com o dinheiro público. A primeira descoberta foi a de que alguns ministros se habituaram a usar o cartão a toda hora e da maneira que lhes dava na telha: para comer um lanchinho, fazer compras em free shop, hospedar-se com a família em hotéis de luxo e jantar em restaurantes caros (churrascarias parecem ter a predileção da maioria). Em seguida, soube-se que a bandalha envolvia milhares de funcionários, incluindo os que servem à Presidência da República.

Na semana passada, VEJA mostrou que até as despensas e adegas do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto – residências oficiais da família Lula – vêm sendo abastecidas por meio de cartões corporativos. Um dos assessores mais próximos de Lula, José Henrique de Souza, usou o cartão em açougues, supermercados, padarias, peixarias e lojas de bebidas. O caso chama atenção porque manda a lei que os fornecedores da Presidência devem ser escolhidos por licitação – e não por acaso, ou por escolha pessoal de um assessor. Ao longo do ano passado, Souza gastou 115.000 reais com despesas aparentemente bem pouco emergenciais. No mundo real, trata-se de um bom dinheiro, suficiente para comprar um apartamento de dois quartos em São Paulo. No mundo encantado, porém, é uma mixaria. Para se ter uma idéia, dez colegas de Souza no Planalto, responsáveis por dar assistência a Lula e sua família e acompanhá-los em viagens oficiais, gastaram nada menos que 3,7 milhões de reais em 2007. No que eles torraram a mufunfa? É segredo de estado, "questão de segurança", segundo disse a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. O detalhamento dos gastos do despenseiro Souza, por exemplo, só veio à tona graças a um cochilo do governo.

O grupo dos dez não conhece limites. O maior gastador do gabinete presidencial no ano passado foi João Domingos da Silva Neto, com 585.900 reais. Desde que o PT chegou ao poder, em 2003, ele já fez despesas de 1,3 milhão de reais no cartão oficial – desse total, 181 500 reais foram

sacados em dinheiro vivo. O campeão de gastos no acumulado da gestão petista, no entanto, é Clever Pereira Fialho. Suas faturas, somadas, chegam a 2,4 milhões de reais, dos quais 263 500 reais foram sacados em espécie. Juntos, os dez maiores gastões da secretaria da Presidência foram responsáveis por despesas de 11,6 milhões de reais desde 2003. Sem licitação, sem controle, sem medo de ser felizes. Tudo sob o manto da "questão de segurança", uma explicação que não resiste à luz da legalidade. "Se a Presidência da República tem gastos, esses gastos devem ser revelados. Não há preceito na Constituição Federal que, interpretado e aplicado, direcione a esse sigilo quanto aos gastos do poder público", afirmou o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal.

A recusa do governo em detalhar os gastos dos assessores mais próximos do presidente Lula e de sua família não contribui em nada para desanuviar as suspeitas que se acumulam sobre os 11.510 cartões corporativos atualmente nas mãos de 7.145 funcionários públicos do governo federal (alguns têm mais de um). É justificável que os gastos realizados estritamente com a segurança presidencial sejam mantidos em sigilo. Mas há uma grande diferença entre gastos sigilosos e gastos clandestinos. No modelo atual, não há nenhum controle externo sobre boa parte das despesas da Presidência. Quem faz esse trabalho é um órgão ligado ao gabinete presidencial – ou seja, é a clássica história da raposa tomando conta do galinheiro. Uma das poucas tentativas de fiscalização do uso do cartão corporativo data de 2003, quando o deputado Carlos Sampaio, do PSDB paulista, pediu à Procuradoria da República esclarecimentos sobre os gastos dos assessores mais próximos de Lula. Na ocasião, o Tribunal de Contas da União iniciou uma nunca concluída auditoria sobre o tema. Os parquíssimos resultados divulgados até agora revelam, no entanto, que, se algum dia o tribunal decidir empenhar-se na análise do tema, terá muito trabalho.

Sabe-se, por exemplo, que, em 2003, logo no início do governo, assessores palacianos transformaram em uma grande festa uma viagem de Lula ao interior de São Paulo, pagando diárias a pessoas que nem sequer estavam na comitiva oficial e superfaturando o pagamento de hospedagens. Uma análise superficial de um pacote de notas fiscais emitidas em nome da Presidência da República mostra a existência de fraudes primárias. A de número 7.987, por exemplo, emitida em 2004 pela empresa Belini Pães e Gastronomia, teve seu valor rasurado de R\$ 9,44 para R\$ 99,44, como puderam notar os auditores do TCU. "O que mais preocupa é que essa nota foi encontrada em um trabalho de fiscalização por amostragem, que analisou apenas 2% do total de notas", diz o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). "É impossível saber quantas fraudes desse tipo foram feitas", conclui.

Até o momento, os cartões corporativos do governo ora foram usados para desviar dinheiro público, ora para pagar gastos que não deveriam ser bancados por esse sistema. No caso das despesas feitas com cartão oficial pelos seguranças dos filhos do presidente Lula, nada indica que as despesas declaradas não ocorreram. A única filha do presidente, Lurian Cordeiro da Silva, mora com o marido e dois filhos em um condomínio em Florianópolis. Para protegê-la, o governo alugou uma casa na cidade. O imóvel funciona como centro de operações de uma equipe formada por meia dúzia de agentes que se revezam na tarefa de proteger Lurian e sua família. Com essa finalidade, entre abril e dezembro do ano passado, João Roberto Fernandes Júnior, servidor lotado no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, gastou 55.000 reais com um cartão corporativo do governo. A maior parte das despesas diz respeito a pagamentos em concessionárias de automóveis – referentes à manutenção da frota que serve aos seguranças de Lurian –, casas de ferragens e lojas de aparelhos eletrônicos de segurança, como câmeras e alarmes. Em uma das lojas, a Dominik, foram compradas peças de ferro usadas na construção de alvos fixos para a prática de tiro. O cartão também bancou a instalação de grades na casa dos seguranças, lanches em padarias e material de escritório. Ao contrário do que ocorreu com os ministros de Lula, os funcionários a serviço de Lurian não gastaram dinheiro com diversão particular. O dado espantoso é que um segurança tenha autonomia para ordenar despesas dessa monta – o equivalente a um bom carro zero-quilômetro. Faz parte da boa administração do dinheiro público o critério na escolha de fornecedores e a cotação de preços, condutas normalmente observadas por funcionários especializados em compras – mas não necessariamente por um segurança.

Além de explicar os gastos dos assessores do Planalto – os públicos e os secretos –, a maior dor de cabeça para o governo diante da auditoria do TCU (se ela for para valer) será apresentar notas

fiscais capazes de justificar não apenas as compras feitas com os cartões, mas, principalmente, os saques em espécie. Essa é uma das maiores caixas-pretas da administração Lula. Nos últimos anos, os petistas promoveram uma derrama de cartões oficiais pela máquina pública. Hoje, os 11.510 cartões válidos estão nas mãos de servidores das mais variadas patentes, de ministros de estado a seguranças, passando por assessores palacianos, motoristas, reitores de universidades, pesquisadores e arapongas dos serviços de informação. No ano passado, todo esse pessoal sacou 58,7 milhões de reais em dinheiro. No Portal da Transparência – o site do governo que contém os dados sobre os cartões corporativos e se transformou em um hit da internet nas últimas semanas – é simplesmente impossível saber o destino dessa dinheirama. Com os saques em espécie sendo feitos aos borbotões, os cartões perdem sua função primordial: em vez de facilitar a fiscalização dos gastos públicos, acabam por dificultá-la.

As regras que deveriam orientar o uso dos cartões oficiais não estão claras para a maioria dos servidores. Por incrível que pareça, quem recebe um cartão oficial não é obrigado a assinar nenhum termo de responsabilidade, especificando em quais situações o instrumento pode ser usado. Essa foi a justificativa utilizada pela ex-ministra Matilde "Free Shop" Ribeiro, da Igualdade Racial, obrigada a pedir demissão depois que sua farra com os cartões veio a público. Ela disse que os usou para pagar despesas pessoais porque não foi orientada corretamente. A mesma explicação deu o ministro Orlando Silva, dos Esportes, que devolveu 30 800 reais aos cofres públicos – a totalidade de sua fatura em 2006 e 2007 –, para conseguir se manter no cargo. Ou seja, mais uma vez fica demonstrado que não dá para confiar na ética pessoal de cada um. Por isso, as regras precisam ser transparentes, escritas em linguagem simples e, por fim, assinadas por quem ocupa um cargo público.

No setor privado, onde os cartões corporativos surgiram, há normas bem delineadas para controlar os gastos dos executivos. Em geral, não se permitem saques em dinheiro. Quando essa possibilidade existe, o portador do cartão deve se submeter a uma rigorosa prestação de contas, apresentando notas fiscais que justifiquem a retirada. Em algumas empresas, isso deve ser feito em, no máximo, dez dias. No governo, o prazo é a perder de vista. Além disso, no mundo empresarial, não se pode usar o cartão em qualquer tipo de estabelecimento, mas apenas naqueles definidos pela empresa. Em muitos casos, o cartão só fica em poder do funcionário durante viagens a trabalho e é devolvido assim que ele retorna. Os executivos brasileiros que possuem cartões corporativos gastam, em média, 4.000 reais por ano. Os funcionários do governo federal despendem quase 70% a mais: 6.700 reais, em média. Já entre os servidores da Presidência da República, onde a maior parte dos gastos fica mantida em sigilo, os valores médios saltam para 56.000 reais por ano. Essa diferença mostra claramente que, quanto menor é o controle, maior é a ganância.

A transparência, no entanto, não é uma exclusividade do setor privado. Muitos governos conseguem controlar os gastos de suas autoridades sem maiores problemas. Um dos países onde o controle de cartões corporativos é mais eficiente é a Austrália. Além de ter sido uma das primeiras nações do mundo a adotar o cartão corporativo, ainda em 1989, a Austrália foi também uma das pioneiras na divulgação de gastos governamentais na internet. Há uma série de diferenças entre o modelo australiano e o brasileiro. Lá, existe um manual de uso do cartão com regras claras para os gastos. O funcionário que recebe esses cartões tem de assinar um termo de compromisso responsabilizando-se pelo uso. Isso faz com que o governo possa processá-lo, caso haja abuso de gastos. Também há diversas restrições. O cartão não pode ser usado para: despesas pessoais, combustível (para isso há um cartão específico), saque de dinheiro (a não ser com permissão por escrito de alguma autoridade), compras em que o funcionário receba vantagens individuais na transação, como aquisição de passagens aéreas com ganho de milhas e gastos que, se fossem pagos em dinheiro ou em cheque, sairiam mais em conta. Na vizinha Nova Zelândia, o uso dos cartões de forma irregular – para pagar despesas pessoais ou sacar dinheiro em espécie, por exemplo – é causa de punições rigorosas, que vão de descontos na folha de pagamento à perda do cargo ou do mandato. Na França, até a ex-mulher do presidente Nicolas Sarkozy, Cécilia Sarkozy, teve de devolver um cartão de crédito funcional depois que a imprensa descobriu que ela o havia utilizado para pagar refeições a convidados em restaurantes.

Ao contrário das crises anteriores, quando o governo apenas reagia às denúncias de maneira atabalhoada, desta vez há uma estratégia bem definida. A ministra Matilde Ribeiro foi rapidamente demitida. E, pela primeira vez na administração Lula, o Palácio do Planalto se antecipou e pediu a instalação de uma CPI para investigar o próprio governo. A idéia foi sugerida ao ministro das Relações Institucionais, José Múcio, pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá. "Como a CPI no Senado era iminente, decidimos que nós mesmos iríamos sugerir a abertura da investigação", diz José Múcio. Por telefone, o ministro consultou o presidente Lula, que está em férias no litoral de São Paulo. "Vamos em frente. Não temos nada a esconder", disse Lula. O governo avalia que a crise é pequena e passageira se comparada a outros escândalos, como o mensalão. Teme, porém, as consequências políticas, porque considera o assunto de fácil entendimento pela população. Mordomia de governantes, afinal, é uma das poucas coisas que ainda provocam indignação em muitos eleitores. Mas é uma ingenuidade pensar que o pedido de CPI apresentado pelo Palácio do Planalto é para esclarecer os fatos. Na verdade, não passa de uma estratégia para que a investigação não chegue a lugar algum.

"Propor a CPI nos dá a prerrogativa de estabelecer o foco das investigações – e o foco será amplo", explica José Múcio. Com isso, as despesas do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso feitas antes da criação dos cartões corporativos foram incluídas no pedido de abertura. A devassa, segundo a proposta, retroage a 1998. O objetivo é esmiuçar todos os gastos com despesas administrativas no segundo mandato de FHC. O governo, evidentemente, não ampliou a investigação por acaso. Uma equipe de auditores, trabalhando sigilosamente dentro do Palácio do Planalto, já encontrou vestígios de irregularidades em gastos durante a gestão dos tucanos. Por fim, da forma como a CPI foi proposta, as investigações arrastariam para o balaio mais três ex-presidentes da República – José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco. Os ex-presidentes têm direito à segurança oficial depois de deixar o cargo. As pequenas despesas da equipe também são custeadas com o uso dos cartões de crédito corporativos. Quebrar o sigilo dos gastos de Lula significa estender a medida a todos os ex. "Já tem senador de oposição querendo tirar a assinatura da CPI", diz José Múcio. A estratégia oficial ainda conta com o trunfo de mostrar que os gastos totais diminuíram no atual governo – e com a esperança de que a oposição "esqueça" que os saques em dinheiro aumentaram exponencialmente.

A fumaça do escândalo sobre o mau uso dos cartões de crédito do governo federal foi detectada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) há três anos. De lá para cá, o órgão já realizou três auditorias sobre o caso, mas curiosamente nunca encontrou nada parecido com as maracutaias que vieram a público nas últimas semanas. Na primeira investigação, realizada em 2005, o TCU descobriu que funcionários do Palácio do Planalto, cujas faturas somavam 3 milhões de reais, sacaram 2 milhões em espécie em apenas sete meses. Em vez de investigar a natureza desses gastos, esmiuçando as notas fiscais que justificavam os gastos em dinheiro, o TCU limitou-se a recomendar ao governo que agisse com mais moderação na boca do caixa. Ao analisar um conjunto de apenas cinquenta notas fiscais, porém, uma equipe lotada no gabinete do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) encontrou quatro notas fiscais frias. A divulgação dos comprovantes fajutos levou o TCU a abrir a segunda investigação, no início de 2006.

De novo, porém, o tribunal se limitou a confirmar o que já se sabia. Ao detectar as notas frias, o TCU recomendou que os funcionários responsáveis pelo uso indevido dos cartões devolvessem o dinheiro aos cofres públicos. A terceira investigação, que está em curso, apura o uso de cartões de crédito por agentes da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin. Na semana passada, diante das novas revelações sobre o escândalo dos cartões, o TCU anunciou que fará a quarta auditoria. Tudo

indica que, de novo, não chegará a lugar algum. "Fiscalizamos as despesas de 12.000 órgãos públicos, mas temos apenas 1.500 analistas. A onipresença, nesse caso, é humanamente impossível", adianta o ministro Ubiratan Aguiar, do alto da experiência de quem já comandou duas investigações fracassadas. O mundo da burocracia federal é mesmo encantado.

Revista Veja. Edição 2047. 13 de fevereiro de 2008